

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

CALVIN DA CAS FURTADO

**SOBRE UM EXTERMÍNIO CONTINUADO: MORTE E VIDA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA NO CONTEXTO BRASILEIRO**

PORTO ALEGRE

2022

CALVIN DA CAS FURTADO

SOBRE UM EXTERMÍNIO CONTINUADO: MORTE E VIDA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Tese de Doutorado em Antropologia Social,
apresentada como requisito parcial para a obtenção do
título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Patrice Schuch

PORTO ALEGRE

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Furtado, Calvin Da Cas

Sobre um extermínio continuado: morte e vida da população em situação de rua no contexto brasileiro / Calvin Da Cas Furtado. -- 2022.

289 f.

Orientadora: Patrice Schuch.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. População em situação de rua. 2. Movimentos sociais. 3. Invisibilidade social. 4. Necropolítica. 5. Extermínio. I. Schuch, Patrice, orient. II. Título.

CALVIN DA CAS FURTADO

SOBRE UM EXTERMÍNIO CONTINUADO: MORTE E VIDA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Tese de Doutorado em Antropologia Social,
apresentada como requisito parcial para a obtenção do
título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

Porto Alegre, _____ de maio de 2022

Resultado:

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Patrice Schuch (Orientadora)
Departamento de Antropologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof.^a Dr.^a Fraya Frehse
Departamento de Sociologia
Universidade de São Paulo (USP)

Prof.^a Dr.^a Flávia Medeiros Santos
Departamento de Antropologia
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.^a Dr.^a Ceres Gomes Victora
Departamento de Antropologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Em memória de meu pai, *Josué Glaur Dias Furtado*. Ao senhor, a minha lembrança e oração.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Emerita, minha fortaleza e meu exemplo de vida, que se faz presente todos os dias em meu pensamento, mesmo estando à distância.

Ao meu irmão, Lucas, que, embora crescido, será sempre o meu guri.

À Vanessa, meu amor e minha companheira, pelas palavras de incentivo e por oferecer toda a estrutura afetiva e material que foi decisiva para a conclusão deste trabalho.

À fiel escudeira, Gal, pelas lambidas e pela companhia.

À minha madrinha Rosane, à minha avó Leontina (em memória) e ao meu avô Geraldo Dimitri (em memória). Através deles, saúdo também a todos os meus familiares.

À minha orientadora, Patrice, pelo incentivo e pela oportunidade de ingressar neste maravilhoso e desafiador mundo que é a Antropologia Social.

Aos amigos e amigas que fiz ao longo do período do doutorado. Cito os mais próximos: Ranna, Yara e seu esposo Joy, Douglas e Cássio, os quais levarei sempre no coração junto com as lembranças dos momentos de alegria, das trocas e das confidências compartilhadas e, sobretudo, do aprendizado que me enriqueceu. Estendo também um cumprimento aos demais colegas de turma e a todos os professores e professoras do Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social da UFRGS, os quais agradeço pela convivência e acolhida.

Às pessoas com as quais, ao longo deste período, compartilhei não somente um teto, mas também as aflições, as alegrias e, sobretudo, as imperfeições que nos constituem como indivíduos em um processo permanente de aperfeiçoamento e aprendizado. Independentemente de uma avaliação sobre o que, de fato, permanece dessas relações, deixo registrado o meu agradecimento pelo convívio. Cito Rafael, Sofia, Guilherme, Lucas, Rubi e Jeremias, pessoas às quais desejo um caminho repleto de realizações e alegrias.

Ao Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social da UFRGS, pela estrutura de excelência para o desenvolvimento humano e intelectual. Por ter promovido as ações afirmativas e as políticas de internacionalização no âmbito da pós-graduação, medidas que nos fazem, na condição de estudantes, diversificar e ampliar as perspectivas de entendimento sobre o mundo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro através da bolsa de doutorado, sem a qual seria impossível a permanência na pós-graduação e o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos colegas e professores do Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACI), por oferecem um ambiente receptivo e de reflexão.

Aos professores que compuseram a banca de qualificação do projeto de tese, professora Ceres Victora e professor José Carlos dos Anjos, cujos comentários e apontamentos foram imprescindíveis para a conclusão deste trabalho.

Aos companheiros e companheiras do Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Sul, agradeço pela confiança e receptividade no convívio prolongado. Tenho certeza que essa relação não se encerrará com a conclusão deste trabalho. Faço uma saudação especial também às lideranças que constituem a coordenação nacional do movimento social, pelo diálogo, pela abertura e por serem solícitas às demandas desta pesquisa. Aos integrantes e colaboradores do Jornal Boca de Rua, igualmente pela acolhida e convivência.

Aos interlocutores desta pesquisa, Édison, Nilson, José Luís, Cícero, Alexandre, Rodrigo, Milton, Diogo, Pedro, Caru, Alecsandro, Geórgio, Veridiana, Margarete, Maria Gabriela, Mônica, Gabrielle, Thaís, Alessandra, Aline. Em memória de Leandro Correa e José Nedir (Ceco). Às pessoas que foram entrevistadas no decorrer da pesquisa: Sebastião Nicomedes, Padre Júlio Lancellotti, Darcy Costa, Dr. Rodney Elias, Dra. Michael Nolan, Alderon Costa, Anderson Miranda, Renato Sena.

Aos interlocutores do filme *A vida é sempre um mistério*, experiência marcante e decisiva na minha trajetória pessoal: Édison Alexandre da Silva, Bia Lima, Carlos Alberto de Souza, Halisson Costa da Silva, Renato Sena e Adão. Aos profissionais do cinema que toparam essa empreitada comigo: Rodrigo Goes, Luciano Piccoli, Gustavo Foppa, Jonts Ferreira, Renata Fischmann. Uma saudação mais que especial ao meu grande amigo André Luís Garcia, pessoa de sensibilidade ímpar, um irmão que os ditos mistérios da vida fizeram cruzar o caminho. Obrigado por ter me apresentado a obra e o legado de Eduardo Coutinho.

À Cinemateca Capitólio, por ter sido parceira na realização de uma sessão exclusiva para pessoas em situação de rua – além de profissionais que lidam diretamente com esse público e estudantes interessados na temática. Foi um momento inesquecível e simbólico poder devolver as imagens captadas na forma de uma narrativa audiovisual ao público em um espaço tão nobre e histórico de Porto Alegre.

Ao Coletivo Cai Junto, da Universidade Federal de São João D'El Rey, em Minas Gerais, pelo convite e custeio do deslocamento para apresentar essa produção para a sua comunidade acadêmica.

Aos amigos e conterrâneos de Sobradinho, Rio Grande do Sul, Tiago, Rodrigo, Luiz Fernando e Ricardo Augusto. Que celebremos sempre a vida e brindemos os bons momentos de amizade e partilha.

Ao Alonso e à Aline, pela atenciosa, sensível e eficaz revisão e formatação deste trabalho através da *Joalango Assessoria Acadêmica*.

Aos meus professores de história do ensino fundamental e médio da rede pública estadual, Sara e Lisandro, o meu agradecimento.

Por uma educação pública – com qualidade, com investimento público, com ações afirmativas, com políticas de permanência – acessível a todos os brasileiros.

*A vida é sempre uma missão
A morte uma ilusão
Só sabe quem viveu
Pois quando o espelho é bom
Ninguém jamais morreu*

João Nogueira & Paulo Cesar Pinheiro

Na rua existem diferentes formas para se matar um morador de rua. Pode ser o empresário que paga a algum morador de rua para que mate o outro também morador de rua, a polícia que mata morador de rua, as pessoas que doam comida e bebida envenenadas, pessoas que colocam vidro moído na comida para dar ao morador de rua. Expor uma pessoa à rua é matar uma pessoa em vida. A rua é o manicômio sem muros, é uma cadeia sem grades, é um campo de concentração onde estamos cercados por todos os lados de pessoas inimigas e fortemente armadas. Do manicômio ou da cadeia, ainda se tem um sonho da fuga, ainda se alimenta essa esperança, enquanto que na rua não há para onde fugir. A única fuga da rua é a morte.

Nilson Lopes, militante do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) do município de São Leopoldo, Rio Grande do Sul.

RESUMO

A presente etnografia possui como ponto de partida o acompanhamento, junto ao Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), de um processo de repercussão sobre três assassinatos de pessoas em situação de rua ocorridos em Porto Alegre no ano de 2017. A partir de uma mobilização social por justiça, a temática da população em situação de rua foi inscrita no debate público através de um ativismo político que recorria aos símbolos do luto para reivindicar, simultaneamente, o acesso aos direitos e, sobretudo, visibilidade e justiça. Através de uma articulação particular, que colocava em evidência a recorrência das mortes com a negligência do Estado, dos governos e da sociedade, esse movimento social firmou o entendimento sobre um extermínio que tinha como alvo a população em situação de rua. Nesse sentido, o presente esforço de pesquisa persiste na tentativa de pensar a população em situação de rua no Brasil a partir de uma abordagem necropolítica – ao mobilizar a noção de extermínio continuado em um sentido político e analítico – com o objetivo de refletir sobre a centralidade da morte, dos mortos e de um processo de morrer específico a esse contingente populacional que possui no entrecruzamento com o fator racial um elemento decisivo. Proponho contextualizar tal reflexão ao recorrer brevemente à experiência colonial brasileira, bem como à historicização desse ativismo político singular, organizado na forma de um movimento social emergente, que frequentemente recorre aos símbolos do luto de modo a atualizar e repactuar sua militância mediante um vínculo entre vivos e mortos.

Palavras-chave: Antropologia Social. População em situação de rua. Movimentos sociais. Invisibilidade social. Extermínio. Necropolítica.

ABSTRACT

This ethnography has as a starting-point the monitoring, together with Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), of the repercussion of the murder of three homeless people in the city of Porto Alegre in the year 2017. From a social mobilization for justice, the issue of the homeless population was launched into public debate through a political activism that resorted to the symbols of mourning to claim access to justice, rights and most importantly visibility. Through a particular articulation, which highlighted the recurrence of deaths with the negligence of the State, governments and society, this social movement worked with the notion of an extermination, which had the homeless population as a target. In this sense, this research aims to discuss the homeless population in Brazil from a necropolitical approach, that is, the notion of a continued extermination in a political and analytical sense. This thesis also seeks to address a discussion on the centrality of death, of the dead and of a process of dying, which is specific to the homeless population and its fundamental intersection with racial bias. I propose a contextualization of this discussion as I resort to the Brazilian colonial experience, as well as the historicization of this singular political activism, which is organized as an emerging social movement and often resorts to the symbols of mourning in order to update and renegotiate militancy through a bond between the living and the dead.

Keywords: Social Anthropology. Homeless population. Social movements. Social invisibility. Extermination. Necropolitics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Material gráfico utilizado na divulgação da audiência pública sobre o extermínio da população em situação de rua pela perspectiva da falta de políticas públicas	20
Figura 2 – Em memória de Leandro Correa e Rita de Cássia	24
Figura 3 – Velas da visibilidade	55
Figura 4 – Em memória de Paulo Ricardo	56
Figura 5 – Cartaz com os nomes das pessoas vítimas do “extermínio”	85
Figura 6 – Os óbitos não comercializáveis	131
Figura 7 – Marco em homenagem às vítimas do massacre da Praça da Sé.....	201
Figura 8 – Reivindicação do Dia da Luta da População em Situação de Rua.....	226
Figura 9 – Militantes do MNPR caminham em direção ao Congresso Nacional.....	230
Figura 10 – Militantes do MNPR celebram a mobilização realizada.....	245
Figura 11 – Detalhe do “número invisível”	246
Figura 12 – Engajamento entre vivos e mortos	258

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
O disparador da pesquisa etnográfica	17
Morte e vida nas ruas: imbricações do poder	20
Necropolítica: sobre um extermínio continuado	27
Entrada em “campo”: sobre as técnicas de pesquisa	33
Resumo dos capítulos	36
1 O HOMEM ALVEJADO.....	40
1.1 Vida precária	42
1.2 “Muito agitado”	45
1.3 “No coração de Porto Alegre”	47
1.4 O luto como forma de ativismo	49
1.5 “Velas da visibilidade”	52
1.6 “Não era santo nem anjo”	57
1.7 “Nesse mundo louco nosso”	58
1.8 O drama do real.....	62
1.9 Resolução.....	65
1.10 “Número invisível”	66
1.11 Amarras finais	68
2 O HOMEM ESPANCADO.....	71
2.1 A falta de políticas públicas como disparador de um extermínio	73
2.2 Um encontro no Poder Legislativo.....	75
2.4 A luta como inscrição política do luto	83
2.5 “Está fechando tudo pra nós”	92
2.6 “Que sociedade é essa?”	96
2.7 O desenlace de Rodrigo.....	98
2.8 Notas e apontamentos	101
3 A MULHER ESTRANGULADA.....	105
3.1 “O crime começa onde?”	105
3.2 “Confusão mental”	108
3.3 “Desorganização extrema”	109
3.4 Um terror paralisante	112
3.5 O inquérito policial.....	114

3.6 Réu confesso	116
3.7 Necropolítica	117
3.8 “Outras mortes matadas”	126
3.9 Sobre os óbitos não comercializáveis	129
3.10 Na presença do invisível.....	132
3.11 Centralidade da morte	134
4 A GOVERNAMENTALIZAÇÃO DO MUNDO DA RUA	137
4.1 Enunciados e nomeações.....	139
4.2 Invisíveis por que incontáveis?	142
4.3 Um mapa abreviado da rua	146
4.4 Sobre a produção de legibilidade estatal	150
4.5 “Inescusável omissão estatal”	155
4.6 <i>Colonialidade do poder</i>	159
4.7 <i>Devir-negro do mundo</i>	162
4.8 A insistência da cor.....	164
5 ECOS DE UM MASSACRE.....	170
5.1 Terror nas ruas de São Paulo.....	171
5.2 Linhas de investigação e processamento judicial	176
5.3 No meio do caminho, tinha um padre.....	181
5.4 Um sobrevivente	185
5.5 Consolidação do movimento social: o luto e a luta.....	188
5.6 Efeito de reconhecimento.....	193
5.7 Gramática da violência	195
5.8 Os processos do morrer e a especificidade do morrer em situação de rua	197
5.9 Complexidades do agenciamento: sobre os vínculos sociais.....	202
5.10 Complexidades do agenciamento: sobre a categoria de vítima.....	205
6 DIAS DE LUTA	210
6.1 Na estrada com o MNPR	211
6.2 Dormindo no papelão: os bastidores do acampamento	220
6.3 Marcha da População em Situação de Rua: “quem ama, sofre; quem sofre, sente; quem sente, luta; quem luta, vence”	224
6.4 Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua	231
6.5 Sebastião: mais um sobrevivente	234

6.6 Audiência Pública: a população em situação de rua acessa a Câmara Federal..	238
REMATE: SOBRE CAMINHAR ENTRE COVAS DE DECOMPOSIÇÃO RÁPIDA	246
Atravessamentos da invisibilidade social	250
Sobre o terror	255
De volta ao massacre	258
REFERÊNCIAS	263
ANEXO – CLIPAGEM DOS JORNAIS DE SÃO PAULO SOBRE O MASSACRE DA PRAÇA DA SÉ (ACERVO ASSOCIAÇÃO REDE RUA)	273

INTRODUÇÃO

Na seleção do ano de 2016, apresentei um projeto para desenvolver ao longo do curso de doutorado em Antropologia Social. Em relação àquilo que à época me propus a pesquisar, talvez o que de fato tenha permanecido até o momento seja um texto. Não o texto em si, mas a reverberação desse texto no meu processo de aprendizado, visto que funcionou – por alguma razão que desconheço – como um disparador. À época, estava inspirado pela leitura de *A vida dos homens infames*, de Michel Foucault (2010a), por reconhecer a potência daquilo que o autor nomeou como sendo as *existências-relâmpago*, quando observou que, no nosso tempo – na “era do biopoder” – o destino das pessoas era determinado através da relação com o poder, da luta com ou contra o poder.

Era interessante perceber o quanto aquelas narrativas, que foram destacadas pelo autor no texto, sintetizavam as vidas que permaneciam, independentemente do tempo transcorrido, como que aprisionadas na aridez das palavras que as descreviam. Ao mesmo tempo, funcionavam como que peças de uma dramatização do real justamente porque essas histórias possuíam a capacidade de transpor no tempo os fragmentos das realidades as quais fizeram parte. Foucault partiu da exumação do vasto acervo da Biblioteca Nacional do seu país, interessando-se por arquivos de internamento, da polícia, das petições ao rei e das cartas régias com ordem de prisão, para pinçar fragmentos dessas vidas marcadas sobretudo por sua brevidade e desgraça singular. Histórias encontradas pela força do acaso que irrompiam à luz depois de mais de dois séculos de silêncio e esquecimento.

O poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam; seja por se ter querido dirigir a ele para denunciar, queixar-se, solicitar, suplicar, seja por ele ter querido intervir e tenha, em poucas palavras, julgado e decidido. Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com frequência enigmáticos – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder. (FOUCAULT, 2010a, p. 207-208)

No referido texto, o autor estava desafiado a promover aquilo que visualizava como sendo uma antologia da infâmia, de modo a estender este contorno para outros tempos e lugares. Para melhor apreendê-las, Foucault construiu um recorte. Era preciso que as personagens que performaram com o poder tivessem realmente existido, que sobretudo fossem existências obscuras e desafortunadas, que suas histórias fossem contadas em poucas frases, tão breves quanto possível, que essas histórias tivessem feito parte realmente da história diminuta de tais

existências e, enfim, que o choque dessas palavras e dessas vidas causassem em nós o impacto daquilo que classificou como sendo um efeito misto de beleza e de terror. Para tanto, foi necessário partir de algum lugar e o autor escolheu os registros entre o período de 1660-1760, cuja característica *sui generis* era o apelo a um certo lirismo na linguagem – com o emprego rebuscado de adjetivos diversos para descrever as tragédias cotidianas – visto que as comunicações analisadas eram endereçadas diretamente ao monarca – símbolo máximo do poder soberano.

Sobre essas narrativas, o autor não soube distinguir se o que mais lhe chamava a atenção era a intensidade dos fatos em si ou a maneira como eram descritos e aprisionados nos significados. Poucas palavras, que remetiam a vestígios – “breves, incisivos, com frequência enigmáticos” – dessas realidades de modo a descrevê-las e a demonstrar como o poder operou, no seu tempo, sobre tais vidas. Foucault se utilizou do termo notícia para fazer menção justamente à objetividade, concisão e verossimilhança que essas experiências denotavam textualmente, a partir de uma dupla referência, tanto em relação à rapidez dos relatos quanto à realidade dos acontecimentos que foram descritos: “pois tal é, nesses textos, a condensação das coisas ditas, que não se sabe se a intensidade que os atravessa deve-se mais ao clamor das palavras ou à violência dos fatos que neles se encontram” (FOUCAULT, 2010a, p. 203-204). Essas vidas singulares, que representavam estranhos poemas ao autor, portanto, traziam a potência de impactar justamente porque - apesar de serem brevíssimas - as passagens sobre elas eram estridentes a ponto de aprisionar o terror do choque com o poder que as envolveu e – na grande maioria das vezes – as aniquilou.

Alguém me dirá: isto é bem próprio de você, sempre a mesma incapacidade de ultrapassar a linha, de passar para o outro lado, de escutar e fazer ouvir a linguagem que vem de outro lugar ou de baixo; sempre a mesma escolha, do lado do poder, do que ele diz ou do que ele faz dizer. Essas vidas, por que não ir escutá-las lá onde, por elas próprias, elas falam? Mas, em primeiro lugar, do que elas foram em sua violência ou em sua desgraça singular, nos restaria qualquer coisa se elas não tivessem, em um dado momento, cruzado com o poder e provocado suas forças? Afinal, não é um dos traços fundamentais de nossa sociedade o fato de que nela o destino tome a força da relação com o poder, da luta com ou contra ele? O ponto mais intenso das vidas, aquele que concentra sua energia, é bem ali onde elas se chocam com o poder, se debatem com ele, tentam utilizar suas forças ou escapar de suas armadilhas. As falas breves e estridentes vão e vêm entre o poder e as existências as mais essenciais, sem dúvida, são para estas o único monumento que jamais lhe foi concedido; é o que lhes dá, para atravessar o tempo, o pouco de ruído, o breve clarão que as traz até nós (FOUCAULT, 2010a, p. 208)

Esses dois pontos me inspiraram a reflexão. O primeiro era reconhecer isto que o autor apregoava: que o destino toma a força da relação com o poder, da luta com ou contra ele. O

segundo era buscar este alargamento sobre a ideia da infâmia, de modo a estendê-la para outros tempos e lugares, o que me pareceu um desafio interessante ao passo que passei a perseguir tal noção de *existências-relâmpago*. Um desafio que não visualizo como sendo teórico ou metodológico, apenas, quem sabe, uma livre inspiração daquilo que seria o sentido lírico de certo impacto que Foucault referiu como sendo o efeito misto de beleza e de terror.

Contudo, há que se sublinhar essa noção de beleza sugerida pelo autor: neste ponto, o Foucault faz menção e enfatiza um traço característico do formalismo empregado nesses registros que antecederam às noções de neutralidade, imparcialidade e mesmo de objetividade que vieram a marcar a burocracia estatal. Esses registros eram endereçados diretamente ao rei e por essa razão traziam certo esplendor e requinte nos adjetivos empregados para tratar das desgraças e mazelas as mais corriqueiras e cotidianas. A sensação de beleza estaria nesse sentido lírico da potência das palavras, contudo, o seu produto - essas terríveis sínteses do real - nos servem para desempenhar como que cenas de dramaturgia à medida que são capazes de transpor os séculos ao nos trazerem os fragmentos das suas realidades singulares bem como o impacto do choque com poder.

Uma vez isolando esse elemento da beleza, mas focalizando ainda no impacto que as narrativas são capazes de causar, observo a articulação entre o poder, o terror e o real para pensar não propriamente a vida dos homens infames, mas a morte dos socialmente invisíveis de um outro tempo e de um outro lugar. Um lugar que não o arquivo, mas o lócus de quem conduz uma etnografia a respeito da temática da população em situação de rua, no município de Porto Alegre, nos anos finais da segunda década do século XXI. Foi aqui e agora que persegui alguns relatos sobre mortes específicas ocorridas dentro de um contexto de pesquisa e cuja repercussão evocou a reflexão sobre o processo de um morrer socialmente diferenciado, discriminado, cujo público preferencial eram as pessoas em situação de rua. Foi nesse esforço que procurei recolher os últimos fragmentos da vida, a descrever o choque de cada uma delas com o poder, de modo a monumentalizar essas *existências-relâmpago*¹.

Em relação a construção da tese, não acredito que necessariamente seja preciso partir de uma pergunta que pertença somente ao universo do autor responsável pela sua escrita ou que remeta a sua comunidade de saber. Proceder desta maneira seria reforçar uma postura que separa e aparta a universidade e o conhecimento nela produzido da realidade. O que fazer com todo um mundo de possibilidades para além de uma questão de fundo? O que fazer quando a

¹ Recorrerei ao uso dessa noção, enfim, quando descrevo os casos de morte do homem alvejado, do homem espancado, da mulher estrangulada e das vítimas do massacre da Praça da Sé, respectivamente, ao longo dos Capítulos 1, 2, 3 e 5.

questão já está dada e posta pelos próprios sujeitos? Encaro a tese como a descrição de um caminhar, que se orienta ao fazer pensar sobre um determinado assunto. Um deslocamento onde o trânsito faz com que compromissos sejam firmados, onde posições e engajamentos comuns entre quem pesquisa e quem permite que a pesquisa avance sejam equalizados.

O disparador da pesquisa etnográfica

Ainda que meu interesse de pesquisa fosse produzir uma etnografia que voltasse a atenção para a morte, os mortos e os processos do morrer a partir do seu cruzamento com a população em situação de rua, uma pergunta insistente começava a martelar em minha cabeça: como e desde que ponto, de fato, começar essa empresa etnográfica? As minhas interlocuções com a população de rua já haviam começado na cidade no ano de 2013, quando participei da produção de um trabalho audiovisual, um documentário² de curta-metragem sobre o processo de produção do jornalismo realizado no periódico Boca de Rua. Mantive contatos esporádicos com esse grupo no período e ao longo da pesquisa para o curso de mestrado em Políticas Públicas, entre os anos de 2015 e 2017. Durante esta pesquisa, que abordou o processo de inscrição política da população em situação de rua ao nível governamental a partir do histórico de inserção no serviço do Disque Direitos Humanos (FURTADO, 2017), pude contatar lideranças nacionais do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Isso me fez ter vontade de participar das reuniões desse movimento social que estavam sendo organizadas com um grupo de pessoas com trajetória de rua em Porto Alegre.

Atento às atividades desse grupo, que vez ou outra eu tomava conhecimento, o disparador da pesquisa etnográfica se deu ainda no primeiro mês de vínculo com o curso de doutorado em Antropologia Social, no primeiro semestre de 2017, quando um integrante do jornal Boca de Rua e militante do MNPR foi assassinado por arma de fogo em uma praça de Porto Alegre. O crime, ocorrido no dia 20 de março de 2017, causou revolta e indignação nas pessoas que frequentavam estes espaços onde a vítima era conhecida. Além disso, teve repercussão na cidade devido ao fato de se tratar de uma execução que ocorreu à luz do dia e em um local de grande circulação de pessoas. A vítima, um homem, foi alvejada por cinco tiros

² O documentário curta-metragem a que me refiro foi o *Boca de Rua – Vozes de uma gente invisível* (2013), o qual fiquei responsável pela produção, isto é, a mediação do contato da equipe de realizadores com a equipe do jornal, em um período que passei a acompanhar assiduamente as reuniões semanais e a conhecer as pessoas que faziam parte desse grupo. O filme pode ser encontrado no *YouTube* no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=5TtoMSiRn0w&t=3s>.

de arma de fogo na praça da Matriz, que fica defronte às sedes dos poderes Judiciário, Executivo e Legislativo do Estado do Rio Grande do Sul - além da Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Madre de Deus, que dá nome ao espaço. Para além do crime bárbaro, a comoção também era motivada por causa da linha de investigação difundida pela polícia nos veículos de comunicação, que se esforçava em criminalizar a vítima pela própria circunstância em que se encontrava de maneira a legitimar aquela morte. O homem, que possuía uma prisão por posse de entorpecentes, por encontrar-se em situação de rua e ter sido morto com cinco tiros, era acusado de envolvimento com o tráfico de drogas mesmo antes de ter o corpo retirado da cena do crime.

A minha primeira interlocução com o grupo do MNPR no Rio Grande do Sul se deu em um evento chamado “Grande encontro da população em situação de rua”, que foi organizado na sede do sindicato dos trabalhadores do município de Porto Alegre no dia 31 de março de 2017. Pude perceber o quanto o trágico assassinato de Paulo Ricardo Camargo de Oliveira, 36 anos, havia impactado os núcleos tanto do movimento social quanto do jornal Boca de Rua e, por extensão, toda uma rede composta por trabalhadores, estudantes e ativistas que de alguma maneira se envolviam com a temática da situação de rua em Porto Alegre. Ele era integrante e participava ativamente dessas e de outras iniciativas.

Nesse encontro, se discutiu o fato de que o corpo de Paulo Ricardo estava há dias no necrotério, não sendo possível o encaminhamento para o sepultamento antes que uma parentela fosse localizada para ir até lá fazer o reconhecimento e os demais encaminhamentos burocráticos. Um grupo de companheiros, que dividiram com ele a trajetória de rua, se organizou para tentar encontrar uma irmã do homem, que eles sabiam que vivia na região metropolitana, para que fosse encaminhado o sepultamento. Ainda naquele ambiente, um ato político e de condolência foi chamado para o dia 5 de abril de 2017 de modo a protestar e, simultaneamente, lhe prestar o luto através de uma vigília em sua homenagem na mesma praça em que fora assassinado.

A partir da eclosão de um corpo de uma pessoa em situação de rua no centro de Porto Alegre, uma sucessão de acontecimentos se desenrolou e eu fui os acompanhando de perto. Da vigília na praça onde o “Paulinho”, como era conhecido, fora assassinado, surgiu um convite para que o movimento social participasse de uma reunião ordinária da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, no dia 12 de abril de 2017. Foi nessa reunião que um segundo caso de assassinato foi denunciado: a morte de Rodrigo, o “Pelezinho”, um jovem negro em situação de rua que frequentava os mesmos círculos sociais que Paulo Ricardo e dos interlocutores da pesquisa. Um dia antes do assassinato

de “Paulinho”, no dia 19 de março de 2017, “Pelezinho” fora vítima de um brutal espancamento por um grupo de pessoas que não eram da rua, nas imediações da orla do lago Guaíba. Ele foi socorrido inconsciente e permaneceu em estado de coma no hospital até vir a falecer, nove dias após o acontecimento, com diversos traumatismos em decorrência das agressões que sofreu.

Essa denúncia sobre um segundo crime envolvendo uma pessoa em situação de rua endossou o pedido por uma audiência pública, que foi aprovada e protocolada pelos deputados da referida comissão. Durante a realização da audiência pública, no dia 24 de maio de 2017, se produziu um vínculo direto entre aquilo que o MNPR chamou politicamente de “extermínio da população em situação de rua” com uma outra temática - a “falta de políticas públicas” - que reforçava a frequência e centralidade da morte para este público, bem como a responsividade do Estado, dos governos e da sociedade com a questão. Era a primeira vez que eu visualizava uma articulação tão direta e potente entre aquilo que poderia ser inteligível como uma baixa adesão aos direitos sociais e à cidadania com os casos flagrantes de morte de pessoas em situação de rua que insistiam recorrentemente na realidade.

Essa audiência pública contou com uma ampla divulgação e lá um terceiro caso de assassinato foi denunciado. Dessa vez, a notícia era sobre a morte de uma mulher negra, de nome Ana Maria³, cujo corpo havia sido encontrado dentro de um contêiner de lixo na região do centro de Porto Alegre com marcas de estrangulamento. O detalhe que importa frisar é que era de conhecimento desse círculo de pessoas e organizações que promoveram a oitiva o fato de que Ana Maria possuía um delicado quadro de saúde mental e que havia mobilizado estes coletivos nas semanas anteriores em busca de uma internação. Ela inclusive estivera presente na reunião do dia 12 de abril de 2017, na qual foi pautada a relevância da realização daquele encontro em andamento.

³ Diferente das outras duas vítimas que citei e que destacarei ao longo dos capítulos, escolhi preservar a verdadeira identidade desta pessoa em respeito à sua memória, devido aos detalhes e contornos terríveis que a sua morte revelou. Adoto, portanto, um nome fictício.

Figura 1 – Material gráfico utilizado na divulgação da audiência pública sobre o extermínio da população em situação de rua pela perspectiva da falta de políticas públicas



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2017).

A partir dessa sucessão de acontecimentos, os três assassinatos brutais em um período de 30 dias, toda uma rede de apoiadores do MNPR, do jornal Boca de Rua e da Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA) – educandário que acolhe em seus bancos escolares quase que exclusivamente pessoas em situação ou trajetória de rua – foi movimentada para discutir a perspectiva de um extermínio da população em situação de rua devido à falta de políticas públicas. Esse vínculo direto entre a produção da morte destas pessoas e a negligência do Estado, dos governos e da sociedade para este grupo específico era uma tese que não era minha, mas do próprio movimento social. O que fiz foi passar a considerá-la e persegui-la de alguma maneira, devido a potência que o argumento revelava. Em um primeiro momento, tratei o vínculo dos três casos de assassinato com a questão estrutural que caracteriza a população em situação de rua no país na sua relação com o Estado – a baixa adesão aos direitos sociais e à cidadania, a ilegibilidade predominante, a noção de invisibilidade social – como uma tese política desses grupos, especialmente do MNPR. Em seguida, a partir de um longo período de maturação desses fatos e de aprofundamento da minha formação, passei a perseguir a tese sobre um extermínio tanto no seu sentido político quanto analítico – o qual referencio como um extermínio continuado – à medida que era possível estabelecer um diálogo entre os referenciais teóricos que fui capaz de mobilizar e aquilo que as pessoas reiteradamente defendiam nos espaços de interlocução.

Morte e vida nas ruas: imbricações do poder

Quando me interessei por pesquisar a morte e os processos que compõem o morrer no contexto da população em situação de rua, eu já tinha conhecimento sobre o quanto a questão dos mortos, em especial, possuiu um papel preponderante no processo de formação e promoção da luta política do MNPR – que se constituiu justamente a partir dos símbolos do luto desde a eclosão do massacre da Praça da Sé, que ocorreu em São Paulo, no ano de 2004.

Neste contexto, antes da eclosão dos três assassinatos e da sua politização na esfera pública por este movimento social em Porto Alegre, enfim, eu já estava inclinado a relacionar e refletir sobre como a morte e os processos do morrer reservados às pessoas em situação de rua eram geridos burocraticamente e processados na necrópole através da categoria de “óbito não comercializável”. Estava interessado em pensar este processamento como um processo de morrer socialmente diferenciado, justamente por possuir práticas e rotinas de trabalho específicas, por ficar em um espaço à parte e por criar uma paisagem singular no cemitério. Em relação à pesquisa antropológica, interessava-me entender os efeitos que esta forma de morrer singular produzia no mundo dos vivos, especialmente nas pessoas em situação de rua que militavam pelo MNPR.

Ao me dedicar a este viés que aproximava vida e morte, pude observar o quanto o ativismo político fora e era mobilizado a partir dos símbolos do luto desde a fundação do MNPR. As mortes da população em situação de rua eclodiam de forma recorrente, insistiam no continuum tempo para além acontecimentos emblemáticos. Tal relação que tornava os processos da vida tão aproximados da morte e dos processos do morrer afetava e estabelecia vínculos entre vivos e mortos de modo a serem quotidianamente reafirmados através do ativismo político deste movimento social organizado. Estava interessado, portanto, no dinamismo desse vínculo entre morte e vida, cujos acontecimentos eram orientados aos processos do viver através da luta por direitos sociais. Refiro-me diretamente ao assentamento deste massacre como pedra fundamental deste movimento social, cujo data, 19 de agosto, anualmente era mobilizada através do Dia de Luta da População em Situação de Rua no país. A complexidade da temática me fazia pensar ainda que, embora os esforços e conquistas do movimento social que tornou estas vítimas em símbolos de uma luta política de maneira a alcançar os vivos, os mortos, isoladamente, eram incapazes de acionar os vínculos sociais e em sua grande maioria eram relegados ao esquecimento. Da mesma maneira, ainda que organizados em movimento social, a categoria de vítima não era alargada o suficiente para que fossem inteligíveis enquanto uma comunidade de sofrimento – o que permitia a mobilização destas mortes no campo do simbólico, mas cerceava e limitava a luta por justiça no campo jurídico.

De modo semelhante ao massacre da Praça da Sé, vale ressaltar que o MNPR reivindica também o assassinato do indígena pataxó-hã-hã-hãe, Galdino Jesus dos Santos, em Brasília, no ano de 1997, e o episódio da chacina da Candelária, ocorrido em 1993, no Rio de Janeiro, enquanto acontecimentos destacados na concepção e na consolidação do seu ativismo político. Portanto, tais marcos narrativos são elementos que reforçam o quanto o signo da morte reinaugura e repactua constantemente o vínculo de uma militância política que se orienta para uma causa pública empregada em nome da vida e dos vivos através da menção desses mártires do mundo rua. Recentemente, em 2019, durante a passagem do 19 de agosto que participei em Brasília, o movimento social elaborou um documento intitulado *Massacres, chacinas e outras mortes*, que representa, nos seus próprios termos, um “mosaico dos horrores”, reunindo crimes contra a vida de pessoas em situação de rua ocorridos ao redor de todo o país. Um dos casos mais notáveis e com vasta documentação – para citar um – era o da cidade de Maceió, capital do estado de Alagoas, que registrou 88 assassinatos entre o período de julho de 2010 e setembro de 2012 (SILVA; HÜNING, 2013). Morte e vida, portanto, são elementos centrais para a compreensão do fenômeno da população em situação de rua no país e da organização do ativismo político do MNPR.

Retorno agora aos acontecimentos de Porto Alegre que catalisaram esta pesquisa etnográfica. Em um primeiro momento, entendi que a síntese construída pelo MNPR, a partir dos três acontecimentos de assassinato de pessoas em situação de rua que acompanhei ao longo do percurso, funcionava como uma interpretação do mundo da rua - de acordo com a terminologia de Marshall Sahlins (1990) - que tornava essa série de “acontecimentos” em um “evento” unificado. O que estava em jogo não era tanto aquelas três mortes de pessoas em situação de rua específicas, mas a própria tese que politicamente era argumentada e defendida, isto é, a noção de um extermínio atrelado às negligências do Estado, dos governos e da sociedade por meio do enunciado da “falta de políticas públicas”.

Ao situar o ponto mais intenso destas três existências breves como sendo o momento da sua morte, que foram escrutinadas publicamente, realizei a descrição das passagens da vida para a morte destas pessoas à luz desta noção de *existências-relâmpago*⁴ de Michel Foucault (2010a). Trabalhei estes casos a partir das narrativas sobre o homem alvejado, o homem espancado e a mulher estrangulada. Para isso, me baseei em diferentes referenciais – que incluíram os inquéritos policiais, as diferentes narrativas que circularam de maneira a explicar, justificar ou legitimar aquelas mortes, bem como as entrevistas que realizei com pessoas em situação de rua

⁴ Este esforço em particular resultou em um artigo a parte, publicado recentemente (FURTADO, 2021).

que conheceram e se relacionaram com as vítimas desses crimes. Com a intenção de tornar visível as mortes e as vidas dos socialmente invisíveis, as histórias de pessoas em situação de rua deste lugar e deste tempo, centrei minha atenção nas relações de poder que compuseram o limiar que demarcou a passagem da vida para a morte do homem alvejado, do homem espancado e da mulher estrangulada. Nesse sentido, persegui, através da observação participante e da descrição etnográfica, um processo de luta política encampado pelo MNPR no Rio Grande do Sul, a partir de engajamentos sobre o luto até a construção desta noção que apontava para um *extermínio continuado*, que era derivado da falta de políticas públicas.

Desde que tive os primeiros contatos com a realidade do mundo da rua, percebi que a morte das pessoas que possuíam a trajetória de rua era uma situação suficientemente próxima e recorrente ao ponto de chamar a atenção. Apenas no núcleo do jornal Boca de Rua, foram dezenas os nomes de pessoas que, do período de 2013 para cá, se confirmaram os relatos sobre os falecimentos – pelas mais variadas causalidades e circunstâncias. Sendo a possibilidade de morrer tão difusa e simultaneamente concreta, interessava-me, a partir destes casos que ocorreram durante a pesquisa, entender - para cada um deles - como se deu o choque com o poder que os exterminou.

Dito isto, com a licença das senhoras e dos senhores leitores, destaco aqui a passagem de uma presença que era assídua no núcleo do MNPR que me recebeu, cujo caso específico não integra a análise e a composição deste trabalho, mas que toca ao coração por, de alguma maneira, lhe ter cruzado o caminho no período da minha formação e ter compartilhado com ele bons momentos de amizade. A esta pessoa, ofereço uma fotografia, como uma singela forma de recordá-lo. Ele que era uma presença marcante, conhecido e reconhecido por seus pares como um guerreiro das ruas de Porto Alegre. Um sobrevivente, que por muito tempo lutou e resistiu em permanecer vivo e a contrariar estatísticas.

Ao Leandro Correa, acometido da síndrome da imunodeficiência adquirida e falecido no ano de 2020, presto minha homenagem. Na imagem, ao seu lado, está Rita de Cássia Pereira de Souza⁵, também integrante do jornal Boca de Rua e falecida no ano de 2016. O fato de estas duas pessoas que compõem o retrato já terem morrido, mesmo antes de terem completado os 35 anos de idade, reforça o argumento de se refletir sobre a centralidade da morte para pensar o fenômeno social da situação de rua.

⁵ Para conhecer a história de Rita, sugiro a consulta do trabalho de conclusão de curso em ciências sociais da autora Caroline Sarmiento (2017).

Figura 2 – Em memória de Leandro Correa e Rita de Cássia



Leandro Correa, ao lado da sua companheira de rua Rita de Cássia, também falecida: a recorrência das mortes da população em situação de rua é um fator central para compreender este fenômeno social. Fonte: Calvin Da Cas Furtado (2013).

Retomo, então, com a devida vênua: foi a partir desta tese do movimento social, de que a falta de políticas públicas para a população em situação de rua era o principal vetor que assegurava um extermínio destas pessoas, que optei por trazer este apontamento de Marshall Sahlins (1990), que diferenciou a noção de “acontecimento” da noção de “evento”. Passei a pensar o assassinato de Paulo Ricardo e o seu processo de repercussão - que permitiu destravar a denúncia sobre outras mortes e a gestão da população em situação de rua em Porto Alegre - enquanto um “acontecimento” que foi tornado “evento” quando pensado a partir de uma estrutura que lhe conferiu significância. Se “evento” é propriamente aquilo que lhe é dado como interpretação, nesse caso, o “evento” em questão não seriam as mortes de Paulo Ricardo, de Rodrigo ou de Ana Maria isoladas ou agrupadas, mas a própria noção de um *extermínio continuado* devido à falta de políticas públicas a qual foi mobilizada e alavancada a partir dos três acontecimentos. Evidenciava-se, pois, um processo político do qual eles haviam se tornado símbolos, que era bastante semelhante ao contexto fundacional do MNPR, nos idos de 2004, após a ocorrência do massacre da Praça da Sé.

O processo de repercussão da morte de Paulo Ricardo foi o gatilho que permitiu não somente que outros assassinatos contra a população em situação de rua fossem questionados, mas lançou luz sobre como historicamente o Estado, os governos e a sociedade eram corresponsáveis pelo morticínio. Sobre o quanto toda esta estrutura era mobilizada e funcionava quando era necessário desidratar o interesse público sobre acontecimentos como aqueles, de modo a criminalizar as vítimas fatais e a legitimar as ações que os vitimaram. Se o crime cometido contra Paulo Ricardo motivou uma série de narrativas que surgiram para legitimar a sua morte, coube ao MNPR vir a público para antagonizar estas narrativas – especialmente a oficial, oferecida pelas forças de segurança pública - e promover um vínculo direto entre as negligências, as moralidades e a produção das mortes das pessoas em situação de rua.

Oferecer, portanto, dignidade para Paulo Ricardo passava por desprezar publicamente a narrativa oficial através de outras evidências que o positivavam a partir da sua trajetória pessoal – como, por exemplo, o fato de ser ele um trabalhador e um artista de rua. Todo esse esforço fazia menção em oferecer um tratamento humanizado na hora da morte para uma pessoa que fora querida e respeitada dentro do seu círculo social – a rua – desde a busca por seus parentes até a realização daquele protesto e daquela vigília. Em relação a isso, o movimento social organizou-se para oferecer, no exato local onde foi assassinado, as “velas da visibilidade”, no sentido de impedir tanto que o crime praticado contra Paulo Ricardo ficasse impune quanto que a sua memória ficasse marcada por um relato que simultaneamente o criminalizava e legitimava a sua morte. As “velas da visibilidade” serviriam, portanto, para converter esta obscuridade – representada por esta tentativa de soterrar a sua existência e a sua memória - em claridade. Ao vir à luz, frisava-se a possibilidade de uma mirada por entre as frestas de uma relação de soberania presente nestes acontecimentos das mortes de modo a visualizar e refletir sobre as condições de possibilidades que autorizavam um direito de se fazer morrer, deixar morrer ou expor à morte.

Dentro do processo de repercussão da morte de Paulo Ricardo, chamou-me a atenção uma articulação oferecida pelo movimento social e a sua rede de apoio: encampar uma luta de modo a fazer com que Paulo Ricardo escapasse à cruel dinâmica do “número invisível”. Tal invisibilidade do número fazia referência à modalidade do enterro usualmente endereçado para as pessoas em situação de rua, o sepultamento gratuito ofertado pela prefeitura municipal. Estava implícito que esse processamento singular do morrer - que capturava corpos na dinâmica do “número invisível” - era como que uma continuidade da invisibilidade social atravessando os processos do viver para se completar na morte. Ficava claro, neste sentido, o quanto se queria escapar a esta possibilidade, o quanto era assustador para este grupo experimentar este *morrer*

outro, que reforçava para além da vida toda a dimensão do sofrimento humano que a situação de rua pode infligir aos sujeitos.

Em linhas gerais, interessou-me pensar a respeito dessa relação que evidenciou a proximidade e centralidade da morte para a população em situação de rua, de modo a demonstrar como esse processo – que situo como sendo *um morrer outro* – era marcado fundamentalmente pela produção social do esquecimento através das práticas de obliteração da morte – que, por sua vez, era complementada com um esforço de aterramento do interesse público. O caráter irreversível deste processamento do morrer era interessante apenas para um dos lados deste campo de forças; aquele que era simultaneamente responsável por esta gestão do morrer e pela manutenção das condições de possibilidades mortíferas para este segmento da população.

Esta reflexão sobre um processo de morrer socialmente diferenciado, que revelava a produção social do esquecimento, eclodiu a partir do acompanhamento dessas três mortes que, ao virarem corpos e sob tutela da gestão de um complexo funerário, foram processados como “óbitos não comercializáveis”. Essa categoria se refere às inumações que o poder público oferece gratuitamente através da prefeitura municipal a todos aqueles que comprovem uma renda inferior a dois salários mínimos. Esse processamento do morrer, marcado no senso comum pelo signo da indigência, é o morrer reservado ao pobre identificado⁶, reclamado, mas sem condições financeiras de realizar um sepultamento em outro local, sendo o destinado usual daqueles que morrem em situação de rua. Tal processamento da morte envolve uma série de rotinas de trabalho e práticas burocráticas específicas, sendo marcado fundamentalmente pela imagem-símbolo que produz: a paisagem com as cruces numeradas, sem nenhuma referência mnêmica, em local à parte do cemitério, onde as covas são rasas e dispostas à revelia no solo. A noção sobre o “número invisível”, apontado pelo movimento social, todavia, tanto fazia referência direta a este lugar do cemitério quanto apreendia - a partir dos efeitos que esta forma de morrer produz na realidade – a noção de indignidade diante da morte – a qual os vivos e, no caso deste trabalho, as pessoas em situação de rua se esmeravam em escapar.

Tendo em vista esta fatídica paisagem na qual as cruces numeradas estão dispostas desalinhadamente no solo, sem nenhuma referência ou esforço para a manutenção da memória dos indivíduos jazidos ali, visualizei que era neste local, sobretudo, onde ocorria um processo

⁶ Engloba também, da mesma forma, os corpos não-identificados, os “desconhecidos” de todos os dias, que recebem o mesmo processamento e que também são sepultados neste local específico e reservado no espaço da necrópole.

de aceleração do tempo para a produção social do esquecimento. O dispositivo empregado nesse esforço era o da cova de decomposição rápida: um caixão de madeira ou mesmo papelão, a roupa que estiver à disposição, às vezes nu ou enrolado em um lençol, o corpo velado por trinta minutos, a inumação pelo período de três anos em um solo arenoso – o mais raso possível, de modo a otimizar a decomposição do corpo, visto que isso varia de acordo com a profundidade com que é depositado no solo – e a posterior exumação, de modo a oferecer a continuidade da utilização do espaço para outros corpos. Um processo, enfim, que reduz corpos a ossos a serem removidos da cova rasa para um ossuário onde tudo se mistura e, enfim, desaparece de forma irreversível. Cruzada essa linha da irreversibilidade, esse ponto de não-retorno da matéria em relação ao que fora no mundo dos vivos, eis, portanto, o esquecimento onde tanto o corpo quanto a memória são extirpados após o aterramento.

A partir dessa constatação, o que estava em jogo era refletir sobre aquilo que seriam os atravessamentos da noção de invisibilidade social – as relações de poder que a constitui - sobre a maneira como esta teria a capacidade de se transferir da vida para a morte. Esta transferência revelava um processo prolongado de erosão e apagamento da vida até completar-se no esquecimento mediante as descritas práticas de obliteração da morte. Isto é, não eram apenas corpos humanos que se decompunham nas covas de decomposição rápida, mas também – em um esforço coordenado - o interesse público sobre a identidade a que estes corpos pertenceram em vida. Faz pensar que a morte, pois, representa uma solução eficaz para a problemática que estas vidas representam diante das inescusáveis omissões estatais e negligências generalizadas.

Portanto, a construção da tese tentará enfrentar parte desse dilema ao focar na questão da morte e dos processos do morrer. Ao mesmo tempo, é necessário frisar que uma luta a favor da vida e dos vivos é estruturada e constituída a partir desses marcos narrativos e simbólicos do luto, que funciona tal qual um motor do ativismo político do MNPR. Diante disto, enfatizarei parte dessa luta política e social por visibilidade empreendida por esse movimento social na sua relação com o Estado, com os governos e com a sociedade brasileira. Outrossim, por outra via, me desafio a pensar o quanto a noção predominante de invisibilidade social atravessa o viver para se manifestar também – e de forma singular – nos processos que configuram uma experiência socialmente diferenciada do morrer que, através das práticas de obliteração da morte, resultam nisto que nomeei como sendo a produção social do esquecimento.

Necropolítica: sobre um extermínio continuado

Assentado sobre o símbolo maior do massacre da Praça da Sé, ocorrido em 2004, o MNPR requer para si outros símbolos atravessados pela questão da morte – citado anteriormente e no qual me detenho de novo a partir de agora – como o episódio do assassinato do indígena Galdino, em 1997, e a chacina da Candelária, em 1993, além de uma série de outros eventos que compõem “um mosaico dos horrores”. A cor característica deste movimento social é a vermelha, tanto na bandeira quanto nos demais adornos, de modo que foi escolhida como forma de frisar um contínuo derramamento de sangue da população em situação de rua no Brasil.

Para ilustrar, cito parte de uma entrevista realizada com Darcy Costa, na condição de representante do estado de São Paulo na coordenação nacional do MNPR.

O movimento nasce dentro deste contexto de morte. Um dos motivos para a bandeira ser vermelha é justamente porque simboliza o derramamento de sangue, não é nem uma questão partidária, mas uma questão simbólica mesmo, do sangue derramado. O sangue que está aí continuamente sendo derramado. A questão é que por conta da violência social, do próprio poder público, a falta de segurança pública, começaram a surgir chacinas, na cidade de São Paulo, no Rio de Janeiro, em vários pontos, Belo Horizonte, Paraná, no Nordeste também. E o fato que ocorreu com o índio Galdino, acho que foi um dos principais motores para se trazer aí toda uma discussão, quando puseram fogo nele lá e o mataram. A justificativa era de que pensavam que ele era um mendigo... Isso foi o motivo para abrir uma janela, uma porta para o desconhecido: aquele sujeito, que até então era tido como pejorativo, conhecido como ‘mindingo’ (sic), o homem do saco. Um sujeito perigoso, um pesadelo para a imaginação infantil. E nasce um movimento em 2004, que começa a trazer toda uma discussão sobre quem são de fato essas pessoas que estão em situação de rua, da onde elas vieram, porque que elas estão em situação de rua, sobre o qual o papel do Estado, da sociedade e do governo diante de tudo isso. (ENTREVISTA COM DARCY COSTA, 29/08/2019)

Percebe-se, enfim, a relação direta entre um ativismo político que visa os direitos sociais e o acesso à cidadania, que se orienta a partir da reivindicação de políticas públicas e serviços especializados, justamente através destes marcos fundacionais que funcionam como a síntese da negligência do Estado, dos governos e da sociedade de maneira geral: as narrativas sobre os massacres e as memórias sobre os mártires das ruas. Há um elo fundacional, portanto, uma vinculação direta entre a política, a vida e a morte que regularmente retorna aos símbolos do luto a partir da passagem anual do dia 19 de agosto – o Dia de Luta da População em Situação de Rua – de modo a produzir engajamento e ativismo político. Esse evento atravessado pelo morticínio – para além das outras mortes quotidianas que o reforçam – funciona como o principal combustível dessa luta social, como o atualizar de um vínculo permanente entre mortos e vivos de forma a repactuar a militância e reafirmar a relevância da causa do movimento social.

A morte do indígena Galdino – esta “porta que foi aberta ao desconhecido”, como dito por Darcy – incide num ponto sobre o qual a filósofa Judith Butler (2017; 2019) já se deteve e que vale ser pinçado para este contexto. Partindo das reflexões sobre o conceito de *vida precária* e a noção de *precariedade*, a autora demonstra a potência do vínculo formado entre a violência, o luto e a política. Para Butler (2019), interessa indagar sobre quais são os valores que oferecem a conceção para que uma vida seja passível de ser lamentada e enlutada; isto é, para que seja considerada viva e simultaneamente humana.

A filósofa defende que o “luto fornecesse um sentido de comunidade política de ordem complexa, primeiramente ao trazer à tona os laços relacionais que têm implicações para teorizar a dependência fundamental e a responsabilidade ética” (BUTLER, 2019, p. 43). Essa “dependência fundamental” de outros seres humanos para que haja vida é o que define a própria condição da vida ser precária, isto é, os limites da precariedade da vida. Já a “responsabilidade ética” é justamente o que nos permite avaliar criticamente e nos posicionarmos contrariamente às condições que fazem com que certas vidas humanas sejam mais vulneráveis em relação a outras, bem como que certas vidas provoquem maior luto do que outras ou que simplesmente sejam incapazes de provocá-lo. Ao enquadrar o fenômeno social da situação de rua nesses termos, este trabalho representa, por si só, um posicionamento.

Nesse contexto em que o luto é assimilado pelo MNPR a partir de uma identificação com o sofrimento da população em situação de rua, reivindicar o enlutamento para as vítimas do massacre da Praça da Sé – e das outras vítimas do “mosaico dos horrores” cotidianos – é um signo potente porque se questiona diretamente o fato de que, se a vida destas pessoas não é passível de luto, é justamente porque sequer chegou a ser reconhecida como tal. A precariedade, enquanto uma condição, enfim, funciona como uma força motriz que empurra os sujeitos para o abismo da morte e nos desafia a pensar – a partir dos termos de Butler – sobre como determinadas normas e valores operam e constroem sujeitos de diferentes modos de apreensão e reconhecimento (isto é, um enquadramento diferenciado) da própria da condição de precariedade, visto que há uma nítida distribuição diferencial do luto.

Ao retornar à relação entre Estado, sociedade e movimento social, vale frisar que esta narrativa fundacional do MNPR foi construída e mobilizada na tentativa de penetrar no tecido estatal, especialmente a partir da interface com o ativismo na área dos direitos humanos, ao ponto de senão se tornar legível ao Estado brasileiro – especialmente no âmbito do governo federal – pelo menos tornar-se inteligível enquanto uma problemática urgente neste período que compreendeu as duas primeiras décadas do século XXI. Foi somente a partir de um amplo processo político – que foi e permanece sendo levado a cabo até os dias de hoje – de repercussão

do massacre da Praça da Sé, em especial, que a inscrição política da população em situação de rua enquanto problemática social se tornou e permaneceu sendo possível. Essa renovação da noção de urgência sobre a problemática das vidas nas ruas é efetivamente mobilizada através do ativismo político pelos símbolos do luto.

Do massacre da Praça da Sé para cá, pode-se situar a relação do MNPR com o Estado brasileiro – especialmente com o poder executivo e os órgãos públicos no âmbito federal – como sendo marcadamente *a partir e contra o Estado*, construída desde uma aproximação com os representantes *que tem a caneta*, conforme foi destacado nos trabalhos de Schuch (2015) e Melo (2017), respectivamente, sobre os engajamentos da militância deste movimento social. A maior conquista, nesse sentido, foi e segue sendo o Decreto Presidencial nº 7053, que instituiu a Política Nacional para População em Situação de Rua (BRASIL, 2009a).

Assim, a relação com o Estado é complexa e se caracteriza por um princípio que mistura inclusão, oposição e exclusão, a qual destacarei na tese a partir de um recorte que envolverá o processo de produção de legibilidade estatal iniciado no primeiro Encontro Nacional da População de Rua, no ano de 2005, e que culminou no referido decreto, bem como no processo de judicialização sobre a demanda junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no que se refere a inclusão da referida população não-domiciliada no censo demográfico desta instituição.

Situarei isso em um capítulo à parte, juntamente com um exercício genealógico de pensar o histórico dos enunciados e nomeações das quais essa população foi alvo. Dessarte, tratarei sobre o quanto a luta política foi importante para se desvencilhar do emprego de categorias deformantes, cujo ganho, embora político e simbólico, sugere a afirmação de uma alteridade cujo processo de subjetivação ocorria no mundo da rua; um fator caríssimo, que interessa do ponto de vista analítico. Sítuo essa face como sendo a positiva – no sentido da biopolítica foucaultiana – dessa relação com o poder.

Resta-me agora retornar àquilo que seria a face negativa ou obscurecida – que está mais ao centro da minha atenção – dessa relação com o poder, de maneira a encarar e evidenciar um traço *necro* entre o que conecta a população em situação de rua com um poder de morte. Para pensar os processos da morte e do morrer, veremos o papel preponderante do fator racial como elemento de segregação do tecido social.

Retomo o disparador da pesquisa etnográfica: o processo de repercussão da morte de Paulo Ricardo e a construção da tese do extermínio pela falta de políticas públicas. Foi através da descrição das *existências-relâmpago* do homem alvejado, do homem espancado e da mulher estrangulada, que foi possível sintetizar em narrativas concisas o exato ponto no qual as relações

de poder atravessaram o viver e o morrer. Diante disso, os casos me fizeram pensar a permanência e atualidade da relação de soberania, que encontra no mundo da rua as condições ideais para operar, de modo a borrar as fronteiras entre o fazer morrer, o deixar morrer ou expor à morte.

Recorro novamente à entrevista com Darcy Costa, representante do Estado de São Paulo na coordenação nacional do MNPR. Quando pensou o fenômeno social da população em situação de rua, apontou para as raízes históricas da formação do Brasil de maneira a tensionar a relação entre tal fenômeno com a experiência colonial brasileira.

Existe uma resistência do governo na efetivação desses direitos sociais, principalmente na questão da transferência de renda. E também há uma grande dificuldade também na superação do preconceito. Porque já vem já de um preconceito antigo, desde a questão do vagabundo, aquele que tá na praça, que tá nas ruas. Aquele que depois não teve a sua carteira (*de trabalho*) assinada... Essa questão ela foi criada de fato, isso vem desde a colonização do nosso país. São consequências que vieram desde a colonização, os genocídios de povos tradicionais, que foram reduzidos a reservas indígenas, o comércio escravo, né, da vinda dos negros, economia escravagista. E depois, com a industrialização, vem o fim da escravidão e a exclusão do negro da força de trabalho... As mortes estão acontecendo, as pessoas estão morrendo e se fala até em um genocídio, e isto está muito ligado a questão da cor também, da raça. Quem mais morre? Qual é o maior número de pessoas que estão na miséria ou em situação de rua? Quem está mais encarcerado hoje? Se você for ver, em sua maioria, ainda são as pessoas pardas, negras e pessoas brancas de baixa renda, pobres. A questão racial ainda se faz muito presente. (ENTREVISTA COM DARCY COSTA, 29/08/2019)

Eis que a fala de Darcy apontou para um alçapão do colonialismo – este imenso subterrâneo, que ainda nos alcança na temporalidade do presente – que, por sua vez, remete diretamente a maior monstruosidade a nos assombrar: a memória vivificada do escravismo do negro. Esse apontamento há muito já foi sugerido por Michel Foucault (2010b), quando pensou o racismo de Estado como um fator determinante para funcionamento daquilo que chamou de biopoder. Nesse sentido, orientei minha reflexão teórica a partir desses escritos na interface com os usos feitos pelo pensador camaronês Achille Mbembe (2017; 2018), que a partir das ideias seminais de Foucault, cunhou o conceito de *necropolítica*, de modo a instrumentalizar uma reflexão que enquadra o papel preponderante da relação de soberania no contexto de uma bioeconomia que produz deliberadamente a morte através do signo da raça.

O autor estruturou o conceito de necropolítica partindo do conceito foucaultiano de biopoder, articulando-o com reflexões sobre os conceitos da soberania, do estado de sítio e do estado de exceção, presentes nos autores Giorgio Agamben e Hanna Arendt. Ao socorrer-se dos mencionados conceitos, o autor reorienta as abordagens e interpretações do biopoder, que interpelam os processos do viver e do morrer das populações, para abarcar, com o conceito de

necropolítica, novos contextos e territórios que não o europeu, o que necessariamente reinstalou essa discussão orientada sobre um racismo de Estado e amplificou-a. Para pensar a produção deliberada da morte e do morrer na modernidade, Mbembe advoga que o fator racial é fundamental.

Em um esforço de compreender o que Mbembe chamou de as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder de morte, recorro ao próprio autor quando refletiu sobre a *razão negra* e descreveu o neoliberalismo como sendo um capitalismo racial que se traduziu em uma imensa necrópole, cujo potencial foi o de justamente estender um elemento fundado na experiência do colonialismo, a produção do *Negro* e difundi-lo em várias partes do mundo. O autor defendeu que a noção que constrói o senso sobre o *Negro* passou a assumir “um novo caráter descartável e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização ao mundo inteiro” como sendo o *dever-negro do mundo* (MBEMBE, 2017, p. 18). Coloco o filósofo camaronês em diálogo com o que pontuou Darcy sobre quem morre no mundo da rua hoje: “em sua maioria, ainda são as pessoas pardas, negras e pessoas brancas de baixa renda, pobres”. Nessa perspectiva, os pobres não-negros também estão envoltos por esta pele ontológica a qual Mbembe sugere ao propor a condição de um *dever-negro do mundo*.

Nesse sentido, uma das maiores contribuições de Mbembe foi apontar que a lógica colonial cada vez mais se expande para todos os lugares do mundo, de modo que se faz urgente a reflexão sobre e a partir dos países e contextos que experimentaram o processo de colonização nos seus territórios em uma posição de subjugação. Se Foucault se debruçou sobre a centralidade da promoção e regulamentação da vida, Mbembe se propôs a pensar a centralidade da produção da morte em um mundo marcado pelo neoliberalismo, de modo a alargar o escopo da análise para além do contexto europeu, amplificando esse recorte através das experiências e realidades dos países que atravessaram o colonialismo e que permanecem marcados pela condição de colônias do Ocidente civilizado.

Mbembe propôs que pensemos a soberania como o poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer, constituindo os seus limites – fazer morrer, deixar viver ou expor à morte – o fundamento da relação que possibilita ao poder soberano exercer o controle sobre a mortalidade e definir a vida como implantação e manifestação do poder (MBEMBE, 2018, p. 5). Nas palavras do autor, o direito de matar nada mais é que a capacidade de definição da vida desejável, a vida que importa, e sua conseqüente separação da vida que é “descartável” (MBEMBE, 2018, p. 41). Daí a importância de se frisar o componente racial como central a qualquer discussão que envolva a morte, os mortos e os processos do morrer – em especial, a questão da distribuição diferenciada do luto. Isso se faz ainda mais necessário para se pensar a

especificidade do fenômeno social da população em situação de rua em um contexto como o brasileiro.

Quando cunhou o conceito de necropolítica, Mbembe articulou o poder disciplinar sobre os corpos e o poder regulamentador da vida, que caracterizam o biopoder foucaultiano, a este outro poder marcado por um traço *necro*. Este outro poder seria justamente a capacidade de produzir a morte, de reivindicar o direito de matar, deixar morrer ou expor à morte, bem como administrar, amearhar e gerir os processos do morrer. O que está em jogo para Mbembe é apontar para o exercício de poder marcado pela dominação, segregação e subjugação que resulta em uma produção sistemática da morte através desta singular articulação entre os sistemas de poder disciplinar, regulamentador e necropolítico que tem na questão racial um elemento fundamental: o seu ponto de corte. Não por acaso, o autor situa os contextos históricos de países como o Brasil como sítios privilegiados para as investigações do caráter necropolítico do poder.

Portanto, este esforço de pesquisa persiste na tentativa de pensar a população em situação de rua no Brasil baseando-se em uma abordagem necropolítica, ao mobilizar o conceito de *extermínio continuado* em um sentido político e analítico para refletir sobre a centralidade da morte, dos mortos e do processo do morrer específico desse contingente populacional. Proponho contextualizar essa reflexão através da historicização de um ativismo político, organizado na forma de um movimento social, que frequentemente recorre aos símbolos do luto de modo a atualizar um vínculo entre vivos e mortos como forma de repactuar a sua causa pública. Para tanto, oriento-me a partir das experiências etnográficas sobre as *existências-relâmpago* do homem alvejado, do homem espancado, da mulher estrangulada e das vítimas do massacre da Praça da Sé. Ao pensar a singularidade dos processos do morrer da população em situação de rua, que tem como característica a transferência da invisibilidade social dos processos do viver para os do morrer, conduzo a reflexão mediante a noção de produção social do esquecimento através das práticas de obliteração da morte.

Entrada em “campo”: sobre as técnicas de pesquisa

Enfim, gostaria de destacar algumas questões metodológicas as quais fiz uso ao longo da pesquisa etnográfica. Vale frisar que minha entrada em campo foi amparada pelo trabalho com fotografia e produção audiovisual. Em um primeiro momento, no contexto das atividades do MNPR que eclodiram em 2017, oferecer um registro fotográfico foi um fator preponderante para a “entrada em campo” e estabelecimento das relações de confiança a partir desta troca. Tratei de fazer uma cobertura do evento da vigília em homenagem ao Paulo Ricardo, bem como

da primeira oitiva e da posterior audiência pública realizadas na Assembleia Legislativa, de maneira a oferecer esse material fotográfico para ser utilizado nas redes sociais do movimento social no Rio Grande do Sul, que mantinha uma página na plataforma *Facebook*.

Foi somente no ano seguinte, a partir de 2018, que pude acompanhar com regularidade as reuniões semanais do grupo do MNPR-RS e, em algumas ocasiões, com menos assiduidade, as do coletivo do jornal Boca de Rua. Esses dois núcleos são suficientemente próximos, e alguns militantes do movimento social também eram e são integrantes do coletivo do jornal. Nesse período, o movimento social estava em processo de produção do 4º Congresso de Organização e Fortalecimento do MNPR, sediado no município de Cidreira, no litoral gaúcho, e produzido a partir do grupo organizado em Porto Alegre, que na época ainda promovia a ocupação urbana aldeia Zumbi dos Palmares, em um terreno ocioso pertencente à prefeitura municipal. Viajei com outras duas pessoas – dois profissionais do cinema, um diretor de fotografia e um técnico de som direto, os quais contratei com recursos próprios – e fiquei encarregado de produzir um registro audiovisual que deu origem ao documentário de curta-metragem *A vida é sempre um mistério* (2019)⁷.

Acredito que o vínculo definitivo em relação à confiança sobre mim, sobre a pesquisa que pretendia realizar e sobre o meu trabalho se deu no contexto da realização desse filme, que foi gravado ao longo de quatro dias de intensa convivência com militantes desse movimento social de várias partes do Brasil. Em 2019, depois de trabalhar um ano na pós-produção do filme, propus uma articulação entre o MNPR-RS e a Cinemateca Capitólio. Com a parceria, foi possível realizar uma “devolutiva” dessas imagens através da promoção de uma sessão exclusiva para pessoas em situação ou com trajetória de rua, além de profissionais da área da saúde, assistência social, estudantes e ativistas dos direitos humanos em uma sala de cinema.

Ao longo da tese, disponho de algumas fotografias, sempre de minha autoria, que de alguma maneira auxiliam a construir a reflexão ao longo dos capítulos. Nesse sentido, mais que ilustrar as reflexões aqui apresentadas, o conteúdo fotográfico persegue a centralidade da morte e dos processos que compõem o morrer para esse contingente específico da população, de modo que as fotografias, quando vistas isoladamente, compõem uma narrativa que vai ao encontro do argumento da tese, à medida que evolui ao longo dos capítulos. O uso das imagens acompanha

⁷ O filme está disponível gratuitamente na plataforma *YouTube* através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=X0-BJgm2CdU&t=651s>. Nesta plataforma, consta na descrição do vídeo o circuito de eventos e festivais em que ele foi exibido e informações adicionais sobre a equipe e os participantes. Foi acolhido como melhor filme pelo júri oficial do 9º Festival Internacional do Filme Etnográfico do Recife e agraciado com o Prêmio Ana Maria Galano na categoria de melhor curta-metragem durante o 45º Encontro Anual da ANPOCS.

o processo de reflexão perseguido ao longo da escrita, que se orienta por uma abordagem necropolítica que focaliza um ativismo político construído a partir dos símbolos do luto.

Destaco que, para o meu processo de escrita, o socorro a um banco de imagens produzidas ao longo da pesquisa foi importante para construir as descrições aqui apresentadas, especialmente em relação aos detalhes mais sensíveis que tendem a se dissipar com o passar do tempo. Assim, também utilizei o recurso de gravação de som direto dos eventos públicos dos quais participei, especialmente as audiências públicas que acompanhei e condensei neste esforço de pesquisa. Ainda que tenha mantido o hábito de escrever regularmente – no mesmo dia ou no dia seguinte aos principais acontecimentos – de modo a dispor as principais informações registradas em forma de notas etnográficas ao longo dos anos, o fato de possuir as gravações de som direto e a cobertura fotográfica sobre os eventos foi um diferencial para refinar o processo de reflexão e, especialmente, o de escrita.

Desse modo, os registros de som compuseram um acervo que reuniu tanto paisagens sonoras desses eventos públicos quanto de outros momentos, como marchas e passeatas, registros de cânticos e falas públicas em diferentes situações, bem como o conteúdo das entrevistas que realizei presencialmente ou por telefone, sempre informando sobre o recurso da gravação, de modo que esses registros foram consensuais e esclarecidos. Da mesma maneira que o banco de imagens, a possibilidade de retornar ao acervo de registros sonoros foi preponderante para o processo de reflexão e de escrita: isso permitiu que boa parte das falas e enunciações que aparecem ao longo do texto sejam rigorosamente fiéis àquilo que de fato foi dito, respeitando a forma como foi dito e com a possibilidade de detalhar e esmiuçar melhor o contexto em que foi dito.

Por fim, sobre a utilização dos nomes das pessoas que consultei ao longo da pesquisa, destaco que, em relação às atividades descritas no contexto de Porto Alegre, optei por somente informar a função social das pessoas que falaram durante as audiências públicas e contextos semelhantes os quais descrevi textualmente, de maneira a preservar a identidade dos ativistas, profissionais e apoiadores do MNPR, tendo em vista a possibilidade de perseguição política ou profissional – especialmente no âmbito da municipalidade de Porto Alegre. Quanto à descrição que fiz em Brasília, especificamente, também optei por utilizar nomes fictícios dos militantes do Rio Grande do Sul, ao passo que mantive o nome verdadeiro e a função social das autoridades públicas e dos militantes que integravam a coordenação nacional deste movimento social, os quais fizeram falas públicas no púlpito da Câmara Federal ou em carros de som.

Optei por manter os nomes verdadeiros das pessoas que entrevistei ao longo da pesquisa, à exceção daqueles que ofereceram testemunhos sobre os três casos de assassinato em Porto

Alegre. Sobre essas pessoas que foram assassinadas e cujos crimes demarcam o disparador da pesquisa etnográfica, decidi manter o nome verdadeiro de Paulo Ricardo, entendendo que o luto oferecido a sua pessoa foi o que demarcou o processo de repercussão que envolveu a descoberta de novos crimes. Optei por manter o nome de Rodrigo, conhecido como “Pelezinho”, visto que a investigação sobre o atentado que redundou na sua morte sequer foi encerrada, de modo que os seus agressores até hoje estão impunes. Em relação a Ana Maria, contudo, escolhi preservá-la a identidade por entender que as circunstâncias que envolveram a sua morte foram demasiado perversas e que o esclarecimento sobre o seu nome verdadeiro não traria nenhum acréscimo à reflexão; soma-se a isso o fato de que o inquérito policial que investigou o crime do qual foi vítima foi arquivado, isto é, não foi apresentada denúncia no âmbito judicial.

Resumo dos capítulos

No Capítulo 1, dou início à descrição sobre o assassinato de Paulo Ricardo Camargo de Oliveira, morto a tiros na Praça da Matriz, no Centro Histórico de Porto Alegre. Intitulado “O homem alvejado”, o texto apresenta os últimos momentos da vida deste militante do MNPR e integrante do jornal Boca de Rua, bem como acompanha o processo político de repercussão dessa morte. Apresenta-se a articulação do conceito de *existências-relâmpago*, de Michel Foucault (2010a), com o de *vida precária*, da autora Judith Butler (2017), para em seguida tensionar – a partir da narrativa “oficial” que foi construída e divulgada a respeito do caso – certo esforço em desidratar o interesse público sobre o episódio e culpabilizar a vítima pela situação em que se encontrava, de modo a legitimar a violência que sofreu – dinâmica a qual Melo (2017) apontou como sendo a tese da “presunção da violência endógena”. No contexto de uma vigília e de um ato público, realizado na praça em que Paulo Ricardo foi morto e na frente da sede do Palácio da Justiça, descrevo a relação específica entre o luto e o ativismo político no contexto específico desse movimento social, na esteira de um crime ocorrido “no coração de Porto Alegre”. Outras narrativas a respeito desse crime e sobre quem era Paulo Ricardo são apresentados a partir de entrevistas e da consulta ao inquérito policial que investigou o caso. Em seguida, apresento e reflito a respeito das noções de “velas da visibilidade” e de “número invisível”.

No Capítulo 2, apresento a descrição da agressão física que resultou na morte de Rodrigo da Silva Veloso, conhecido como “Pelezinho”, uma pessoa em situação de rua que trabalhava com a catação de materiais recicláveis e que havia pouco tempo tinha passado a ser colaborador do jornal Boca de Rua. Considerando a noção de *existências-relâmpago*, o texto intitulado “O

homem espancado” inicialmente segue o processo de repercussão da morte de Paulo Ricardo para depois focar nas circunstâncias da morte de Rodrigo. Durante a participação dos representantes do MNPR em uma reunião da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, houve a solicitação para a realização de uma audiência pública que objetivasse uma resposta das autoridades públicas competentes sobre os referidos crimes.

A partir do tema de que tratou a audiência pública – “Extermínio, agressões e a falta de políticas públicas para o povo da rua” – introduzo pela primeira vez a tese política do movimento social: um extermínio causado pela falta de políticas públicas. Nesse ponto, reflito sobre o luto como forma de inscrição política de uma problemática que articulava as mortes e a situação de rua. Através de Sahlins (1990), enfim, exponho as mortes enquanto “acontecimentos” que foram tornados “evento” a partir da interpretação do movimento social, que apresentou a tese sobre um extermínio devido à falta de políticas públicas. Com base em entrevistas, reflito a respeito das narrativas produzidas sobre a morte de Rodrigo e sobre o fato de que o inquérito policial que investiga o crime até hoje permanece em aberto. Destaco também, enfim, uma terceira denúncia de homicídio de pessoa em situação de rua que ocorreu durante aquela audiência pública.

No Capítulo 3, descrevo o assassinato da pessoa em situação de rua que foi denunciado durante a audiência pública “Extermínio, agressões e a falta de políticas públicas para o povo da rua”. Intitulado “A mulher estrangulada”, o texto apresenta os últimos momentos da vida de Ana Maria, encontrada morta, nua, enrolada em uma lona plástica dentro de um contêiner de lixo no centro de Porto Alegre. Ana Maria recentemente havia voltado a frequentar a Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre e apresentava sintomas de sofrimento psíquico, tendo sido diagnosticada com esquizofrenia. Uma vez descritos os três assassinatos, apresento o conceito de necropolítica, do autor Achille Mbembe (2017; 2018), para pensar sobre centralidade da morte e as especificidades da produção e gestão do morrer socialmente diferenciado o qual a população em situação de rua experimenta.

Partindo de informações confirmadas na consulta ao inquérito policial que investigou essa morte, reflito sobre a categoria das “outras mortes matadas”, empregada para explicar a relação entre a morte de Ana Maria e uma sucessão de falhas estruturais que impediram o seu devido acolhimento nos sistemas de saúde e socioassistencial. Tomando como referência a morte de Ana Maria, enfim, destaco algumas rotinas de trabalho e práticas burocráticas endereçadas à categoria dos “óbitos não comercializáveis” no complexo funerário de Porto Alegre. Nesse contexto, a partir de uma consulta com a Central de Atendimento Funerário, ofereço uma estimativa a respeito da quantidade de pessoas que morrem em situação de rua

anualmente no município e apresento a questão da subnotificação do registro da “situação de rua” nas certidões de óbito.

No Capítulo 4, invisto em uma discussão sobre população em situação de rua no contexto do Brasil a partir do conceito da governamentalidade. A eclosão do massacre da Praça da Sé, no ano de 2004, é o mote reflexivo sobre a interlocução entre a administração pública federal e o ativismo em direitos humanos do MNPR que demarcou, finalmente, a entrada da população em situação de rua enquanto uma categoria de gestão estatal na primeira década dos anos 2000. Situo os acontecimentos do 1º Encontro Nacional da População de Rua (BRASIL, 2006), a realização do 1º Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (BRASIL, 2009b) e a promulgação do Decreto Presidencial nº 7053, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009a) enquanto um processo de produção de legibilidade estatal e inscrição política da população em situação de rua ao nível governamental. De modo complementar a esse esforço, ofereço um rápido resumo sobre os principais enunciados e nomeações que, historicamente, classificaram e estigmatizaram esse seguimento da população brasileira.

A partir do 1º Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, ofereço informações e variáveis socioeconômicas, etárias, raciais e demográficas, entre outras, para pensar a referida população enquanto um fenômeno social. Relaciono essas informações com outras estimativas demográficas oferecidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicadas (IPEA) e discuto, enfim, a judicialização da demanda sobre a inclusão das pessoas em situação de rua no instrumento decenal do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). À luz da teoria do giro decolonial e das reflexões de Achille Mbembe sobre raça, modernidade e colonialismo, invisto na correlação entre raça e população em situação de rua no Brasil a partir do histórico de criminalização das condutas da mendicância e da vadiagem.

No Capítulo 5, retomo o evento fundacional do MNPR, conhecido como o massacre da Praça da Sé, ocorrido em São Paulo, no ano de 2004, e conduzo a reflexão com base nesse terrível acontecimento. Apoiado em uma série de notícias de jornal que integram um dossiê da Associação Rede Rua e de outras fontes documentais, reconstruo uma narrativa sobre a série de assassinatos e tentativas de homicídio que constituem esse massacre. Apresento as linhas de investigações que circularam à época e entrevisto alguns personagens marcantes daquele período, como o promotor de justiça que apresentou a denúncia sobre o caso, o padre que encampou uma luta por justiça e esclarecimento dos assassinatos e tentativas de homicídio, além de um militante do MNPR tido como um “sobrevivente” do episódio. Em seguida, reflito

sobre a articulação fundamental entre a morte, o luto e o ativismo político em nome da causa da população em situação de rua.

Em relação ao processo de morrer socialmente diferenciado que a população em situação de rua experimenta, sítuo a *existência-relâmpago* de uma das vítimas do massacre da Praça da Sé – o “Desconhecido” – para aprofundar a reflexão acerca do entrelaçamento entre situação de rua e morte. Apresento outras etnografias que se debruçaram sobre os processos da morte e do morrer na sociedade brasileira para pensar a especificidade desses engajamentos e a substancial diferença que possuem em relação ao ativismo político encampado em relação à população em situação de rua. Invisto sobre as pesquisas que se dedicaram aos familiares de vítimas da violência letal, aos familiares de vítimas de desaparecimento forçado e aos familiares de vítimas de mortos e desaparecidos políticos no período da ditadura militar e as rotinas de trabalho em contextos como o Instituto Médico-Legal. Ante o contraste com a realidade desses outros grupos estudados, em síntese, destaco a complexidade do agenciamento político da morte, do morrer e do luto em relação à população em situação de rua.

No Capítulo 6, descrevo um longo deslocamento rodoviário entre Porto Alegre e Brasília realizado com os militantes do MNPR-RS para participar da passagem do Dia de Luta da População em Situação de Rua – o 19 de agosto, que alude ao massacre da Praça da Sé. Intitulado “Dias de luta”, procuro detalhar a experiência de observação participante a partir desta viagem de 36 horas de duração e as experiências sobre o período em que permanecemos acampados em um parque da capital federal. Durante a passagem do Dia de Luta da População em Situação de Rua do ano de 2019, o movimento social organizou delegações de 16 estados para uma marcha pela esplanada dos ministérios que mobilizou mais de 300 participantes; em sua grande maioria, pessoas em situação ou com trajetória de rua.

Analogamente, descrevo duas atividades realizadas dentro da Câmara Federal: a primeira, o lançamento de uma Frente Parlamentar Mista em defesa dos direitos da população em situação de rua; a segunda, a realização de uma audiência pública intitulada “Dia de Luta da População em Situação de Rua”. Entrevisto um sobrevivente do massacre da Praça da Sé e um dos fundadores do MNPR. Apresento as duas principais demandas do MNPR apresentadas nesta reunião: fazer pressão favorável à inclusão da população em situação de rua no Censo Demográfico do IBGE e à instituição do dia 19 de agosto no calendário nacional brasileiro. Destaco, por fim, a relação entre a morte, o morrer e o ativismo político desse movimento social que reinaugura e repactua constantemente sua militância contra um extermínio continuado cujo símbolo maior é o fatídico massacre da Praça da Sé.

1 O HOMEM ALVEJADO

A narrativa na qual me detenho agora detalha os últimos momentos da vida de Paulo Ricardo Camargo Oliveira, a partir da reconstituição do seu assassinato em uma praça, no centro de Porto Alegre, aos 36 anos de idade. Ele era integrante do projeto do jornal Boca de Rua, periódico em que atuava como repórter e também como cartunista. Em situação de rua há alguns anos, era aluno egresso da Escola Porto Alegre e também militava pelo Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Sul (MNPR-RS).

Com altura de cerca de um metro e sessenta, aproximadamente setenta quilos, Paulo Ricardo era um homem branco, de cabelos encaracolados e rosto imberbe. O fato de não possuir barba colocava seu rosto em evidência, um rosto claro, com poucas marcas de expressão. Não fosse o olhar penetrante, quem o encarasse lhe daria uma idade menor do que tinha. Articulado no uso das palavras e com personalidade forte, era uma presença sempre destacada por onde circulava.

À época do crime, Paulo Ricardo estava há alguns meses pernoitando em uma barraca improvisada na Praça da Matriz, um local de circulação de pessoas na cidade e bastante simbólico por ser a praça dos três poderes no Rio Grande do Sul. A praça se chama Marechal Deodoro, mas a menção faz referência à Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Madre de Deus, a Catedral Metropolitana, localizada na região do Centro Histórico de Porto Alegre.

Tal qual a praça, Paulo Ricardo ganhou das pessoas em situação de rua que o conheciam uma alcunha que remetia ao lugar onde passava a maior parte dos seus dias: “Paulinho da Matriz”. Às 17h20min de uma segunda-feira, no dia 20 de março de 2017, Paulo Ricardo estava na sua barraca improvisada, a qual fazia de moradia, quando foi alvejado por cinco disparos de arma de fogo. Atingido pelas costas, ele veio a óbito no interior da praça que fica às portas da igreja, em frente às sedes dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, em plena luz do dia.

Naquela tarde, no interior do prédio da Assembleia Legislativa, uma reunião da Comissão Especial de Segurança Pública foi interrompida por alguns momentos quando se ouviram os disparos, o que surpreendeu o alto escalão dos representantes da segurança pública e os deputados estaduais que estavam reunidos ali. Afinal, não era corriqueiro disparos de arma de fogo naquela área central. Rapidamente os seguranças da Assembleia Legislativa, policiais militares que guarneciam a sede do governo estadual e uma viatura da Força Nacional de Segurança Pública, que passava pela região do centro, se dirigiram até o interior da praça. Ali constataram um corpo caído no chão, resultado de uma execução. Foram chamados os peritos do Instituto Geral de Perícias e os investigadores da polícia civil.

O cenário estaria completo com a presença dos jornalistas, dos moradores dos condomínios ao redor da praça e dos curiosos que passavam por ali, além de um grupo de pessoas em situação de rua que presenciara o ocorrido. Houve uma tentativa de reanimar a vítima dos disparos, por iniciativa espontânea de alguns populares que estavam na praça, realizando-se uma massagem cardíaca no homem alvejado. Uma equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) foi chamada e se deslocou até o local, mas era tarde: o homem de 36 anos, “morador de rua”, estava morto.

Com o assassinato, o lugar em que Paulinho passava a maior parte dos seus dias na Praça da Matriz virara uma cena de crime. Jazia um corpo próximo a um barraco improvisado com lonas, que estava perto de um carrinho de supermercado com alguns poucos pertences no seu interior, entre o colchão, os caixotes de madeira, o balde, a cadeira e a estrutura improvisada de um banco, onde havia também um espelho e uma mangueira de jardim. Todos estes objetos dispostos e espalhados dentro de um espaço gradeado de poucos metros quadrados.

De uma árvore até outra, uma corda que havia sido esticada e que dava sustentação para alguns lençóis, cobertores e lonas plásticas, fazia as vezes tanto de varal quanto de uma parede. Sobre as grades metálicas, outros cobertores estavam estendidos, assim como uma toalha com o símbolo do Grêmio e uma sacola com o logotipo do jornal Boca de Rua. Havia o crachá com a identificação de Paulo Ricardo, que ele usava para vender jornais nas ruas da cidade. Jazia ali o corpo de um homem branco que fora alvejado ao lado dessa barraca improvisada, próximo ao tronco cortado de árvore. Em uma das árvores, uma palmeira imperial plantada no interior do espaço gradeado, que servia como base para a estrutura de lonas, sobressaía-se uma bandeira de cor azul do movimento social em que Paulo Ricardo militava: o Movimento Nacional da População de Rua.

Baleado por cinco disparos de arma de fogo, Paulo Ricardo viveu seus últimos momentos sozinho, combalido ao lado da sua barraca. Foi encontrado de bruços, vestindo apenas uma bermuda e com uma camiseta de cor verde com a palavra “Brasil” inscrita em amarelo sobre os ombros. Os tiros perfuraram as costas, o peito e uma das axilas. Morreu de olhos abertos. Como não foram encontradas cápsulas na cena do crime, se supôs que o atirador utilizou um revólver. Preso em uma das árvores, um projétil deformado foi recolhido da cena do crime como uma prova material.

O atirador, que estava acompanhado de uma segunda pessoa, efetuou os disparos e fugiu em direção ao centro, deixando cair no local do crime um telefone celular e um pé de chinelo. O corpo de Paulo Ricardo foi retirado da Praça da Matriz. Posteriormente, foi periciado pelos

funcionários do Instituto-Geral de Perícias e encaminhado ao Departamento-Médico Legal (DML), onde deveria ser identificado e reclamado para o sepultamento.

1.1 Vida precária

Antes de prosseguir o acompanhamento sobre a repercussão da morte de Paulo Ricardo, de se fazer a transição da sua identidade para a narrativa que o aprisiona como o homem alvejado, gostaria de pensar o caso através do conceito de vida precária proposta pela filósofa Judith Butler (2017; 2019). A autora defende que são os nossos modos culturais de regular as disposições afetivas e éticas que promovem um enquadramento seletivo e diferenciado da violência. Ainda que reflita sobre estas questões a partir do estudo sobre os contextos de conflitos bélicos entre nações, seria perfeitamente possível relacionar seus argumentos com os processos da morte e do morrer específicos da população em situação de rua.

Neste caso, o assassinato ocorrido na Praça da Matriz será o pano de fundo para uma reflexão a partir de um exercício de recepção das narrativas que envolveram a sua morte. É no contexto de eclosão das discursividades que vieram a público para explicar este acontecimento e a partir da manutenção das linhas interpretativas no mundo real que visualizamos o jogo de poder implícito e explícito à morte do homem alvejado, bem como o processo do morrer singular que alcança a complexidade da situação de rua. A execução de Paulo Ricardo explicita um poder de morte que fora reivindicado, ao passo que, implicitamente, evidencia certo consenso e permissividade para que se morresse e se fizesse matar naquelas condições em que ele se encontrava.

Consideremos a provocação de Michel Foucault (2010a) sobre pensar as “existências-relâmpago” de outros tempos e lugares, aqueles cujas vidas foram abreviadas pelo choque com o poder, o confronto com ou contra ele, que foram aprisionados em narrativas como esta do homem alvejado, uma cruel síntese que recorta no real o terror dos últimos momentos da vida de um homem de nome Paulo Ricardo. A partir disto, o que está em jogo é compreender, sublinhar, destacar esta dita seletividade do enquadramento diferencial da violência, um processo marcado por um jogo de tensão entre diferentes moralidades, constituindo-se o próprio exercício etnográfico – que se dedica à descrição do infortúnio, do martírio pessoal, da tragédia social – um monumento jamais concedido. Vidas cuja precariedade das relações sociais que as constituíam reverberava o caráter seletivo, arbitrário e estigmatizado de como eram apreendidas sem ser reconhecidas como vidas dignas de serem vividas – o que justifica as suas mortes não serem passíveis de luto.

Em relação aos enquadramentos afetivos e éticos sugeridos por Butler (2017), seria interessante pensar como a questão das moralidades atravessam o mundo da rua, que tende a individualizar esta condição singular de existência a partir dos hábitos individuais dos sujeitos, excluindo, por vezes, a questão histórica e estrutural que compõe o problema enquanto um fenômeno social complexo. A incidência das moralidades e os seus efeitos ficarão bastante evidentes quando nos debruçarmos sobre este caso de morte em específico, a partir das versões e dos rumores que povoaram e que serão evidenciados na narrativa e nas linhas de interpretação do acontecimento. Em relação às moralidades, aponto que são mobilizadas enquanto forças legitimadoras dos acontecimentos - no sentido de Didier Fassin (2018a; 2018b), a partir de como os agentes sociais concretamente operaram diante dos conflitos morais no cotidiano, bem como sobre o quanto tais conflitos são reveladores das sociedades as quais estudamos. O caso do homem alvejado no centro de Porto Alegre nos serve como exemplo, especialmente quando nos detemos ao conflito moral que sua morte instaura. Por um lado, um processo de repercussão da sua morte, o oferecimento de uma vigília e um ato político no local do seu assassinato, a humanização da sua trajetória; por outro, a ampla difusão de uma linha de interpretação que o colocava sob suspeição ao imputar a ele a acusação de tráfico pelo fato de ter sido executado por pessoas vinculadas a uma facção criminosa, por possuir na ficha policial uma prisão por posse de entorpecentes e por encontrar-se em situação de rua.

Retornando ao argumento de Judith Butler (2017), uma vida específica não pode ser considerada lesada ou perdida se não for primeiro considerada viva; isto é, definir aquilo que é vivo passa por enquadramentos epistemológicos – “há ‘sujeitos’ que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há ‘vidas’ que dificilmente são reconhecidas como vidas” (BUTLER, 2017, p.17). A partir do caso do homem alvejado, executado à luz do dia em uma praça no centro de Porto Alegre, questiono: a vida desta pessoa em situação de rua era considerada viva? A problematização desta morte na esfera pública promovida pelo Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Sul (MNPR-RS) e outros representantes da sociedade civil, que realizaram uma vigília no local onde o crime foi consumado, bem como articularam uma audiência pública na Assembleia Legislativa para debater a violência contra o e no mundo da rua, pareceu pôr à prova outro importante questionamento teórico desta autora: uma vez considerada viva, seria a vida do homem alvejado passível de luto?

Partindo das reflexões Judith Butler (2017; 2019), centramos a atenção sobre o quanto esta possibilidade de uma vida ser considerada passível ou não de luto expõe o paradigma da condição de precariedade.

o luto serve à vida que já foi vivida e pressupõe que esta vida está terminada, (...) o fato de ser passível de luto é uma condição do surgimento e da manutenção de uma vida. (...) Sem a condição de ser enlutada, não há vida, ou, melhor dizendo, há algo que está vivo, mas que é diferente de uma vida. (...) A apreensão da condição de ser enlutada precede e torna possível a apreensão da vida precária. (BUTLER, 2017, p. 32-32)

Seguindo a reflexão da autora, quando pensou a questão da morte e da relação social, Butler (2017) defendeu que a condição de ser reconhecido precede o reconhecimento em si, no sentido de haver um ideal normativo como condição preexistente ao ato de reconhecer – “trata-se, contudo, de saber como essas normas operam para tornar certos sujeitos pessoas ‘reconhecíveis’ e tornar outros decididamente mais difíceis de reconhecer” (BUTLER, 2017, p. 20). Neste sentido, a autora apresenta a noção de apreensão enquanto um modo de conhecimento e de inteligibilidade, que ainda não é reconhecimento.

Afirmar que uma vida é precária exige não apenas que a vida seja apreendida como uma vida, mas também que a precariedade seja um aspecto do que é apreendido no que está vivo. Do ponto de vista normativo, o que estou argumentando é que deveria haver uma maneira mais inclusiva e igualitária de reconhecer a precariedade, e que isso deveria tomar forma como políticas sociais concretas no que diz respeito a questões como habitação, trabalho, alimentação, assistência médica e estatuto jurídico. (...) Afirmar que uma vida pode ser lesada, por exemplo, ou que pode ser perdida, destruída ou sistematicamente negligenciada até a morte é sublinhar não somente a finitude de uma vida (o fato de que a morte é certa), mas também sua precariedade (porque a vida requer que várias condições sociais e econômicas sejam atendidas para ser mantida como uma vida). A precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro (BUTLER, 2017, p. 30-31)

Em outras palavras, a condição da precariedade serve à reflexão porque demonstra que a vida exige suporte e determinadas condições possibilitadoras, tanto para poder se tornar uma vida vivível quanto, sobretudo, ser considerada uma vida passível de luto. A narrativa sobre os últimos momentos do homem alvejado - tornado uma “existência-relâmpago” a partir do momento em que sua trajetória foi abruptamente abreviada e transformada naquilo que se diz sobre ela - é a descrição de um confronto contra um poder que o aniquilou e está no centro do paradigma da precariedade que, nos termos de Butler (2017), envolve a apreensão e o reconhecimento. Vale reforçar que a possibilidade de uma vida ser passível de luto é um pressuposto para toda vida que importa, isto é, reconhecida e necessariamente apreendida como tal.

Avançando na reflexão, o que está diante de nós seria justamente compreender a possibilidade tanto da distribuição diferencial da precariedade quanto de um enquadramento diferencial desta condição. Esta disparidade distributiva e enquadramento diferenciado da

precariedade, seguindo a autora, faz com que “aqueles cujas vidas não são ‘consideradas’ potencialmente lamentáveis e, por conseguinte, valiosas, são obrigados a suportar a carga da fome, do subemprego, da privação de direitos legais e da exposição diferenciada à violência e à morte” (BUTLER, 2017, p. 45-46). Neste sentido, argumentar pela precariedade da vida “é afirmar que a possibilidade de sua manutenção depende, fundamentalmente, das condições sociais e políticas, e não somente de um impulso interno para viver” (BUTLER, 2017, p.40).

No contexto de apreensão deste conceito de Judith Butler (2017; 2019) a partir do caso empírico do homem alvejado, descrevo a seguir um momento específico que, no meu entender, evidencia e tensiona esta reflexão sobre a condição da precariedade. Pouco tempo antes de ser morto, Paulo Ricardo foi abordado pela polícia militar, que descreveu o seu comportamento como “muito agitado” naquela tarde.

1.2 “Muito agitado”

Tão logo foi confirmada a morte de Paulo Ricardo, o crime já se consolidava como um caso emblemático da violência na cidade de Porto Alegre: uma execução por arma de fogo, na área central, à luz do dia. Morto às 17h20min, poucas horas depois, o caso era repercutido na televisão nos noticiários da noite e em sites de notícia. No dia seguinte, circulava a informação em jornais impressos e era esmiuçado e escrutinado o caso com apuração jornalística através da descrição do ocorrido e de entrevistas com autoridades.

O homicídio de Paulo Ricardo adquiria um caráter de fato jornalístico e não propriamente de notícia, uma vez que mobilizava interpretações que destoavam das circunstâncias do crime em si, mas que reforçavam uma narrativa mais ampla, englobando um contexto de sensação de insegurança dos moradores do centro. Portanto, para além das motivações do crime em si, o assassinato na região central da cidade funcionou para alavancar esta pauta jornalística que abordava o aumento da violência urbana partindo das circunstâncias específicas deste crime como um disparador: execução por arma de fogo, à luz do dia, em uma praça situada em frente às sedes dos três poderes do Estado do Rio Grande do Sul.

Dentro da aglomeração que se formou momentos após o crime, o pronunciamento que um dos policiais militares ofereceu à imprensa tratou logo de colocar a vítima sob suspeição. Este policial, um tenente coronel, informou que, naquela tarde, Paulo Ricardo fora abordado por policiais militares cerca de quinze minutos antes de ser morto, nas proximidades da Praça da Alfândega, que fica a duas quadras da Praça da Matriz. Este oficial da polícia militar revelou, em entrevista realizada junto a um dos gradis metálicos que caracterizam a praça, com o

trabalho da perícia ao fundo, que havia uma orientação de intensificar as abordagens em alguns locais do centro para coibir os furtos de celulares e os assaltos a pedestres, além de apreender armas, averiguar e encaminhar pessoas foragidas da justiça.

Neste contexto, o policial militar disse que Paulo Ricardo fora abordado e que estava “muito agitado” naquela tarde, que não saberia precisar por qual motivo. Disse que havia consultado as outras pessoas em situação de rua que o conheciam e que estavam ali no momento do crime e nem mesmo elas souberam precisar o motivo da sua agitação. Ainda na cena do crime, uma orientação era dada aos repórteres e, curiosamente, esta orientação levava a uma linha interpretativa cuja tensão estava na questão geral “por que Paulo Ricardo estava muito agitado?” e não “quem matou Paulo Ricardo e por quê?”. Cabe destacar, portanto, que a origem desta distorção interpretativa que serviu perfeitamente para deslegitimar o lugar da vítima no referido crime, em uma entrevista oferecida com o trabalho da perícia ao fundo, se deu com o corpo ainda na cena do crime; antes mesmo de qualquer investigação. Ao torcer e relativizar o lugar da vítima, esta sugestão de linha interpretativa oferecida pelo tenente coronel fez com que vítima e agressores pertencessem a um mesmo grupo ou ambiente social.

A interpretação deste policial militar de alta patente na apuração jornalística funcionou para referendar uma versão oficial sobre um fato no mundo social que viria a ser um foco da atenção pública. Quando o policial militar disse que o ocorrido se tratava de uma execução, automaticamente se fez a correlação sobre uma suposta simetria e conflito entre os assassinos e o homem alvejado. Nas reportagens veiculadas nos jornais, sites e blogs no dia seguinte ao crime, além dos detalhes acima destacados, constava uma informação aparentemente isolada, deslocada do interesse central sobre as motivações do crime – “quem matou e por quê?”. Esse dado fazia uma menção direta ao passado de Paulo Ricardo: o fato de ele possuir na sua ficha criminal uma prisão por posse de drogas. Contudo, como destaque a seguir, os próprios elementos que se apresentavam na cena do crime, a moradia improvisada de Paulo Ricardo na Praça da Matriz, serviriam para conferir materialidade ao fato de que ele não era traficante de drogas, ainda que tivesse uma passagem por posse ou mesmo que fizesse uso de alguma substância ilegal.

Em sua etnografia sobre os percursos de engajamento dos militantes da população em situação de rua no Brasil, Tomás Melo (2017) reflete sobre a tese da “presunção da violência endógena” como sendo uma deliberada tentativa de incriminar as próprias vítimas dos crimes sofridos. Nas palavras do autor, há uma fórmula que se repete: o fator situação de rua, quando atrelado ao consumo de drogas, serve ou para dar os casos por encerrados ou para esvaziar o interesse público, tornando os crimes autoexplicativos e legitimando a ação dos agressores.

Aparentemente, o argumento de que a violência é causada pelo próprio grupo é utilizado como subterfúgio para não apurar a fundo os fatos. Consequentemente, não parece haver qualquer continuidade no que diz respeito à publicação destas informações, culminando em certa fórmula que se repete: pessoas morrem, os fatos são noticiados, indica-se a continuidade das investigações, o fato nunca volta a ser abordado. Quando as mortes são atreladas às insistentes representações sobre a criminalização da população de rua, culmina no que venho me referindo como presunção de violência endógena: forma compulsiva de explicar ou entender determinados atos, presumindo que os perpetradores são sempre pessoas do mesmo grupo da vítima, balizado pelos estigmas do grupo social a que pertencem e que se supõem propensos à violência, degeneração, crime, dentre outros atributos negativos. Frequentemente, o processo culmina na legitimação dos atos enquanto autoevidentes e previsíveis, provocando também indiferença, culpabilização e negação de sua condição de vítima. (MELO, 2017, p. 119)

Esta suspeição sobre a vítima, revelada ainda na cena do crime, antes mesmo do corpo ser retirado do interior daquela praça, se confirmou quando foi exposta na mídia a linha de investigação que orientava os trabalhos da polícia civil em relação ao caso: disputa por território do tráfico de drogas. A racionalidade empregada diz muito sobre o modo como as forças de segurança pública do Estado operam e encaminham as situações que envolvem a população de rua em cenários marcados pelo comércio e uso de drogas.

A lógica do que estava sendo sustentado pelo tenente coronel era simples. Se a vítima possuía prisão por posse de drogas e vivia em situação de rua, era um usuário de drogas. Se era um usuário de drogas e estava “muito agitado”, estava sob efeito de drogas. Se estava sob efeito de drogas naquela tarde e fora executado naquele local que era de conhecimento dos policiais militares como um ponto de comércio de drogas, logo, além de usuário, também era traficante de drogas. Ainda que essa conjunção de possibilidades e presunções se revelaram imprecisas, era esta apreensão sobre Paulo Ricardo o que tornava matável e cuja vida não era passível de luto – isto é, sua vida era apreendida como algo vivo, embora não fosse inteligível como digna de ser vivível.

1.3 “No coração de Porto Alegre”

A morte do homem alvejado permitiu destravar uma reflexão que articulou noções como violência urbana e sensação de insegurança da população em uma perspectiva ampla. A própria escolha do tratamento sobre o fato, a intenção de amplificar o escopo do caso ao invés de mergulhar no universo da vítima, por exemplo, é um elemento que fala por si. Ao se referir a Paulo Ricardo com o termo “morador de rua”, em um primeiro momento, se frisava um caráter de vulnerabilidade a ele atribuído. Entretanto, logo em seguida, esta classificação era

mobilizada a partir de outras moralidades que o colocavam na condição de usuário e em seguida de traficante de drogas. Na apuração jornalística, contudo, o homicídio do “morador de rua” ficou em um plano secundário em relação ao local onde o crime ocorreu e os efeitos causados pelo acontecimento. O local, a Praça da Matriz, passou a ser qualificado nos veículos de comunicação como estando situado “no coração de Porto Alegre”, em “um dos pontos turísticos” da cidade. O local apareceu também como a “Praça dos Três Poderes”, ressaltando que se localizava “a poucos metros do Palácio Piratini”.

No tratamento oferecido pelo jornalismo televisivo, havia as gravações realizadas na cena do crime minutos após o fato através de entrevistas com pessoas que estavam com crianças no parquinho ou que passeavam com o cachorro no momento do crime. Para fortalecer a narrativa da insegurança e do aumento da violência, o depoimento delas reforçava a surpresa, o medo e a angústia: umas disseram que se jogaram ao chão, algumas falaram que saíram correndo enquanto outras ficaram paralisadas, atônitas, sem reação. “Foram cinco tiros, quer dizer, a nossa segurança é nenhuma”, sentenciava a fala indignada de uma moradora do entorno da Praça da Matriz para uma emissora de televisão, que repercutia o fato. Logo, a narrativa de que “a violência vem tomando conta de Porto Alegre e assustando a população” estava posta, pouco importando quem era aquele corpo estendido no chão ou quais foram as circunstâncias que motivaram o crime.

Neste sentido, discursivamente, o que está em jogo é aplicação de um filtro moralizante sobre categorias historicamente estigmatizadas – o “morador de rua”, o usuário de drogas, o traficante de drogas – como estratégia de desidratar o interesse público do caso e soterrar estas memórias da vida pública juntamente com a retirada do corpo e dos seus despojos do espaço público. Para isto, em relação a narrativa do crime, tratou-se de sobrepor outras linhas interpretativas carregadas de classificações estigmatizantes que se sobrepuseram à própria categoria da vítima, no intuito de produzir um enredo autoexplicativo sobre aquela morte baseada na presunção de que a conduta da vítima não era ilibada e impoluta. Como não houve uma centralidade das atenções sobre as motivações do crime, a identidade dos personagens envolvidos, quem era esta vítima, enfim, a narrativa estava esvaziada de sentido e o homem alvejado acabou por funcionar meramente como um caso ilustrativo de um debate mais amplificado sobre segurança pública.

Contudo, o que se torna interessante para esta análise da perspectiva do conceito de vida precária é pensar em que tipo de encruzilhada esteve Paulo Ricardo quando foi abordado e revistado pela polícia instantes após, como a investigação policial irá esclarecer a seguir, ter sido ameaçado de morte por dois traficantes de drogas. O périplo do homem alvejado ocorre

entre a primeira ameaça de morte, sua caminhada nervosa pelas redondezas, a abordagem da polícia militar e o acerto de contas no local que improvisava como moradia. Junto ao inquérito policial, também seria anexado o exame toxicológico realizado no corpo de Paulo Ricardo, que comprovaria que quando fora morto ele não estava sob efeito de nenhuma substância além de álcool.

Ora, se ao invés de ser abordado pela polícia militar quinze minutos antes de ser assassinado, Paulo Ricardo tivesse sido abordado por uma equipe de saúde ou de assistência social, teria ele tido o mesmo destino? O que será que conversaram Paulo Ricardo e estes policiais durante a abordagem? Com que surpresa estes mesmos policiais militares que o revistaram visualizaram o seu corpo morto instantes depois nas proximidades? O fato era que, para estes policiais que o abordaram durante a ronda no centro da cidade, em busca de coibir assaltos a pedestres, comércio e uso drogas e apreender foragidos da justiça, ele parecia suspeito de um crime em potencial por ser uma pessoa em situação de rua e estar “muito agitado”.

Entendo que é justamente nas fendas das imprecisões, das indefinições, em uma zona marcada pela opacidade e pela baixa legibilidade, o lócus onde o Estado, os governos e a sociedade assentem um extermínio cotidiano. Eis um processo de morrer que evidencia uma necropolítica que turva os limites entre o deixar morrer, o fazer morrer e expor à morte, possibilitando não que o Estado diretamente mobilize as suas forças, a não ser que expressamente o quera, mas permitindo que se reivindique este poder, que alguém o faça acontecer. Cabe a esta zona imprecisa a qual podemos chamar de “Estado” – mas que engloba também o sentido dos governos e da sociedade como um todo - o princípio da inação, de um agir no sentido negativo, com a finalidade tanto de eximir-se de quaisquer responsabilidades quanto de garantir as condições de possibilidades para que o poder se reivindique e que se exerça sobre a vida – não sobre toda a vida, mas sobre algumas, situadas, por exemplo, neste caso, no entrecruzamento entre a situação de rua e um cenário apontado como ponto de comércio de entorpecentes. Se o homem alvejado representa uma “existência-relâmpago”, visto que o ponto alto da sua vida representa a própria síntese de seu confronto direto contra um poder que somente o quis aniquilar, resta o desafio de direcionar o esforço etnográfico até esta região onde se visualizam as fendas da relação de soberania. Em uma encruzilhada entre o poder da polícia e o poder letal das facções criminosas, a vida precária do “morador de rua” demonstrou experimentar um morrer singular, isto é, *um morrer outro* que inicia na morte violenta e que se encerraria no sepultamento gratuito.

1.4 O luto como forma de ativismo

Frente ao assassinato de Paulo Ricardo, ocorrido no dia 20 de março de 2017, o Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Sul (MNPR-RS) iniciou um processo de repercussão da sua morte na esfera pública. Um esforço que tentou enquadrar sua vida enquanto uma vida vivível e, em alguma medida, restabelecer o seu estatuto de pessoa quando se reforçou o interesse público por esclarecimentos sobre o caso e o clamor por justiça. Para tanto, foi mobilizada a presença de Paulo Ricardo a partir da memória no mundo dos vivos e foi construída uma outra narrativa sobre sua trajetória de modo a lhe reivindicar o luto. As informações que circulavam, que colocavam a vítima sob suspeição, categorizando-a como traficante de drogas, causou indignação, sobretudo para aqueles que o conheciam das atividades do jornal Boca de Rua, da Escola Porto Alegre e do próprio movimento social.

Naquela data, fazia menos de trinta dias que eu havia formalizado meu vínculo com o programa de pós-graduação em Antropologia Social. Contudo, ao tomar conhecimento do assassinato de Paulo Ricardo, resolvi procurar o movimento social, que estava realizando uma atividade. Foi a partir do “Grande Encontro da População de Rua” (Notas etnográficas, 31/03/2017), que a pesquisa etnográfica teve o seu início. Nesse evento, convocou-se um ato público nomeado “*Vigília em homenagem à morte de Paulo*”, realizado na Praça da Matriz no dia 5 de abril de 2017. Ao retornar a esta data, quatro anos depois, no processo de escrita deste trabalho, vejo o quanto foi importante este contato precoce que abriu caminhos para consolidar os objetivos da pesquisa.

A partir da organização de um evento na página do MNPR-RS na plataforma *Facebook*, para lembrar a data e convidar os participantes, mobilizava-se um outro discurso sobre a morte do homem alvejado.

Estamos vivendo uma intensificação do extermínio e da violência contra as pessoas em situação de rua. Ao mesmo tempo que as políticas públicas e os direitos são retirados e se acirra o fascismo. O último que foi morto na Praça da Matriz foi o Paulinho. Seu corpo ainda se encontra no IML, sua família não foi localizada e queremos fazer um sepultamento decente para que ele não vire mais um número invisível de tantos e tantas pessoas em situação de rua que morrem e são atiradas num buraco, assim como foram para a sociedade em vida. A mídia cumpre seu papel reforçando a criminalização da pobreza. Convidamos a todos e a todas para fazermos uma grande cerimônia e intervenção em homenagem ao Paulinho e tantxs que já foram. Sugerimos que as pessoas possam colocar roupas pretas e que cada uma leve uma vela branca para ascendermos e darmos visibilidade aos descasos dos governos, às injustiças e ao extermínio dessas pessoas. Contamos com toda a rede de apoio e com as pessoas que puderem somar. Por nenhum(a) a menos! (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 05/04/2017)

O “Grande encontro da população de rua”, que tratou de apresentar as principais lutas e conquistas deste movimento social no Rio Grande do Sul e projetar as atividades daquele ano, ocorreu apenas onze dias após o assassinato de Paulo Ricardo. Cerca de 200 pessoas compareceram à sede do sindicato dos trabalhadores do município de Porto Alegre para a atividade. Neste encontro, o assunto do assassinato de Paulo Ricardo foi pautado porque uma mobilização por parte dos colegas do jornal Boca de Rua e apoiadores do MNPR-RS era realizada na tentativa de localizar os familiares do rapaz, uma vez que seu corpo permanecia à disposição no Departamento Médico-Legal para encaminhar o sepultamento. Por se tratar de um caso de morte classificado como causa violenta, o corpo somente poderia ser liberado por alguém com comprovado vínculo consanguíneo.

O texto da rede social do movimento social ofereceu uma perspectiva interessante para pensarmos a relação da população em situação de rua com o Estado, com os governos e com a sociedade ao afirmar categoricamente tratar-se de um “extermínio”. Quando trazemos o termo para pensarmos o que houve com Paulo Ricardo, percebemos que ele se aplica porque o homem alvejado foi, de fato, exterminado com cinco disparos de arma de fogo naquela tarde do mês de março. Este termo, contudo, não está isolado. Percebemos que o texto constitui um enunciado que vai além da morte do homem alvejado, abordando também a periodicidade e a recorrência de um morrer que incide sobre “Paulinho e tantxs que já foram”. Assim como interessa orientar a etnografia na busca dos usos da categoria de extermínio na realidade social por parte do movimento social, também interessa pensar o morrer articulado com a situação de rua enquanto um processo singular que será exposto, a seguir, a partir da noção de “número invisível”. Bem como, ao longo da tese, pretendo articular e perseguir este conceito no seu político e analítico a partir da noção de *extermínio continuado*.

O direito de enlutar Paulo Ricardo, portanto, passava necessariamente por criar uma narrativa sobre sua vida, no esforço de justificar sua trajetória pessoal enquanto uma vida digna, isto é, “vivível”, oferecendo uma versão diferente da que era difundida pela polícia e pelos meios de comunicação. O movimento social e os colegas do jornal Boca de Rua foram os que trataram de oferecer um rosto e uma história para o “Paulinho da Matriz”. Organizou-se e fez-se, enfim, uma “grande cerimônia e intervenção em homenagem”.

Interessante observar a ementa da proposta, que conjugou os termos “homenagem” e “morte” na mesma sentença através de um ato político e simbólico no espaço público. O ato em si, uma vigília com o uso de velas e o traje de luto, se utilizou do simbolismo dos ritos funerários tradicionais, onde um corpo é “velado” por seus entes. Contudo, a vigília trouxe a cena de um velório para o espaço público da rua, com o corpo ausente e sem a presença da família

consanguínea, o que a tornou particular e ofereceu contornos excepcionais. Ainda que a intenção fosse celebrar a vida de Paulo Ricardo a partir da memória e dos vínculos afetivos que ele deixava, o que estava em jogo era problematizar politicamente a sua morte na esfera pública. Por ser um caso de repercussão nos veículos de comunicação social, apelou-se para as “velas da visibilidade” que estavam postas para iluminar e denunciar um processo de extermínio cujas vítimas eram as pessoas em situação de rua. “Quem matou e por quê?”, insistia o movimento social, forçando uma torção interpretativa, porque eles, que eram próximos, sabiam tudo aquilo que Paulo Ricardo fazia e, principalmente, aquilo que não fazia. O “Paulinho da Matriz”, sabiam eles, era um desenhista e artista de rua, que na maior parte do tempo estava empenhado em seus diferentes ofícios.

Retomo a atenção para o apelo às “velas da visibilidade”, que iluminam um extermínio perpetrado por parte do Estado, dos governos e da sociedade, conforme fez alusão um dos presentes na vigília, durante a cerimônia póstuma e pública. Perpetrado pelo Estado no sentido direto e indireto, a partir da ação ou da inação, da violência que caracteriza suas práticas e os seus processos, bem como da dinâmica de negligência que também o constitui. O movimento social indicou que a persistência da invisibilidade na morte e a regularidade das mortes produziam, ao longo do tempo, uma noção englobante de extermínio. Tal extermínio começa com a negligência do Estado quando não promove a proteção e o incremento da vida, isto é, quando não produz políticas públicas e não oferece serviços públicos específicos para a população em situação de rua. Esta dinâmica de negligência tem por característica uma morte lenta, silenciosa, gradual, tal qual uma vela que queima e que aos poucos vai se extinguindo. Estas “velas da visibilidade”, que naquela noite serviram para homenagear Paulo Ricardo, entretanto, iluminavam também um mundo no qual as relações de poder estavam escancaradas a partir das fendas da soberania, exibindo uma sobreposição indistinguível entre o fazer morrer, o deixar morrer e o expor à morte.

1.5 “Velas da visibilidade”

O ato em formato de vigília que homenageou Paulo Ricardo ocorreu na Praça da Matriz no dia 05 de abril de 2017. Nele foi possível perceber as estratégias empreendidas pelo movimento social no processo de repercussão da sua morte. Em frente ao saguão que dá acesso ao Palácio da Justiça, um tecido preto foi estendido em formato de cruz, ocupando praticamente todo aquele espaço de dez metros quadrados. Os apoiadores do movimento social e as pessoas em situação de rua, a maioria trajando roupas pretas, deitaram-se no chão sobre este tecido e

ficaram em silêncio. A pessoa - uma mulher que era apoiadora do movimento social - que convocou os demais a deitarem-se no chão, formando uma cruz de corpos, argumentou em um megafone que esta atitude era para simbolizar a morte e o extermínio da população em situação de rua e que uma foto seria registrada.

Por trás do ato dramático das pessoas que, com seus corpos e seu silêncio, dispondose imóveis no chão, povoaram aquele espaço – que não era qualquer espaço senão uma instituição símbolo do Poder Judiciário – estava a denúncia o questionamento sobre um processo de morrer específico que articulava a situação de rua. No decorrer do ritual, um varal que reunia fotografias e alguns trabalhos de Paulo Ricardo como cartunista foi estendido em frente às pessoas que estavam deitadas. Tal gesto remetia diretamente à sua memória. Fez-se um minuto de silêncio. Em seguida, as pessoas levantaram-se e foram em procissão até o local onde Paulo Ricardo vivia e onde foi assassinado. Todas elas entoavam em uníssono ao caminhar as palavras de ordem: “Paulinho, presente, Paulinho, presente, Paulinho, presente.” (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 05/04/2017).

Tudo o que ocorria era fartamente registrado pelos presentes e a cerimônia era transmitida ao vivo na página do Jornal Boca de Rua, na plataforma *Facebook*. As pessoas caminharam cerca de cinquenta metros em direção ao local do assassinato, onde foram acesas as “velas da visibilidade” em homenagem a Paulo Ricardo. O megafone estava aberto e algumas pessoas se pronunciaram. Tratava-se de uma comoção pública, velada, mas sem lágrimas e sem o corpo. Um enlutamento coletivo que era um ato político e simbólico, realizado sem reservas no espaço público da rua. Na perspectiva de alguns militantes, o evento demarcava o processo de “um luto em forma de luta”.

Paulo Ricardo, o “Paulinho da Matriz”, era uma metáfora e se fazia presente naquela tarde a partir da sua ausência e, sobretudo, a partir do exemplo do seu martírio pessoal. Uma conhecida liderança do MNPR-RS, um senhor de idade, com o megafone em uma mão e uma vela na outra, falou, em tom pastoral e com os braços estendidos, que Paulo Ricardo estava assistindo a tudo aquilo e que se orgulhava do que acontecia. Disse que não seria esquecido. Gritou o nome de Paulo Ricardo, ao passo que todos os participantes responderam: “presente!” (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 05/04/2017).

Ainda que houvesse uma comoção partilhada por todos que estavam ali, se tratava de um sofrimento resoluto, mas de alguma maneira conformado, circunspeto, reservado. Ouviase claramente o falar deste militante, mas não havia lágrima ou outro traço visceral. A expressão dos sentimentos se orientava mais para a indignação, a raiva e este tipo de consternação que era denunciada pelo silêncio e o olhar baixo. Neste sentido, faço uma ligeira comparação a

processos semelhantes de reivindicação por justiça onde constam a presença de familiares diretos das vítimas, tais como mães, pais, irmãos. Entretanto, ainda que a demonstração do sentimento fosse mais reservada, havia uma efervescência política naquela reunião. Um integrante do movimento social anunciou que fora agendada uma reunião com a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa para denunciar este processo de extermínio da população em situação de rua. Para tanto, um abaixo-assinado circulava de mão em mão e a intenção era solicitar que fosse promovida uma audiência pública naquela instituição.

Tal cerimônia de “velório de corpo ausente” se assemelha às cerimônias que foram realizadas por este movimento social a partir do ano de 2004 para marcar a passagem do episódio conhecido como massacre da Praça da Sé (DE LUCCA, 2016). Portanto, aplicou-se em Porto Alegre uma linguagem já conhecida e empreendida por este movimento social em suas intervenções no espaço público⁸.

De tudo que foi dito neste ato político, marcado também por um caráter cerimonial, alusivo às vestes em luto, as velas em punho e a roda de oração que fora realizada, me chamou atenção a ação de dois indivíduos que estavam um pouco afastados da concentração de pessoas. De tênis surrados, roupas simples e a característica mochila nas costas, duas pessoas em situação de rua acendiam velas em uma pedra improvisada como lápide que fora posta no exato local onde Paulo Ricardo foi encontrado morto, grafando à mão, com outra pedra menor, a palavra “assassinado”. Próximo a eles, um número maior de pessoas se aglomerava de modo a acender e depositar um grande número de velas sobre o toco de árvore, que era como um adereço na sala de estar improvisada por “Paulinho da Matriz”. Neste ir e vir de mãos, entre velas e isqueiros, foram registradas as fotografias que marcaram a vigília e o ato público.

⁸ No Capítulo 5, descrevo como se deu a consolidação política do MNPR justamente a partir do advento do massacre da Praça da Sé.

Figura 3 – Velas da visibilidade



Companheiros de rua acendem as “velas da visibilidade” no local onde “Paulinho da Matriz”, o homem alvejado, fora morto. Fonte: Calvin Da Cas Furtado (2017).

As palavras oferecidas ao homem alvejado em sua vigília póstuma e a lápide improvisada em uma laje de calçada constituíram o monumento que jamais lhe fora concedido em vida. Um dos cartazes, confeccionado com giz em um papel pardo pelos militantes do MNPR, foi fixado no gradil metálico e sentenciava: “nossos mortos têm voz” (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 05/04/2017).

As “velas da visibilidade” também foram acesas sobre o gradil que ele usava para pendurar seus pertences pessoais. Foram afixadas fotografias neste espaço gradeado, que mostravam alguns momentos da vida de Paulo Ricardo. Em uma dessas fotografias ele estava feliz tocando um pandeiro e cantando em um microfone; em outra, sorria segurando um chimarrão; em uma última estava com um grupo de colegas do Boca de Rua. Havia também alguns dos seus trabalhos: o desenho colorido de um pôr-do-sol em um rio, um mosaico de um coração feito com restos de cerâmica e, por fim, um comprovante de matrícula em uma escola técnica de artes plásticas. Na parte interior do gradil, amarrada ao tronco de uma árvore, era visível o resto de uma fita de isolamento, nas cores preta e amarela, o que forçava a lembrança de que há alguns dias este mesmo espaço era uma cena de crime.

Figura 4 – Em memória de Paulo Ricardo



Itens que faziam menção à memória de Paulo Ricardo, como seus desenhos, fotografias e um comprovante de matrícula em um curso de artes plásticas foram dispostos sobre as “velas da visibilidade”. Ao fundo, na árvore, a fita usada para demarcar a cena do crime. Fonte: Calvin Da Cas Furtado (2017).

Era mobilizado, através deste ato simbólico, um direito de resposta sobre a morte de Paulo Ricardo que vinculava sua vida a uma outra narrativa. Este outro registro era positivo. Era diferente do que era divulgado nos veículos de comunicação, que servia para o Estado e para a sociedade aterrar para sempre a trajetória de Paulo Ricardo na memória dos vivos ao promoverem um esforço de desidratação do interesse público do crime que fora vítima quando o situaram enquanto um usuário e traficante de drogas. A partir desta suspeição, eram imputadas moralidades ao homem alvejado que o tornava corresponsável pelo seu próprio martírio. Além das memórias em fotografias e das lembranças em desenhos e artesanato, em especial o comprovante de matrícula desarmava o estereótipo que havia sido criado sobre ele como um criminoso.

O gesto de exposição destes materiais representou a reunião de outros vestígios sobre sua vida, o que serviu por um momento para monumentalizar a existência de Paulo Ricardo. Simbolizou, portanto, um ruído dentro do processo de invisibilidade social que produziu sobre ele um silenciamento duradouro, que atravessou sua vida e sua morte e o tornava uma “existência-relâmpago”, para sempre aprisionada no acontecimento ocorrido às 17h20min

daquela segunda-feira, quando a pessoa de Paulo Ricardo se tornava o homem alvejado por cinco tiros na Praça da Matriz.

1.6 “Não era santo nem anjo”

A edição do Jornal Boca de Rua número 63, que circulou entre os meses de abril, maio e junho de 2017, fez menção ao acontecimento da vigília na capa do periódico. Na publicação, apareciam os dizeres “Luto e luta: os moradores de rua estão de luto e em luta para acabar com as mortes, agressões, espancamentos, linchamentos e queimas de barraco que aumentaram muito em 2017”. A fotografia que ilustrava a capa era a cena dos companheiros de rua acendendo velas no local que Paulo Ricardo fora assassinado. A edição trouxe também uma palavra da delegada da Polícia Civil encarregada do inquérito policial sobre este crime, que se limitou a não repassar nenhuma informação sob o argumento de não prejudicar as investigações.

O ponto que quero frisar aqui insiste na disputa pela narrativa do acontecimento. Nos veículos de comunicação tradicionais se vinculou o assassinato de Paulo Ricardo a uma disputa associada ao tráfico de drogas. Ao mesmo tempo, o ato e o registro do jornal Boca de Rua trataram de oferecer uma versão que o humanizava a partir da positividade das suas atividades e relações interpessoais. Vale lembrar que Paulo Ricardo trabalhava no periódico, participava das reuniões de pauta que deliberavam o conteúdo, produzia charges e comercializava os exemplares nas ruas, assim como militava no movimento social que promoveu a vigília.

Paulo Ricardo, portanto, era parte deste grupo há anos. O apelo para que houvesse visibilidade para sua morte, a partir da simbologia das velas e da vigília, demonstraram que a condição de precariedade a que estava sujeito lhe fazia invisível, em uma associação direta entre situação de rua e invisibilidade social. Aquele ato em sua memória também carregava um caráter político e simbólico ao situar a dificuldade sobre o seu reconhecimento social e a apreensão da sua vida como sendo uma vida passível de luto.

Na referida edição, este esforço de resgate da sua memória veio ilustrado com algumas fotos de Paulo Ricardo e uma pequena coleção dos seus desenhos, acompanhadas de uma poesia de autoria de um apoiador do jornal. O texto também fez menção aos 14 dias em que seu corpo ficou no Departamento Médico-Legal e contextualizou a busca que os companheiros do jornal fizeram por seus familiares, para tentar prosseguir com o sepultamento do seu corpo. Em relação a este circuito interinstitucional que administra o morrer, vale pontuar que o fator elementar são os vínculos consanguíneos, uma vez que informações e encaminhamentos sobre

um corpo, especialmente quando a causa da morte não é natural, somente são tratados com os familiares.

Foi através destes esforços entre o grupo do jornal Boca de Rua e apoiadores do MNPR-RS que uma irmã de Paulo Ricardo ficou sabendo que a família precisaria destravar a burocracia para o traslado do corpo e o sepultamento. Isto foi encaminhado e optou-se pela modalidade de “óbito não comercializável”, que é o nome técnico dos sepultamentos oferecidos gratuitamente pela prefeitura municipal a partir da comprovação de renda. O enterro foi oferecido com trinta minutos de velório e o corpo foi sepultado no cemitério do Campo Santo da Santa Casa de Caridade. Posteriormente, esta irmã de Paulo Ricardo visitou a reunião do jornal em um momento marcado pela emoção.

O caso de Paulinho saiu nos jornais porque não tinha como esconder. Mas, ao contrário do que aconteceria se ele fosse de classe média, não se falou uma linha sobre ele, sobre seus sonhos, sua personalidade. Ninguém disse que ele era um baita desenhista, que tocava violão, que era um trabalhador com duas fontes de renda – o jornal Boca de Rua e a atividade de guardador de carros – que participava das reuniões do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), que frequentava o CAPS, que estava com duas entrevistas de emprego marcadas e que tinha se matriculado em um curso de arte. Ele não era santo nem anjo. Se fosse, estaria no céu. (BOCA DE RUA, 2017)

Vale reforçar, enfim, o quanto a discursividade do jornal Boca de Rua fazia um esforço em trazer informações que iam de encontro as informações que circulavam desde a entrevista que o tenente coronel da polícia militar concedeu com o trabalho da perícia ao fundo.

1.7 “Nesse mundo louco nosso”

No mundo da rua, a morte do “Paulinho da Matriz” adquiriu notoriedade e alguma distinção, sendo um assunto de grande interesse ao longo das semanas e dos meses que se seguiram. A forma violenta pela qual morreu – baleado por cinco disparos de arma de fogo – destoa da maioria dos outros casos envolvendo assassinatos de pessoas em situação de rua, que geralmente são mortos por emprego de arma branca ou algum instrumento contundente.

Esta execução reverberou entre os grupos que habitam as ruas porque funcionou como um recado direto das facções criminosas, cuja demonstração de poder remetia ao exercício da soberania: o poder de fazer morrer, de reivindicar a morte. Por outro lado, a própria linha de investigação das polícias civil e militar complementavam e reforçavam tal exercício: era tolerável que, naquelas condições, se matasse.

Em Porto Alegre, há algum tempo se sabia que as praças e os viadutos cada vez mais passaram a ser vistos como espaços de interesse das facções criminosas para o comércio de drogas no varejo. Dentro deste contexto, o assassinato de Paulo Ricardo ilustrava esta tensão e disputa permanente pelos territórios e sobre a legitimidade da atuação de criminosos nesses espaços. Ainda que a motivação não estivesse esclarecida, versões começaram a circular e davam conta de que Paulo Ricardo, de fato, fora morto a mando de uma destas facções, que assumia a autoria. No mundo da rua, portanto, a questão sobre a autoria do crime sempre esteve esclarecida. Destaco que a convivência de diferentes atores sociais no mundo da rua pressupõe diferentes éticas, práticas, condutas, modos de atuação que são resultado prático do contato com certa pedagogia da violência. As lógicas e condutas do cárcere, do albergue e do abrigo, do ponto de venda de drogas, por consequência, coexistem e constituem este mundo da rua, verdadeiro laboratório do social.

O fato de se fazer circular a reivindicação da autoria por uma facção criminosa interferiu na pesquisa. No período posterior à vigília e à audiência pública que foi realizada, na qual houveram incisivas cobranças de informações a respeito da morte de Paulo Ricardo, o caso apareceu apenas por duas vezes nas reuniões do movimento social que participei. A primeira foi em abril de 2018, quando questionei se houvera algum retorno sobre os casos através da Assembleia Legislativa, decorrido mais de um ano do fato, e a resposta foi uma negativa (Notas etnográficas, 27/04/2018). Passado algum tempo, militantes e apoiadores do movimento social confirmaram que teriam sido pressionados a silenciar as reivindicações sobre os esclarecimentos da morte de Paulo Ricardo devido à coação por parte de pessoas vinculadas a uma facção criminosa que atua em Porto Alegre (Notas etnográficas, 15/03/2019). Tal silêncio imperou entre as pessoas em situação de rua que sabiam sobre o assunto, que participaram destes atos e que, por algum tempo, se recusaram e insistiram em não mais comentar o episódio da morte do homem alvejado por temer represálias.

Ao longo do tempo, em conversas com alguns interlocutores da pesquisa, uma narrativa que se assemelhava àquela apresentada pelos policiais militares apareceu e era constantemente reforçada. Após o encerramento de uma reunião do jornal Boca de Rua, na qual me apresentei como pesquisador e detalhei um pouco minha pesquisa a partir do caso de Paulo Ricardo, um jovem me chamou para uma conversa em particular. De estatura baixa, negro e com uma marcante cicatriz na cabeça, que era completamente raspada, me disse basicamente que “a facção não mata ninguém de graça”; se houve morte, “teria sido mandada lá de dentro” e deveria se tratar “de uma dívida grande”, fazendo menção ao cárcere e a um provável acerto de contas. O rapaz disse que morava na rua desde os doze anos, que teve passagem pelo sistema

penitenciário por tráfico de drogas e que fizera parte de uma facção criminosa (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 23/04/2019).

Outro interlocutor, que também conhecia Paulo Ricardo do jornal Boca de Rua, foi mais contundente no que disse quando o procurei para uma conversa. Um homem negro, de aproximadamente 35 anos, alto, gordo e de cabelos trançados, que, assim como a vítima, vendia os jornais do Boca de Rua e era cuidador de carros, disse que “o Paulo morreu, mas não era pra ele” (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 25/05/2019). De acordo com o relato, Paulo Ricardo tinha sido avisado que deveria se retirar daquele espaço, que os traficantes queriam utilizar o lugar para o vender drogas e que, enfim, iriam lhe matar se não obedecesse. Contudo, ele não acreditou na ameaça e decidiu permanecer na praça que ocupava há alguns meses.

Conforme indicou, os traficantes lhe teriam feito uma proposta, que ele teria recusado. Este interlocutor disse que na tarde em que foi morto, Paulo Ricardo teria bebido e se desentendido com traficantes que orbitavam na Praça da Matriz, recusando tanto a oferta quanto deixar o espaço. E mais, Paulo Ricardo teria argumentado que ele estava ali há mais tempo, que se alguém tivesse que fazer algum negócio ali, seria ele próprio. “Foi além”, justificou o interlocutor, explicando os termos da proposta que a facção criminosa havia feito para Paulo Ricardo. Era uma razão simples: “eles te dizem: ‘ou tu trabalha pra nós, ou nós te matamos agora’ e aí eles te mostram o cano” (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 25/05/2019).

Na concepção deste interlocutor, que disse viver nas ruas de Porto Alegre desde o início da adolescência, Paulo Ricardo foi morto “por um erro”. Disse que “se ele ficasse quieto, estaria até hoje aí com nós, morreu em vão” (Notas etnográficas, 25/05/2019). Dentro do coletivo do jornal Boca de Rua, surgiram relatos sobre o comportamento de Paulo Ricardo. Foi descrito como alguém tranquilo quando estava sóbrio, porém nervoso, intempestivo e agressivo quando bebia.

Ele era um guri legal, que se dava com todos nós da rua aí. Ajudava nós fazer o texto do jornal do Boca e várias outras caminhadas. Também estudava no colégio, era um guri bom, mas amoleceu... Amoleceu mesmo, mas acontece, é isso aí que acontece nesse mundo louco nosso, esse é um mundo louco nosso. Pra ti ver, em uma simples besteira que ele falou, os caras foram lá e deram um “já era” nele. O pessoal gostava dele da rua aí, curtia ele bastante, tanto foi que no lugar onde mataram ele o pessoal foi lá acender vela para ele lá. Fizeram luto ainda por ele. Foi isso que deu pra galera fazer por ele, mas ele morreu injustamente (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 25/05/2019)

Este interlocutor confirmou que Paulo Ricardo bebia e eventualmente fazia uso de maconha, mas apenas como redução de danos. Garantiu que ele não traficava. Nas palavras do mencionado interlocutor, “ele nem traficava nada, não sabia de nada, aí foi falar uma besteira

lá e acabou tomando”. Ao mesmo tempo, descreveu a conduta dos traficantes da seguinte forma: “esses caras aí estão a ponto de matar qualquer pessoa, eles não têm respeito pelo ser humano” (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 25/05/2019). Em relação ao perfil da dupla de assassinos, menciona que eram jovens, um com menos de 20 anos e o outro menor de idade. Dentro da lógica da facção criminosa, termos como “menor”, “novinho” e “cria” revelam esta nuance de se aliciar e arrematar adolescentes para as práticas criminosas.

Destaco outra parte da sua fala, a qual aborda os perigos do mundo da rua, a sua conduta pessoal e um episódio da infância:

O cara tem que se cuidar na rua, se cuidar pra valer, se não se cuidar, embaça. Se não se cuida pra valer, já era. Se cuidar é tentar circular e não ficar nessas aí de embolamento na rua, porque onde tem embolamento eles pensam que tem tráfico. Para minha segurança, eu ando sempre com minhas duas faca na cintura, bem afiada, se vir comigo na mão eu vou na mão, é assim que eu levo meu estilo de vida. Sou bom pra quem é bom, ruim pra quem é ruim. Esse é meu estilo da rua, minha sobrevivência é essa da rua. Sou bom pra aqueles que são bom, os que são ruim eu vou já descartando na hora, é assim que eu levo minha vida. Não adianta eu ser bom pra todo mundo, porque senão sempre tem um mau, sempre tem um ruim, sempre tem um mais ruim que o cara. Aí eles sabendo que tu é ruim eles não vão vim em ti. “Óh, não vai no negão porque ó”, “Ah, mas o negão é gordinho e pá”, “Não vai no negão que o negão é ruim”. Aí eles não vêm em ti. No tempo que eu vim pra rua, eu vim com oito anos, agora eu tô com 37, com quantos tu acha que eu não larguei na mão na rua? Tomei facada, tomei isso e aquilo, mas também dei. Quando eu cheguei na rua eu já tive que dar facada nuns dois, três pra pegar preço. Aí não pegou preço, mas pegou respeito: “Oh, não vai no negão, o negão tu trata ele bem que ele vai te tratar bem, se tu tratar o negão mal ele vai te tratar mal”. (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 25/05/2019)

O termo “embolamento” se refere à ideia de reunião, de um pequeno grupo ou aglomeração. Sutilmente, também sugere uma reunião de homens, que representam a maioria da população em situação de rua, com uma proporção maior de negros em relação aos brancos. Quando ouvi este termo pela primeira vez, passou-me despercebida uma situação que é decisiva nesta compreensão sobre o mundo da rua e as clivagens e atravessamentos que lhe constituem.

Em um primeiro momento, entendi que a frase “onde tem embolamento, eles pensam que tem tráfico” fazia menção às forças de segurança pública do Estado. Entretanto, se referia principalmente às próprias facções criminosas, principais interessadas na manutenção dos pontos de vendas – que também são locais comuns de sociabilidade no mundo da rua – e que representam o patrulhamento ostensivo que se faz mais presente.

Tal afirmação está mais para um controle de mercado, que regula a atuação da concorrência sobre um território, do que de combate ao crime organizado ou ao tráfico de drogas, como entendi na primeira vez. Este entendimento permite tornar também inteligível um elemento do caso do homem alvejado, quando tanto policiais militares quanto policiais civis rapidamente apontaram a linha de investigação da morte de Paulo Ricardo como uma disputa

de território de tráfico de drogas. Isto é, só estava explícita a noção de disputa porque era fato conhecido e naturalizado pelos agentes do Estado a atuação das facções criminosas nas praças e em outros locais da área central – inclusive, “no coração de Porto Alegre”.

Um terceiro interlocutor, também com trajetória de rua e integrante do jornal Boca de Rua, considerou a morte de Paulo Ricardo uma fatalidade. Um homem branco, bastante magro, de cabelos claros e compridos, um boné com a aba virada para trás, desdentado e levemente alcoolizado, ilustrou a morte do companheiro para argumentar que “está cada vez mais difícil, mais complicado e mais inseguro se viver na rua” (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 04/06/2019). Contou-me que conhecia Paulo Ricardo há anos e estreitara o vínculo com ele a partir de uma ocupação de um prédio público, promovida pelo MNPR-RS no departamento de habitação da prefeitura de Porto Alegre, no ano de 2016. Descreveu-o como uma pessoa alegre, que gostava de tocar violão, era excelente desenhista e estava com um trabalho como chargista apalavrado com um sindicato na época em que foi morto.

Para ele, Paulo Ricardo era uma pessoa que estaria sempre disposto a auxiliar os “irmãos da rua”. No seu entendimento, o mundo da rua é marcado por aquilo que chama de “lógica da dificuldade”. Explicou que todas as tarefas que envolvem a sobrevivência, a higiene e a fisiologia implicam dificuldades e riscos, desde conseguir alimento até guardar pertences, banhar-se e dormir com segurança. Dita dificuldade em sobreviver faz com que se mobilize um sentimento orgânico de solidariedade entre as pessoas que estão nesta mesma condição. Descreveu o comportamento de Paulo Ricardo como uma pessoa que, para ajudar, “estava sempre pronto”.

1.8 O drama do real

Em 21 de maio de 2020, fiz contato com a direção do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) da Polícia Civil. Expliquei minhas intenções de pesquisa e, mediante a assinatura de um termo de sigilo sobre o nome das pessoas envolvidas nas investigações, com exceção das vítimas, foi permitido que eu acessasse os inquéritos policiais de dois dos três casos de assassinato de pessoa em situação de rua que solicitei.

Aproximadamente um ano antes, em 17 de abril de 2019, havia feito uma solicitação sobre estas informações da investigação através do Núcleo de Referência em Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, mas não obtive retorno por esta via. Compareci enquanto pesquisador interessado e apoiador do MNPR-RS, que me incumbiu da

tarefa de pedir explicações a esta instituição em assembleia interna. Não voltei a procurar tal núcleo nem obtive retorno de lá.

Sobre o assassinato de Paulo Ricardo, o fator decisivo para que a investigação resultasse no indiciamento de suspeitos foi o fato de o atirador ter deixado cair um celular na cena do crime. Com a quebra de sigilo de dados autorizada pelo poder judiciário, o aparelho foi periciado e serviu para apontar os responsáveis e desvendar o contexto em que o assassinato estava inserido.

Outro fator determinante foram as câmeras de vigilância dispostas na Praça da Matriz e nos seus arredores. A luz natural favoreceu a identificação, visto que o crime foi praticado às 17h20min. Foi possível resgatar o percurso da fuga dos atiradores através das imagens e perceber que um carro estava aguardando a dupla que se evadiu do interior da praça. De antemão, também era possível apontar que não eram criminosos experientes: ao empreender a fuga, além do celular, a dupla avistada nas imagens deixou para trás um pé de chinelo.

No interior da praça da Matriz, na cena do crime, os inspetores conversaram com um grupo de pessoas em situação de rua que testemunharam o assassinato, mas preferiram não se identificar. Informaram que Paulo Ricardo tinha histórico de uso de drogas, mas que havia largado o vício há três anos, residia no local há seis meses e trabalhava vendendo picolés e como guardador de carros. Não souberam informar uma eventual motivação para o crime, argumentando não saberem se a vítima possuía algum desentendimento com alguém. Sobre os autores, disseram ser dois rapazes bastante jovens, aparentando ter aproximadamente 20 anos de idade, que agiram de forma destemida, sem sequer encobrir os rostos.

Uma outra testemunha foi ouvida informalmente e deu informações mais esclarecedoras. Contou que os suspeitos em fuga passaram na sua frente e, por isso, estava apreensivo por sua vida e se negou a depor. Essa pessoa não identificada disse que a motivação do crime seria o tráfico de drogas: Paulo Ricardo estaria fazendo pequenas vendas na Praça da Alfândega, local dominado pela facção dos “Balas na Cara”, enquanto mantinha residência na Praça da Matriz, território que seria dominado pela facção “Manos”. O relatório de investigação detalhou ainda que, conforme este testemunho, o crime teria sido encomendado de dentro do sistema carcerário e que o suspeito, um rapaz de aproximadamente 20 anos, era conhecido na região do centro por seu trânsito entre a Praça da XV de Novembro, a Galeria Malcom e a Praça da Alfândega.

Na primeira semana que se seguiu ao crime, pelo menos quatro pessoas haviam comparecido à delegacia e prestaram depoimento. O primeiro, um homem, era investigado enquanto proprietário do carro que ofereceu fuga à dupla que cometeu o crime. Ao apresentar

um álibi, de que estava a serviço da empresa na qual trabalha, descobriu-se que o veículo era clonado e, posteriormente, as informações que apresentou foram confirmadas.

O segundo, um homem, que seria pai de um dos suspeitos ventilados, ofereceu depoimento sobre o filho. Disse saber que o filho já havia sido preso por tráfico de drogas naquela região em que ocorreu o crime. Quando foram apresentadas as imagens dos suspeitos em fuga, este homem não os reconheceu, dizendo ter o filho outras características físicas. A terceira pessoa ouvida era uma mulher, mãe deste suspeito, que foi ouvida e disse que ficou assustada porque uma pessoa próxima comentou sobre a possibilidade de seu filho estar envolvido no crime, mas que ela não possuía qualquer informação sobre o ocorrido.

A quarta pessoa a oferecer depoimento era o próprio jovem cujos pais foram ouvidos. Ele confirmou que vendia drogas para a facção dos “Bala na Cara” na Praça da Alfândega e que estava nesse local no momento do crime. Disse que ficou sabendo por um amigo e que então foram até o local para tentar ver o corpo. Negou a autoria e disse não fazer ideia do porquê fora denunciado. Relatou também que provavelmente Paulo Ricardo possuía relação com pessoas de outra facção, que poderia ser ele o responsável pelo tráfico de drogas na Praça da Matriz.

O mesmo indivíduo disse ter conhecimento de estar ocorrendo uma guerra entre as facções V7 com “os guris da Borges”, vinculados à facção Manos, que atuavam na região da Avenida Borges de Medeiros e na Praça da Matriz. Afirmou não conhecer a vítima e não soube identificar nenhum dos suspeitos em fuga quando lhe foram apresentadas as imagens. O que até aquele momento colocava este jovem enquanto um suspeito era o fato de ter conhecido a pessoa apontada como o mandante do crime durante a sua passagem pelo sistema prisional e também por atuar na Praça da Alfândega. A sua participação foi descartada quando as informações prestadas em seu depoimento foram comprovadas pelas imagens das câmeras de segurança, que registraram sua movimentação em direção à cena do crime após a execução de Paulo Ricardo.

Uma diligência realizada no dia 29 de março de 2017, nove dias após o crime, avistou e prendeu em flagrante por tráfico de drogas um rapaz de 19 anos. Esta atividade tinha relação com informações coletadas no dia do crime, quando uma pessoa que não se identificou garantiu que o suspeito era figura conhecida na região central. Quando detido, não portava nada consigo, mas confessou que vendia porções de maconha e crack na região, tendo levado os policiais até uma sala na Galeria Malcom, onde apreenderam drogas, dinheiro e um celular. A polícia civil, em ofício ao poder judiciário, solicitou a quebra de sigilo de dados do celular apreendido nesta ação, argumentando pelos crimes de tráfico e provável participação em um homicídio.

Em comunicação com o poder judiciário, na qual a delegacia de polícia solicitava a quebra de sigilo do telefone, se mencionava a prioridade e celeridade na investigação devido ao local onde o crime ocorreu: “tendo em vista a gravidade do ocorrido, não só por se tratar de um homicídio, mas, também, pelo local onde se deu, a Praça da Matriz, onde se encontram os três poderes do Estado, o caso requer prioridade por parte deste Departamento e brevidade na apuração”. Friso que a brevidade e prioridade na apuração se fazia necessária exclusivamente devido ao local onde o crime ocorrera. Se tivesse sido morto em outro local da cidade, teria tido o assassinato de Paulo Ricardo o mesmo tratamento e investimento de interesse das instituições estatais e dos veículos de comunicação? Esta questão torna-se retórica porque se sabe a resposta: não, provavelmente não.

Com o cruzamento das informações obtidas com a quebra do sigilo dos dados dos dois aparelhos celulares – o que fora perdido na cena do crime e o aparelho que estava de posse do suspeito preso no dia 29 de março de 2017 – foi possível elucidar o crime. O primeiro aparelho apresentava uma troca de mensagens nas quais uma pessoa pedia que lhe fosse entregue o “curtinho” para “estourar um cara” (Notas etnográficas, 21/05/2020). O “curtinho” fazia referência à arma do crime, um revólver, e o “cara” em questão era Paulo Ricardo. No segundo aparelho constava uma troca de mensagens em que a mãe do suspeito falava que precisava de um telefone celular, ao passo que ele respondia que também estava sem telefone, que iria dar um jeito, porque havia perdido o seu “lá na mão da Matriz”. Ele perguntou se ela ouvira falar a respeito do crime, ela afirmou que sim, sem se aprofundar na questão. O autor dos disparos em mensagem de texto replicou: “deixei cair do lado do corpo kkkk” (Notas etnográficas, 21/05/2020). A grafia “kkkk” ao final da mensagem de texto faz alusão ao som de uma risada.

Em relação ao laudo de necropsia, especialmente o exame toxicológico, constava no inquérito policial o teste negativo de Paulo Ricardo para entorpecentes, ainda que houvesse a presença de álcool no seu organismo. Vale reforçar que no intervalo temporal entre as 16h e as 17h20, Paulo Ricardo foi abordado por policiais militares na Praça da Alfândega, que fica a duas quadras da Praça da Matriz. Foram estes policiais que passaram informações ao tenente coronel da polícia militar entrevistado na cena do crime, o qual afirmou que Paulo Ricardo estava “muito agitado” e, por isso, possivelmente estava sob efeito de drogas, quando na verdade ele acabava ter sido ameaçado de morte.

1.9 Resolução

Comprovada a autoria, o responsável, o rapaz de 19 anos, ofereceu sua versão do ocorrido que demarcou os últimos momentos da vida de Paulo Ricardo. Em seu depoimento, disse que estava morando na região do centro e que movimentava uma “boca de fumo” na Praça da Alfândega, onde vendia maconha e crack. Tinha planos de montar outra “boca” na Praça da Matriz junto com um comparsa, menor de idade. Disse ter conhecimento de que havia um uma pessoa que morava no local. Decidiram, então, procurar por ele com a intenção de lhe propor um acordo porque sabiam que este “morador de rua” consumia.

Por volta das 16h do dia do crime, foram até o local e fizeram a proposta para que Paulo Ricardo vendesse a droga fornecida pela dupla, ao preço de R\$ 80,00 a quantidade de vinte gramas de maconha, sendo possível que ele colocasse a margem de lucro que bem entendesse. Contrariado, Paulo Ricardo teria dito que ninguém venderia drogas ali a não ser ele próprio, que estava ali há meses. Se desentenderam e ele ordenou que saíssem. Enquanto negociavam, o jovem disse que um grupo de homens, aparentemente “moradores de rua”, se aproximaram armados com facas a fim de auxiliar Paulo Ricardo. Nisto a dupla saiu do interior da praça, retornou ao apartamento, na Galeria Malcom, e então o menor de idade telefonou para uma pessoa para solicitar uma arma para resolver a querela.

Algum tempo depois, a pessoa que recebeu a ligação chegou em um veículo e estacionou nas proximidades. Ela entregou a arma do crime nas mãos do menor de idade, conforme o depoimento do rapaz de 19 anos. Este menor de idade foi na direção onde Paulo Ricardo estava, sendo seguido pelo depoente, que observava. Paulo Ricardo estava sentado em um toco de árvore, no interior do gradil metálico onde improvisava a sua moradia. Disse que o menor de idade chamou a atenção de Paulo Ricardo e, assim que ele se virou, descarregou o revólver. Correram em direção ao carro que lhes esperava e foram para a casa do condutor, em uma cidade da região Metropolitana. Lá ficaram por dois dias e depois retomaram as atividades na região do centro de Porto Alegre. O depoente se negou a dizer a cidade ou a identidade do condutor do carro.

O menor de idade em questão foi ouvido e negou ter executado Paulo Ricardo, bem como qualquer envolvimento nas circunstâncias do crime. A delegacia de polícia representou pela prisão preventiva do rapaz de 19 anos e do condutor do veículo. Foi encaminhada cópia do procedimento ao Departamento Estadual da Criança e do Adolescente para apuração do ato infracional em relação ao menor de idade.

1.10 “Número invisível”

O texto que o MNPR-RS fez para divulgar a vigília em homenagem a Paulo Ricardo, citado acima, trouxe outra reflexão oportuna e relevante: a passagem da “vida invisível” para uma ideia de morte invisível, que está implícita na expressão do “número invisível”. O “número invisível”, por um lado, faz uma referência indireta ao tratamento estatístico das mortes no contexto da gestão estatal, marcado pela abstração e impessoalidade. Contudo, por outro lado, o “número invisível” faz referência direta àquela paisagem de cruces numeradas sem referência mnêmica, que são formadas nos cemitérios que recebem os sepultamentos gratuitos - tal qual o cemitério do Campo Santo da Santa Casa de Porto Alegre, onde Paulo Ricardo fora inumado na modalidade de “óbito não comercializável”.

Esta dupla referência, faz do “número invisível” uma potente alegoria. Ao fim e ao cabo, a vida e a morte de um indivíduo atravessado pela invisibilidade social esvazia-se e desintegra-se ao ponto de representar nada mais que um experimento resultante dos atravessamentos do poder entre os processos do viver e do morrer. Partindo deste lócus do mundo da rua, do cruzamento com um processo de morrer socialmente diferenciado, o “número invisível”, enfim, representa o limiar que apreende estas narrativas, catalogando-as em números e inumando os corpos que representam o saldo dos mais diversos embates com o poder.

Dando sequência ao raciocínio, a noção de lhe oferecer “um sepultamento decente” está em oposição à ideia de que a memória de Paulo Ricardo se converteria em um “número invisível”, isto é, um dado isolado na composição de uma estatística de mortalidade. Em certa medida, reivindicar a memória e o direito de enlutar seria justamente pessoalizar, dar corpo, nomear Paulo Ricardo ao vocalizar a sua memória no mundo dos vivos. Portanto, o contrário, o reverso do processamento estatal reservado aos sepultamentos gratuitos, que são uma experiência de morte sem referência mnêmica.

O varal com as fotografias, desenhos e artesanatos de Paulo Ricardo, estendido sob o gradil metálico com velas acesas e dispostas, todo um trabalho político de sensibilização e debate sobre o tema da população em situação de rua foram disparados como resposta a este final que absorveu e jogou sobre Paulo Ricardo um manto perene e permanente de silenciamento. As “velas da visibilidade” foram acesas para impedir que o homem alvejado virasse “número invisível”, ainda que por um dia, simbolicamente, reivindicou-se a dignidade da sua vida a partir de um enlutamento coletivo, ainda que na ausência do corpo.

Após algumas horas exposto na cena do crime, que foi isolada e periciada, o corpo de Paulo Ricardo foi removido ao necrotério, fato que demarca sua entrada no “complexo da morte”, formado por um circuito interinstitucional responsável por fazer a gestão dos óbitos em Porto Alegre (ANDRADE NEVES, 2014). Entretanto, como vimos anteriormente, o fim da

vida biológica de Paulo Ricardo não serviu para encerrar sobremaneira os ecos da sua existência. Sendo sua morte a demarcação tanto da ruptura da vida biológica quanto do fim da relação social, o morrer de Paulo Ricardo proporcionou outros agenciamentos no mundo dos vivos. O processo de enlutamento que o movimento social e os companheiros de rua promoveram oferecia uma nova torção interpretativa em relação à narrativa que lhe criminalizava através de outros símbolos lhe distinguiam positivamente.

Após a localização de uma irmã consanguínea, finalmente, o corpo de Paulo Ricardo recebeu um sepultamento não-comercializável, encaminhado através do departamento de serviço social da Central de Atendimento Funerário, no cemitério do Campo Santo da Santa Casa. Enquadrado como pessoa em situação de rua, na sua certidão de óbito, lavrada em um cartório de registros civis, estão preenchidos os campos da filiação, com o nome dos pais, e no campo “residência” está a referência: “era residente na(o) morador de rua”. Apesar de toda a mobilização sobre a morte de Paulo Ricardo e todos os efeitos que deste processo resultaram, hoje ele é um “número invisível”, sepultado no Campo Santo da Santa Casa de Porto Alegre. Foi inumado em uma cova de decomposição rápida, com apenas uma cruz e uma sequência numérica sem referência à sua memória. Dali, seus restos mortais foram retirados e depositados junto a outras ossadas em um ossuário coletivo.

1.11 Amarras finais

Como vimos, os militantes e apoiadores do MNPR-RS, em parceria com os integrantes do Jornal Boca de Rua, empreenderam um esforço no sentido de positivar a narrativa pessoal de Paulo Ricardo, em um apelo à memória da pessoa no sentido de apreender e reconhecer sua vida enquanto uma vida vivível e, conseqüentemente, passível de luto. Tal esforço veio no sentido de se contrapor à narrativa que era difundida e colocava a vítima do crime sob suspeição, como sendo um traficante de drogas em uma disputa por território.

Desde as primeiras horas que se seguiram ao assassinato, diferentes moralidades e classificações foram depositadas sobre o “morador de rua”, que já havia sido preso por posse de drogas, que estaria “muito agitado” naquela tarde e cuja execução estaria diretamente vinculada ao tráfico de drogas. Esta narrativa tratava de desidratar o interesse público e legitimar o assassinato de Paulo Ricardo, que foi colocado em segundo plano em relação ao local onde o crime aconteceu. Esta linha interpretativa tratava de igualar por semelhança a vítima e os autores do crime por supostamente pertencerem a um mesmo grupo social, de modo a legitimar a ação dos segundos. Tal narrativa usou o crime na Praça da Matriz para abordar o

aumento da violência em Porto Alegre e a sensação de insegurança dos moradores da região do Centro. Portanto, seria tolerável que se assassinasse um “morador de rua” em um contexto de disputa por território para o comércio de entorpecentes, mas era inadmissível que se fizesse morrer naquela região da cidade e naquele horário.

O reconhecimento de Paulo Ricardo como uma vida vivível só se deu no ato político em frente ao Palácio da Justiça e na vigília promovida em sua homenagem. As falas deste ato foram contundentes em afirmar que a vítima não era traficante de drogas, tampouco fazia uso de outras substâncias que não maconha, a partir de um processo de redução de danos iniciado a longo prazo. Este discurso virou evidência quando ficou comprovado no exame toxicológico, que deu negativo para outras substâncias que não álcool. A partir do depoimento do autor do crime, demonstrou-se que Paulo Ricardo foi executado brutal e covardemente por recusar uma associação com traficantes envolvidos com uma facção criminosa e se negar a deixar o local que fazia de moradia – que era o verdadeiro alvo do interesse dos autores do crime.

Tal “fatalidade”, como foi descrita pelas pessoas que o conheciam, demonstra que a ação das facções criminosas na área central de Porto Alegre era fato conhecido das forças de segurança pública. Nesse sentido, entende-se o mundo da rua como um lócus privilegiado para que se vislumbre por entre as frestas das relações de poder - especialmente as compõem a relação de soberania - as quais fizeram morrer a Paulo Ricardo, mas tal fato só fora possível porque em alguma medida o Estado, os governos e a sociedade consentem que se mate e que morram as pessoas as quais vivem sob determinadas condições materiais de existência.

Este processo se torna inteligível quando sua morte eclode e é legitimada dentro de um contexto específico. Para isto, foi produzida uma narrativa que justificou tal contexto através das moralidades e das classificações que atingiram o sujeito – “morador de rua”, “traficante de drogas”, “usuário de drogas”. Tal processo de invisibilidade manifestou-se no processo singular do morrer, a que foi submetida a pessoa “residente na(o) morador de rua”, que de uma “vida invisível” aos olhos do Estado, dos governos e da sociedade, transformou-se em “número invisível” sob o manto do perene silenciamento no cemitério do Campo Santo. Não fosse o “breve clarão” que foi a comoção pública instigada pelo movimento social e outros engajamentos a partir do seu luto, a “existência-relâmpago” de Paulo Ricardo e sua luta contra o poder estaria para sempre soterrada na memória dos vivos. Estes foram os múltiplos acasos que trouxeram a sua passagem ao alvo da nossa atenção.

Tal silenciamento serve para pensar o local da situação de rua na relação social. Tolhidos de qualquer proteção pessoal, o mundo da rua se apresenta enquanto um ambiente que funciona como uma zona de intersecção entre relações de soberania e de regulamentação da

vida, onde se verifica um privilégio para a agência da primeira em detrimento da segunda. Com a vida ameaçada por uma facção, isto é, uma organização que tem o poder de fazer morrer, de um lado, e sem poder recorrer, por outro lado, a um Estado que o deixa morrer e que o expõe à morte, esta etnografia se esforça em apontar justamente tais clivagens que configuram o drama do real.

Neste sentido, em um esforço de enquadrar o mundo da rua, se faz necessário apontar que a coexistência destas diferentes éticas e lógicas produzem pensamento e ação sobre os comportamentos. Especialmente, a ética das instituições e dos aparelhos de Estado – o albergue, o hospital, a prisão, a polícia – bem como a lógica do crime organizado, que coexiste com moralidades próprias a este mundo da rua, constituído e atravessado por dinâmicas, práticas, lógicas e estratégias diversificadas em um universo marcado pela heterogeneidade dos indivíduos e complexidade das relações.

O que quero destacar aqui é a agência da relação de soberania no mundo da rua, que literalmente *faz morrer* perante os ouvidos moucos e a visão míope de um Estado e de uma sociedade que permitem que se morra e que expõe à morte algumas vidas em detrimento de outras. Permitem que se morra na encruzilhada entre a situação de rua e os ambientes de uso e comércio de drogas. No cômputo das circunstâncias, uma prisão por posse de drogas, ocorrida há anos em relação ao assassinato que fora vítima, sacramentou o aterramento do interesse público sobre a morte de Paulo Ricardo – que, conforme os companheiros do jornal Boca de Rua, “não era santo nem anjo”. Vale frisar que esta noção de aterramento sobre o interesse público entra em ação de modo simultâneo ao processamento deste morrer, de modo a tornar turvo o entendimento e afirmar um crime onde não há vítima: o início da suspeição sobre o Paulo Ricardo seu deu com o seu corpo ainda na cena do crime.

A partir da comoção acerca deste caso, visto se tratar de uma morte violenta, uma mobilização do movimento social articulada a outras organizações resultou na realização de uma audiência pública para tratar da relação entre a negligência estatal e o extermínio da população em situação de rua em Porto Alegre. Esta mobilização será descrita detalhadamente, pensada e articulada no Capítulo 2.

2 O HOMEM ESPANCADO

Aos 34 anos e há algum tempo em situação de rua, Rodrigo da Silva Veloso, um homem negro, trabalhava como reciclador e percorria a região central da cidade de Porto Alegre diariamente na atividade de catação de materiais recicláveis. Com origens no bairro da Restinga, extremo sul de Porto Alegre, estabeleceu junto a outras pessoas em situação de rua um ponto para sua fixação no interior do parque da Harmonia, nas proximidades da Câmara Municipal de Vereadores. Morador da “aldeia”, como era conhecido aquele agrupamento de mais de uma dezena de pessoas daquele ponto, também exercia a atividade de guardador de carros naquela área que virava estacionamento para a visita da Orla do Gasômetro aos finais de semana - à época, recém inaugurada após anos fechada para uma grande reforma. Alto, magro e longilíneo, aparentava ter menos idade do que de fato tinha. Possuía, porém, um traço que lhe era singular, que destacava seu rosto: enxergava apenas com o olho direito, sendo o olho esquerdo vasado, completamente fechado em uma cicatriz que cobria todo o globo ocular; nesse ponto lesionado, também carregava na têmpora um pedaço de platina.

No final da manhã de sábado, dia 18 de março de 2017, depois de ter reunido algum dinheiro com a catação durante a semana, Rodrigo reservou o restante da tarde para outra atividade antes de retomar as vendas dos seus jornais na sinaleira. Havia pouco tempo ele começara a integrar as reuniões do jornal Boca de Rua, por incentivo de outros integrantes do coletivo que também residiam na “aldeia”. Para aquela tarde de sábado, já havia deixado tudo organizado para assistir ao jogo do Internacional, o seu clube do coração e verdadeira paixão. Na rua, eram poucos os que sabiam de fato o seu nome, pois todos lhe chamavam “Pelezinho”, pelo fato de ser negro. Na expectativa de acompanhar o time, começou a beber no início da tarde. Beber nem era um hábito regular seu, mas, naquele dia, entre um gole e outro, esboçava as primeiras abordagens nas pessoas para a venda dos jornais.

Ao final da tarde, feliz com a vitória do time, retornou à “aldeia” para ver os companheiros, que trabalhavam no estacionamento. Como estava um dia de intenso movimento na Orla do Gasômetro, tanto pelas pessoas que procuravam o atraente pôr-do-sol, quanto pelo tráfego de retorno do Estádio Beira-Rio, ele foi até a sinaleira para, enfim, tentar vender alguns exemplares dos jornais. Ainda sem dominar muito as técnicas de abordagem e de venda, passou a circular entre os carros, que aguardavam a abertura do sinal para partirem em direção ao centro e à saída da cidade. Entre os carros, também havia uma movimentação de ônibus que traziam os torcedores do Internacional e da torcida visitante, que vieram de cidades do interior para assistir à partida.

Uma situação ocorre e deixa Rodrigo bastante contrariado, quando algumas pessoas das janelas dos ônibus passam a receber os jornais sem lhe fazer o pagamento dos R\$ 2,00. Este desconforto se repetiu algumas vezes até que Rodrigo se irritou e passou a proferir xingamentos, até praticar a ação de atirar uma pedra na lataria de um dos ônibus. Neste instante, o motorista parou o veículo e abriu a porta, ao passo que um grupo de homens identificados com a torcida do Internacional passaram a perseguir Rodrigo. Alguns companheiros da “aldeia” visualizaram a cena, viram quando o grupo alcançou Rodrigo, o derrubou e passou a golpeá-lo com chutes, socos e com um taco de beisebol.

Após deixá-lo inconsciente no interior do espaço de uma das rotatórias, o grupo de agressores entrou no ônibus e seguiu viagem. Os companheiros da “aldeia” que assistiram a cena atravessaram a rua, se aproximaram de Rodrigo e passaram a clamar por socorro, mas não havia um telefone celular para que telefonassem para uma ambulância. Eles anotaram a placa do ônibus e verificaram a existência de câmeras de vigilância próximas ao local da agressão. Havia um ônibus da Brigada Militar que era equipado com câmeras na parte externa estacionado poucos metros à frente. Havia também as câmeras para o monitoramento do trânsito. Apesar do ônibus, contudo, não havia policiamento no local no momento da agressão. Os companheiros de rua recolheram o corpo de Rodrigo para cima de um colchão, que buscaram na “aldeia”, e o transferiram para a calçada do outro lado da rua. O pânico permaneceu até que um carro dos bombeiros se aproximou e chamou o Serviço Ambulatorial Móvel de Urgência (SAMU). Uma dupla de policiais militares chegou a se aproximar do grupo, visualizou Rodrigo caído no chão inconsciente, mas se recusou a ir atrás dos agressores, embora fosse possível interceptar o ônibus, devido ao trânsito carregado. Após ser espancado, Rodrigo foi socorrido inconsciente e encaminhado ao hospital desacompanhado, onde permaneceu em estado de coma.

Nos dias seguintes ao episódio, quando começava uma mobilização entre os companheiros de rua para procurar os familiares de Rodrigo, dois dias depois, Paulo Ricardo seria morto na Praça da Matriz, no dia 20 de março de 2017. Rodrigo resistiria ainda por mais nove dias até vir a falecer devido às agressões deste espancamento, que lhe causaram um traumatismo craniano. Tal qual Paulo Ricardo, ele também era bastante conhecido. Diferente de Paulo Ricardo, todavia, a sua morte não obteve tratamento jornalístico, ocorreu sem ser noticiada, a não ser pelo próprio jornal Boca de Rua, que ambos integravam. Assim como Paulo Ricardo, a passagem da morte e o luto por Rodrigo, o “Pelezinho”, mobilizaria novos engajamentos no mundo dos vivos, como uma audiência pública - que descrevo a seguir - na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

2.1 A falta de políticas públicas como disparador de um extermínio

Interessa verificar, a partir de agora, a maneira como o Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Sul (MNPR-RS) articulou, em Porto Alegre, a categoria do extermínio no debate público sobre a população em situação de rua a partir de um processo de inscrição política do luto de pessoas que foram assassinadas em situação de rua naquele período⁹. Neste capítulo, dou sequência ao acompanhamento do processo de repercussão da morte do homem alvejado a partir do seu desdobramento político: a realização de uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Situo o processo de repercussão da morte do homem alvejado como o fato que destravou um mecanismo por onde foi possível que se inscrevesse outras mortes da população em situação de rua, tal qual a de Rodrigo, o homem espancado.

Estive presente nas duas ocasiões em que o MNPR-RS esteve na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. A primeira vez, em 12 de abril de 2017, acompanhei a visita que sucedeu a vigília oferecida em memória de Paulo Ricardo a fim de demandar uma audiência pública junto à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH). A outra oportunidade foi em 24 de maio de 2017, quando foi realizada tal atividade, intitulada “Extermínio, agressões e falta de políticas públicas para o povo da rua”. Esta mobilização política fazia parte do processo de repercussão da morte de Paulo Ricardo, ocorrida em 20 de março de 2017, cuja reivindicação por uma oitiva fora reforçada a partir da confirmação do óbito de Rodrigo.

Percebe-se que o assassinato a tiros do homem que vivia na praça em frente às sedes dos Poderes Executivo e Legislativo e do Tribunal de Justiça, outrossim, galvanizou o interesse público e também o interesse político. Como o caso foi vastamente divulgado nos veículos de comunicação social de Porto Alegre, tornou-se um caso-símbolo e a audiência pública foi mais um elemento que caracterizou o processo de repercussão desta morte. Na ocasião desta reunião do dia 12 de abril de 2017, foi divulgado também o caso de Rodrigo da Silva Veloso, o “Pelezinho”, morto após ser brutalmente espancado. Enfim, durante a realização da audiência pública, um terceiro caso de morte seria denunciado: o de uma mulher, morta por estrangulamento – o qual abordarei exclusivamente no Capítulo 3.

⁹ No Capítulo 1, vimos como o assassinato de uma pessoa em situação de rua desencadeou diferentes narrativas e versões sobre o episódio. Para os militantes e apoiadores do Movimento Nacional da População de Rua, a comoção deste acontecimento levou à produção de um luto coletivo, registrado durante uma vigília feita em homenagem à vítima.

Em relação a este processo de repercussão das mortes de pessoas em situação de rua por parte do movimento social, me chamou a atenção o argumento utilizado na divulgação da audiência pública nas redes sociais e em cartazes. Havia uma afirmação que fazia relação direta entre a “falta de políticas públicas” e a morte de pessoas em situação de rua a partir do termo “extermínio”, que funcionava como um conceito unificador. Isto em um contexto de muitas especulações e de desconfiança sobre as investigações e o tratamento judicial que seria oferecido aos casos de Paulo Ricardo e Rodrigo. Ao longo do texto, perseguiremos esta associação entre o “acontecimento” da morte do homem alvejado e o “acontecimento” da morte do homem espancado para esta abordagem que situa o morrer de modo mais amplificado, pensado enquanto “evento”, através da chave do “extermínio”.

Em tal abordagem, o que está em jogo é um tensionamento da noção de negligência do Estado brasileiro com as políticas públicas que têm a população de rua enquanto público específico ou prioritário. O que o MNPR-RS pontuava era que o poder público no âmbito estadual e municipal, através da precarização dos serviços de assistência social – expresso na assertiva “falta de políticas públicas” – produzia morte de forma seriada e que cada vez mais abandonava as pessoas em situação de rua à própria sorte sendo esta a razão do flagrante morticínio.

Uma lógica causal, portanto, que situava o desmonte e a precarização dos serviços de assistência social, de modo a desarticular as ofertas de espaços e serviços no âmbito estadual e municipal diretamente com as mortes que eram frequentemente registradas. Tal evidência ponderava também o aumento da violência devido à atuação das facções criminosas em espaços como praças e viadutos, de modo que estes fatores incidiam no sentido de revelar uma nuance de que a população em situação de rua estava cada vez mais exposta à morte. Neste sentido, visualizamos a produção de um morrer socialmente diferenciado a partir da inação do Estado, dos governos e da sociedade traduzida na ideia de negligência – um deixar morrer e um expor à morte –, além da manutenção das condições de possibilidades para que se reivindicasse a morte e se fizesse morrer.

Em outras palavras, se fazia visualizar o quanto uma relação de soberania operava organicamente no mundo da rua e se encarregava de produzir morte através do exercício direto de reivindicar o direito de matar, tal qual fizeram os algozes de Paulo Ricardo e agora os de Rodrigo. Por outro lado, a própria negligência do poder público que complementava este processo de produção da morte, uma vez que, apontavam os interlocutores do movimento social, isto também possuía relação com o fato de não haver intervenção pública eficaz sobre a temática da população em situação de rua. Estar exposto à morte é uma característica singular

deste mundo da rua. Para que este direito de morte fosse reivindicado, somente era possível porque havia uma manutenção das fendas por onde a soberania atravessa e alcança os corpos cuja o exercício da cidadania e acesso aos direitos sociais eram fragilizados ou inexistentes. Ocorria um esforço, portanto, para a manutenção destes poros, de modo a estarem abertos o suficiente para que o exercício da soberania – isto é, o direito de matar - fosse reivindicado e, uma vez reivindicado, que as consequências fossem diminutas e residuais quando se tratava deste público específico.

O fato de que os acontecimentos que demarcam o fim destas vidas ocorrerem continuamente no tempo sem que haja uma intervenção contundente do poder público e da sociedade de maneira geral era complementar tanto à noção de “negligência estatal” quanto à de “extermínio”. Desta forma, interessa-me pensar a respeito da forma que o MNPR encampou uma luta estabelecida a partir da inscrição política do luto – isto é, a partir da ocorrência das mortes - para circunscrever uma denúncia sobre a negligência do Estado, dos governos e da sociedade em relação à população em situação de rua. Também interessa-me entender em que medida as condições de possibilidades que autorizam e caracterizam este processo de morrer podem ser pensadas a partir da sua singularidade e das especificidades que o compõe, visto que cada uma das narrativas evidencia diferentes tramas das relações com o poder que as atravessa e faz alcançar na morte a noção de invisibilidade social experimentada em vida.

2.2 Um encontro no Poder Legislativo

É uma convenção, especialmente no Brasil, se referir à sede do poder legislador como a “casa do povo”, em uma referência à diversidade das gentes e à pluralidade das ideias que caracterizam – ou deveriam caracterizar – o sistema da democracia representativa. Ainda que a “casa do povo” seja uma possessão de todo cidadão brasileiro no âmbito municipal, estadual e da federação, não é todo povo que frequenta, circula e, de fato, possui o devido acesso a ela.

Desde cedo, no início da manhã do dia 12 de abril de 2017, quando os representantes do MNPR-RS seriam recebidos pelos deputados estaduais que compõem a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH), dois seguranças já estavam posicionados no lado externo do prédio. Como já foi mencionado, a sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul fica em frente à Praça da Matriz, onde Paulo Ricardo fora morto há alguns dias. Durante o ato público realizado na semana anterior, marcado por uma vigília em sua homenagem, circulara um abaixo assinado e os participantes foram convidados pelo movimento social para

participar desta visita à comissão, como um instrumento de pressão para pleitear uma audiência pública para tratar dos assuntos da população em situação de rua.

Para acessar os auditórios da casa legislativa era necessário passar por uma porta equipada com detector de metais. Também era necessário fazer um cadastro dos dados pessoais, a partir da apresentação de um documento com foto. Uma vez realizado este cadastro, a pessoa recebe um crachá de visitante que possui um sensor que destrava as catracas e só então é possível a circulação interna nos corredores, que estão equipados com câmeras de vigilância.

Quando cheguei para acompanhar a oitiva do movimento social na referida comissão, percebi um murmurinho das pessoas que estavam em frente ao prédio da Assembleia Legislativa. A situação que se desenrolava era que algumas das pessoas em situação de rua que vieram acompanhar a reunião estavam desistindo de participar. Alguns por possuir algum instrumento de metal em suas mochilas e não terem onde deixá-las, outros por não estarem portando nenhuma documentação para fazer o trâmite de ingresso.

Enquanto se sugeria que alguém intercedesse pela liberação das pessoas, outra situação chamava a atenção. Na porta da Assembleia Legislativa, uma jovem, negra, de cerca de 30 anos de idade, parecia estar desorientada e passava mal enquanto era acudida por duas mulheres, que a abanavam sob o olhar curioso de um grupo maior de pessoas que aguardavam para entrar. Soube depois que aquele grupo era o da Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA), que acolhe pessoas em situação ou trajetória de rua, que viera a convite do movimento social e do jornal Boca de Rua para aquele encontro. Sugiro aos leitores que fixem esta situação específica em suas memórias.

Dentro da casa legislativa, o deputado que presidia a comissão iniciou os trabalhos e logo chamou os representantes do movimento social, que se sentaram à direita da mesa em formato oval localizada em um dos auditórios internos. Os edis estavam na cabeceira da mesa e, à sua esquerda, estavam sentados os assessores parlamentares e os representantes de outras entidades, que também falariam naquela manhã. Os deputados que estavam presentes eram das legendas do Partido dos Trabalhadores e Partido Comunista do Brasil. A formação da mesa permitia a visualização dos contrastes entre as roupas bem passadas, de corte executivo e de sapatos bem lustrados dos deputados e dos assessores com aquelas mais surradas e informais das pessoas em situação de rua. O contraste mais saliente, entretanto, ficou nítido através da silenciosa troca de olhares, que evidenciava uma tensão entre este povo da rua e o grupo de assessores, parlamentares e trabalhadores da casa legislativa. Aqueles corpos da rua, que carregavam cicatrizes, com os cabelos desgrenhados e as vestes humildes enunciavam um comportamento dissonante, com uma postura corporal mais relaxada e as expressões faciais

cerradas que, na minha interpretação, remetiam à raiva, ao estranhamento, ao deboche e também à certa timidez.

Existe um caráter performático dos militantes da população de rua nos espaços em que se faz a política, especialmente os institucionais. É possível distinguir as falas e comportamento gestual na comparação com as falas dos legisladores e dos especialistas na questão da população de rua. Essas falas são enunciadas de um outro lugar¹⁰, revelando uma alteridade que eclode no mundo da rua a partir da experiência vivificada nesta condição singular de existência. Aquele era um ambiente favorável para visualizar uma disputa a respeito das discursividades sobre o que é a situação de rua e como deveria ser abordada tanto pelo Estado quanto pela sociedade no contexto da formulação das políticas públicas específicas para este contingente populacional. Ao recorrer à experiência vivificada, os sujeitos falam sobre si, a partir de si e “para os seus”, fator que contrasta com as falas - mesmo as mais bem intencionadas - “sobre” ou “em nome” destes sujeitos.

Os militantes do MNPR-RS, do jornal Boca de Rua e da EPA estavam engajados na repercussão do caso envolvendo a morte de Paulo Ricardo. O abaixo assinado que circulou no ato em frente ao Palácio da Justiça agora era utilizado como instrumento de pressão naquele jogo político. Conforme nos sugeriu Marshall Sahlins (1990), era possível pensar o assassinato do homem alvejado na Praça da Matriz enquanto um “acontecimento” que era tornado “evento” quando pensado a partir de uma estrutura que lhe conferia significância. Notadamente, naquele contexto em que se denunciava uma série de mortes de pessoas em situação de rua por causas diversas através das chaves do “extermínio” pela “falta de políticas públicas”.

Um evento não é apenas um acontecimento característico do fenômeno, mesmo que, enquanto fenômeno, ele tenha forças e razões próprias, independente de qualquer sistema simbólico. Um evento transforma-se naquilo que lhe é dado como interpretação. Somente quando apropriado por, e através do esquema cultural, é que adquire significância histórica (SAHLINS, 1990, p. 14-15).

Portanto, o que estava em jogo para o movimento social era pensar o acontecimento da morte de Paulo Ricardo através da relação que foi estabelecida entre esta e outras mortes de pessoas em situação de rua através da noção englobante de “extermínio”. Além disto, se promovia uma relação de causa e efeito quando se pensava o morrer destas pessoas em situação de rua com a “falta de políticas públicas” para este público. Nesse quadro, pode-se pensar a

¹⁰ Abordarei esta questão da autoridade e da representação na produção discursiva sobre a temática nos Capítulos 4 e 5, quando descreverei o contexto da emergência da categoria população em situação de rua como um “problema público” a ser administrado pelo Estado, bem como, quando traço um histórico sobre a fundação deste movimento social.

relação da população em situação de rua com o Estado, com os governos e com a sociedade através da noção de negligência generalizada. Isto permitiu que os “acontecimentos” das mortes fossem cruzados de maneira a permitir a conotação de um “extermínio”. Era, assim, o “extermínio” tornado um “evento” cuja potência era de inscrever politicamente não apenas a denúncia sobre um ou outro “acontecimento” de morte de forma isolada, mas frisar um projeto de morte para a população em situação de rua que era observável através da regularidade dos casos em um contexto de negligência generalizada. Tal noção de “extermínio” quando atrelada a um projeto de não-intervenção sobre a temática permitia que se visualizasse uma noção de continuidade que alcançava também outras mortes do passado e as que estavam por acontecer.

Portanto, tal morticínio era assentado sobre um processo de se *deixar morrer* por parte do Estado, dos governos e da sociedade, que tinha por método um processo de *expor à morte*, em um ambiente – a situação de rua, pensada como um mundo da rua, um sistema simbólico – que também era caracterizado pela manutenção das condições de possibilidades para que se fizesse exercer diretamente a relação de poder própria da soberania - isto é, a de *fazer morrer*. Permitia que se morresse, contudo, somente determinadas vidas que eram marcadas de tal modo por uma condição de precariedade que colocava sob dúvida a possibilidade da sua apreensão e do seu reconhecimento como vida passível de luto – enquanto sinônimo de vida reconhecidamente viva, ou vivível, no sentido de uma vida digna.

Ao deslocar o “acontecimento” da morte de Paulo Ricardo da narrativa que o explicou, o ocorrido na Praça da Matriz ilustrou um fenômeno que caracterizava este mundo da rua: a exposição à morte, abandono a própria sorte e o status de matável. A diversidade de causalidades e motivações que auxiliavam a explicar os casos de mortes daquelas pessoas em situação de rua estavam postos de lado para que se pensasse a ideia de um “extermínio” suficientemente empírico, uma vez que as denúncias sobre novas mortes se acumulavam naquele contexto e durante aquele período.

Quando o representante do MNPR-RS finalmente foi ouvido naquela manhã, ele não abordou o caso específico da morte de Paulo Ricardo, mas denunciou um fenômeno que classificou como “onda de extermínio das pessoas em situação de rua”. Esta pessoa era um homem com trajetória de rua. Era branco, jovem, que aparentava a idade de vinte e poucos anos, que era baixo e gordo. Este representante tinha os cabelos longos, pintados de vermelho e vestia roupas femininas. Era deficiente físico, com um problema de visão e uma má formação congênita na mão esquerda. Estava enrolado em uma bandeira do movimento social quando fez uma fala contundente, encarando o deputado que presidia a sessão.

A partir do exemplo concreto do homem alvejado na Praça da Matriz, ele reivindicou a realização de uma audiência pública naquela casa legislativa, a ser organizada a partir daquela comissão, para que se aprofundasse o debate público sobre o tema das mortes da população em situação de rua com a sociedade. Recordou o ato político realizado em memória de Paulo Ricardo, a quem classificou como um companheiro do movimento social e um artista da rua.

É importante alguém dar visibilidade para esta morte. Na quarta-feira passada, organizamos um belo ato na Praça da Matriz para homenagear o nosso companheiro Paulo Ricardo que foi brutalmente assassinado naquela praça. E também cobrar dos órgãos de justiça e da polícia civil que investigue a morte deste companheiro com celeridade, porque nós não temos dúvida de que o Tribunal de Justiça funciona muito bem quando é para prender pretos e pobres do nosso Estado. Pois nós queremos dizer que se funciona para prender pretos e pobres, também tem que funcionar para prender quem tira a vida dos nossos companheiros (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 12/04/2017).

Com a presença do seu representante, amparado por uma plateia de mais de trinta pessoas mobilizadas para estarem presentes e reforçar aquele apelo por uma audiência pública, o movimento social dava outro passo significativo no processo de repercussão da morte de Paulo Ricardo. Além da visibilidade reivindicada na fala endereçada ao deputado estadual que presidia aquela atividade, cobrou as instituições uma resolução a respeito do episódio, que através do luto foi transformado em um símbolo de luta, organização e mobilização política.

O deputado que coordenava as atividades da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) disse que estava em uma reunião da Comissão Especial de Segurança Pública, que casualmente ocorria no momento em que Paulo Ricardo fora executado. Participavam do encontro outros deputados e alguns delegados de polícia, quando o deputado comentou sobre o caso.

Na ocasião que aconteceu o crime, nós estávamos reunidos aqui entre deputados, e casualmente tinha delegados da chefia de polícia, e eu destaquei exatamente isso: que hoje o efetivo das polícias é tão baixo que eles acabam só se ocupando de fazer apuração daqueles crimes que dão manchete nos jornais, e geralmente os crimes que dão manchete, envolvem pessoas de importância econômica e acaba a população pobre, que é assassinada no dia a dia, não tendo a apuração dos autores dos homicídios. E, na Comissão Especial de Segurança, ele (o delegado) se comprometeu que neste caso ele daria prioridade porque eu disse que possivelmente não veríamos de forma destacada este assassinato e a possibilidade de prender o seu autor. Até porque o sujeito parece ter agido com muita tranquilidade, desferiu os tiros e saiu sem que nenhuma providência fosse tomada. Depois é que apareceram policiais ali, enfim. Eu só quero registrar isto, de que nós pedimos e vamos renovar o pedido pra Polícia Civil, pro Ministério Público, para que efetivamente esta apuração se dê, independente de se ter ou não efetivo, porque nós sabemos que é um problema, mas não dá para ter este tipo de acontecimento sem nenhuma providência (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 12/04/2017).

A argumentação do deputado em relação ao acontecimento se baseava em uma expectativa de audiência televisiva, uma vez que esta reunião ordinária da comissão que presidia era transmitida ao vivo através do canal exclusivo da Assembleia Legislativa. Nesta fala, o deputado parece reforçar uma atitude proativa em relação ao Poder Legislativo, que cobrava os outros poderes. Contudo, simultaneamente, pareceu sugerir uma disposição de que tais instituições públicas não funcionariam para aquele caso em específico, quando tentou de antemão justificar uma falta de efetivo das polícias, especialmente a que investiga. O que fez foi dizer nas entrelinhas que o caso daquela morte teria um caráter excepcional na resolução, baseado em uma palavra empenhada por um delegado, nem tanto pelas circunstâncias que motivaram o crime, mas devido ao local em que ocorreu.

Antes de ouvir o segundo representante da população de rua, o deputado falou aos assessores sobre a necessidade de se protocolar as denúncias que seriam feitas para que se pudesse cobrar dos poderes responsáveis eventuais excessos e falhas de conduta. Dito isto, passou a palavra ao representante do jornal Boca de Rua. Na fala aos presentes, este homem não mencionou diretamente o acontecimento do homem alvejado na Praça da Matriz, mas tratou aquela morte enquanto “evento” – no sentido de Sahlins (1990) – quando a relacionou com situações de hostilidade da sociedade em geral, violência policial e violações de direitos humanos. Tais situações devem ser entendidas como fenômenos que caracterizam o contexto do “evento” pensado aqui – isto é, a relação entre a situação de rua e um processo de morrer que lhe é singular, bem como quê era mobilizado na construção deste entendimento sobre um “extermínio”.

O representante do jornal Boca de Rua era um homem negro, com o cabelo alto e enrolado, quase formando pequenos dreads, de pouco mais de 30 anos e que vestia uma camisa social cinza. Enquanto fazia uso da palavra, ele reivindicava uma experiência no mundo da rua desde um outro lugar, que era diferente das falas daqueles que haviam se pronunciado até aquele momento. Falava do lugar de quem experimentava a condição de rua a partir da vivência, com a autoridade do argumento medida a partir do tempo que se encontrava naquela condição: 22 anos de rua. Ele denunciou que a polícia militar estava impedindo que as pessoas em situação de rua ficassem nas praças de Porto Alegre e relatou algumas situações de agressões, que serviram para endossar o pedido pela audiência pública. Sua fala circunscrevia a noção de “extermínio” ao pôr em relação a violência policial que os acossava das praças em caso de reunião, a violência das facções que os aliciavam e os matava se quisesse, a violência que dera cabo de Rodrigo. Em paralelo, indicava relação entre o aumento das mortes com o sucateamento da política municipal de assistência social de Porto Alegre.

Neste sentido, à luz de Butler (2017), vale frisar a relação entre o Estado, os governos e a sociedade com a ideia de que a precariedade pode ser politicamente induzida.

A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violências sem nenhuma proteção. A condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que com frequência não tem opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção. Em outras palavras, elas recorrem ao Estado em busca de proteção, mas o Estado é precisamente aquilo do que elas precisam ser protegidas (BUTLER, 2017, p. 46-47).

Ao se recorrer ao Estado contra a violência do próprio Estado, pode-se verificar controvérsias mais sofisticadas que a infraestrutura e protocolo de acesso ao legislativo, tal qual uma catraca ou uma porta giratória equipada com detector de metais. Foi o que se percebeu quando do esforço por parte de uma deputada que estava na mesa, na tentativa de convencimento dos presentes em depor para a construção de uma denúncia sobre as agressões policiais na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. O que estava em jogo, em alguma medida, era transformar um fato político - a atividade demandada pelo movimento social - em um fato jurídico a partir do recolhimento de testemunhos e depoimentos. Enquanto falava, a deputada segurava em cima da mesa oval a sua filha de três anos, em cena que parecia ser usual naquele parlamento, enquanto a criança brincava. Um fato potente e simbólico quando analisado no contexto da maternidade e do empoderamento das mulheres, uma mãe com sua criança no seu ambiente de trabalho. No entanto, quando posto em perspectiva de quem observava a cena, mulheres em situação ou trajetória de rua, representava um contraste sensível, difícil de adjetivar, quando pensamos a difícil realidade do processo de maternidade das mulheres em situação de rua e na forma como o Estado e sociedade administram esta questão através da política de retirada da guarda de crianças¹¹.

Argumentava a deputada que era relevante a coleta de depoimentos, de forma segura, para que fossem encaminhadas a outras instâncias que não a polícia militar ou polícia civil, que tinham ouvidorias próprias. Conforme a deputada, somente daquela forma seria possível conferir materialidade jurídica à denúncia, tornando-as concretas e não “difusas”, conforme classificou as falas que eclodiam naquele espaço. Seriam necessários nomes de pessoas e descrições de situações objetivas para que se oferecesse denúncia junto a outras instituições como o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado. Tal materialidade reivindicada

¹¹ Sobre esta questão, ver o trabalho de Caroline Sarmiento (2017; 2020).

pela deputada acentuava uma diferença colossal entre mundos irreconciliáveis - notadamente, o mundo do parlamento e justiça e o mundo da rua.

Assim que a deputada fez o comentário a respeito de conferir materialidade às denúncias - o que seria uma ação proativa, em oposição à ideia de “difusão” que ela apontara em relação às falas apresentadas -, uma jornalista, colaboradora do jornal Boca de Rua – uma mulher branca, de cabelos negros, com cerca de cinquenta anos de idade – comentou sobre a importância da não-identificação dos denunciadores daquelas situações que envolviam crimes, violações de direitos e agressões. Conferir materialidade, neste sentido, era matéria de alta complexidade. Ela alertava para o “extremo perigo da identificação”, cuja represália para quem denunciasse e permanecesse em situação de rua poderia ser, inclusive, a morte. Classificou tais represálias como “enormes e imediatas”.

A intervenção que fez não estava planejada e foi realizada no sentido de chamar a atenção daquelas autoridades para o risco de as pessoas ali presentes realizarem denúncias naquela reunião, que estava sendo televisionada pelo canal da Assembleia Legislativa. Neste sentido, a jornalista argumentava pela forma, uma vez que, segundo ela, o processo de formalização das denúncias da população de rua não pode ser igual às outras categorias sociais. Recorreu à experiência ao longo de 16 anos à frente do jornalismo do Boca de Rua para afirmar que, até então, nunca tinha vivenciado situação semelhante em relação aos casos de violência e de mortes como naquele período - o primeiro semestre de 2017. Disse que no dia anterior, em reunião com a equipe do jornal, haviam reunido, em um único final de semana, um total de onze agressões, cujas vítimas seriam inclusive mulheres e pessoas idosas que estavam em situação de rua. “Não é só a polícia, a população está batendo, queimando barracos”, alertou aos presentes.

Em relação ao assassinato de Paulo Ricardo, que era integrante do jornal Boca de Rua, ela argumentou que o acontecimento era emblemático. Fez um comentário sobre a localização do crime, ocorrido “no meio dos poderes do céu e da terra, à vista de todos”, para estabelecer um vínculo entre a morte do homem alvejado e um outro caso de morte, que sequer havia sido noticiado até aquele momento e que ela denunciava aos deputados daquela comissão em primeira mão. Ela descreveu os últimos momentos da vida de Rodrigo da Silva Veloso, o “Pelezinho”, que veio a falecer nove dias após ser covardemente espancado por um grupo de pessoas na Orla do Gasômetro - conforme vimos na abertura do capítulo.

Enquanto encaminhamento deste encontro, a oitava da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos encerrava com a promessa do deputado que coordenava os trabalhos de buscar mais quatro assinaturas de outros deputados para protocolar formalmente o requerimento

da audiência pública. Requereu ao grupo do jornal Boca de Rua o levantamento das agressões que fizeram na última reunião do coletivo e garantiu que seria feita uma cobrança política e institucional sobre estas situações. “É uma política de violência contra moradores de rua, uma política de higienização, estão instituindo uma política de limpeza”, resumiu (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 12/04/2017). No seu entendimento, os agentes da segurança pública estariam promovendo uma política de higienização de territórios em Porto Alegre de forma articulada entre a polícia militar e a guarda civil municipal.

Antes que de fato se encerrassem os trabalhos, o representante do movimento social afirmou que os estudantes da Escola Porto Alegre, que foram mobilizados para participar deste encontro, tiveram a entrada no prédio da Assembleia Legislativa barrada por não portarem documentação. Havia, pois, uma catraca entre o povo da rua e espaço de interlocução política; infraestrutura a ser destravada por uma das deputadas, que acabara de se pronunciar e levantava-se da mesa para ir pessoalmente até a portaria tratar de desembargar o acesso. No grupo da escola, a estudante que passara mal já havia reestabelecido os sentidos e era amparada por colegas. Disseram que seu nome era Ana Maria e que era diagnosticada com um transtorno de saúde mental (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 12/04/2017). Novamente, solicito aos leitores que fixem a atenção sobre esta questão envolvendo esta estudante da Escola Porto Alegre. Quando este grupo finalmente conseguiu acessar o Poder Legislativo, a reunião da comissão continuava, mas já havia sido encerrada a participação do MNPR-RS.

2.4 A luta como inscrição política do luto

Desde o acontecimento do assassinato do homem alvejado, um processo de repercussão desta morte foi construído a partir do luto. Primeiramente, com o intuito de disputar a narrativa que se construiu sobre o ocorrido, foi realizada uma vigília em memória da vítima. Em seguida, a partir da articulação do MNPR-RS, inscreveu-se politicamente um debate sobre a população em situação de rua pautado através da categoria de “extermínio”. A partir de uma relação entre a mortalidade e a falta de políticas públicas específicas e prioritárias a este público, este processo de repercussão do luto de Paulo Ricardo permitiu que se pensasse para além do acontecimento desta morte em específico, mas vislumbrando um processo de morrer que é singular àqueles morrem em situação de rua. Se fazia menção a noção de “número invisível”, destacado no Capítulo 1, quando se reconhecia a transferência da invisibilidade social da vida para a morte.

As denúncias sobre os casos de assassinato do homem alvejado e – a partir de agora - do homem espancado, as agressões policiais, as queixas sobre violações de direitos humanos no contexto de um sucateamento dos serviços de assistência social em Porto Alegre, bem como da ausência da efetivação das políticas públicas para a população em situação de rua construíam o evento “extermínio”. Tal interpretação, que derivou diretamente do acontecimento da morte do homem alvejado e do seu processo de politização e repercussão.

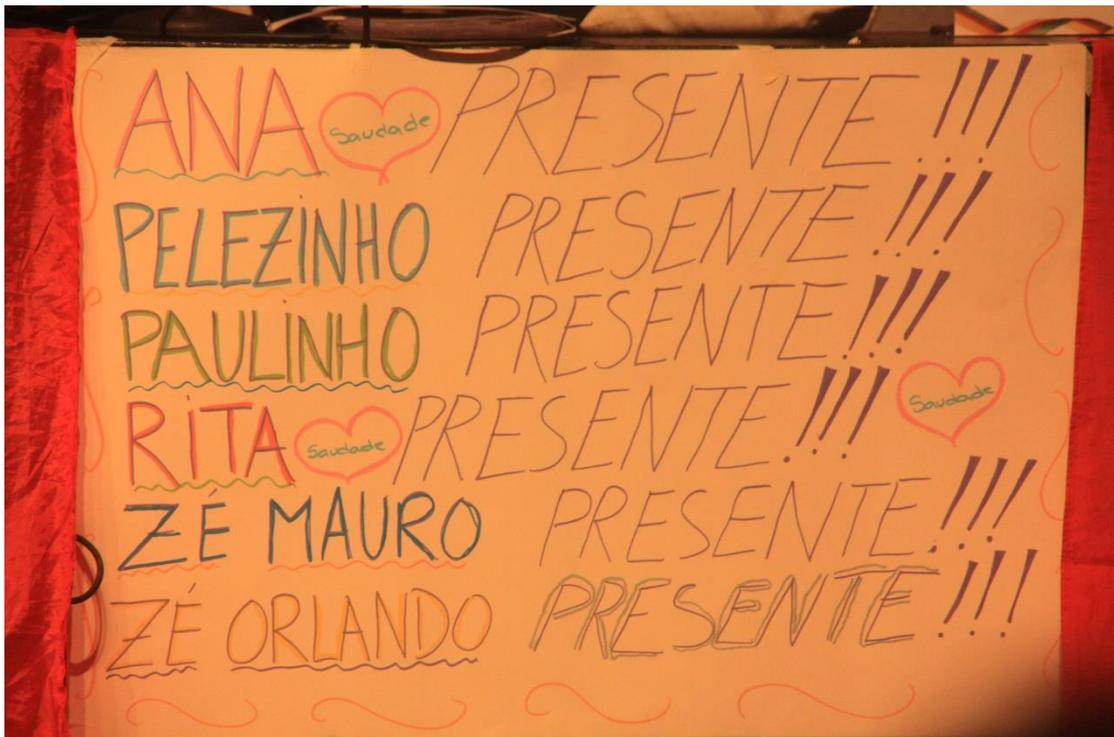
Após o requerimento de uma audiência pública ser aprovado no plenário da Assembleia Legislativa, finalmente, no dia 24 de maio de 2017, ocorreu a audiência pública que foi nomeada: “*Extermínio, agressões e falta de políticas públicas para o povo da rua*”. Interessanos saber como o movimento social articularia esta inscrição política a partir do luto para esta denúncia mais ampla sobre a negligência de forma a atestar o “extermínio” da população em situação de rua de Porto Alegre através da “falta de políticas públicas”.

O espaço escolhido para a atividade, o anfiteatro Dante Barone, era amplo. À medida em que as pessoas chegavam para participar da audiência pública, visualizavam uma mesa montada em cima do grande palco, que possuía as cortinas vermelhas nas laterais, dividindo a atenção com banners e bandeiras do Estado do Rio Grande do Sul e da Federação. Desta vez a entrada era franca, sem cadastramento de ingresso, catracas ou detectores de metais. A mesa de trabalhos, disposta de frente para a plateia, foi decorada com cartazes e bandeiras do MNPR. Ao todo, cerca de vinte pessoas foram chamadas para compor a mesa, composta por autoridades e representantes de instituições públicas, que dividiam o espaço com pessoas em situação ou trajetória de rua, profissionais e estudantes.

Os cartazes, confeccionados à mão por pessoas em situação de rua, a pedido do movimento social, traziam dizeres como: “somos todos cidadãos”, “usuários do abrigo Bom Jesus na luta”, “queremos paz, segurança e dignidade”, “por nenhum e nenhuma a menos”. Dentro desta composição, que fora construída pelos militantes, me chamou atenção a exposição da edição número 63 do jornal Boca de Rua - que se referia ao período entre os meses de abril, maio e junho de 2017 - cujo título era “Luto e luta: os moradores de rua estão de luto e em luta para acabar com as mortes, agressões, espancamentos, linchamentos e queimas de barracos que aumentaram muito em 2017”. A fotografia que estampava a capa era um registro do ato político em formato de vigília que homenageou Paulo Ricardo na Praça da Matriz. Também havia um cartaz escrito à mão (Figura 3), em uma cartolina, com os nomes das pessoas em situação de rua que haviam falecido ou que tinham sido assassinadas naquele período. Os nomes de Ana, Pelezinho, Paulinho, Rita, Zé Mário e Zé Orlando se destacavam entre as palavras “presente”, pontos de exclamação e desenhos de corações preenchidos com a palavra “saudades”.

Destaco que um dos nomes do cartaz era justamente o da jovem que passara mal às portas da Assembleia Legislativa quando da mobilização para a realização desta atividade - que era aluna da Escola Porto Alegre, situação à qual solicitei a atenção dos leitores - havia sido encontrada morta – estava nua, enrolada em uma lona plástica - dentro de um container de lixo no centro de Porto Alegre no dia 22 de abril de 2017. Retomo a eclosão desta terceira morte assim que assunto for mencionado nesta audiência pública.

Figura 5 – Cartaz com os nomes das pessoas vítimas do “extermínio”



Cartaz confeccionado por integrantes do jornal Boca de Rua e do MNPR demonstra a articulação entre o morrer e o ativismo político à medida que se reivindica o luto e se denunciava um “extermínio”. Fonte: Calvin Da Cas Furtado (2017).

Interessante observar que, independentemente da causa da morte ser natural ou violenta, a categoria do “extermínio” permitia que se englobasse as informações sobre mortalidade da população em situação de rua a partir de um recorte temporal e histórico. Ao longo daquela manhã, outros cartazes, que continham reivindicações diversas, seriam produzidos e fixados na mesa e no púlpito que centralizava o espaço de fala no desenrolar da atividade.

O deputado que coordenava os trabalhos era o mesmo da reunião do dia 12 de abril de 2017. Ele tratou de formar uma mesa com duas dezenas de pessoas. Chamou nominalmente cada um dos convidados, ao iniciar com a representante da Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (Alice), organização não-governamental que fundou e administra o jornal Boca de Rua, além de um representante deste veículo de comunicação e um representante

do MNPR-RS, que eram as únicas duas pessoas com situação ou trajetória de rua a sentarem-se naquele espaço de distinção, que era palco do anfiteatro, situando-os à frente da plateia.

Em seguida, deu seguimento a um longo chamamento de diferentes convidados. Cito-os para visualizar como fora concebida aquela reunião. O deputado chamou uma técnica da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos, que representava naquela ocasião o Comitê Estadual de Monitoramento e Acompanhamento da Política Nacional para a População de Rua (CIAMP-Rua), uma diretora técnica e o chefe de gabinete da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) do município de Porto Alegre. Convidou um representante de uma organização da sociedade civil chamada Grupo pela Livre Expressão Sexual – Nuances; uma representante da organização Igualdade RS, o diretor da Escola Municipal Porto Alegre (EPA) e uma representante do sindicato dos trabalhadores do município de Porto Alegre.

Convidou também três defensoras públicas do Estado, que coordenavam o núcleo de defesa dos direitos humanos, o núcleo de defesa agrária e moradia, e a responsável pela ouvidoria daquela instituição. Chamou uma promotora de justiça que representava o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, um representante do Ministério Público Federal e um representante da comissão de direitos humanos da Ordem dos Advogados do Brasil. Por fim, anunciou que os representantes da Secretaria Estadual da Segurança Pública e o comando da polícia militar foram convidados, mas não responderam ao convite. Completavam a mesa outros quatro deputados estaduais que integravam a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa.

O público era considerável, com cerca de 200 pessoas, boa parte em situação ou com trajetória de rua, e observava a formação da mesa. Começou a reagir, intercalando aplausos e vaias em relação às pessoas que eram chamadas para comporem a mesa de trabalho. A reação variava conforme o conhecimento da plateia acerca da trajetória destas pessoas, bem como, das organizações que representavam; se eram reconhecidas ou não, em relação ao respectivo trabalho que ofereciam ou que desenvolviam com a rua.

O primeiro a falar naquela manhã foi o delegado de polícia, que era o diretor do departamento de homicídios da polícia civil e fora convidado para oferecer uma versão oficial sobre as investigações de pelo menos dois assassinatos: o homem alvejado e o homem espancado. Ainda que não fosse o representante oficial da secretaria estadual da segurança pública, por integrar um cargo de chefia no quadro funcional da instituição, se prontificou a falar em nome do órgão público, visto que a ausência dos representantes da segurança pública,

que foram convidados e sequer responderam aos convites, gerou constrangimento nos presentes.

Antes de comentar sobre os assassinatos de Paulo Ricardo Camargo de Oliveira e Rodrigo da Silva Veloso, o delegado de polícia defendeu os investigadores da corporação e argumentou que estar presente na audiência pública era um dever da instituição em prestar contas à sociedade. Assim que o deputado anunciou o seu cargo de chefia, disse que antes de ser um delegado de polícia, era um ser humano. Defendeu que uma vida humana teria o mesmo valor e que a orientação do departamento que representava em relação aos casos de homicídios era que fossem investigados com a intensidade, afinco e envolvimento independentemente das condições materiais dos indivíduos, cor da pele ou preferência política.

Especificamente sobre a execução de Paulo Ricardo, disse que a investigação estava “praticamente encerrada”, uma vez que uma pista encontrada na cena do crime indicava a autoria. Sobre a morte de Rodrigo, o delegado classificava a investigação como “muito bem encaminhada”, quando foi interrompido pelo representante do jornal Boca de Rua, que estava sentado na mesa junto às autoridades.

Esta intervenção ocorreu em tom de desabafo, ao interromper a fala do delegado de polícia, o homem desafiava-o. O representante do jornal Boca de Rua, que era morador da “aldeia” e amigo de “Pelezinho”, colocou em dúvida o que o delegado dizia em relação ao caso de Rodrigo.

“A gente já passa dificuldade e um preconceito do caramba, aí quando a gente vê um crime, nada acontece... Quando é contra nós, é barbada, quando é a favor da gente, é difícil. É isso que a gente está querendo falar. A gente tinha a viatura, os brigadianos (policiais militares) só se importaram em levar o Pelé... Eu não gosto de falar, mas é foda, tu saber os teus direitos e quem tem que fazer os direitos, que está na cena do crime, virar as costas. Foi o que aconteceu e até agora, a gente tinha que achar e nada, a gente só precisa da imagem das câmeras que estavam na frente pra pegar (os agressores). Porque a gente estava junto, a gente mora junto”. O delegado tenta retomar a palavra, mas a pessoa insiste no relato: “e a gente está indignado, por até agora não ouvirem nós. Aí você vem falar em crime, em crime, em crime, mas não escutaram nós. Meus outros amigos que estavam lá na cena, até agora não escutaram eles. E aí vão escutar uma versão e a nossa não? É isso que está me revoltando. Como que vai investigar uma parte e a outra não!? Isso revolta. (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 24/05/2017)

Ao retomar a palavra, o delegado chama nominalmente esta pessoa que interveio em seu pronunciamento e diz contar pessoalmente com ela para a resolução do crime em questão. Este ponto põe em evidência a relação paradoxal para o exercício da cidadania por pessoas em situação de rua, que simultaneamente precisam acessar o Estado para exigir a proteção, embora, conforme sublinhou Butler (2017), muitas vezes necessitam serem protegidos, especialmente,

do próprio Estado e dos seus agentes. O embaraço do delegado ao ser confrontado publicamente em sua argumentação contrasta com a exposição do denunciante, em uma atividade que era novamente televisionada.

O deputado que presidia a comissão foi o mediador das falas ao longo daquela manhã, que nos primeiros vinte minutos já estava tumultuada e com os ânimos acirrados. Ele tratou de amenizar o embaraço, agradeceu a participação do delegado de polícia, agradeceu a intervenção do representante do jornal Boca de Rua e de imediato distribuiu a palavra para um terceiro: o representante do MNPR, que se encaminhou até o púlpito.

Ele iniciou a fala cumprimentando as pessoas em situação de rua presentes no plenário e justificou os motivos que embasaram o pedido daquela audiência pública.

Quando nós pensamos esta audiência, senhores e senhoras, ela era necessária porque infelizmente nos últimos meses nós temos vivido, em Porto Alegre e no Estado do Rio Grande do Sul como um todo, uma onda de justicamento com as próprias mãos e de extermínio das pessoas em situação de rua. Fico muito feliz, e não posso deixar de dizer isso, que a polícia civil tem alguns retornos em relação aos casos que foram apresentados na reunião que a gente pediu esta audiência. E eu não posso deixar de dizer que a indignação que o companheiro do jornal Boca de Rua traz é uma indignação real, porque infelizmente a gente sabe que o mesmo poder judiciário que é muito ágil em prender e criminalizar as pessoas em situação de rua, é muito lento para resolver os crimes e as barbáries que envolvem este segmento populacional. Lembrar, inclusive, que o caso que gerou a criação do Movimento Nacional da População de Rua, lá em 2004, que foi o massacre da Sé, segue impune ainda, onde infelizmente perdemos oito pessoas em situação de rua que foram assassinadas por um grupo de extermínio da polícia militar do Estado de São Paulo. Fazer este registro e dizer que tudo que nos trouxe até esta casa era o motivo da violência contra as pessoas em situação de rua e da precarização da política de assistência social e das políticas públicas para as pessoas em situação de rua do nosso Estado e da nossa capital. Como os senhores sabem, nos últimos anos a FASC foi alvo de um esquema forte de corrupção que gerou o desvio de muito recurso público. (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 24/05/2017)

A fala do representante do movimento social permitiu a visualização da construção da noção de “extermínio” enquanto uma interpretação que colocava em relação os acontecimentos dos assassinatos de pessoas em situação de rua naquele período com o contexto de precarização das políticas públicas e serviços da área da assistência social. Fez lembrar ainda que a gênese do movimento social que militava passou por um acontecimento cuja centralidade também estava no morrer, quando oito pessoas foram assassinadas com golpes na cabeça na região central da cidade de São Paulo¹². Desde 2004, ficou instituído para este movimento social que

¹² Detenho-me no episódio do massacre da Praça da Sé e no contexto de formação do MNPR no Capítulo 5.

o 19 de agosto é o Dia de Luta da População de Rua¹³, em referência ao massacre da Praça da Sé.

Conforme classificou o representante do MNPR-RS, a área de assistência social em Porto Alegre foi de “um caso de polícia”, que envolvia o recorte sobre um esquema de corrupção denunciado na última gestão, até o descaso total com as ações da novíssima gestão do governo municipal, que assumira em janeiro daquele ano. Disse que esperava que aquele encontro não servisse apenas para “justificar as ausências” daqueles que se abstiveram de participar, mas para que a FASC voltasse a executar a política de assistência social em Porto Alegre. À medida que citava o que eram as “ausências” – “a ausência do papel higiênico, a ausência dos cozinheiros, a ausência dos trabalhadores, a ausência do porteiro no serviço, a ausência de pagamento dos terceirizados” – foi aplaudido pelo público.

Referiu-se diretamente à representante da FASC quando falou que o não comparecimento do presidente da instituição naquela audiência pública era simbólico, pois era um sintoma do desinteresse em ouvir e dialogar com os usuários que frequentavam os serviços ofertados para aquele público. Entendeu que era necessário o comprometimento da instituição para que os problemas da vida real das pessoas fossem resolvidos. “Se eles acham que as pessoas em situação de rua são frágeis e invisíveis, nós estamos aqui dizendo o contrário. Nossa luta nem de longe ela é mais por um prato de sopa e um cobertor, hoje a luta das pessoas em situação de rua é por acesso às políticas públicas”, finalizou, novamente sob aplausos do público presente, surpreendendo a mesa de trabalho pela eloquência da sua fala.

O deputado fez um apelo aos presentes para que cumprissem o acordo sobre o uso do tempo, para que os presentes não se estendessem para além dos cinco minutos acordados, pois, argumentou, havia outro evento naquele anfiteatro programado para o início da tarde. A preocupação sobre o uso racional do espaço de fala contrasta com a quantidade de representantes convidados a participar e integrar a mesa de trabalho. Dado o contexto, um volume tão grande de convidados pareceu uma estratégia da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos para manter a atividade sobre um controle rigoroso, no sentido de limitar a participação da plateia. Se a intenção era promover um espaço de fala às pessoas em situação de rua, ao criar um ambiente de escuta por parte das instituições públicas, a audiência transcorria invertendo-se os polos: fazia com que a mesa falasse e a plateia ouvisse.

O mediador passou a palavra para a diretora técnica da FASC, que substituíra o presidente da instituição. Ela confirmou que havia problemas de continuidade na prestação do

¹³ Descrevo algumas vivências que experimentei junto aos militantes do MNPR durante a passagem do Dia de Luta da População de Rua no Capítulo 6.

serviço de duas empresas terceirizadas, devido ao término dos contratos. Comentou sobre uma questão endêmica da instituição que envolvia a reposição de servidores. À época, a nova gestão estava há cinco meses desde a vitória na eleição municipal, o que fez com que tratasse os problemas da instituição como estruturais. Sem nenhuma novidade a oferecer, justificou que a sua presença era para garantir a escuta das pessoas em situação de rua que se faziam presentes e realizar os encaminhamentos a partir das reivindicações. Sobre as denúncias de agressões e os acontecimentos envolvendo a morte de pessoas em situação de rua, classificou-as como um fator emblemático que “sempre” preocupou os servidores da instituição. O “sempre”, destacado por mim, faz alusão a recorrência no tempo destas duas situações, questões endêmicas à realidade do mundo da rua.

No decorrer da audiência pública, mais pessoas foram ouvidas e ficaria ainda mais evidente a interpretação que vinculava a ausência de políticas públicas - vista como uma expressão de uma prática de negligência generalizada do Estado, dos governos e da sociedade - como um fator preponderante para as mortes. Em sua fala, a própria representante da FASC confirmava esta situação que envolvia os efeitos das medidas administrativas - especialmente os regimes de parcerização e terceirização - na qualidade da prestação dos serviços e das políticas públicas na área da assistência social.

Ao retornar a palavra para a mesa, o deputado novamente interveio pelo protocolo, ao perceber um ruído - os apupos do público, que se sobressaiam em relação aos aplausos - logo na chamada das autoridades e representantes das instituições públicas. Sua intervenção deu entender que aquele gesto era incômodo. Solicitou que se aplaudisse ou vaiasse as pessoas somente ao final de suas falas, com o intuito de não constranger nenhuma autoridade convidada.

A dinâmica de impor constrangimento público às autoridades é característica deste fazer performático das pessoas em situação de rua nestes espaços burocráticos e de poder. Em algumas ocasiões, os olhares irônicos, semblantes cerrados e desconfiados dão lugar ao motim, aos gritos e aos xingamentos. Um exemplo de injúria recorrente é acusar as autoridades de estarem mentindo, o que revela a disparidade destas discursividades com o que as pessoas com trajetória de rua experimentam empiricamente na rua e na rotina das instituições que têm o dever de atendê-las. O ponto sensível é observar a disputa tanto sobre a discursividade quanto sobre o lugar de fala - quem pode falar, sobre o que pode falar, bem como quando e até que ponto pode fazê-lo.

Cada vez que uma autoridade encerrava sua fala, o deputado que coordenava a atividade citava alguns nomes de presentes e saudava as ilustres presenças que “abrilhantavam” a audiência pública. Ele passou a saudar uma longa lista de pessoas, o que funcionava como uma

forma de distinção entre os presentes no público, uma vez que falava o nome da pessoa e o seu cargo ou profissão. Destacou a presença de uma vereadora de uma cidade do interior do Estado, de estudantes de diferentes cursos, de alguns jornalistas, até que leu um nome cujo complemento era: “morador social de rua”. Este gesto, que pode ser entendido como cordial, parecia desprestigiar a presença das pessoas que eram o objetivo daquela reunião – além de ir contra o protocolo do uso do tempo, que o deputado insistia em controlar com rigor.

Entre os presentes na mesa e na plateia, restava suspenso um constrangimento de que mais do que ouvir as autoridades que se pronunciavam, as pessoas em situação ou com trajetória de rua teriam vindo para falar, para fazer valer aquele espaço como um lugar de fala para eles e de audição para as autoridades. Esta situação se revelou um dilema velado, inflamado a cada novo murmúrio da plateia após o encerramento das falas dos representantes de entidades e instituições. Ao sentir isto, pelo menos duas autoridades presentes encurtaram sua participação e reforçaram a importância de ouvir o público presente.

O representante do Boca de Rua, quando foi chamado, tratou de assumir a palavra e endossou o pedido para que o mediador intercalasse as falas da mesa com as falas das pessoas em situação de rua que estavam na plateia. Já havia passado uma hora desde o início da audiência pública e a sua intervenção era apenas a segunda de pessoa com trajetória de rua. Ele saudou os presentes e estendeu a eles a capa da última edição do jornal Boca de Rua, que trazia uma imagem da vigília oferecida para Paulo Ricardo com o título inscrito: “Luto e luta”.

Tem muita gente na mesa falando e a galera que a gente convidou, que a gente fez um trabalho para chamar o pessoal da rua para estar aqui não está falando. Não adianta só um falar, né? Não são eles que estão vivendo, então, a galera também tem que falar aqui. Eu só queria mostrar ao pessoal do Boca – estende a capa do jornal. A gente não combinou de vir de preto. Mas a gente veio porque é o que diz a capa: ‘luto’, mas ‘luta’. É por isso que a gente tem o jornal, porque a gente luta, a gente não desiste, a gente não é um formigueiro também porque as formigas eles acabam destruindo. Vem os grandes e sempre pisam nos pequenos, mas as vezes os pequenos conseguem ganhar dos grandes. Quero saber se vai sair alguma coisa, porque aqui, enquanto a gente estava chegando, o companheiro nosso estava deitado ali no banco, mal tinha acordado e já tinha três brigadianos (policiais militares) de moto em cima dele. Talvez seja por isso que não tenha nenhuma representação aqui na mesa, ninguém vem, né? (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 24/05/2017)

A representante da entidade que mantém o projeto do jornal Boca de Rua, que falou na sequência deste representante do jornal, argumentou que, para além das agressões físicas, seria necessário se atentar aos discursos de intolerância e ódio da sociedade civil. A mobilização de categorias pejorativas e depreciadoras, neste sentido, era um elemento na construção da noção de “extermínio”. No seu entendimento, esta produção discursiva alimentava moralidades, que

promoviam a estigmatização da população de rua e, conseqüentemente, reforçavam a exclusão e o preconceito na sociedade, à medida em que interferiam no processo de tomada de decisão sobre as políticas públicas – a exemplo do desmonte da oferta de serviços socioassistenciais no âmbito municipal.

2.5 “Está fechando tudo pra nós”

O deputado que coordenava a atividade informou que haviam dois assessores na plateia para realizar as inscrições das pessoas interessadas em falar. Após mais uma longa saudação nominal às distintas presenças que estavam no público, o mediador atendeu ao apelo e abriu o microfone para a plateia.

Em uma das primeiras falas, uma mulher que era usuária dos serviços de assistência social resumiu em sua fala o que estaria por vir. Sua fala provocou uma mudança de postura nos representantes do Estado, que passariam a ouvir uma série de reclamações partir daquele momento. “Lá no Centro Pop 2 não tem papel higiênico, não tem toalha, não tem material de higiene, está faltando sabonete, está faltando tudo. Vai fechar o Pop. E quando fecha, não tem nenhum lugar pra gente ficar. Está fechando tudo pra nós”, disse a mulher, encarando a mesa de autoridades.

“O *pelegrino* come sábado e domingo”, informou às autoridades um homem que reclamava do fechamento dos serviços aos finais de semana. Este homem reivindicou a reabertura do restaurante popular, que estava fechado, e cobrou das autoridades que trabalhassem em conjunto por um objetivo comum: melhorar a situação das pessoas que viviam naquela condição. O termo “*pelegrino*”¹⁴ é um vocativo específico da população em situação de rua de Porto Alegre, que possui significado semelhante ao de “trecheiro”, aquele que peregrina, que se desloca constantemente na cidade ou entre cidades.

Uma pessoa que se identificou como trabalhadora da assistência social destacou o protagonismo do movimento social que representava a população em situação de rua. “Esse movimento não está na rua só para pedir comida e cobertor, mas pra conseguir política pública. Enquanto que ontem, a principal notícia era a secretária de assistência social fazendo a campanha do agasalho. É um absurdo que isso aí virou a política pública, um retrocesso de 30 anos atrás”, criticou. Disse ainda que as estratégias de desmonte das políticas de assistência

¹⁴ Em seu trabalho de conclusão de curso em ciências sociais, Leite (2016) faz uso do termo “pelegrino” para abordar a população em situação de rua da capital gaúcha.

social - para além da terceirização de alguns serviços - passavam pelo esvaziamento dos conselhos colegiados, paritários e deliberativos e dos comitês municipais de controle social.

Uma educadora social, que representava o sindicato dos trabalhadores do município de Porto Alegre, expôs a situação do abrigo em que trabalhava. Disse que desde a troca da gestão municipal, em janeiro, não havia mais porteiro e cozinheiro onde trabalhava. Ela interpretou estas ausências como ilustrativas sobre o modo como as questões da gestão inviabilizam a correta prestação dos serviços e políticas existentes. “A nossa rede, ela é grande e a gente vai fazer o que tiver que fazer para que a gente possa colocar os *pingos-nos-ís* das políticas públicas, porque a FASC virou caso de polícia. E agora querem acabar com o controle social”, denunciou. Identificada com a perspectiva de militante do seu sindicato, ela transferiu este capital político em um discurso engajado e favorável ao MNPR.

A dinâmica de intercalar as falas das autoridades com as falas da plateia quebrou o protocolo. Ficou evidente um maior constrangimento das autoridades em se pronunciar após todos os tipos de críticas na prestação dos serviços dos quais eram os representantes. Assegurados pelos ritos e protocolos que tendem a serem mobilizados para preservar as instituições as quais representam, as autoridades costumam falar entre si sem se interpelar diretamente, diferente do que acontecia naquele momento. Isto os constrangia e fazia com que fossem comedidos nos comentários. Quando foi aberto um espaço de fala que tornou audível as vozes que habitavam o silenciamento, a estratégia das autoridades era reforçar a necessidade de apenas ouvir, ao passo que abriam mão de qualquer réplica.

Desta maneira, o início das denúncias sobre a qualidade dos serviços, baseadas na experiência empírica dos usuários, em contraste com o discurso das autoridades, fez com que se invertessem os papéis e se alterasse a disputa. Agora era a mesa de autoridades quem ouvia e fazia anotações a partir da enunciação daquelas vozes que emanavam plateia. Através de narrativas factíveis e carregadas de descrições, a problemática da situação de rua passou a ser tratada por aqueles sujeitos como um problema estrutural – isto é, uma problemática tanto para o Estado quanto para a sociedade – e não simplesmente uma escolha dos indivíduos. À medida em que aquelas vozes rompiam o silêncio, se tornavam combustível para que mais e mais pessoas apresentassem as suas presenças incendiárias.

O representante de uma organização não-governamental que trabalha com a livre expressão sexual e direitos humanos argumentou que as práticas que promoviam a higienização das cidades fazem crer que estas vidas são descartáveis. Contextualizou e comentou sobre a questão da sexualidade e orientação sexual naquele universo, ao demonstrar preocupação com as travestis.

É um Estado que não vai ter políticas públicas, política social, para negros, mulheres, indígenas, LGBTQs. Ou seja, essas questões eles querem jogar para terceirização, para as parcerias público-privadas, porque eles entendem que este Estado que eles defendem não é um Estado social, que entende a democracia a partir da vulnerabilidade social destas populações para a partir delas pensar políticas públicas que deem respostas para a exclusão social e marginalização. (...) É uma política intencional: destruir todas as políticas públicas (...). Junto ao discurso de ódio a estas populações, há uma política de higienização das cidades, essas pessoas são feias, elas atrapalham – moradores de rua, bichas, sapatas, negros, indígenas. O mercado, eles não querem estas pessoas perto dos lugares onde eles irão investir, então, eles promovem a higienização nas cidades em relação a estas pessoas que são entendidas como descartáveis. (...) E esse discurso passa pelos setores conservadores da sociedade (...) e a polícia cumpre este papel sujo. (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 24/05/2017)

A respeito desta fala, uma das deputadas presentes na mesa fez um comentário com a intenção de provocar: “Pobre, negro, dependente químico não precisa de política pública. Só falta dizer que tem que morrer. É isso que eles não têm coragem de dizer, tratam como caso de polícia e fecham os serviços”, disse, em relação à criminalização da população em situação de rua, que de tão vasta, heterogênea e complexa. Eis o racismo e o extermínio situados em paralelo. Sublinho a frase: “só falta dizer que tem que morrer”, fazendo relação com a entrevista oferecida pelo tenente coronel da polícia militar, ainda com o corpo de Paulo Ricardo sendo periciado ao fundo, colocando-o sob suspeição no cenário da sua própria morte.

A palavra retornou ao deputado que controlava o protocolo, o tempo e o microfone. Uma ilusão de controle, visto que o ambiente de fala aberta mantinha as autoridades caladas e em estado de alerta. Se as presenças eram incendiárias, a audiência pública pegava fogo e a utilização do protocolo era uma estratégia do moderador para administrar a temperatura ambiente. Os representantes das instituições estavam em posição desconfortável justamente porque não sabiam nada a respeito de quem iria fazer uso da palavra; era impossível prever o que estava prestes a suceder. Os integrantes da mesa arregalaram os olhos quando um homem com trajetória de rua começou a falar e a bater com o punho no púlpito, em uma violenta explanação contrária aos políticos e ao sistema partidário. Os termos “ladrão”, “canalha”, “vagabundo”, “bandido”, “safado” inflamaram a plateia, que passou a responder com outras injúrias e sinônimos – “bando de sem vergonha, aí, toda essa mesa”, sentenciou uma voz anônima. As autoridades presentes estavam atônitas quando o deputado recuperou a palavra para novamente interceder pelo protocolo sobre o uso do tempo e sobre a qualidade das intervenções da plateia, na tentativa de abafar as falas dissonantes.

Um constrangimento diferente ocorreu no momento em que o mediador iria devolver o espaço de fala para os integrantes da plateia. Ele desejava que a próxima pessoa inscrita para

falar se apresentasse no púlpito para usar o microfone, mas a pessoa em questão era um cadeirante que estava localizado próximo à saída do espaço. O anfiteatro da Assembleia Legislativa não possuía acessibilidade da plateia até o palco e foi necessário localizar um microfone sem fio, o que requereu alguns minutos de silêncio. O cadeirante em situação de rua, então, disse que frequentava os serviços de abrigo e de albergagem há oito anos e que estas práticas de abuso eram usuais e generalizadas.

Eu frequento o albergue municipal e existem muitos registros dentro do Ministério Público de abusos por parte dos funcionários, dos monitores com os usuários dos albergues. Existem casos de constrangimento ilegal, agressão verbal, todo tipo de abuso. O atendimento é feito “pela cara”, quer dizer, se a pessoa foi com a tua cara, tu vai ter aquilo que tu pede, o cobertor, a tua roupa, qualquer coisa que tu esteja precisando. Não é como deveria. E as vezes não é por falta de condições. As condições são ruins, eu estou falando que a estrutura é ruim, claro que é. Mas a pessoa não tem simplesmente vontade de fazer melhor, e a pessoa poderia, mas ela simplesmente não tem vontade. Porque quem é concursado, eles estão sempre bem. Quem está sofrendo com o pagamento por enquanto é o terceirizado, que está com o pagamento atrasado. (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 24/05/2017)

Enquanto falava, o restante da plateia precisou virar-se para o fundo do teatro, que estava pouco iluminado e fazia com que a sua fala surgisse da penumbra. O homem encerrou a fala e ouviu um pedido de desculpas do deputado em nome do poder legislativo por não oferecer a devida acessibilidade. Outro cadeirante que estava em situação de rua viria a falar e a sua fala ilustraria o drama de ser portador de necessidades especiais em um contexto de escassez permanente de recursos. Disse que estava se sentindo mal, que não podia mais suportar as ruas, mas que não acessava o abrigo porque a sua companheira, que o levava para todos os lugares, não era autorizada a entrar com ele. Não considerava justo ele ser autorizado a entrar no espaço para pernoitar e ela ter de ficar na rua, do lado de fora do portão.

Em relação as agressões, uma pessoa em situação de rua ofereceu a todos um exemplo prático de como se dava a política de higienização social operacionalizada pelas forças da segurança pública. Descreveu uma abordagem policial no Parque da Redenção, um conhecido e frequentado espaço público da cidade. Disse que um grupo de policiais militares deixou o grupo em que estava cerca de quarenta minutos algemados e sentados na grama. Um dos policiais disse a ele: “a sociedade não quer mais vocês aqui, eles não querem mais vocês, e a nós foi dada a ordem de fazer vocês circular, toda vez que eu encontrar vocês entre três ou quatro, vocês vão caminhar”, explicou. Por fim, falou que estava em situação de rua há 12 anos, por ser alcoólatra, e que há pelo menos dez anos não procura nenhum serviço de assistência social no município.

O relato deixava evidente uma percepção das pessoas em situação de rua em relação as gestões dos governos do Estado e do município de Porto Alegre, de que a sociedade os desprezava. Esclarecia também a existência de um protocolo interno que fazia os policiais agirem sempre que encontrassem um grupo de pessoas em situação de rua reunido. Evidentemente, tal “ordem” não possuía nenhum embasamento legal.

2.6 “Que sociedade é essa?”

O deputado que fazia a mediação da audiência pública seguiu esta estratégia de distribuir espaços de fala entre a mesa de autoridades e a plateia presente no espaço. Ao ser chamada, a representante do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul comentou sobre a necessidade da criação de um protocolo que padronizasse as abordagens da segurança pública que eram direcionadas à população em situação de rua, uma vez que as denúncias de agressões e violações de direitos humanos por parte da polícia militar e da guarda civil municipal eram recorrentes. Quando retomou a palavra, o deputado lembrou que a secretaria estadual de segurança pública e o comando da polícia militar foram chamados para a audiência pública, mas que sequer responderam ao convite, o que ilustrava a dificuldade de diálogo com estas instituições.

Após uma série de críticas endereçadas aos serviços e às políticas públicas endereçadas à população em situação de rua, especialmente a assistência social no âmbito municipal, a questão das mortes passou a ser tensionada mais incisivamente. O assunto começou a aparecer quando uma representante de uma ONG de apoio e prevenção ao vírus HIV comparou hospitais a depósitos de gente.

A gente não quer um hospital Vila Nova para as pessoas irem morrer lá. Como um depósito de pessoas, que é isso que acontece. Hoje o que a gente tem, a gente tem uma rede frágil, uma rede que não acolhe, uma rede que não respeita as especificidades das pessoas em situação de rua. As pessoas são recepcionadas por um serviço que não tem condições de resolver os casos na sua complexidade, como é o Vila Nova. A gente tem hoje um usuário, um militante, um ativista da garantia dos direitos da população de rua, o Ceco¹⁵, morrendo lá dentro do Vila Nova. O Ceco está morrendo dentro do

¹⁵ Este ativista da população de rua ao qual se fez referência era um dos mais antigos integrantes do Jornal Boca de Rua. Particularmente, conheci José Nedir, conhecido como “Ceco”, durante as filmagens do curta-metragem *Boca de Rua: vozes de uma gente invisível*, em 2013. À época, ele disse que conheceu o jornal ainda adolescente, que graças ao jornalismo do Boca de Rua conseguiu se alfabetizar. O mundo da rua fez com que perdesse um irmão de sangue, assassinado. Fez também com que se tornasse dependente químico, soropositivo e, recentemente, estava acometido da tuberculose. Sua morte seria noticiada na edição número 64 do jornal Boca de Rua, que circularia entre os meses de julho, agosto e setembro de 2017.

Vila Nova e nós estamos assistindo mais uma vez as mortes. As mortes matadas e as mortes morridas das pessoas em situação de rua. (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 24/05/2017)

Esta informação sobre o que ocorria com Ceco de algum modo se conectou com a fala proferida por uma educadora social que representava o sindicato dos trabalhadores do município de Porto Alegre. Ela tratou de inventariar uma série de nomes de pessoas que haviam morrido ou sido mortas naquele período.

Primeiro eu queria citar que em dois meses, nós temos a Ana, o Pelezinho, o Paulinho, a Rita, o Zé Mauro, o Zé Orlando, a Dona Mequi, todos mortos. Pessoas em situação de rua que morreram porque ou foram assassinados ou porque não tiveram assistência nem na saúde nem na assistência social nem em nenhuma outra política pública dessa cidade. Essa audiência pública ela nos traz a questão da referência das políticas públicas, da falta, da precarização, relacionado com as mortes. Sejam mortes pontuais, pelo fascismo que a gente tá vivendo, sejam mortes por ausência de política que acolha as pessoas em situação de rua (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 24/05/2017).

A interpretação do movimento social sobre a produção de extermínio da população em situação de rua era reforçada à cada nome citado, que em conjunto serviam para demonstrar a recorrência das mortes - que era tornado assunto quase ao final da atividade. O diretor da Escola Porto Alegre lamentou a morte de Rodrigo, que veio a óbito após ser espancado covardemente por um grupo de homens, fez questionamentos contundentes.

O caso do Pelé mostra que tipo de sociedade estamos nos tornando. Em vários momentos, a gente teve situações que tiveram repercussão, nos estádios de futebol, que mostram a situação do racismo. Um morador de rua é agredido por uma torcida organizada, por pessoas que se julgam no direito de levar bastões para um jogo de futebol. Que lhe arrancam o seu instrumento de trabalho, que eram os jornais, o que provoca a irritação de ele jogar uma pedra no ônibus. Aí descem do ônibus e o espancam, levando ele à morte uma semana depois. Que sociedade é essa? E por que uma notícia como essa não causou comoção? Não aparece na imprensa, não aparece em lugar nenhum. Por quê? Porque era um morador de rua e aí não importa? (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 24/05/2017)

O caso mais emblemático, entretanto, viria a seguir, com a denúncia de um novo assassinato, o terceiro dentro de trinta dias a contar das mortes do homem alvejado e do homem espancado. O professor ofereceu um triste relato a respeito de uma aluna que estava frequentando a escola, que se fez presente e que passara mal na porta da Assembleia Legislativa, na reunião do dia 12 de abril de 2017. Este caso reunia na sua narrativa uma relação direta entre a negligência do Estado e da sociedade em relação às políticas públicas e as consequências fatais que isto pode envolver.

Uma menina em sofrimento mental, que vai para uma internação psiquiátrica e ela é mandada embora sete dias depois porque o serviço disse que não podia fazer mais nada por ela. Depois ela passa a ser atendida por um serviço social, uma organização da sociedade civil, que junto com a escola lhe ajudam na medicação. E aí em uma noite ela passa por albergues e não consegue, mesmo com a intervenção do educador social e do técnico que estava junto, não consegue ficar no albergue a noite. E passa a noite na rua onde ela é morta e jogada dentro de um contêiner. O crime começa onde? Talvez comece no serviço que não atendeu. E tem muitos outros, Zé Orlando, que faleceu com hepatite na rua, outros tantos por tuberculose, com tantas outras doenças. Onde está a saúde para atender essa população? (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 24/05/2017)

O professor se referia a uma mulher negra, que fora encontrada morta no dia 22 de abril de 2017, nua, enforcada com um cadarço de tênis, enrolada dentro de um contêiner de lixo no centro da cidade. Esta mulher se chamava Ana Maria¹⁶, alguns a conheciam pelo apelido de “Duda” e morrera aos 29 anos. Seu nome agora encabeçava o cartaz dos falecidos, afixado em frente à mesa das autoridades, seguido de um coração com a palavra “saudades” (como visto na figura 3). Este relato acirrou os ânimos dos presentes. As autoridades faziam anotações e comentários à boca miúda, o que contrastava com um clima hostil vindo da plateia. Àquela altura, o delegado de polícia já havia deixado a audiência pública, assim como a representante da FASC.

Após a denúncia da morte da estudante da EPA, o deputado iniciou os encaminhamentos para encerrar a reunião. Frisou o comprometimento em acompanhar os inquéritos policiais destes crimes cometidos contra pessoas em situação de rua que foram denunciados e repercutidos ali. Argumentou que iria propor para a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos que marcasse uma agenda com o prefeito municipal para tratar das questões em relação aos serviços de assistência social e políticas públicas no âmbito municipal. Em uma última intervenção, comentou sobre a necessidade de se oferecer a inclusão do representante do jornal Boca de Rua em um programa de proteção à testemunha – devido a situação que sucedera com o delegado de polícia -, mas àquela altura os presentes já se levantavam das cadeiras do auditório e a mesa de autoridades iniciava os cumprimentos antes de deixarem o espaço.

2.7 O desenlace de Rodrigo

A edição número 63 do Jornal Boca de Rua, que circulou entre os meses de abril, maio e junho de 2017, seria a única menção à morte de Rodrigo da Silva Veloso, o “Pelezinho”. Esta edição do jornal fora exposta na mesa de autoridades durante a audiência pública enquanto um

¹⁶ As circunstâncias sobre este assassinato serão descritas e analisadas no Capítulo 3.

símbolo máximo daquele período de terror. O acontecimento que sucedera com Rodrigo estava sintetizado em uma manchete chamativa: “Taco de basebol”. Sem fotografia ou ilustração, o texto apresentou Rodrigo a partir das poucas informações que se sabiam sobre ele. Destacava a origem do seu apelido atribuindo uma relação com a paixão que nutria pelo futebol. Contudo, mesmo que Rodrigo gostasse ou ainda que de fato desempenhasse bem o esporte, vale frisar a conotação racista do apelido, especialmente no Brasil, ao evocar uma simetria entre todo e qualquer homem negro com uma das maiores referências negras no país.

Nesta mesma página do jornal, ao lado da notícia, havia uma nota de uma torcida organizada do Internacional, que lamentava o ocorrido. A organizada “Povo do clube” dizia vir: “manifestar repúdio e clamar por justiça no lamentável caso da morte do torcedor colorado Rodrigo da Silva Veloso, o ‘Pelezinho’, vítima de violência de outros torcedores”. A nota dizia ainda que a organização também exigia “que a polícia faça seu papel de investigar as responsabilidades e que os culpados sejam levados a prestar contas na justiça”. Ainda que não tivesse sido noticiado pelos veículos de comunicação no período do óbito, nos meses seguintes, com esta edição de número 63 a circular nas ruas, a sua história ficava conhecida.

O texto que acompanhava a manchete “Taco de basebol” reconstituía os últimos momentos da vida de Rodrigo na fatídica cena do dia 18 de março de 2017, quando Rodrigo vendia os seus jornais em uma sinaleira da Orla do Gasômetro. Mencionava o episódio descrito na abertura deste capítulo: o desentendimento com um grupo de torcedores que estavam dentro de um ônibus, porque estes pegaram os seus jornais sem lhe pagar a quantia de R\$ 2,00, o que o motivou a jogar uma pedra na lataria do veículo. A pedrada fizera o motorista parar e abrir a porta do veículo, para que um grupo de torcedores descesse e passasse a perseguir Rodrigo. Alcançado, sozinho, sem condições de se defender, ele fora espancado com socos, chutes e pauladas. O palco deste acontecimento, a rotatória de uma grande sinaleira, era suficientemente próximo para pessoas que o conheciam e que viviam com ele testemunharem a agressão.

Após os agressores retornarem ao ônibus, Rodrigo estava inconsciente, com o corpo jogado ao chão, quando os seus colegas se aproximaram e começaram a gritar clamando por socorro – mas não havia sequer um telefone para chamar por uma ambulância. Trouxeram, então, um colchão e o deitaram em cima. Moveram-no do gramado da rotatória para a calçada do outro lado. Com Rodrigo desmaiado e sem esboçar qualquer reação, a situação dramática formava uma densa atmosfera de terror. Após algum tempo de desespero e de incerteza, um carro dos bombeiros se aproximou, um homem desceu, analisou a situação e chamou, enfim, por socorro. Neste ínterim, uma viatura da polícia militar também se aproximou. Os policiais militares ouviram o relato dos colegas que socorriam Rodrigo e nada fizeram, embora houvesse

a placa do veículo, as testemunhas e as câmaras do local; ainda que fosse possível, enfim, alcançar o veículo em algum ponto mais adiante da estrada. Rodrigo foi encaminhado ao hospital desacompanhado e inconsciente.

Nocauteado, atirado ao chão devido às agressões, houve uma cena que ficou marcada na memória dos seus companheiros de rua que testemunharam a cena sem poder auxiliá-lo. Após a primeira onda de agressões, Rodrigo ainda tentou pedir que parassem, gesticulando e estendendo uma das mãos acima da cabeça - contou um homem que assistiu a tudo - até que um dos agressores bateu-lhe na cabeça com um taco de basebol.

Eu vi de longe, ele estava sentado e o cara deu com um taco de basebol na cabeça dele. Eu não pude fazer nada, estava sozinho, não tinha nada. A gente sempre tinha nossos facão pra se proteger, mas nesse dia não tinha nada nada. Estava a nada, não tinha nada naquela hora. Os caras vieram de bando, com pedaço de pau, pedra, foram todos pra cima dele. Foi triste. Eu queria proteger ele, mas não tinha nada. Foi muito rápido. Do nada já apareceu os caras em cima dele. Se a gente se metesse ia tomar pau junto, os caras estavam tudo armado, com pedaço de pau, pedra, garrafa, os bagulho tudo na mão. Nós estávamos entre quatro na aldeia, eu com minha namorada na barraca e o outro camarada com a dele. Eu fico com um pouco de ódio. Quando é um cara da rua, eles vão atrás e prendem a pessoa. Eu queria que fizessem justiça. Descobrir quem é que fez isso com ele. Acho que ninguém foi preso. Até agora não fizeram nada. (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 17/03/2020)

Este homem, que era negro e aparentava ter aproximadamente 40 anos de idade, contou que fora ele quem havia conhecido primeiramente a Rodrigo e que então o convidou para que ficasse com o restante do grupo na “aldeia”. Sabia que Rodrigo era reciclador e passava a maior parte do tempo na catação de materiais recicláveis, que era natural do bairro Restinga, na zona sul de Porto Alegre, e que tinha deixado para trás a família para viver nas ruas. Rodrigo era pai de dois filhos. Graças ao contato com este homem, ele passou a integrar também o coletivo do jornal Boca de Rua. Quando foi morto, fazia cerca de duas semanas que ele passara a receber a cota semanal de jornais para o comércio nas ruas. Após as agressões, resistiria ainda por nove dias em estado de coma em uma unidade de terapia intensiva até vir a óbito por um traumatismo craniano.

A edição número 63 do jornal Boca de Rua trouxe a informação do número do boletim de ocorrência que fora registrado. Em 2017, dias após o ocorrido, os integrantes deste coletivo estiveram na delegacia de homicídios para cobrar informações sobre a morte de Rodrigo, mas nenhuma informação lhes foi repassada sob a alegação de aquilo poderia prejudicar as investigações. Em maio de 2020, quando me reuni com o delegado de polícia responsável pela chefia do departamento de homicídios com a intenção de solicitar autorização para acessar os inquéritos policiais sobre as mortes de Paulo Ricardo, Rodrigo e Ana Maria, o caso de Rodrigo

era o único que me foi negado o acesso a quaisquer informações da investigação – que permanecia em aberto - sobre o mesmo argumento de não “prejudicar as investigações” (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 19/05/2020).

Quando procurei interlocutores para falar sobre o que ocorreu com Rodrigo, um deles desabafou: “preto, e ainda morando na rua... É essa a injustiça, o que mais me revolta, me perturba mesmo, foi a covardia que aconteceu com o Pelé”, disse um integrante do jornal Boca de Rua. Este homem, que era branco e tinha cerca de cinquenta anos de idade, comentou que “a justiça achou complicado em correr atrás, achou que era difícil, o obstáculo era a distância”, para depois complementar: “o caso ficou assim, até hoje ficou assim”, explicou (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 04/06/2019).

Este homem concordou em conversar sobre Rodrigo, a quem se referiu como sendo um “ombro amigo”, um companheiro da rua. No breve perfil que esboçou, disse que ele era uma pessoa que estava sempre pronta e disposta a ajudar naquilo que fosse preciso. Era alegre, gostava de ouvir música – pagode e funk – enquanto fazia as suas atividades. Contou-me que vivera durante anos com ele na “aldeia”, que chegaram a dividir um mesmo barraco, que conhecia a ele e a sua família antes de ambos estarem em situação de rua. Da personalidade de Rodrigo, se sobressaía o cuidado com as pessoas e com o espaço onde viviam. Disse que era preocupado com a higiene pessoal e um dos poucos que se ocupava com a limpeza do espaço onde viviam, que era comum vê-lo usando uma vassoura e organizando os papelões em um único lugar. Ele era também um dos cozinheiros do grupo, que organizava a coleta de água e as compras coletivas. Dentre as pessoas que conviviam naquele espaço, havia uma mulher diagnosticada com um transtorno psiquiátrico. Rodrigo era quem a auxiliava com a organização da medicação e era quem intervinha nas situações de crise.

Durante o período em que estive hospitalizado em estado de coma, este homem contou que houve uma mobilização para localizar a família de Rodrigo. Fora ele quem conseguira encontrar o seu pai, o que em alguma medida – apesar da covardia e da injustiça que o amigo fora vítima - o confortava; no seu entendimento, apesar da tragédia, pelo menos Rodrigo havia sido enterrado na presença dos seus familiares, em um lugar que não o cemitério do Campo Santo da Santa Casa de Misericórdia – lugar onde usualmente são sepultados os pobres e os indigentes.

2.8 Notas e apontamentos

A partir do processo de repercussão política por parte do MNPR sobre os acontecimentos das mortes das pessoas em situação de rua em Porto Alegre - o que permitiu a inscrição da população em situação de rua no debate público - vimos a relação promovida entre a noção de “extermínio” com a precarização dos serviços da área da assistência social para este público em Porto Alegre. Vimos que, simultaneamente às agressões físicas e às violações de direitos nos serviços especializados, se verificava também a produção de uma discursividade que estigmatizava a população em situação de rua e que legitimava estas violências, o que revelava a influência das moralidades sobre o entendimento da temática de maneira geral.

Em relação às falas que avaliaram a qualidade dos serviços e políticas públicas, a partir das exposições dos usuários e dos trabalhadores da assistência social, o entendimento era que aquilo que era ofertado não era suficiente para a produção da autonomia e condições materiais para a superação da situação de rua. Outrossim, conforme se viu, ao invés do incremento nas políticas públicas e na prestação destes serviços, ocorria justamente o oposto, expresso em medidas administrativas de contingenciamento de recursos e de transferência da responsabilidade através de parcerias com a iniciativa privada. Quando os usuários denunciaram que em um determinado equipamento estava “faltando tudo” em relação aos insumos materiais, eles ofereciam um diagnóstico preciso em relação a condução das políticas públicas e o impacto de tais medidas na qualidade dos serviços que lhes eram destinados. A perspectiva dos trabalhadores, neste sentido, fazia vínculo direto sobre como as terceirizações desses equipamentos públicos interferiam em uma piora na qualidade dos serviços ofertados. Conforme foi dito, a partir da troca da administração da prefeitura municipal de Porto Alegre, também fora estimulado um esvaziamento dos setores de controle social, que eram os espaços para a participação social da sociedade civil na política de assistência social, uma vez que as reuniões dos conselhos municipais e outros comitês não haviam mais sido convocadas até a realização daquela audiência pública. Soma-se a isto, enfim, a referência para a existência de uma política de higienização social vigente em Porto Alegre, citada pelos deputados, em um esforço que integrava a polícia militar do Estado do Rio Grande do Sul e a guarda civil municipal, no sentido de discriminar pessoas e coagi-las a evacuar o espaço de praças e parques quando encontradas reunidas ou estabilizadas em um ponto fixo.

Esta dificuldade de inscrição sobre as denúncias de agressões, violências e violações de direitos era reveladora da controversa relação da população em situação de rua para com o Estado, os governos e a sociedade. Eis que a população em situação de rua de Porto Alegre recorria ao Estado para reivindicar a proteção – em grande medida – dos próprios agentes estatais. Se, por um lado, o Poder Legislativo abria as suas portas para debater a questão,

tensionava para que os relatos – “difusos” - fossem materializados em testemunhos a integrar dossiês a serem mobilizadas para o Poder Judiciário, um movimento, sobretudo, político da parte dos edis. Este fator sublinhava a fragilidade e vulnerabilidade das pessoas em situação de rua quando na posição de denunciante. Em um ambiente acirrado pelo aumento da hostilidade e da violência, o tom das ações estatais era conhecido tanto através das denúncias sobre um desmonte da cobertura socioassistencial no âmbito municipal, mas especialmente através da constatada política de limpeza urbana levada a cabo pelos agentes da segurança pública.

Este tensionamento da categoria de “extermínio” permitiu evidenciar, portanto, situações que escapavam ao morrer biológico propriamente dito, dando a entender que a produção de um morrer socialmente diferenciado era fator politicamente induzido e, portanto, dependente de certa manutenção das condições de possibilidades que permitiam a eclosão das mortes dessas pessoas que se encontrava em situação de rua. Para além das particularidades sobre cada uma das narrativas do homem alvejado, do homem espancado e da mulher estrangulada, quando apreendidas em um contexto, elas servem para pensar uma noção de regularidade. A frequência com que incidiam permitiu reuni-las e agregá-las a partir da falta de ação do Estado, que ao invés de promover a vida, neste caso, deixava morrer nos hospitais que eram “depósitos de gente” e também expunha à morte ao não interferir politicamente neste fenômeno social da situação de rua; fator que permitia também que se reivindicasse o direito soberano de matar estas pessoas, caso alguém assim o desejasse, tal qual fizeram os algozes de Paulo Ricardo que integravam uma facção criminosa.

A perspectiva de Marshall Sahlins (1990), empregada aqui para pensarmos a noção de “evento” - a partir da relação entre os acontecimentos e um sistema simbólico, bem como a interpretação construída socialmente para explicá-lo – aproximou o entendimento sobre um “extermínio” a partir da negligência do Estado, dos governos e da sociedade bem como os efeitos disto em relação aos índices de mortalidade da população em situação de rua. Desta forma, o “evento” seria esta noção de “extermínio” levantada e demonstrada pelo movimento social; do mesmo modo, integrava esta noção a própria denúncia e o processo de produção de um ativismo político através dos símbolos do luto, de modo a inscrever politicamente um amplo debate sobre população em situação de rua.

Quando o professor da Escola Porto Alegre, que conhecia a Rodrigo, questionou durante a audiência pública “que sociedade é essa?”, nos resta propor uma analogia com o processo de formação do Brasil e as feridas abertas de um passado colonial. O espancamento de Rodrigo pode ser inteligível enquanto um choque capaz de nos trazer ao presente do tempo uma memória vivificada do escravismo negro e as suas profundas e perenes marcas na sociedade brasileira.

No ímpeto de agredir a Rodrigo, um homem negro, quiçá fosse possível que se ouvisse algum estalar de correntes ou grilhão durante o ato, que representa um exulto de uma barbárie adormecida, do espancamento perpetrado por aquele grupo de homens brancos. No transcorrer dos cinco minutos da agressão sofrida por Rodrigo, alguns séculos foram sobrepostos de modo a permitir que esta dramatização bárbara represente o tônus – isto é, o estado normal - das relações raciais no Brasil desde a sua intersecção com a situacionalidade de rua: um traumatismo.

Insisto, uma vez mais, nos questionamentos do professor, quando questionou o porquê uma morte como aquela não causara comoção e que sequer era noticiada: “porque era um morador de rua e aí não importa?”. Novamente faço relação com a possibilidade de relacionar o episódio com o processo de formação do país e as feridas abertas da experiência colonial a nos alcançar e abater na contemporaneidade. Antes de ser morto, o processo de racialização já infligiria em Rodrigo o estigma corporalizado da violência: era um corpo marcado com a perda da visão de um dos olhos. A moralidade presente e tensionada na fala do professor vai ao encontro do diagnóstico de um dos seus companheiros de rua sobre a certeza injustiça e impunidade desde a morte de Rodrigo, cujo o inquérito policial sequer fora concluído: “preto, pobre e ainda morando na rua...”. Friso as reticências enquanto um interdito, que justamente vai ao encontro da fala de uma das deputadas estaduais, quando esta ousou fazer uma provocação que estaria, segundo seu entendimento, presente na discussão sobre a temática, mas de forma velada: “Pobre, negro, dependente químico não precisa de política pública. Só falta dizer que tem que morrer”. Eis que, por detrás do véu do discurso, era o “extermínio” o domínio encoberto.

Encerro pontuando a atenção dispensada pelos companheiros de rua de Rodrigo, do esforço mobilizado no sentido de contatar os seus familiares com a intenção de lhe oferecer um sepultamento digno, na presença dos seus familiares. Rodrigo, ao fim e ao cabo, escapou ao “número invisível”, que fora o destino do homem alvejado e que será o destino da mulher estrangulada cuja morte – que fora lamentada e denunciada nesta audiência pública – nos detemos a partir de agora.

3 A MULHER ESTRANGULADA

Um corpo foi encontrado morto às 11h40min de um sábado, dentro de um contêiner de lixo, no centro de Porto Alegre. Era uma mulher negra, que estava nua e enrolada em uma lona plástica preta. Possuía hematomas e escoriações no rosto, próximo aos olhos e aos lábios. Estava com um cadarço de tênis enrolado no pescoço. Tinha um metro e cinquenta e cinco centímetros e pesava quarenta e oito quilos.

Ao lado do corpo, no mesmo contêiner de lixo, estava uma sacola plástica com uma fotocópia de um documento de identidade, graças ao qual foi possível a identificação de Ana Maria¹⁷. Conforme os registros da certidão de óbito e do boletim de ocorrência, era uma mulher “preta”, “solteira” e residente na “moradora de rua nº 100/casa”, que foi encontrada morta no dia 22 de abril de 2017. Morreu violentamente dias antes de completar os 29 anos.

O laudo pericial apontou uma “asfixia mecânica consecutiva a estrangulamento” sem sinais de luta ou violência sexual. Confirmou também um sangramento no nariz, a dilatação das pupilas e duas costelas quebradas. No corpo da mulher, constatou-se a presença de tatuagens com as inscrições, no antebraço direito, “mãe, amor eterno”, seguido de duas borboletas. Na perna esquerda, um coração com as palavras “Leo te amo” e, no antebraço esquerdo, o nome “Tânia”.

3.1 “O crime começa onde?”

A partir da denúncia sobre um terceiro caso de morte envolvendo uma pessoa em situação de rua, realizada durante a audiência pública que debateu a relação entre o “extermínio” e a “falta de políticas públicas” na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, dou continuidade ao exercício iniciado nos capítulos anteriores – quando apresentei as *existências-relâmpago* do homem alvejado e o homem espancado – e proponho a descrição do choque com o poder que aniquilou a mulher estrangulada, encontrada morta dentro de um contêiner de lixo no centro de Porto Alegre. Será através desses três casos de morte dispostos até aqui que proponho pensar um processo de morrer socialmente diferenciado da população em situação de rua à luz do conceito de necropolítica, no contexto de uma luta

¹⁷ Nome fictício, devido ao fato de que, ao contrário das outras duas narrativas que a todo momento evocam um vocativo sobre as vítimas dos crimes apresentados, no caso de Ana Maria, havia imprecisão sobre sua trajetória e mesmo sobre sua identidade. Soma-se o fato de que o inquérito policial que investigou a sua morte ter sido arquivado, de ela encontrar-se em sofrimento psíquico quando fora encontrada morta e, sobretudo, o modo como fora morta enquanto fatores que me impeliram a decisão de preservar a sua verdadeira identidade.

política de inscrita pelo Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) sob os símbolos do luto.

Vale reforçar que este terceiro caso de morte de uma pessoa em situação de rua não foi recolhido à revelia, visto que a sua denúncia fora promovida durante a realização da audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, que abordou a relação entre o “extermínio” da população em situação de rua devido a “falta de políticas públicas”. Neste sentido, retomo brevemente o apontamento de Michel Foucault sobre as *existências-relâmpago*, quando o autor frisa a brevidade e intensidade com as quais estas vidas ficaram marcadas pelo embate com ou contra o poder: “vidas que são como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que só nos retornam pelo efeito de múltiplos acasos” (FOUCAULT, 2010a, p. 210). Estes “múltiplos acasos” que nos trouxeram até aqui derivam justamente do acompanhamento dessa luta política empreendida através dos símbolos do luto levada ao cabo pelo Movimento Nacional da População de Rua (MNPR).

Pontuo-o brevemente os acontecimentos anteriores: após a atividade da vigília em homenagem à Paulo Ricardo, o homem alvejado, o movimento social foi convidado e teve os seus representantes recebidos em uma reunião da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, no dia 12 de abril de 2017. Nesta ocasião, se fez a denúncia sobre a morte de Rodrigo, o homem espancado, e foi solicitada a realização de uma audiência pública. Realizada no dia 22 de maio de 2017, foi justamente através de um dos espaços de fala desta atividade que o diretor da EPA denunciou a morte de Ana Maria, a mulher estrangulada, que analisaremos a partir de agora.

Após situar a eclosão desse terceiro corpo de pessoa em situação de rua no centro de Porto Alegre, invisto sobre a descrição desta morte atento aos fragmentos da realidade a qual fizera parte, aos detalhes do terror que circunscrevem aquele que fora o ponto mais intenso de uma existência em choque contra um poder que somente visava o seu aniquilamento. Em um primeiro momento, veremos que o périplo da mulher estrangulada – isto é, a descrição dos seus últimos dias de vida - embasam esta tese promovida pelo movimento social e que passou a ser perseguida por mim neste esforço de pesquisa: o vínculo direto entre a falta de políticas públicas e o morticínio da população em situação de rua.

A seguir, à medida que avançamos na descrição, veremos a repetição da manipulação de moralidades no sentido de desidratar o interesse público pelo caso, bem como o modo singular com que a investigação sobre esta morte foi encerrada e o caso arquivado pelo poder judiciário. Neste sentido, depois de apresentar o desfecho do caso da mulher estrangulada, me

detenho sobre a gestão estatal dos óbitos das pessoas em situação de rua para refletir sobre os atravessamentos da invisibilidade social do viver para o morrer; quer dizer, sobre o modo como se transfere, complementa e atualiza neste trânsito enquanto um fator constitutivo deste processo. Eis que quando nos esforçamos em tornar visíveis as mortes dos socialmente invisíveis, algumas dinâmicas singulares nos sugerem que a morte biológica dos sujeitos é apenas a fração final de um processo de perene e silencioso de apagamento. Uma morte social, portanto, a ser complementada no morrer biológico, cujas negligências, falhas e faltas possuem papel preponderante justamente por serem politicamente induzidas.

As nuances dessa narrativa ilustram o traço necropolítico – que no universo da população em situação de rua, faz borrar as fronteiras entre o deixar morrer, o fazer morrer e o expor à morte – de maneira tão explícita como anteriormente não fora possível com os dois casos analisados. Neste sentido, novamente faço eco ao questionamento levantado por um professor da Escola Porto Alegre, quando denunciou a morte de Ana Maria e descreveu os últimos esforços mobilizados para socorrê-la: “o crime começa onde?”. Tal questionamento será reforçado ao longo da reflexão, quando detalharei a sucessão de falhas que explicarão o motivo pelo qual Ana Maria – uma mulher em sofrimento psíquico - estava em situação de rua quando foi assassinada. Desta maneira, a cada vez que recorrer a este questionamento, sugiro, de modo complementar, outra questão de fundo: “a morte começa quando?”.

Ao recorrer ao pensador Achille Mbembe, entendo que o lócus da situação de rua pode evidenciar uma relação com as dinâmicas da relação de inimizade e da guerra infraestrutural tão caras ao conceito de necropolítica desenvolvido pelo autor. A primeira se faz evidente quando determinadas moralidades são empregadas para culpabilizar as vítimas dos crimes aqui apresentados, no sentido de desidratar o interesse público e legitimar as violências sofridas quando se articula a situação de rua com um imaginário que envolve a drogadição e a prostituição. A noção de guerra infraestrutural, de uma forma geral, pode ser visualizada enquanto politicamente induzidas seja a partir das estruturas de arquitetura que diretamente incidem sobre os corpos – tais como estruturas pontiagudas em escadarias e embaixo de viadutos, bem como as políticas higienização social - de modo a dificultar ou impedir a sua fixação ou presença em algum ponto ou território.

Neste sentido, situados na lógica do inimigo interno, pressupondo-se estas pessoas como incorrigíveis, como um alvo a ser combatido, tais noções de relação de inimizade e de guerra infraestrutural servem para pensar a complexa interação entre a população em situação de rua com o Estado, os governos e a sociedade através disto que tenho nomeado como sendo o traço *necro*. Para frisar este traço *necro*, portanto, como detalharei a seguir, se faz necessário

sublinhar o fator racial como um elemento constituinte tanto da população em situação de rua, quanto como um fator determinante nesta engrenagem que simultaneamente produz de morte e autoriza o morticínio.

Em relação ao caso discutido aqui, reforço que fazia algumas semanas que Ana Maria tinha voltado a frequentar o espaço da Escola Porto Alegre depois de um longo período afastada. No retorno, os professores perceberam uma dificuldade de concatenação de ideias, certa confusão mental. Eles passaram a acompanhá-la mais de perto, encaminhando-a para um tratamento através de uma entidade conveniada com a prefeitura municipal e que prestava serviço na área da assistência social. Durante a reunião em que o MNPR-RS solicitou a audiência pública para debater a questão do extermínio, era Ana Maria a estudante que passava mal às portas da Assembleia Legislativa; foi durante a realização dessa atividade que a sua morte fora denunciada. Através do acesso ao inquérito policial que investigou o seu assassinato, pude acessar a dois pareceres encaminhados pela escola e por esta entidade que presta serviço. No documento, foi detalhado o histórico do acompanhamento oferecido a ela, bem como um relato sobre o seu perfil e os registros sobre os últimos contatos e encaminhamentos realizados.

Tal qual o corpo de Paulo Ricardo, Ana Maria não escapou de ser capturada pelo “número invisível”: os seus restos mortais foram depositados no cemitério do Campo Santo da Santa Casa, um espaço cuja característica é a paisagem de incontáveis cruzeiros numeradas. De forma semelhante ao inquérito policial de Rodrigo, que permanece até hoje em aberto, a investigação sobre Ana Maria foi encerrada e o caso foi arquivado

3.2 “Confusão mental”

A direção da Escola Porto Alegre, uma das instituições solicitadas a se pronunciar a respeito da morte de Ana Maria, ofereceu as informações que constavam no histórico escolar da aluna. Sua primeira passagem naqueles bancos escolares datava de 2004, para cursar o equivalente ao segundo e terceiro ano do ensino fundamental. Naquela época, quando tinha 16 anos, já havia o relato de trajetória de rua durante a adolescência e que Ana Maria estaria em um acolhimento noturno da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) da prefeitura municipal.

Conforme o relato, Ana Maria fora moradora do “antigo casarão” da Avenida Loureiro da Silva, uma ocupação que ficava próxima ao colégio. Ela afastou-se da escola naquele ano e retornou no ano seguinte, em 2005, junto com uma irmã, quando relatou o falecimento da sua mãe, e que estava vivendo em um outro local, nas proximidades do Estádio Beira-Rio, após

passar por uma casa de passagem. O histórico de Ana Maria como aluna informava que ela residiu também na Vila Chocolate, tendo sido esposa do presidente da associação de moradores daquele local, conhecido como Léo, que foi assassinado no ano de 2009. Depois de viver precariamente nestas ocupações, ela abandonou a escola definitivamente após o episódio do assassinato do companheiro e mudou de cidade. De fato, somente retornou a ter contato com esta escola em 6 de abril de 2017, dias antes de ser assassinada. Conforme relatou a escola, naquele reencontro, Ana Maria apresentava uma séria “confusão mental”. Ela atribuía a referida “confusão” a um atropelamento por automóvel. O relato descrevia que ela sofria com convulsões, episódios de fugas, visões e lapsos de memória – descrição que corrobora com o que foi descrito no parecer de uma outra instituição especializada e pelas testemunhas ouvidas no inquérito policial. Sobre seu estado de saúde, mencionava o fato de ela ser soropositiva, possuir tuberculose e sofrer de herpes ocular.

Em relação as últimas informações que ela ofereceu sobre o seu paradeiro, estas davam conta de que, depois de ter passado por alguns albergues e abrigos municipais, atualmente vivia em uma ocupação no centro de Porto Alegre. Os relatos sugeriam um traço infantil em sua personalidade, como por exemplo o fato de dizer estar em conflito com pessoas daquela ocupação por se recusar a dormir com as luzes apagadas durante a madrugada; argumentava ter medo do escuro.

Em relação ao seu estado clínico, este relato citava que estava sendo acompanhada por uma equipe socioassistencial, vinculada a uma organização não-governamental conveniada com a secretaria municipal de assistência social. Esta instituição, naquele mês de abril de 2017, em parceria com a direção da escola, mobilizara um esforço para interna-la compulsoriamente em uma instituição psiquiátrica. O problema causado pela chaga da herpes ocular ameaçava-lhe a perda da visão, o que preocupava a escola e a instituição. A partir de agora, veremos a relação entre o acontecimento da morte da Ana Maria nas ruas de Porto Alegre e toda uma sucessão de falhas no seu ingresso na rede pública de saúde e no acesso aos serviços socioassistenciais interferiram decisivamente no seu desenlace.

3.3 “Desorganização extrema”

O parecer da organização não-governamental que prestava serviço à secretaria municipal de assistência social, na área da abordagem e acompanhamento de pessoas em situação de rua, trouxe mais detalhes sobre o histórico dos atendimentos realizados com Ana Maria. Da mesma forma, ajudou a elucidar o desfecho negativo sobre a tentativa da internação

em instituição psiquiátrica, a negativa de permanência em um equipamento público de albergagem e o seu assassinato.

Data do mês de junho do ano de 2016 o primeiro contato de Ana Maria com esta equipe socioassistencial. Foi relatado que ela pedira um copo de água na porta do serviço e que então fora atendida. Estava com frio e, ao se comunicar, foi avaliada uma confusão mental, com desorientação espaço-temporal caracterizada pelo serviço como um quadro de “sofrimento psíquico somatizado ao corpo”. A somatização do sofrimento psíquico ao corpo era caracterizada pelos frequentes episódios das convulsões. Nesta ocasião, ao apresentar este sintoma, foi solicitado o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), que prestou atendimento no local, mas se negou a encaminhá-la para uma emergência hospitalar.

Após este episódio, Ana Maria só voltou a ser localizada no mês de novembro de 2016, quando retornou ao serviço e pediu auxílio para solicitar sua documentação pessoal para buscar uma vaga no mercado de trabalho. Nesta ocasião, a equipe constatou uma dificuldade de compreensão e possível transtorno mental. Convidaram-na para um atendimento especializado em saúde mental e ela assentiu positivamente. Neste contato especializado, revelou um discurso com graves conflitos familiares e outras descrições condizentes com alucinações, de acordo com o parecer enviado pela entidade. Como não possuía residência fixa, revelou que se prostituía como forma de conseguir dinheiro para ter onde dormir e para subsistir. Sobre seu histórico nos serviços de acolhimento institucional, a organização informava que ela se negava a permanecer nestes espaços mesmo quando era encaminhada. Informava também que estava suspensa de outro equipamento de acolhimento, um albergue, por “comportamentos inadequados”, de acordo com as regras e a explicação dos profissionais daquele espaço.

Em fevereiro de 2017, apareceu novamente em frente à sede da organização. Dessa vez apresentava um quadro de “desorganização extrema”, proferindo xingamentos a pessoas aleatórias que transitavam pela rua e também para pessoas imaginárias, deslocando-se pelo meio da rua entre os veículos que passavam, pondo-se em risco. Ana Maria alternava momentos de lucidez com outros de confusão mental, evocando memórias de experiências de vida e lembranças do convívio familiar. Ainda no mês de fevereiro de 2017, foi encaminhada ao Centro de Saúde Modelo e este a encaminhou ao banco de olhos, onde Ana Maria foi diagnosticada com ceratite herpética – chaga que pode acarretar a perda da visão – e lhe foram disponibilizados os medicamentos e realizada a ressalva de que ela não os teria utilizado de forma adequada.

Cientes disto, a equipe de acompanhamento lhe falou que o não tratamento das suas comorbidades – HIV e ceratite herpética – poderia implicar o risco de perda da visão e de morte.

Foi-lhe sugerido uma internação para tratar dos olhos e lhe foi feita a proposta de que para isto ela continuaria sendo acompanhada por aquela equipe. Ao não demonstrar interesse, a equipe entendeu que ela não possuía a real percepção dos riscos atrelados a sua condição. Fracassada a tentativa de sensibilização e uma vez havendo sido mobilizados os serviços da saúde mental e o serviço de assistência especializada em HIV/Aids, a equipe de acompanhamento em assistência social debateu com estes serviços da área da saúde a necessidade de uma internação compulsória baseada no risco da perda da visão. Contudo, outra vez Ana Maria sumira e não fora possível localizá-la durante todo o mês de março de 2017.

Para a internação compulsória realizar-se, era necessária uma interdição através do Poder Judiciário, o que só foi viabilizado no mês de abril. Localizada, enfim, ela foi encaminhada para a emergência psiquiátrica do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, onde permaneceu internada para aguardar uma vaga em um hospital especializado. Iniciou-se o tratamento para a ceratite herpética e foram realizados exames como o hemograma, o exame de gravidez e o teste de tuberculose. Surgiu, enfim, uma vaga e Ana Maria foi encaminhada ao Hospital Espírita de Porto Alegre, que se recusou a interná-la pelo fato de ela estar desacompanhada. Retornou, então, ao Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, onde ela própria solicitou alta e argumentou não compreender o motivo pelo qual estava internada. Foi dissuadida desta ideia e convencida a esperar a equipe de acompanhamento, que viria no dia seguinte.

Após o contato com Ana Maria, a equipe de atendimento fez o registro de um progresso no quadro clínico após o breve período de internação, sendo possível compreender suas demandas e estabelecer combinações. Com a presença da equipe de acompanhamento, foi efetuada a alta do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul e Ana Maria concordou que fosse encaminhada para um albergue, onde pernoitou. Na noite seguinte, quando a equipe de acompanhamento foi até o albergue continuar o acompanhamento, com a intenção de lhe oferecer tratamento em um abrigo, ela não estava no local. Foram informados de que, naquela manhã, fora realizada uma assembleia entre a equipe do albergue e as mulheres que utilizavam aquele equipamento público, onde fora decidido e comunicado que Ana Maria não poderia acessar mais aquele espaço. Ela fora informada disto no começo daquela manhã, de modo que não havia ali retornado.

Após não poder acessar o albergue e não ter sido localizada pela equipe de abordagem, no início da noite de uma quinta-feira, Ana Maria retornou à situação de rua e seria encontrada morta na manhã do sábado seguinte, dois dias após terem lhe negado a internação em instituição psiquiátrica e a permanência no equipamento público de albergagem.

3.4 Um terror paralisante

A *existência-relâmpago* da mulher estrangulada, morta aos 28 anos, é ilustrativa da noção de extermínio da população em situação de rua, como argumentado pelo Movimento Nacional da População de Rua durante a audiência pública, que fez vínculo entre o “extermínio” da população de rua e a “falta de políticas públicas” enquanto situação politicamente induzida. Isto não implica dizer que os outros dois casos analisados até aqui não fizessem relação, mas este permite que se faça de forma direta.

Em relação as mortes do homem alvejado e do homem espancado, destaco que, no caso do homem alvejado, ao se colocar sob a vítima sob suspeição – com o corpo ainda no interior da cena do crime -, tornava-se legítimo aquele assassinato. Naquele caso, chamo a atenção para uma dimensão da relação de soberania, que encontra no mundo da rua as condições de possibilidades para que este exercício - para que se faça morrer, se alguém assim o desejar. Já no caso do homem espancando, se visualiza a noção de negligência acentuar-se, primeiramente, no desinteresse dos policiais militares presentes na cena do crime em ir atrás dos agressores e, especialmente, no tratamento oferecido pela polícia civil sequer chegou a concluir as investigações sobre a morte: se deixou morrer. Diferentemente desses casos, a morte da mulher estrangulada permite que se verifique diretamente os efeitos da negligência no acontecimento da morte, uma vez que se expôs à morte tanto quando lhe fora negado tanto a internação em instituição psiquiátrica, quanto quando fora negado que permanecesse em um equipamento público de albergagem.

O traço *necro*, portanto, reside na efetividade da produção da morte, no seu caráter seletivo e discricionário, na manutenção dos arranjos que autorizam o extermínio, de se multiplicar e induzir somente para algumas pessoas as condições de possibilidades para o morticínio. Por entre as fendas da relação de soberania, aquela que permite que se mate a determinadas pessoas em detrimento das demais, se alguém assim o desejar, visualizamos também o borrar das fronteiras entre o deixar morrer e o expor à morte cujo saldo – veremos a seguir – se materializa em um local – um vasto campo de cruces numeradas – onde será possível ter a dimensão tanto da centralidade quanto da recorrência de um morrer socialmente diferenciado a se abater sobre a população em situação de rua.

Entre a negativa de auxílio médico psiquiátrico por estar desacompanhada, a negativa de ingresso para pernoite em um albergue público por demonstrar “comportamento inadequado”, até o contêiner de lixo onde foi encontrada morta, enrolada em uma lona plástica preta, nua, com marcas de agressão e um cadarço de tênis cravejado no pescoço, o poder

regulamentar do Estado se liquefaz. Extinta a possibilidade de lhe promover ou mesmo salvaguardar a vida, restou a mulher estrangulada somente o recorte que assentia que fosse exposta deliberadamente à morte fosse por ser soropositiva, fosse pela esquizofrenia, fosse por ser mulher negra, fosse por se prostituir, fosse por fazer uso de drogas, fosse pela trajetória de rua. Esta sobreposição de camadas de vulnerabilidade fazia-lhe matável, assim como fora nos casos de Paulo Ricardo e Rodrigo.

Embora o assassinato de Ana Maria seja um óbito classificado como causa violenta, as circunstâncias que autorizaram essa ocorrência demonstram uma trama onde a negligência, as falhas e as omissões de diferentes instituições e entidades influenciam no acontecimento da morte através dos efeitos nefastos. Refaçamos o périplo da mulher estrangulada: da busca por socorro na escola, que se mobilizou para acudi-la e encaminhá-la para o tratamento de um transtorno de saúde mental, até o encaminhamento oferecido pela entidade que prestava serviço de abordagem social no município; da tentativa de interação compulsória, o atendimento na emergência psiquiátrica, até a negativa do hospital recusou a internação por estar desacompanhada; do impedimento que pernoitasse no albergue baseado em nebulosa regra de administração interna até ser encontrada morta em um contêiner de lixo no centro de Porto Alegre; toda esta sucessão de episódios apontam que todas essas instituições e entidades, portanto, estão implicadas no acontecimento que demarcou o fim da sua vida. Faz-se, novamente, eco à questão que emergiu no púlpito daquela audiência pública da Assembleia Legislativa - “o crime começa onde?” – e esta outra questão complementar: a morte de Ana Maria, começa quando?

Os fragmentos da vida de Ana Maria, que vêm à tona no momento da sua morte, nos situam frente a um terror paralisante. Os detalhes que envolvem esta narrativa são marcantes de tal forma que a brutalidade e violência da sua descrição se inscreve no real através dos elementos como um cordão de calçado, uma lona plástica preta, um contêiner de lixo e uma fotocópia de uma carteira de identidade guardada em um saco plástico. Eis o terror que habita os detalhes. Este último fragmento, a fotocópia da carteira de identidade acomodada em um saco plástico, indica o grau de vulnerabilidade que se encontrava. Estampa uma falha retumbante: o mesmo arranjo que reúne o Estado, os governos e a sociedade, ainda que empenhados no esforço de lhe salvar a vida, este mesmo arranjo possuiu papel ativo nesta sucessão de episódios que lhe sentenciou à morte nas ruas de Porto Alegre.

A potência do real que esta narrativa concentra expõe uma crueza espantosa e dilacerante a partir dos simbolismos que evoca a partir dos fragmentos da realidade singular de Ana Maria. Os atravessamentos das clivagens racial, de saúde física e mental, de gênero, da

trajetória de rua, nos sugere que pensemos sua morte não enquanto tragédia, mas como situação politicamente induzida. Ao recorrer aos detalhes do terror que compõe esta narrativa sobre a mulher estrangulada, aponto para o processo de inscrição política da temática da população em situação de rua através do símbolo do luto como sendo um ativismo político voltado para, sobretudo, escapar ao terror.

Me detenho ao desfecho das investigações do óbito de Ana Maria antes de apresentar a discussão sobre o conceito de necropolítica e alargar o escopo da reflexão de modo a abarcar tal processo de morrer socialmente diferenciado e o seu processamento na burocracia estatal.

3.5 O inquérito policial

Ao acessar o inquérito policial sobre a morte de Ana Maria, que estava em situação de rua quando foi encontrada morta, percebi algumas semelhanças com o caso de Paulo Ricardo no modo como a investigação fora conduzida. Do mesmo modo como a condição de vítima do homem alvejado fora posta sob suspeição, as moralidades foram flexionadas no sentido de dispor sobre a mulher estrangulada outras categorias estigmatizantes e depreciativas.

No caso dela, antes de ser uma pessoa em sofrimento psíquico que deveria estar internada, seria apresentada como usuária de drogas e como prostituta. Assim como ocorreu com o homem alvejado, se especulou no boletim de ocorrência que o assassinato estaria vinculado ao tráfico de drogas. Portanto, a linha de investigação já partia do princípio daquilo que Melo (2017) chamou de “presunção da violência endógena”. Conforme ficou descrito no boletim de ocorrência lavrado após a diligência que encontrou o corpo, o assassinato da mulher estrangulada não possuía motivação aparente. O relato textual que constou no boletim de ocorrência especulava que a mulher poderia ter sido morta em outro local e, posteriormente, ter sido removida até o contêiner de lixo. Neste sentido, recomendava a solicitação das imagens das câmeras de vigilância do local para a elucidação do crime.

De início, a investigação da delegacia especializada em homicídios avançou pouco e chamou-me a atenção para o fato de que os principais progressos na apuração se deram a partir de denúncias anônimas. Foi através de uma denúncia anônima, realizada três dias após o crime, que colocaram a vítima em companhia de um suspeito – um “loirinho”, que era conhecido naquela região pelo envolvimento em outros crimes - por volta das 5h da manhã do sábado, 22 de abril. O registro descrevia ainda que, para aquele denunciante, o crime provavelmente estaria ligado ao “tráfico de maconha” da região. Apurou-se que este suspeito, na noite do crime, trajava uma camiseta do Barcelona, com o nome de Neymar às costas e que, após assassinar

Ana Maria, teria pego o trem na Estação Mercado com direção à Estação Mathias Velho, no município de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre.

Uma diligência chegou a se deslocar até o local do desembarque do suspeito, mas retornou sem novidades. Em um primeiro momento, as câmeras de vigilância não apresentaram imagens que pudessem contribuir para a resolução do fato. Novas imagens foram solicitadas, desta vez com um período mais elástico de tempo daquela madrugada de sábado. Também foram solicitadas informações a respeito dos vínculos familiares, afetivos, sociais e de conduta pessoal da vítima em duas instituições nas quais possuía vínculo – uma escola especializada no atendimento a pessoas com trajetória de rua e uma organização não-governamental que presta serviço de abordagem social à prefeitura municipal – os quais descrevi anteriormente. Neste ínterim, entre a chegada das informações destas instituições e a espera por novas imagens das câmeras de vigilância, duas pessoas foram ouvidas na condição de testemunhas.

Em depoimento, uma pessoa que se declarou irmã de Ana Maria contou que a família era composta por dezessete irmãos, sendo sete deles já falecidos até aquela data (27 de maio de 2017). Comentou desconfiar de que a vítima estaria com algum transtorno de saúde mental (“problema na cabeça”), que já tentara interná-la em pelo menos uma oportunidade, assim como já havia pensado em convidá-la para morar consigo, mas que desistira da ideia após um desacerto. Na ocasião, disse que não sabia notícias sobre a irmã há pelo menos um mês e classificou-a como uma pessoa agressiva. Ficou sabendo da morte por um programa de televisão, quando o nome de Ana Maria foi noticiado. Disse que a irmã se prostituía na região da Avenida Farrapos, que fazia uso de cocaína e que também era conhecida como “Duda”.

No contato feito com a direção da EPA, foi comunicado que um homem havia procurado a escola em busca de informações sobre o que havia ocorrido com Ana Maria. O homem dizia estar desconfiado de que ela estaria grávida de um filho seu. Este homem, que tinha de 36 anos, estaria revoltado com a situação e teria chorado ao falar sobre ela. Ele foi localizado e convidado a prestar esclarecimentos na condição de testemunha. Disse possuir um relacionamento íntimo com “Duda”, que nutria afeto por ela apesar de o romance ser ocasional. Contou que esteve com ela no dia anterior ao crime, entre a tarde de sexta-feira até a madrugada de sábado. Haviam se encontrado no centro à tarde, comido um cachorro quente, usado um pouco de cocaína e que depois foram para um hotel nas imediações da rodoviária. Disse que por volta de 1h30min da madrugada de sábado, “Duda” queria consumir mais drogas e que saiu sozinha à procura.

Confirmou o relato da irmã, de que “Duda” se prostituía na região da Avenida Farrapos e que fazia uso de maconha, loló, cocaína e crack. Contou que quando fazia uso de entorpecentes, ela dizia que “tinha bicho no corpo”, “saía correndo”, “via vultos” e ficava

agressiva, envolvendo-se em confusões. Mencionou que ela já tinha sido agredida em algumas ocasiões. O homem levantou a hipótese de que provavelmente a morte dela estivesse relacionada a uma situação semelhante envolvendo prostituição e uso de drogas. Ainda segundo seu depoimento, disse que pedira para que “Duda” parasse de se prostituir, propondo-lhe que ambos saíssem das ruas e mudassem de vida, embora tenha explicado não interferir nas escolhas dela. Disse que ficou sabendo da sua morte dias após o crime. Por fim, informou que ela tinha um irmão que era traficante e que atuava na região da Orla do Guaíba e da Praça XV de Novembro, no centro de Porto Alegre, não sabendo informar se isto teria relação ou não com o ocorrido.

De posse das novas imagens das câmeras de segurança, os investigadores apontaram a movimentação de um suspeito durante a madrugada do sábado no ponto onde ocorreu o crime. Entretanto, foi uma outra denúncia anônima, pelo canal telefônico 190, registrada em 19 de maio de 2017, que permitiu um avanço nas investigações. O denunciante disse que um sujeito branco, de estatura mediana, que vestia calça jeans e casaco cor laranja, que estava dormindo em uma calçada nas imediações do centro de Porto Alegre, era o assassino da mulher encontrada morta no contêiner de lixo no mês de abril. Constava no inquérito policial que uma guarnição da polícia militar chegou a ir até o local onde o homem dormia, abordou e a seguir liberou-o. Passados alguns dias desta abordagem, este mesmo homem procurou uma guarnição da Brigada Militar e confessou o crime no dia 8 de junho de 2017. Foi então encaminhado para a delegacia de polícia especializada em homicídios para ser interrogado.

3.6 Réu confesso

Este homem possuía uma extensa ficha criminal, com inúmeras menções – entre elas ameaça, roubo a pedestre, apropriação indevida, furto, furto qualificado, vias de fato e tráfico de drogas. Ele Era branco, tinha a cor dos olhos verdes, estava com 36 anos e confessou o crime quarenta e cinco dias após o corpo de Ana Maria ter sido encontrado naquelas circunstâncias: nua, estrangulada, enrolada em uma lona plástica preta.

Durante o interrogatório realizado na delegacia de polícia, o homem confessou ter assassinado Ana Maria. Disse tê-la encontrado por volta das 4h30min na rua, na região do centro, e que ela procurava um local para fumar crack. Como ele tinha um barraco nas proximidades, convidou-a para ir até lá para fumar a droga que ela possuía. Contou que foram até o barraco, onde fumaram e depois transaram. Passado um tempo, disse que queriam fumar

mais crack, e então ele se ofereceu para ir comprar. Ana Maria teria ficado no interior do barraco esperando por ele.

Quando chegou no local da venda de drogas, no Viaduto Otávio Rocha, os traficantes perguntaram a ele se havia visto uma mulher negra com as características físicas de Ana Maria. Confirmou que sim, que a havia visto e que ela estava no seu barraco. Os traficantes, então, teriam dito a ele que ela havia roubado a droga deles. Propuseram então que ele a matasse em troca da quantia de R\$ 300,00. Ele aceitou o dinheiro e retornou ao local onde estava Ana Maria. Questionou se ela havia roubado as drogas que haviam consumido. Ela teria confirmado, dizendo que tinha visto onde os traficantes escondiam e que as teria pego sem que eles percebessem.

Ao confirmar que teria roubado os traficantes, nesse momento, o homem contou que lhe aplicou uma chave de braço até que ela ficasse desacordada e depois enforcou-a com o cadarço de um tênis. Ela estava nua e ele enrolou-a na própria lona plástica do barraco em que estavam. Arrastou o corpo enrolado na lona até o contêiner, que ficava há poucos metros de onde fora improvisado o barraco. Disse que pediu ajuda para um catador, que passava pelo local, para colocar o corpo de Ana Maria dentro do contêiner. Garantiu que este segundo homem não sabia qual era o conteúdo que ajudava a colocar no contêiner, que, ao tomar conhecimento de que era uma pessoa morta, o homem saiu correndo do local. Por fim, disse que não saberia identificar esta pessoa que o ajudou a depositar o corpo, nem de quem Ana Maria havia roubado as drogas, tampouco soube precisar as características físicas das pessoas que haviam pago os R\$ 300,00 para que a matasse. O homem disse que também estava em situação de rua e que não tinha o que comer e nem onde dormir. Falou que estava sofrendo ameaças do irmão da vítima há alguns dias - o que era traficante, que estaria atrás do autor do crime - tendo sido perseguido naquela tarde a mando dele, o que o motivou a procurar a polícia para assumir a autoria do homicídio.

Após prestar depoimento, este homem foi liberado embora, nesta mesma data, tenha sido solicitada a sua prisão preventiva junto ao Poder Judiciário. Quatro dias após confessar o crime, ser interrogado e ter o pedido de prisão representado, o corpo deste homem foi encontrado morto no bairro Restinga, executado com quatro disparos de arma de fogo, baleado na cabeça e nas costas, antes de uma manifestação Poder Judiciário sobre o caso. O inquérito policial, então, foi concluído. A partir das informações apresentadas, o caso foi arquivado e não foi oferecido denúncia pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

3.7 Necropolítica

Uma vez dispostas as três narrativas sobre as mortes, no contexto da inscrição política de um debate sobre população em situação de rua que mobilizou a noção de um “extermínio” provocado pela “falta de políticas públicas” por parte do MNPR, avançamos na reflexão de modo a abarcar outras contribuições teórico-analíticas. A luta contra o poder sincretizada nas *existências-relâmpago* do homem alvejado, do homem espancado e da mulher estrangulada serviram para enquadrar e ilustrar um processo vigente de extermínio, perene e silencioso, que se faz continuado. Neste contexto, enfim, utilizo o conceito de necropolítica, do filósofo camaronês Achille Mbembe, de modo a instrumentalizar a reflexão que enquadra as formas de construção, regulação e manutenção das condições de possibilidades mortíferas para este contingente específico da população.

Interessa aprofundar a reflexão sobre quais bases estaria estruturada esta dimensão que situa o mundo da rua como um lócus onde as mortes podem ocorrer deliberadamente, cujo traço *necro* nos instiga a refletir tanto sobre a agência de uma relação de soberania – que reivindica o exercício de matar –, quanto uma relação com o Estado, os governos e a sociedade marcada pela negligência e omissão politicamente induzida – isto é, uma dinâmica de deixar morrer e expor à morte. O pensador Achille Mbembe estruturou o conceito de necropolítica partindo do conceito foucaultiano de biopoder, articulando-o com reflexões sobre a soberania e o estado de exceção, fundamentando-se em autores como Giorgio Agamben e Hanna Arendt. A seguir, destaco o biopoder em Michel Foucault e situo o imbricamento teórico a que Mbembe recorreu para cunhar o conceito de necropolítica.

Michel Foucault pensou o biopoder como sendo um poder regulamentador da vida, que age sobre a espécie, maximizando as possibilidades da vida e controlando o corpo do indivíduo de modo a promover a vida, a fazer viver. Ele estruturou esta reflexão a partir do surgimento do liberalismo. Isto foi possível, sugeriu o autor, a partir da eclosão de uma nova arte de governar pautada na emergência da população, no contexto do século XVIII em Europa, cujo fator técnico era a estatística e que possuía a família não mais como modelo, mas como instrumento de governo. O autor apontou para uma transição de uma razão governamental, no contexto de um poder soberano que sobretudo fazia morrer e deixava viver, para este poder regulamentador, que passou a promover a vida ao passo que deixava morrer.

Considerando a teoria clássica da soberania, Foucault analisou a questão do direito de vida e de morte do soberano como um dos atributos fundamentais. Para o autor, portanto, fazer morrer e deixar viver evidenciava um paradoxo teórico, na medida em que o direito de vida e de morte só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar. Em última análise, o direito de matar é que detém efetivamente em si a própria essência desse direito de vida e de

morte: é porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida (FOUCAULT, 2010a).

Passaria a coexistir – e não o substituir por completo - com este direito do soberano um outro direito:

Uma das mais maciças transformações do direito político no século XIX consistiu, não digo exatamente em substituir, mas em completar esse velho direito de soberania – fazer morrer ou deixar viver – com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder “fazer” viver e de “deixar” morrer. O direito de soberania é, portanto, o de fazer morrer ou de deixar viver. E depois, este novo direito, é que se instala: o direito de fazer viver e de deixar morrer (FOUCAULT, 2010a, p. 202)

Em outro trabalho, o autor frisou que não pensemos separadamente ou em termos de substituição a transição de uma sociedade de soberania para uma sociedade disciplinar e desta para uma sociedade de governo (FOUCAULT, 2001). Sugeriu que pensemos um triângulo composto por soberania-disciplina-gestão governamental enquanto características que coexistem na “era do biopoder”. A sociedade da normalização, definiu o autor, enfim, seria a ilustração de uma sociedade na qual estes sistemas de poder – o sistema da soberania sobre a morte e o sistema da regulamentação sobre a vida – cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Portanto, Foucault argumentou que foi a partir do século XVIII que o poder se incumbiu da vida e conseguiu cobrir toda a superfície entre o corpo do indivíduo e a população, do orgânico ao biológico, mediante um jogo duplo de tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra.

É importante frisar que as tecnologias disciplinares do trabalho, voltadas ao corpo individual, passariam a coexistir com as novíssimas técnicas de racionalização e de economia que derivavam deste modelo primeiro - que era disciplinar e individualizante - para uma tecnologia massificante, orientada para pensar o homem enquanto espécie - que irá se encarregar da natalidade, da morbidade, das incapacidades biológicas, dos efeitos do ambiente. Logo, estariam endereçadas não somente aos corpos dos indivíduos, mas para a população: “a biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder” (FOUCAULT, 2010a, p. 206).

Contudo, entre as técnicas disciplinares dos corpos e as tecnologias de regulamentação da vida, Foucault atentou para um problema elementar a partir da coexistência do sistema de poder da soberania sobre a morte e o sistema de poder da regulamentação da vida:

Então, nessa tecnologia de poder que tem como objetivo a vida (e que me parece um dos traços fundamentais da tecnologia do poder desde o século XVIII) como vai se exercer o direito de matar e a função do assassinio, se é verdade que o poder de soberania recua cada vez mais e que, ao contrário, avança cada vez mais o biopoder disciplinar ou regulamentador? Como um poder como este pode matar, se é verdade que se trata essencialmente de aumentar a vida, de prolongar sua duração, de multiplicar suas possibilidades, de desviar seus acidentes, ou então de compensar suas deficiências? Como, nessas condições, é possível, para um poder político, matar, reclamar a morte, pedir a morte, mandar matar, dar a ordem de matar, expor à morte não só seus inimigos mas mesmo seus próprios cidadãos? Como esse poder que tem essencialmente o objetivo de fazer viver pode deixar morrer? Como exercer o poder da morte, como exercer a função da morte, num sistema político centrado no biopoder? (FOUCAULT, 2010a, p. 214)

Foucault argumentou que o racismo foi o elemento que se inseriu como mecanismo fundamental do poder, sendo a sua primeira função fragmentar, separar, cortar, segregar, discriminar as vidas no interior desta população a que se dirige o biopoder. Conforme o autor, a segunda função do racismo era a que assegurava a função da morte na economia do biopoder, segundo o princípio de que a morte dos outros era o fortalecimento biológico da própria pessoa à medida em que ela é membro de uma raça ou de uma população, que ela era elemento numa pluralidade unitária viva. Portanto, Foucault demonstrou que era o racismo que acendia uma relação de tipo guerreiro – fazer o outro morrer para poder viver – de um modo novo que era precisamente compatível ao biopoder:

De uma parte, de fato, o racismo vai permitir estabelecer, entre a minha vida e a morte do outro, uma relação que não é uma relação militar e guerreira de enfrentamento, mas uma relação do tipo biológica: “quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo mas enquanto espécie – viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar”. A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura.

Portanto, relação não militar guerreira ou política, mas relação biológica. E, se esse mecanismo pode atuar é porque os inimigos que se trata de suprimir não são os adversários no sentido político do termo; são os perigos, externos ou internos, em relação à população e para a população. Em outras palavras, tirar a vida, o imperativo da morte, só é admissível, no sistema de biopoder, se tende não à vitória sobre os adversários políticos, mas à eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou da raça. A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. Quando vocês têm uma sociedade de normalização, quando vocês têm um poder que é, ao menos em toda a sua superfície e em primeira instância, em primeira linha, um

biopoder, pois bem, o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo. Vocês compreendem, em consequência, a importância – eu ia dizer a importância vital – do racismo no exercício de um poder assim: é a condição para que se possa exercer o direito de matar. Se o poder de normalização exercer o velho direito soberano de matar, ele tem de passar pelo racismo. E se, inversamente, um poder de soberania, ou seja, um poder que tem direito de vida e de morte, quer funcionar com os instrumentos, com os mecanismos, com a tecnologia da normalização, ele tem de passar pelo racismo. É claro, por tirar a vida entendendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc. (FOUCAULT, 2010a, p. 215-216)

O racismo, enfim, é assimilado enquanto técnica, uma tecnologia do poder que permite ao biopoder exercer-se. Foi a partir das chaves do evolucionismo, do contexto de guerra das raças, que o autor entendeu enquanto um discurso do poder aplicado à teoria biológica, isto é, uma extrapolação biológica do tema do inimigo político. Foucault, enfim, passou a compreender o genocídio a partir de temas do evolucionismo mediante o racismo. O racismo vai irromper em certo número de pontos privilegiados, conforme escreveu, que são precisamente os pontos em que o direito à morte fora requerido: durante o genocídio colonizador. Contudo, o autor apontou para o nazismo experimentado na Alemanha como o evento mais completo daquilo que seria a sociedade da normalização, por generalizar o biopoder e, ao mesmo tempo, o direito soberano de matar e que conferia ao Estado poder de vida e morte – a morte dos outros e a dos seus próprios cidadãos. O Estado nazista, portanto, era simultaneamente racista, assassino e suicidário.

É a partir deste ponto que o pensamento de Achille Mbembe alcançou, complementou e foi além da noção de biopoder de Michel Foucault. Ao valer-se dos conceitos de soberania, estado de exceção e estado de sítio, o autor reorientou as abordagens e interpretações do biopoder, que interpelam estes processos do viver e do morrer das populações, para abarcar novos contextos e territórios com o conceito de necropolítica, que necessariamente reinstalou esta discussão orientada sobre um racismo de Estado e amplificou-a. Outro ponto importante é que a análise de Mbembe se debruça não mais sobre o liberalismo, mas sobre a sua forma contemporânea, o neoliberalismo que, acima de tudo, extrapolou massivamente a desigualdade a partir da concentração da riqueza.

Em um esforço justamente de compreender o que chamou de as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder de morte, Mbembe descreveu o neoliberalismo como sendo um capitalismo racial que se traduziu em uma imensa necrópole, cujo potencial fora o de justamente estender um elemento fundado na experiência do colonialismo, a produção do “*Negro*”, e que

este elemento passou a assumir “um novo caráter descartável e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização ao mundo inteiro, chamamos o *devir-negro do mundo*”¹⁸ (MBEMBE, 2017, p. 18). Neste sentido, de acordo com o autor, a lógica colonial cada vez mais se expande para todos os lugares do mundo a partir deste caráter solúvel da condição do “*Negro*”.

Se Foucault se debruçou sobre a centralidade da promoção e regulamentação da vida, Mbembe se propôs a pensar a centralidade da produção da morte em um mundo marcado pelo neoliberalismo, de modo a alargar o escopo da análise para além do contexto europeu, amplificando este recorte através das experiências e realidades dos países marcados pelo colonialismo – que, notadamente, possuem de forma enraizada a racialização das populações este elemento constitutivo e decisivo para a segmentação do social.

A partir de Arendt, argumentou que o nazismo e o fascismo foram a extensão de um experimento colonial realizado em África – friso que também em América -, cujas táticas, técnicas e racionalidades empregadas contra os “selvagens” foram empregadas pela primeira vez no território europeu aos “civilizados” a partir da Segunda Guerra Mundial. Ao retornar a imagem dos campos de concentração nazistas, quando pensou o estado de exceção, traçou uma crítica ao discurso filosófico da modernidade e àquilo que classificou como sendo as teorias normativas de democracia – que tomaram como expressão máxima da soberania a produção de normas gerais por um corpo composto por homens e mulheres livres e iguais, capazes de autoconhecimento, autoconsciência e autorrepresentação - as quais ele se afastou.

Essa leitura fortemente normativa da política de soberania foi objeto de inúmeras críticas, que não revisitarei aqui. Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações”. Tais formas da soberania estão longe de ser um pedaço de insanidade prodigiosa ou uma expressão de alguma ruptura entre os impulsos e interesses do corpo e da mente. De fato, tal como os campos da morte, são elas que constituem o *nomos* do espaço político em que ainda vivemos. Além disso, experiências contemporâneas de destruição humana sugerem que é possível desenvolver uma leitura da política, da soberania e do sujeito, diferente daquela que herdamos do discurso filosófico da modernidade. Em vez de considerar a razão, a verdade do sujeito, podemos olhar para outras categorias fundadoras menos abstratas e mais palpáveis, tais como a vida e a morte (MBEMBE, 2018, p. 10-11)

O autor propôs que pensemos a soberania como o poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer, constituindo os seus limites – fazer morrer, deixar viver ou

¹⁸ Retorno a este debate sobre a noção de *devir-negro no mundo* no Capítulo 4, quando proponho uma aproximação entre o fenômeno social da população em situação de rua no Brasil à luz da experiência colonial brasileira.

expor à morte – o fundamento da relação que possibilita ao soberano exercer o controle sobre a mortalidade e definir a vida como implantação e manifestação do poder (MBEMBE, 2018, p. 5). Este direito de matar nada mais é que a capacidade de definição da vida desejável, a vida que importa, e sua conseqüente separação da vida que é “descartável” (MBEMBE, 2018, p. 41). Para o autor, a noção de soberania deve ser sintetizada preferencialmente como sendo o direito de matar, “que continuamente se refere e apela à exceção, à emergência e a uma noção ficcional de inimigo” no contexto de uma relação baseada pelo racismo (MBEMBE, 2018, p. 17).

Quando cunhou o conceito de necropolítica, Mbembe articulou o poder disciplinar sobre os corpos e o poder regulamentador da vida, que caracterizam o biopoder foucaultiano e este outro poder marcado por seu traço *necro* - isto é, o poder de se produzir diretamente a morte, bem como se administrar os processos do morrer. O que está em jogo para Mbembe é apontar este exercício de poder marcado pela dominação, segregação e subjugação a partir da produção sistemática da morte que é endereçada à uma determinada fração da população constituída como “negra” ou em estado de “*devir-negro do mundo*”. Se trata agora do exercício da morte como gestão da política, cujo poder, para conseguir suportar a vida, precisa produzir morte.

O Estado, a sociedade e suas formas legitimadas de governo precisam discutir os modos e as formas pelas quais o poder político irá se apropriar da morte como um objeto de gestão: quem deve morrer? Como deve morrer? Mais do que fazer morrer diretamente, portanto, também se trata de gerir as condições de possibilidades que autorizam o extermínio através de uma exposição prolongada e permanente aos riscos de morte de forma politicamente induzida; tal qual experimenta a população em situação de rua no contexto brasileiro. Destaco a situação de rua, portanto, como um “estado de emergência”, onde estado de sítio e estado de exceção se apresentam de forma permanente. O mundo da rua, especialmente quando envolvido em um imaginário sobre a drogadição, é constituído como um local conflagrado onde a morte eclode como norma, cuja disfunção é justamente a produção e manutenção de um lócus onde existem inimigos previamente determinados que podem ser exterminados. A radicalização que a necropolítica propõe em relação a biolítica, neste sentido, é justamente a delimitação desta zona de emergência onde tanto se pode reivindicar diretamente a morte quanto se pode deixar morrer ou expor à morte a partir da falta de condições materiais para a autodeterminação – isto é, a noção de precariedade presente em Butler (2017; 2019). A ação positiva do Estado, dos governos e da sociedade, portanto, é a manutenção das condições de possibilidades deste “estado de emergência” que empreende a morte ao estender e envolver sobre toda a população em situação de rua um status de corpus exterminável.

Quando Achille Mbembe pensou a necropolítica, este risco de morte foi ilustrado pelo autor a partir do terror da ocupação colonial, que inscreveu no mundo um novo conjunto de relações sociais racial e espacialmente determinadas nas áreas subjogadas. Segundo destacou, a relação entre modernidade e terror provém de várias fontes. A articulação entre massacre e burocracia, argumentou, está presente desde a tecnologia da *plantation* – do mesmo modo como na *mita* e na *encomienda* no contexto latino-americano. Um lócus onde a violência do estado de exceção supostamente operava a serviço da “civilização”.

O autor argumentou que a colônia, portanto, está circunscrita enquanto um lugar onde a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei; descritas como zonas onde as guerras e a desordem, figuras internas e externas à política, ficam lado a lado ou se alternam. O fato de que as colônias, argumentou Mbembe (2018), podem ser governadas na ausência absoluta de lei provém da negação racial de qualquer vínculo comum entre o conquistador e o nativo, isto é, o processo de racialização das humanidades não-europeias enquanto vetor da relação de inimizade. À margem da lei, a bestialidade, a força bruta e a violência empregada como linguagem tornam-se a ordem e produzem um terror racialmente determinado.

O que está em jogo, portanto, é pensar esta singular articulação entre os sistemas de poder disciplinar, regulamentador e necropolítico situando como sítio privilegiado as experiências de países que experimentaram o colonialismo a partir da ocupação colonial nos seus territórios. Se Mbembe irá se debruçar sobre a experiência palestina, o esforço desta pesquisa está na tentativa de pensar a situação de rua no Brasil a partir desta abordagem necropolítica, isto é, orientado para a centralidade dos processos do morrer para este contingente específico da população que tem o fator racial profundamente enraizado.

Ao invés de pensar a ocupação colonial tardia, como faz Mbembe, sugiro que nos empenhemos naquilo que pode ser entendido – para não abandonar o léxico do evolucionismo – como sendo as permanências da ocupação colonial brasileira, as suas reverberações no presente do tempo, na coetaneidade, as quais evoquei a partir das narrativas sobre as *existências-relâmpago* do homem alvejado, do homem espancado e da mulher estrangulada. Tal qual fez o autor em relação à ocupação da Palestina, recorro às noções de guerra infraestrutural e da relação de inimizade para pensar a população em situação de rua.

A guerra infraestrutural se evidencia nas práticas de recolhimento de pertences e desterritorialização das pessoas em situação de rua, constantemente acossadas e removidas dos espaços onde se fixam temporariamente, especialmente no contexto das grandes cidades, tais como São Paulo. No cenário desta capital, Frangella (2004) e Kasper (2006) descreveram os

inusitados dispositivos conhecidos como *arquiteturas anti-mendigo*. Em Porto Alegre, visualizamos as evidências sobre uma “política de limpeza” orquestrada pelas forças de segurança pública do Estado e do município que fazia as pessoas em situação de rua circular sempre que fossem encontrados aglomerados. Tal diagnóstico fora reforçado pelo sucateamento dos serviços de assistência social, bem como o esvaziamento dos conselhos que permitiam o controle social por parte da sociedade civil.

Embora se refira ao contexto de formação do Brasil, a relação de inimizade nos permite relacionar também a mortalidade das pessoas em situação de rua à noção de fortalecimento, no sentido da purificação, da sociedade como um todo. Este elemento se faz presente na produção das moralidades que serviram para desidratar o interesse público em relação aos crimes apresentados até aqui, por mobilizarem imaginários sobre a situação de rua em relação a um “estado de emergência”, onde estado de sítio e estado de exceção estão instaurados permanentemente: os cenários de comércio e o uso de drogas, a prostituição enquanto aquilo que deve ser extirpado e erradicado da sociedade. Interessante pontuar como o racismo opera diretamente nestas construções, como, por exemplo, na fala provocativa da deputada estadual - “pobre, negro, dependente químico não precisa de política pública. Só falta dizer que tem que morrer” – quando se reivindicou a audiência pública para debater o extermínio da população em situação de rua.

Neste sentido, situo uma vez mais que, em sua analítica, Achille Mbembe (2018) entendeu a noção de estado de exceção e relação de inimizade constituem a base normativa para o direito de matar. Em tais instâncias, define o autor: “o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente e apela à exceção, à emergência e a noção ficcional de inimigo. Ele também trabalha para produzir a mesma exceção, emergência e inimigo ficcional” (MBEMBE, 2018, p. 17). Friso, portanto, estas chaves interpretativas, especialmente aquela que o autor refere como “emergência”, como deveras eficazes para pensar o dilema da população em situação de rua – no sentido de destravar tal relação entre política e morte. Visualizo, neste sentido, tal “emergência” como sendo este limiar para onde as linhas de investigação soterram os crimes que tem as pessoas em situação de rua como alvo de forma a legitimar a violência às quais foram vítimas: uma articulação entre o comércio e o uso de drogas, a prostituição e a própria situação de rua.

Destaco, enfim, que atualmente, no campo das ciências sociais, acerca desta abordagem que propõe pensar a especificidade do caso brasileiro a partir desta articulação entre biopoder e necropolítica, vale destacar os esforços das pesquisas de Fátima Lima (2018) e Berenice Bento (2018), que propõem as terminologias *bionecropolítica* e *necrobiopoder*, quando privilegiam a

abordagem da articulação entre raça e colonialidade nas suas investigações sobre o contexto brasileiro. Outro trabalho interessante é a tese de doutorado em filosofia de Fábio Franco (2018), que propõe o conceito de *necrogovernamentalidade* para pensar os dispositivos de desaparecimento no Brasil à luz do caso particular da descoberta de grande número ossadas enterradas clandestinamente no cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus, em São Paulo, no ano de 1990. Em relação aos trabalhos sobre população em situação de rua que fazem uso desta abordagem teórica, sugiro a consulta dos trabalhos de Silva e Hüning (2013), De Lucca (2016), Barbosa (2017), Aldeia (2018), Silva (2017; 2020), bem como, Furtado (2018; 2021).

A seguir, abordo a questão da gestão das mortes, dos mortos e do processo do morrer singular que a população em situação de rua experimenta através da articulação entre a inscrição política deste debate, proposto pelo MNPR, e a contribuição teórico-analítica deste debate.

3.8 “Outras mortes matadas”

Para entender melhor e aprofundar o entendimento sobre o caso da mulher estrangulada, especialmente, procurei a equipe diretiva da escola que buscou auxílio, encaminhando o seu atendimento junto à entidade que prestava serviços na assistência social. Esta pessoa, uma mulher, iniciou a conversa fazendo uma sensível comparação entre perfis de estudantes, para justificar a singularidade daquele educandário. Ela descreveu um hábito dos professores em geral, de quando, passado algum período, eles olham para as fotografias antigas dos seus estudantes e se questionam: “onde estará meu estudante?”, ao passo que no contexto daquela escola, a questão recebia uma segunda interrogação, de modo a complementar a primeira: “será que ainda está vivo”? (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 23/04/2019).

A respeito de como as narrativas que envolvem as mortes são apreendidas pelos estudantes naquele contexto escolar, esta pessoa afirmou que eles mobilizavam duas categorias discursivas que abrangiam diferentes nuances explicativas: as “mortes morridas” e as “mortes matadas”. Esta pessoa acrescentou uma terceira categoria, que seria intermediária e englobaria as “outras mortes matadas”. Ela a utilizava para catalogar casos que, no seu entendimento, tratavam-se de ausência, negligência ou abandono, especialmente do poder público, quando partia do entendimento de que as mortes poderiam ter sido evitadas ao isolar o acontecimento da morte e expandir a análise em direção ao contexto que as permitiu ocorrer.

O caso de Ana Maria estaria nesta categoria intermediária, das “outras mortes matadas”, visto que o acontecimento não era bem uma “morte matada”. A reflexão sobre estas duas últimas categorias – “mortes matadas” e “mortes morridas” - derivam diretamente da *causa*

mortis ser violenta ou natural, enquanto as “outras mortes matadas” situava a morte não a partir da causalidade do acontecimento em si, mas a partir do contexto que a justificava. Naquela data, no ano de 2019, a escola possuía 130 alunos matriculados cujo perfil prioritário era o marcador da situação ou trajetória de rua, isto é, um público que mantinha uma relação flexível entre alguma forma de moradia, as instituições e a rua. Quando começou a lembrar da morte de Ana Maria, logo a relacionou com os acontecimentos das mortes de Paulo Ricardo e Rodrigo.

Naquele ano que teve umas cinco mortes. Uma morte dessas foi muito violenta. Além da morte do “Paulinho da Matriz”, além da do “Pelé”, nós tínhamos uma estudante, o nome dela era Ana Maria, que a gente fez todo o encaminhamento, uma loucura de semana inteira para encaminhar para um PAM (serviço de emergência que possui atendimento em saúde mental), porque ela estava com uma questão, segundo a nossa visão, nós somos educadores, não somos psiquiatras, mas a gente de tanto trabalhar sabe, ela estava em surto psicótico, tendo vários problemas, a gente encaminha e vai, sai daqui em uma sexta-feira, estamos tranquilos, ela foi pro PAM, ela vai ser atendida, ela vai ser internada. A gente correu, correu, correu, ela vai lá e eles liberam ela... E então ela é enforcada e largada dentro de um contêiner de lixo. Então, tu imagina, tu passar por tudo aquilo... E o pior, como que tu fica sabendo? Tu abre o jornal. Aí tu diz: ‘não, não é, tem um engano’. Mas é. Era. Então, é nessas relações que a escola lida com essa situação. Institucionalmente falando desta instituição, a secretaria (*municipal*) de educação não oferece apoio para a gente para este tipo de coisa. Institucionalmente, ter um apoio para isto, não há, a gente se vira de acordo com cada situação que surge, enquanto escola. Esta foi a situação pior. Naquele ano eu estava extremamente incomodada. Porque no dia que fomos na Assembleia Legislativa, aquela jovem foi para lá com a gente. Então, ela passou a semana aqui com a gente, fizemos o encaminhamento, foi levada, e aí liberam. Aí ela vai pra rua, é estrangulada e encontrada morta dentro do contêiner de lixo. Então, é simbólico, eu não consigo te explicar a simbologia, é mais ou menos o caso de como é que a coisa é vista, sabe? Então assim, de como se dá a luta pela vida e de como se dão as suas mortes. E elas são noticiário de páginas policiais, em alguns casos, em outros a gente fica só com a notícia da rua até conseguir ter um posicionamento oficial, um contato. A questão dos enterros é essa, é o Campo Santo (*destino dos óbitos não comercializáveis*), quando se consegue (*encontrar um familiar*), e quando não consegue nenhum familiar, é enterrado como indigente mesmo a gente sabendo quem ele (*a pessoa morta*) é e o que poderia ser feito, porque não há tempo hábil devido a todas as burocracias. E há um entrave muito grande das instituições que trabalham com essas populações, que estão em uma situação de abandono maior do Estado, possam fazer alguma coisa pra identificar, para reconhecer, para dar alguma dignidade neste final (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 23/04/2019)

A dificuldade da inscrição burocrática de um corpo sobre o qual não se sabe dos vínculos familiares consanguíneos foi brevemente descrita pela integrante da equipe diretiva. Quando se tem notícia do óbito a posteriori, apenas um familiar pode executar o reconhecimento – ainda que as trajetórias de algumas pessoas sejam marcadas pelo acolhimento institucional, onde a documentação pode auxiliar na tarefa de identificação. O vínculo familiar consanguíneo, portanto, é fator decisivo para destravar a engrenagem do morrer na nossa sociedade, inclusive o deste morrer socialmente diferenciado; ainda que, paradoxalmente, se

saiba que são justamente as relações familiares inexistentes ou fragilizadas que em grande parte caracterizam a população em situação de rua como grupo social.

Por fim, a integrante da equipe diretiva da EPA refletiu sobre esta relação entre o viver, o mundo da rua e o morrer. Uma relação demarcada por uma proximidade singular com a ideia da morte, que não se faz tão evidente em outros contextos.

A morte, como é que eu vou te dizer, ela é tão presente que ela não é mais, não é que ela perdeu o impacto dela, mas ela já está tão bem inserida na possibilidade da vida daquele sujeito, dos nossos estudantes, que ela já não é tratada desta forma com distanciamento, com aquela “aaaahm, um estudante morreu” – deu ênfase simulando uma noção de espanto – tu entende? Porque ela já tá ali, imersa como uma possibilidade muito forte, uma possibilidade muito forte mesmo. Então, diferente de uma escola que trabalha com criança, e que é um ‘ai, que choque’. Para nós dói, tem toda aquela dor, tem todo aquele sofrimento, quem sabe até maior às vezes porque a gente batalhou muito pela vida daquele estudante e nos processos todos de burocracia, de abandonos, de ausências de políticas públicas, não conseguimos minimamente ajudar aquela pessoa a continuar viva, e aí vem toda aquela frustração e ao mesmo tempo essa sensação de que, bom, é assim mesmo... E é um processo marcado por muita perda. Quando chega um professor novo aqui, eu já alerto que ele tem que se preparar para a perda. É perda como a nossa batalha com a Ana, que morreu. É perda porque eles estão no aluguel social e de repente não tem mais nada e estão de novo na rua. É perda porque retiraram todos os documentos e tudo que eles possuem na rua. É perda das mulheres porque engravidaram e não conseguem sair do hospital com seus filhos, e eles são retirados. É perda. Mas muita perda. Documentos. Pertences. Muita perda material até o ponto máximo da perda da vida. Apesar de que eu acho que a sociedade para alguns, eu vou dizer algo muito forte que estava pensando: muitos deles quando chegam na morte física, eles já foram mortos muito antes, até chegar na morte física que é a morte material (*no sentido de morte biológica*). Eles já foram mortos porque eles já perderam o direito de um montão de coisas, eles já foram mortos porque a sociedade realmente gostaria que eles não existissem, e as políticas públicas parecem que trabalham muito mais neste sentido (*no da morte*) do que em outro (*no da vida*), então, assim, a perda física, do corpo, é a última etapa de uma morte para muitos que foi construída lentamente em um processo de cidade horrível. É um desaparecimento. Na verdade, quem acaba sentindo ela somos nós aqui, porque o resto da cidade, às vezes me parece que o resto da cidade diz: ‘que bom’. Após a morte, o que resta é lembrar (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 23/04/2019)

Um ponto interessante no depoimento desta interlocutora foi esta noção de morte social que antecede, influencia e simultaneamente se complementa no morrer biológico das pessoas em situação de rua - uma noção de uma morte-em-vida; a qual sublinho aqui para retomar na conclusão deste trabalho. Nesta reflexão, situo estas “outras mortes matadas” enquanto ponto complementar à noção de “extermínio” decorrente da “falta de políticas públicas”, denunciado pelo movimento social e analisado neste trabalho. O espanto da professora, ao pensar como as políticas públicas ou falta delas operam em um sentido de promover a morte, vai ao encontro do argumento necropolítico que nos esforçamos em cotejar, que expõe um limiar entre o poder, a vida e a morte, por um lado, e entre o terror e a política, por outro lado.

À guisa das orientações metodológicas de Gayatri Spivak (2010), procurar estas clivagens e atravessamentos das relações de poder entre o viver e o morrer é um esforço que me parece relevante - embora seja uma tarefa inglória - para a compreensão da temática da população em situação de rua. Quando a materialidade daquilo que estamos inclinados a investigar não está evidente, a autora sugere mapear os silenciamentos, buscar os ruídos, os vestígios semióticos. Para este esforço, percorre-se o improvável na tentativa de descrever e apreender as lacunas do possível – que ora se apresenta à margem, ora à deriva, ora está silenciado, ora se apresenta invisível ao olho nu, ora não está mais acessível – como sendo essa a missão da pesquisa etnográfica.

3.9 Sobre os óbitos não comercializáveis

“Fica um vazio quando a gente perde um amigo”, comentou um homem que descreveu a convivência com Rodrigo da Silva Veloso, o homem espancado na Orla do Gasômetro. Desafiado a pensar sobre o lugar da morte da pessoa em situação de rua, o homem magro, de cerca de 55 anos, cabelos longos e claros, disse: “o camarada que vive na rua está sempre perto da morte. Ou melhor, a morte está sempre perto dele”, para em seguida rematar que “a pessoa que vive na situação de rua nem morta ela tem sentido para autoridades”. Nas suas palavras, em sentido complementar, a própria gestão deste morrer socialmente diferenciado espelha as suas desigualdades e singularidades: “se o morador de rua não é visto quando vivo como um cidadão, é muito menos depois de morto. Eles largam lá em qualquer lugar e era isso. Daqui a pouco, passou um tempo ali, é tirado dali pra dar lugar pra outro”, explicou (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 04/06/2019). Sublinho, contudo, o contexto da conversa, quando ele explicava que o que o confortava em relação à morte do amigo era o fato de ter conseguido localizar os familiares dele, que o enterraram em um cemitério da sua escolha, oferecendo-lhe dignidade e o fazendo escapar à dinâmica do “número invisível”.

Um ponto central para a reflexão neste trabalho, portanto, é apontar para o atravessamento da invisibilidade social do viver para o morrer. A categoria das “outras mortes matadas”, neste sentido, auxilia a pensar sobre este processo de morrer socialmente diferenciado à medida que promove a articulação direta entre uma forma de morrer específica e um público determinado. Interessa relacionar também a morrer-em-vida (a morte social que se completa no morrer biológico) enquanto um resultado desta clivagem da invisibilidade social entre a vida e a morte. Uma vida anônima, por fim, que aciona uma morte sem memória: um desaparecimento em que há corpo, mas onde não há vida a ser lamentada.

Uma etnografia realizada em Porto Alegre detalhou como funciona o mercado funerário, sugerindo ser possível pensar a questão da morte e do morrer enquanto um processo socialmente construído. Seguindo os argumentos do antropólogo Marcos Andrade Neves (2014), pode-se pensar a morte não apenas enquanto um fenômeno natural, mas um processo social sujeito a controvérsias e definições contraditórias (ANDRADE NEVES, 2014, p. 32). Em seu trabalho, Andrade Neves destacou o protagonismo do corpo morto a partir de sua presença física e mnêmica, tornando-se presença ativa no complexo funerário – “pessoas mortas tornam-se coisas, mas não deixam de viver” (ANDRADE NEVES, 2014, p. 51-53).

Ao situar o morrer enquanto processo social, visualizamos que um corpo somente passa a ser entendido como morto a partir da produção de documentos públicos como a declaração de óbito, emitida por um médico, e o atestado de óbito, que é lavrado no cartório de registros civis. Neste sentido, o autor mapeou e descreveu a existência de um complexo interinstitucional que é responsável por esta gestão do morrer. Este complexo reúne os cartórios, as funerárias, os cemitérios e os crematórios que prestam serviço a uma central de atendimento funerário (CAF). Esta última entidade é vinculada à prefeitura municipal e é responsável pela emissão do documento chamado guia de autorização para liberação e sepultamento de corpos (GLASC), que, juntamente com a certidão de óbito, servem para realizar quaisquer sepultamento ou cremação nos limites de uma municipalidade.

A categoria que nos interessa para pensar o encaminhamento geralmente oferecido ao corpo morto de uma pessoa em situação de rua é aquela que é classificada na burocracia como “óbito não comercializável”. É assim que são classificados os sepultamentos oferecidos gratuitamente a partir de um departamento de serviço social do órgão CAF. Vale lembrar que este serviço encaminha todos os sepultamentos oferecidos gratuitamente, que podem ser ou não de pessoas em situação de rua, a partir do critério da renda familiar. Em geral, quase a totalidade dos casos envolvendo situação de rua são encaminhados desta forma, desde que os mortos sejam identificados, independentemente de serem reclamados ou não por familiar para o sepultamento. Embora os corpos não-identificados sejam encaminhados diretamente pelo Departamento Médico-Legal sem passar por este departamento, estes são inumados com igual procedimento administrativo e no mesmo espaço que os identificados, que fica à parte no cemitério.

Para esta categoria, como salienta Andrade Neves (2014), a pessoa morta não vivencia procedimentos de criação e manutenção da memória. O tratamento usual para estes casos é o oferecimento do traslado do corpo até o cemitério, um caixão e um véu – que é posto sobre o corpo, geralmente nu - além de uma despedida de no máximo trinta minutos, caso haja

presentes. Depois o corpo é depositado em uma cova, que recebe uma cruz e um número, onde fica por um tempo determinado. Este número serve para a administração do cemitério, caso algum familiar reivindique o corpo, e nele constam as informações de identificação, quando elas existem.

Caso algum familiar venha a procurar por este ente falecido, apenas o cemitério é capaz de fazer o cruzamento da identidade – caso o corpo tenha sido identificado – com as ossadas. Na parte exterior da cova, portanto, não há nenhuma informação que faça referência à identidade do corpo, tais como o nome completo, a data de nascimento, a data de falecimento, uma fotografia, etc. Há somente uma pequena cruz, com alguns números inscritos, que configuram as práticas de obliteração da morte. Em geral, a situação de rua fica evidente no documento da certidão de óbito, em que o campo “residência” pode aparecer preenchido como “residente na situação de rua” ou “morador de rua”. Passado algum tempo determinado pela legislação, o cemitério pode remanejar os restos mortais da cova para um ossuário, liberando as covas de decomposição rápida para novas inumações de óbitos não comercializáveis. Realizado este traslado, o processo é irreversível, produzindo-se o esquecimento.

Figura 6 – Os óbitos não comercializáveis



Cemitério do Campo Santo da Santa Casa de Misericórdia em Porto Alegre. Local onde foram sepultados Paulo Ricardo e Ana Maria. Fonte: Calvin Da Cas Furtado (2021).

Quando pensamos o óbito de pessoas em situação de rua, o destino usual resulta nesta paisagem formada apenas por cruces e números. Esta é a imagem-símbolo da transição da invisibilidade social do viver para o morrer, de modo que a condição de precariedade da vida se transporta para a dinâmica do “número invisível” mantendo-se o anonimato. A partir de uma consulta ao órgão CAF, recebi a estimativa de que, entre os anos de 2017 e 2018, foram encaminhados 1596 sepultamentos gratuitos. Insisti com a direção da entidade para saber se era possível afirmar uma quantidade em relação a este total que fosse exclusivamente de pessoas em situação de rua. O órgão não possuía no seu sistema a possibilidade de fazer um cruzamento de dados. Precisei esperar algum tempo para que uma das pessoas que lá trabalha fizesse uma contagem manual, que demorou algumas semanas. Por fim, recebi a informação de que, de um total de 1596 óbitos não comercializáveis, pelo menos 251 destes casos eram comprovadamente de pessoas em situação de rua que viviam em Porto Alegre. Deste número, 138 foram registrados em 2017, 113 foram registrados em 2018.

Em relação a este período, houve ainda o encaminhamento de outros 346 corpos não-identificados encaminhados pelo Departamento Médico-Legal – que não passaram, portanto, pelo departamento de serviço social da CAF. Por fim, nos anos de 2019 e 2020, me foi passado o número de 157 e 142, respectivamente, de óbitos não comercializáveis comprovadamente de pessoas em situação de rua. Não obtive a informação sobre os encaminhamentos do Departamento Médico-Legal nestes dois últimos anos.

3.10 Na presença do invisível

A partir do conhecimento sobre as práticas burocráticas que fazem parte da gestão destes corpos, uma funcionária do órgão CAF fez uma observação relevante para a análise. Ela sustentou que existe subnotificação para o dado referente às pessoas em situação de rua que são classificadas como óbitos não comercializáveis. Disse ser usual a substituição do campo “local da morte” de “residente na(o) situação de rua” por um endereço de instituição ou de parentela, o que faz com que menos casos sejam registrados como “residente na(o) situação de rua” na certidão de óbito – embora esta informação possa constar na declaração de óbito.

Tanto os serviços de atendimento como os albergues, hospitais e serviços da área da saúde quanto os familiares que encaminham o sepultamento gratuito podem oferecer um endereço para o preenchimento da certidão de óbito, a depender da vontade da pessoa que faz este encaminhamento no cartório de registro civil. Esta alteração documental representa, no

meu entendimento, mais uma camada deste processo de invisibilidade social que se transfere do viver para o morrer.

Ao consultar presencialmente uma das assistentes sociais que trabalham no departamento de serviço social da CAF, esta funcionária revelou-me que a questão referente à subnotificação dos sepultamentos gratuitos de pessoas que estavam em situação de rua encontra explicação na burocracia. Disse-me que alguns cartórios de Porto Alegre consideram vexatório ou não admitem o preenchimento da residência como “na situação de rua” no documento da certidão de óbito, sob o argumento de que “todos os corpos possuem algum endereço”:

“As pessoas já se veem à margem, já se sentem à margem, e isso é muito complicado. Tu passar na rua e tu negar que existe esta situação, é complicado”, refletiu. A assistente social adiantou ainda que um dos nove cartórios de Porto Alegre não aceita o endereço como “situação de rua”, um caso particular, segundo ela, porque o cartório entende ser esta uma situação “vexatória, que não existe”. “Eu não posso negar e fechar os olhos para uma população que está aí. ‘Ah, mas não existe situação de rua’, existe sim! A gente está vendo todo dia. ‘Mas todo mundo tem um endereço’, não, eles não têm um endereço. E se a gente precisa comprovar um endereço e não tem, a gente não vai forjar um documento”, afirmou. E concluiu: “discriminatório e vexatório, no meu ponto de vista, é tu negar que exista essa população e tu colocar ela ainda mais à margem. Ela existe e não pode ser negada, se pode trabalhar para que a pessoa não esteja lá, que seja modificada a situação dela”, disse. (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 17/04/2019)

Isto é, o próprio sistema burocrático que administra o morrer deste contingente populacional produz os seus mecanismos para a produção do esquecimento - uma zona de opacidade entre o perene silenciamento em vida e o apagamento permanente na morte a partir da subnotificação dos casos – para além das práticas de obliteração que o caracterizam.

Em relação ao departamento de serviço social do órgão CAF, estão lotadas duas assistentes sociais e quatro agente funerários. As primeiras encaminham o sepultamento junto aos familiares, enquanto os segundos ficam responsáveis pelo recolhimento e traslado dos corpos. Em Porto Alegre, o Hospital Vila Nova, por ser um hospital integralmente coberto pelo Sistema Único de Saúde, é o principal demandante do serviço de sepultamento gratuito de pessoas em situação de rua que lá são hospitalizadas. Conforme vimos durante audiência pública chamada pelo Movimento Nacional da População de Rua, descrita no Capítulo 2, a integrante de uma ONG classificou o local como um “depósito de gente” porque a instituição era o destino das pessoas que lá eram “deixadas para morrer” (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 24/05/2017).

Por fim, a assistente social revelou que por mais que em boa parte dos casos nenhuma pessoa reclame o sepultamento ou apareça para realizar este encaminhamento, há um número

considerável de exceções. Comentou que, embora as pessoas estejam em situação de rua, os vínculos familiares são mantidos de alguma forma apesar desta condição. Uma vez localizados, os familiares aparecem. Naquela tarde de abril, a assistente social disse estar impressionada com um encaminhamento que acabara de finalizar, a respeito do corpo de um homem encontrado morto em situação de rua, porque cerca de dez parentes compareceram para encaminhar o sepultamento. Comentou que, em alguns casos, quando familiares não são encontrados, existem situações nas quais outras pessoas, companheiros de rua, também se responsabilizam por realizar este encaminhamento. Lembrou, enfim, de um encaminhamento emblemático na sua experiência com aquele trabalho: uma pessoa em situação de rua que compareceu para encaminhar o sepultamento do irmão biológico, que morrera em situação de rua (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 17/04/2019).

3.11 Centralidade da morte

Retomemos a reflexão do início, a eclosão do corpo de uma mulher negra assassinada no centro de Porto Alegre, que conduziu a reflexão. Soubemos do caso da mulher estrangulada a partir do efeito de “múltiplos acasos”, isto é, especialmente, através de um processo político de repercussão de outras duas mortes de pessoas em situação de rua, o homem alvejado e o homem espancado, que foi levado ao cabo pelo MNPR. O esforço deste movimento social em enlutar um militante serviu para inscrever politicamente a questão da centralidade e recorrência da morte para a população de rua, a partir de uma audiência pública, quando se denunciou um “extermínio” pela “falta de políticas públicas”.

Quando pensamos a partir das *existências-relâmpago* do homem alvejado, do homem espancado e, especificamente, da mulher estrangulada, através do registro das últimas semanas da sua vida, visualizamos que este período foi demarcado pela sobreposição das camadas de um poder que a deixou morrer, que a expôs à morte e que simultaneamente ofereceu as condições de possibilidades para que alguém reivindicasse sobre ela um poder de morte. Demarcar a recorrência e a centralidade do morrer para o entendimento da complexidade do mundo da rua é sublinhar uma vez mais a potência dessas narrativas concisas e perturbadoras sobre as *existências-relâmpago*, cujo cruel efeito é a demonstração prática – uma dramaturgia do real através dos fragmentos dessas realidades – sobre os efeitos das negligências e omissões do Estado, dos governos e da sociedade.

Diferentemente dos outros dois casos, quando o papel do Estados e dos agentes estatais apareceu, primeiro, para legitimar um assassinato do homem alvejado ao colocar a sua condição

da vítima sob suspeição com o corpo ainda na cena do crime; segundo, quando deixaram morrer ao homem espancado ao não perseguir os agressores e ao congelar a investigação policial que até hoje não responsabilizou ninguém. Neste terceiro caso, as nuances que envolveram a morte da mulher estrangulada permitiram implicar de forma direta a negligência e a omissão estatal como fator preponderante para o desfecho da narrativa sobre um corpo encontrado morto em um contêiner de lixo. Conforme vimos, foi na tentativa de se responder à pergunta inicial – “o crime começa onde?” – que se dispôs uma sucessão de negligências, faltas e falhas que implicaram o Estado, os governos e a sociedade através de um entendimento generalizado sobre aquilo que seriam as “outras mortes matadas”.

Neste sentido, observemos uma vez mais o comentário feito pela integrante da equipe diretiva da Escola Porto Alegre, que deu a entender que as políticas públicas tendem agir no sentido de promover a morte em relação deste público específico ao invés de lhes salvaguardar a vida. Eis que a vida de Ana Maria correu por entre uma trama de instituições e entidade que revelaram certa miopia destes arranjos de modo a fazer ecoar uma segunda questão: sua morte, começou quando? Quando ponderou as causalidades entre as “mortes matadas” e as “mortes morridas”, tão recorrentes para o público em situação de rua, essa professora, ao pensar sobre o caso de Ana Maria, foi quem frisou esta terceira categoria – “as outras mortes matadas” – cujo traço comum era o entendimento de que as fatalidades poderiam terem sido evitadas. Uma visão, portanto, mais alargada do acontecimento da morte, que não se dedica apenas a uma autoria ou as últimas horas de vida de uma pessoa, mas a todo o contexto em que estava inserida. Isto permitiu fazer a relação direta com a categoria com a negligência, as falhas e as faltas do Estado, que ao invés de produzir políticas públicas, ao contrário, precariza a prestação dos serviços de assistência social, esvazia os órgãos de controle social de forma politicamente induzida.

Do crime executado no centro de Porto Alegre até a cova de decomposição rápida encaminhada pelo Departamento Médico-Legal, a invisibilidade social se transpôs do viver para o morrer através das práticas de obliteração da morte que redundam na produção social do esquecimento – o derradeiro estágio do aterramento do interesse público. Quando sobre a articulação entre o morrer e a população em situação de rua, visualizamos uma tensão entre os sistemas de poder disciplinar e regulamentador a serem completados por este poder marcado por um traço *necro*, o que implica à reivindicação sobre o direito de morte de determinados extratos da população e o domínio da gestão sobre este morrer. Nesse quadro, as pessoas em situação de rua - caracterizadas pela condição de precariedade e que têm as suas vidas apreendidas como matáveis - são atravessadas simultaneamente por processos de fazer morrer,

de deixar morrer e de expor à morte. Através das contribuições teóricas alçadas a esta reflexão, visualizamos o quanto a produção do morrer na “era do biopoder” – bem como, a segmentação e a construção do entendimento sobre quem pode ser condenado a morte - passa diretamente pela questão da racialização das populações e pelo racismo de Estado.

Entre as “mortes matadas”, as “mortes morridas” e as “outras mortes matadas”, o Estado produz morte e a materialidade do “número invisível” evidencia um processo extermínio silencioso, embora continuado, cuja abundância pode ser confirmada com uma mirada na parte a parte do cemitério onde são inumados os óbitos não comercializáveis. Os dados da Central de Atendimento Funerário são taxativos: mais de uma centena de pessoas em situação de rua morrem anualmente em Porto Alegre. Em relação a gestão deste morrer, a questão da subnotificação referente a este dado - a prática de apagamento do vestígio da trajetória de rua nas certidões de óbito - apenas reforça estas clivagens da invisibilidade social que atravessam o viver e o morrer e que configuram um processo de morrer socialmente diferenciado que a população em situação de rua experimenta. Tal transferência da invisibilidade social, que gradualmente vai erodindo o interesse público sobre estas mortes, redundando na produção social do esquecimento – um limiar da irreversibilidade.

Para finalizar, retorno a edição 63 do jornal Boca de Rua, para citar a cobertura oferecida para a morte de Ana Maria. Sob o título “Duas Anas”, a matéria citava o caso de Ana Maria e também vinculava o falecimento de outra mulher em situação de rua de mesmo nome. Apesar de transitar entre diferentes vocativos – Ana, Ana Maria ou Duda - era notório o que se sabia a respeito da sua trajetória pessoal, descrita no texto do jornal: “Imediatamente a polícia relacionou o crime com o tráfico de drogas, exatamente como aconteceu com o Paulinho. As pessoas que a conheceram não acreditam nisso. Ana Maria tinha 28 anos, era estudante da Escola Porto Alegre e sofria de esquizofrenia. Pouco antes da sua morte, estava em surto”. A ênfase que proponho aqui, contudo, reside no fato de, ao se noticiar a morte da mulher estrangulada, a ordem do dia impelia que outra morte fosse comunicada. A cada novo corpo encontrado estrangulado, a cada novo corpo alvejado, a cada novo corpo espancado, sempre haveriam outros mais para conferir materialidade à ideia do extermínio continuado proposto pelo MNPR e perseguido neste trabalho.

4 A GOVERNAMENTALIZAÇÃO DO MUNDO DA RUA

Neste capítulo, me esforço em descrever alguns processos relevantes para contextualizar o poder regulamentado do Estado brasileiro em relação à população em situação de rua através da noção de *governamentalidade* e de produção de legibilidade estatal. À esteira da irrupção do terrível acontecimento conhecido como “massacre da Praça da Sé”, uma determinada sensibilidade estatal – que entrecruzou e envolveu o tema dos direitos humanos com diferentes áreas da administração pública, especialmente no âmbito federal – foi endereçada à população em situação de rua em um processo que demarcou, no contexto da primeira década dos anos 2000, a sua entrada enquanto uma categoria estatal.

Destacarei os acontecimentos do 1º Encontro Nacional da População de Rua, a realização do 1º Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua e a promulgação do Decreto Presidencial nº 7053 enquanto um processo de produção de legibilidade estatal. Nesse esforço, pretendo destacar alguns movimentos de aproximação do assunto população em situação de rua para o interior do processo de “fazer-Estado” (SOUZA LIMA, 2002), com ênfase no recorte supracitado dos eventos que permitiram o ingresso dos representantes da população em situação de rua durante o processo de elaboração, planejamento e realização de uma pesquisa social aplicada que culminou em uma legislação que estabeleceu uma política pública específica para o referido segmento populacional. Tal processo de aproximação dos representantes da população em situação de rua do Brasil com atores políticos e outros atores sociais também colaborou para a fundação, organização e fortalecimento do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) na primeira década dos nos 2000.

Destaco brevemente o conceito de *governamentalidade*, nessa perspectiva, que foi descrito por Michel Foucault como a ciência de administrar as matérias de governo não apenas visando o bem-comum, mas para um fim adequado a cada uma delas, utilizando-se das leis como táticas – ou mais de táticas que de leis (FOUCAULT, 2001). Vale reforçar que foi o surgimento da estatística, enquanto ciência de Estado, o que destravou a nova “arte de governar” na era do biopoder. Não foi à toa que o autor pensou a etimologia do termo “estatística” para sustentar tal argumento (FOUCAULT, 2001).

Foi o advento da estatística o que permitiu pensar a população e os seus fenômenos a partir das suas próprias regularidades. Por consequência, em linhas gerais, a população é entendida como objetivo final do governo, sendo ela o seu fim e seu instrumento – “um dado, um campo de intervenção, como o objeto da técnica de governo” (FOUCAULT, 2001, p. 291). Nesse sentido, frente ao processo de governamentalização do Estado, o autor entendeu que as

técnicas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço da “real luta política” na sociedade moderna (FOUCAULT, 2001, p. 292).

À luz desse comentário, destacarei a luta política encampada pelo Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) no de sentido incluir a população em situação de rua do Brasil no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma demanda histórica, legítima e, sobretudo, e simbólica desse movimento social. Situei o debate sobre a inclusão da contagem oficial dos brasileiros como um elemento chave para o diagnóstico sobre a reprodução da invisibilidade social ao nível do governo positivo da vida. Veremos que a não inclusão desse contingente populacional nas contagens oficiais do governo brasileiro constituem uma “inescusável omissão estatal” que corrobora assertivamente, ao fim e ao cabo, para a manutenção de um regime necropolítico a se abater sobre a população em situação de rua a partir da reprodutibilidade da invisibilidade social.

Nesse sentido, entendo que também é importante situar a dimensão da produção do saber acerca da população em situação de rua no Brasil enquanto um elemento constitutivo e que se funde ao poder como uma estratégia para o governo da vida. Um objetivo específico aqui seria o de oferecer um breve inventário sobre o assunto população em situação de rua partindo da produção do conhecimento, nesse caso, acadêmico, situando-o como ponto como fundamental para o entendimento daquilo que pode ser nomeado como a governamentalização do mundo da rua.

Foi a partir das reflexões encontradas na obra *A arqueologia do saber* (FOUCAULT, 2008c), anteriores às reflexões sobre o conceito de biopoder, que foi possível pensar terminologias tais como as de *formações discursivas* para refletir sobre a “produção” da população em situação de rua no Brasil. Registro que, de nenhuma maneira, o desafio seja a proposição de uma arqueologia como método de investigação, tampouco que pretenda esgotar quaisquer discussões a respeito dos enunciados que possam vir a dar sustentação às tais *formações discursivas* sobre população em situação de rua. Pretendo, contudo, pontuar algumas correlações – apenas quando for possível estabelecê-las – entre o que se falou a respeito do *mendigo*, do *vadio*, do *morador de rua*, da *pessoa em situação de rua*, da *população em situação de rua* enquanto assunto-objeto, bem como o seu respectivo pano de fundo histórico.

Pensando sobre esse ponto, interessa-me entender a população em situação de rua como um objeto discursivo, isto é, formado e atravessado por discurso. O discurso, nessa abordagem, foi entendido por Foucault enquanto um conjunto de enunciados variados que correspondem às formações discursivas que o produziram, descreveram e recortaram no real enquanto assunto-objeto. Empreendendo a revisão bibliográfica de alguns trabalhos da área das ciências sociais,

especialmente monografias, dissertações e teses na área das ciências sociais, foi possível apontar algumas regularidades nessas formações discursivas pensadas através da noção de que existe um *a priori* histórico como condição de realidade para esses enunciados, partindo do princípio de que não há saber sem que haja práticas discursivas (FOUCAULT, 2008c).

Por fim, inspirado na teoria do giro *decolonial* nas ciências sociais da América do Sul, aproximo as reflexões sobre a *colonialidade do poder* com as articulações oferecidas por Achille Mbembe (2017) na obra *A crítica da razão negra*. Interessa-me pontuar o processo de racialização do mundo contemporâneo a partir da invenção do “*Negro*” e o seu referente, “*África*”, enquanto elemento definidor da experiência com o colonialismo. O colonialismo, por sua vez, estabeleceu as bases do necrocapitalismo racial que, no período neoliberal, serviu para institucionalizar e dinamizar para todas as partes do mundo um padrão de vida o qual o autor referiu como *um devir-negro do mundo* (MBEMBE, 2018). A partir destas reflexões teóricas, pretendo pensar o fenômeno social da população em situação de rua no contexto brasileiro através da sua relação com as heranças da experiência do colonialismo, especialmente o processo sócio-histórico de formação do país enquanto colônia de Europa.

4.1 Enunciados e nomeações

Quando partimos para a investigação do termo “pessoa em situação de rua” no contexto brasileiro, visualizamos um enunciado que se faz coetâneo à penetração do discurso sobre os direitos humanos no contexto de promulgação dos direitos sociais no país através da elaboração e implementação da Constituição de 1988 – conhecida como Constituição Cidadã. Tal qual uma agulha em uma costura sobre um tecido, a “situação de rua” se inscreve no imaginário social a partir do atravessamento com a linha do discurso dos direitos humanos. Nesse caso, o apelo fundamental está voltado para o direito à vida, ao viver, a sobreviver.

A adoção do termo “pessoa em situação de rua” e a disputa por essa categorização se constituiu através de um esforço de ruptura com terminologias depreciativas e carregadas de estigma. Esses processos de nomeação e o seu histórico pressupõem a mobilização de formações discursivas que constroem enunciados que interpretam a realidade partindo de um contexto histórico. Para se entender tal fenômeno, é preciso levar em consideração as práticas de criminalização, especialmente as jurídicas, as quais agiram na realidade e que por muito tempo influenciaram as moralidades e a percepção da sociedade sobre o fenômeno social da *situação de rua*.

As categorizações deformantes, como denominou Delma Pessanha Neves (2010a), expressas em terminologias como as de *mendigo*, *vadio* e *vagabundo* ressaltavam um determinado perfil ou estilo de vida representado por práticas ou condutas entendidas como problemáticas. Não por acaso, tais nomenclaturas são termos derivados de práticas sociais conhecidas como a *mendicância*, a *vadiagem* e a *vagabundagem*, que foram alvo de esforços de requalificação social através do emprego de outras definições, tais como *população adulta em situação de rua*, conforme apontou Neves (2010a) em uma publicação que reuniu, contextualizou e refletiu acerca dessas nomenclaturas adotadas no Brasil.

A requalificação das nomenclaturas possui um caráter político e simbólico, uma vez que, além de estas condutas pessoais terem sido tipificadas como crime, estavam ligadas diretamente à limitação da livre circulação da população negra no período pós-abolição. Através desse esforço, Neves (2010a) pôde perceber a mudança de definições, bem como os aportes de perspectivas disciplinares como as das ciências sociais, da demografia, da história e da medicina – especialmente a psiquiatria e a psicologia – ao longo do período entre 1970 e 2010. Essa produção bibliográfica oferece uma visão geral sobre as nomeações referentes ao fenômeno e as filiações teóricas utilizadas para pensá-lo e enquadrá-lo.

Neves (2010a) pensou as formas de apropriação da rua pelos pobres na década de 1970 a partir dos termos *mendigo* e *menor de rua*. Ainda que seja uma prática secular fortemente vinculada ao tema da religião e da caridade, particularmente, o *mendigo* era figura naturalizada nos ambientes urbanos e tinha sua presença pública invisibilizada, sendo enquadrado a partir de uma grade teórica marxista que remetia à noção do *lumpemproletariado*. Baseando-se em chaves de leitura como trabalho e marginalidade, a mendicância está presente nos trabalhos de Stoffels (1977), Di Flora (1987) e Neves (1983). O *menor de rua*, por sua vez, foi alvo da atenção e intervenção mais contundente, principalmente das instituições, e passou ser inteligível enquanto *meninos* e *meninas de rua* e *crianças* e *jovens em situação de rua*¹⁹ (NEVES, 2010a). Havia, portanto, uma abordagem etária que segmentava as discussões de acordo com as áreas de interesse e com os ciclos da vida – fases da infância e adolescência, fase adulta e fase idosa ou terceira idade.

A autora entende que tal recorte pelo ciclo de vida implica a aparição do termo *população adulta em situação de rua*, o que coincide com o desuso da categoria *mendigo* a partir da década de 1990 (NEVES, 2010a). Nesse período, investiu-se em pesquisas sociais que trouxeram inovações nas abordagens sobre os modos de vida e a organização social dos que

¹⁹ Sobre a questão do *menor de rua*, a autora apontou os trabalhos de Ferreira (1979), Arruda (1983), Borel (1987), Bandeira de Ataíde (1993), Brum e Centurião (1994) e Gregori (2000a; 2000b).

habitavam a rua – agora referidos pelo vocativo *moradores de rua* – ou que dela faziam um espaço para a retirada do sustento. Brognoli (1996) e Magni (1994), por exemplo, investigaram os moradores de rua em Florianópolis e Porto Alegre, respectivamente, a partir das chaves do nomadismo urbano, enquanto Kasper (2006) focalizou a cultura material em São Paulo. Outras perspectivas encontradas, salientou Neves (2010a), levaram em consideração os processos de reestruturação produtiva e o caráter estrutural do desemprego para enquadrar a temática com as lentes da exclusão social e da desfiliação social, orientados por uma tradição sociológica francesa, como os estudos de Oliveira (1997), Escorel (1999) e Bursztyn (2000).

No período, houve uma disseminação de publicações que visavam quantificar e explorar esse perfil social, geralmente encomendados por prefeituras municipais de cidades de grande porte e de capitais brasileiras. Com a expansão da quantidade de pessoas vivendo e trabalhando nas ruas, essa presença já não podia mais ser entendida tão somente pelos infortúnios, vícios e condutas individuais, mas como um problema social e estrutural a partir do enfoque no desemprego: a categoria dos *desempregados* também passou a aglutiná-los.

Um estudo marcante, porque pioneiro, foi o de Vieira, Bezerra e Rosa (1992) em São Paulo. Um dos efeitos dessa investigação foi a referência a uma vasta gama de possibilidades de habitar a rua que não se esgotava nas categorias descritivas usadas até então, o que forçou a adoção de um termo neutro que englobasse a heterogeneidade e, de alguma maneira, o caráter circunstancial e situacional desta condição com a adoção do termo *população em situação de rua*. Passou-se a diferenciar os modos de vida entre *ser da rua* permanentemente, *estar na rua* recentemente e *ficar na rua* circunstancialmente (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992). Além disso, as categorizações deformantes, como *mendigo* ou *indigente*, escondiam ou sonegavam o vínculo entre a situação de rua e o trabalho, expresso na figura dos *catadores de lixo*, dos *catadores de papel e papelão* e, mais recentemente, *catadores de material reciclável*²⁰.

Neves (2010b) pensou a construção do *catador de lixo* como categoria profissional e observou a oposição entre aqueles que faziam uso da rua para o trabalho, os *trabalhadores de rua*, daqueles que o faziam para moradia, notadamente, *os moradores de rua*. Parte dessa diversidade de categorizações descritivas passa pelo fato de que, ao segmentarem mais que agruparem, os próprios sujeitos a quem as nomeações eram endereçadas não as reconheciam ou se identificavam com os termos em voga.

Com a eclosão de todo um setor produtivo vinculado à reciclagem e ao reaproveitamento de materiais descartados, a autora observou a necessidade de um exercício de relativização

²⁰ Ver Costa (1986), Santos (1991), Oliveira (2001; 2005) e Domingues Júnior. (2003).

cultural, ao passo que a valorização do lixo previa a desvalorização do trabalhador (NEVES, 2010b). Se o *mendigo*, que fora enquadrado como *o trabalhador que não deu certo* (NEVES, 1983), através das leituras que o situavam como o refugo expulso ou não absorvido pelo mercado de trabalho, Neves (2010b) argumentou que o reaproveitamento do descartável pressupôs a aparição dos trabalhadores reaproveitáveis – ainda que em condições de precariedade tão inimagináveis que era difícil, inclusive, aceitar a atividade da catação de lixo como uma forma de trabalho.

Foi mediante esforços contínuos de requalificação social que, na década de 2000, a atividade dos *catadores de material reciclável* foi reconhecida como uma atividade na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho. No período, esses trabalhadores organizaram-se em um movimento social – o Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR) – e obtiveram a conquista da Política Nacional dos Resíduos Sólidos através da Lei nº 12.305 de 2010 (BRASIL, 2017). Com a experiência de São Paulo e do acontecimento do massacre da Praça da Sé naquele município, os *catadores de material reciclável* e a *população de rua* vivenciaram processos de organização política parecidos e com uma atuação pública aproximada. Se os *catadores de material reciclável* se mobilizaram pela frente discursiva do trabalho, não por acaso, o período coincide com uma articulação do segmento *população de rua* com a frente discursiva dos direitos humanos, organizando-se em um movimento social e operando no sentido da produção de legibilidade estatal e da tentativa de ruptura com a invisibilidade social que lhes era característica.

Em relação às disputas classificatórias, entre categorizações deformantes e requalificantes, Tomás Melo (2017) argumentou que tais disputas são relevantes na construção do entendimento sobre e do próprio fenômeno da situação de rua em si mesmo, uma vez que ajudam na compreensão enquanto fato político, problema social e categoria sociológica. Na sua etnografia, o autor refletiu sobre tais nomeações e os seus efeitos a partir de um processo historicização das nomenclaturas que tipificaram, ao longo do tempo, aquilo que hoje se entende como sendo população em situação de rua, através dos efeitos da intervenção e gestão pública que ensejaram.

4.2 Invisíveis por que incontáveis?

Em relação a produção de saber ao nível governamental, especialmente no âmbito federal, se faz necessário abordar a problemática de forma direta: o Brasil não possui dados oficiais sobre população em situação de rua em seu território. Este fator decisivo interfere em

tudo o ciclo das políticas públicas, desde a formação da agenda pública até o processo de implementação, o que gera um efeito de reprodução da invisibilidade social desse contingente populacional no acesso às políticas sociais (NATALINO, 2016).

Qual o motivo da resistência do poder público e das instituições em incluir, nas contagens oficiais da população brasileira, o segmento que experimenta a situação de rua na sua trajetória pessoal, a despeito de esse fenômeno ser algo recorrente na história, principalmente nas capitais e cidades de grande porte do país? A não inclusão desse grupo na pesquisa do Censo Demográfico do IBGE ou a inexistência de uma estimativa, periódica e específica, para essa realidade pode ser entendida não apenas enquanto uma negligência, mas como estratégia para manter esse contingente populacional à margem do Estado? Quando se toca nesse ponto, é importante frisar que estar à margem, nesse caso, se refere a situar-se em um ponto limítrofe em relação ao acesso e às garantias dos direitos sociais e políticos, ao pleno exercício da cidadania. Contudo, este mesmo Estado que negligencia direitos é capaz de alcançar o mencionado contingente populacional marginalizado através das suas instituições repressoras. Não por acaso, o Estado brasileiro figura como o principal agente violador dos direitos os quais deveria promover.

Formalmente, a reivindicação da inclusão no Censo Demográfico remete à primeira década do ano 2000. Tal percepção para o reclame sobre a participação na contagem surgiu após a publicação dos resultados do 1º Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, uma estimativa específica realizada entre os anos 2007 e 2008 por meio do então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2009b). Essa contagem, por sua vez, foi uma demanda retirada durante o 1º Encontro Nacional da População de Rua (BRASIL, 2006), organizado por esse mesmo ministério, no ano de 2005. À época, era consenso entre os governantes e os especialistas consultados a observação de que era difícil a intervenção estatal devido à falta de informações e dados oficiais, o que inviabilizava quaisquer esforços e contribuía para a reprodução da invisibilidade social ao nível de governo. Isso permitiu que a então gestão do Governo Federal instituísse, via Decreto Presidencial, em 25 de outubro de 2006, um Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Tal política nacional e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (CIAMP-RUA) foram oficializadas com um novo instrumento legal, o Decreto Presidencial nº 7053 (BRASIL, 2009a), promulgado em 23 de dezembro de 2009, que até hoje é um marco político, simbólico e institucional da população em situação de rua no Brasil.

Tanto o relatório sobre o 1º Encontro Nacional da População de Rua quanto a divulgação dos resultados no 1º Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua são documentos importantes para o entendimento que se tem a respeito da temática no país. Para além da primeira estimativa oficial oferecida por uma gestão do Governo Federal, estavam sedimentados conhecimentos de ordem socioeconômica e cultural sobre esse público, então caracterizado pela complexidade e heterogeneidade. Anterior ao referido recenseamento que visava oferecer um recorte a nível nacional sobre a abrangência dessa população, tal tarefa sempre coube aos municípios, especialmente, que promoviam as suas próprias pesquisas sociais e instrumentos de aferição de acordo com os seus interesses particulares.

Realizado entre os dias 01 e 02 de setembro do ano de 2005, em Brasília, o 1º Encontro Nacional da População de Rua contou com a participação de 56 pessoas – sendo 34 representantes de capitais brasileiras ou cidades com mais de 300 mil habitantes, cinco especialistas na temática e outros 17 representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Dentre os 34 representantes dos municípios brasileiros, 12 eram representantes dos governos municipais, 12 eram representantes de organizações não-governamentais e dez eram representantes de fóruns ou entidades formados por pessoas em situação ou com trajetória de rua. A reivindicação da participação de pessoas em situação ou com trajetória de rua no processo de formulação das políticas públicas a serem dirigidas a esse público específico estava no contexto da organização dessa categoria social em nível nacional. Parte das pessoas que participaram desse encontro foram os fundadores do movimento social que viria a ser conhecido como MNPR. A constituição desse emergente movimento social era uma resposta direta a um fato anterior, lembrado como o massacre da Praça da Sé, ocorrido no mês de agosto de 2004, em São Paulo – processo o qual discuto em capítulo à parte.

Um dos desafios do 1º Encontro Nacional da População de Rua era apoiar e respeitar o então processo de organização política da população em situação de rua em um movimento social emergente, como estratégia de garantir autonomia na relação com o Estado brasileiro e outras organizações, bem como estabelecer o protagonismo no processo de construção e monitoramento das políticas públicas específicas ao segmento. Nessa construção, houve a proposição – por parte dos representantes dos fóruns e entidades formados por pessoas em situação ou com trajetória de rua – de pautar uma abordagem intersetorial para a temática, que deveria reservar à área da assistência social, através do recém inaugurado Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a função articuladora com outras pastas, especialmente as que foram elencadas como prioritárias – a saúde, a habitação e a geração de renda (BRASIL, 2006).

Nessa experiência, o que estava em jogo era pensar os desafios e as estratégias para a construção de políticas públicas nacionalmente articuladas para a população em situação de rua a partir do conhecimento das iniciativas daquele ministério, das experiências dos governos municipais e das experiências das organizações não-governamentais (BRASIL, 2006). Assim, os representantes dos fóruns ou das entidades formadas por pessoas em situação ou com trajetória de rua foram ouvidos no sentido de apresentar as suas principais demandas desde um lugar outro, isto é, a partir da perspectiva de quem havia vivenciado ou vivenciava essa condição singular de existência. Organizados em fóruns ou comissões que representavam as pessoas em situação de rua, foram ouvidos representantes das cidades de Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Niterói, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Esboçou-se, enfim, aquilo que poderia ser chamado de o estado da arte do assunto população em situação de rua ao nível de governo.

A respeito dos desafios e estratégias elaborados nesse encontro, destaco o clamor pela produção de dados e informações relacionadas à população em situação de rua, bem como a estratégia de realização de pesquisas censitárias e pesquisas qualitativas para atingir tal objetivo. Até aquele momento, a não existência de dados quantitativos e qualitativos a nível nacional impediam que se traçasse um perfil sobre a população em situação de rua no Brasil, o que dificultava pensar sobre as realidades e especificidades de cada região do país. Esse fator imobilizava e desencorajava os esforços de formulação de políticas públicas dirigidas para esse público específico. Além da carência de uma estimativa quantitativa, portanto, a ausência de informações fidedignas sobre os modos de vida e sobre as características socioeconômicas funcionava como uma ortopedia social, que imobilizava e inviabilizava de antemão as tentativas de alcançar o povo da rua como alvo da atenção de serviços especializados e de políticas públicas.

A inclusão da população em situação de rua como foco da atenção governamental pode ser entendida como um esforço de ruptura com a invisibilidade social, que se traduzia justamente na ausência de registros oficiais sistemáticos sobre os modos de vida, na não existência dos perfis socioeconômicos, no desconhecimento sobre as reais necessidades e os problemas enfrentados por quem experimentava essa condição. O fator mais simbólico na demonstração sobre a ilegibilidade dessa categoria social em relação ao Estado brasileiro é justamente a não inclusão da população em situação de rua no Censo Demográfico do IBGE. Essa noção de invisibilidade social é característica para pensar o fenômeno da população em situação de rua, principalmente no contexto das metrópoles e cidades de grande porte, cujo grande fluxo de pessoas vai ao encontro de um modo de vida pautado pela mobilidade

permanente, o que muitas vezes faz com que quem vivencia essa condição experimente uma sensação que produz enunciados como, por exemplo, o de se sentir “invisível aos olhos da sociedade”.

De uma sensação pessoal de ser visto, mas não ser percebido e reconhecido, até a reprodutibilidade da invisibilidade social no acesso aos direitos do cidadão, visto que sequer existiam enquanto categoria estatal, passando pela resistência do Estado em aferir com precisão esse vasto público, até a luta política por tornar-se um “número” e integrar o Estado: reside aí, portanto, nesta encruzilhada que sobrepõe invisibilidades, um fio condutor para a reflexão e entendimento sobre a população em situação de rua no país.

4.3 Um mapa abreviado da rua

Entre os meses de outubro de 2007 e janeiro de 2008, enfim, foi realizada a coleta dos dados empíricos do 1º Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, que foi publicado no ano de 2009 com o título *Rua: aprendendo a contar – Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua* (BRASIL, 2009b). O levantamento abrangeu 71 municípios brasileiros, sendo 23 capitais federais – com exceção de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e São Paulo, as quais já possuíam levantamentos semelhantes no período entre 2003 e 2007 – e outras 48 cidades com população superior a 300 mil habitantes. A metodologia do estudo envolveu uma combinação da abordagem censitária – através da identificação numeral dos indivíduos e coleta de informações básicas em um questionário reduzido – com a abordagem amostral – a partir da coleta de um amplo conjunto de informações em um questionário ampliado aplicado para um a cada dez indivíduos abordados (VEIGA et al., 2009).

A construção metodológica desta pesquisa social requereu uma abordagem complexa, visto que boa parte das pesquisas sociais aplicadas, especialmente a de abordagem censitária, tem como base a unidade domiciliar para a aferição da população. Pensando a especificidade da população em situação de rua, foi necessário um longo período de preparação dos instrumentos de coleta de dados empíricos, capacitação das equipes de abordagem, mapeamento do campo e testagem destes instrumentos técnicos. Ao todo, foram envolvidos um total de 1483 profissionais nas atividades de coletas de dados nos 71 municípios pesquisados, com a contratação de uma empresa especializada através de uma chamada pública do governo brasileiro (SILVEIRA, 2009).

Outro ponto relevante era a questão da definição conceitual a respeito da “situação de rua” para definir as pessoas que seriam incluídas – e, conseqüentemente, excluídas – da

pesquisa. Foram desenvolvidas perguntas que serviam para filtrar as pessoas abordadas e tomou-se como base a definição adotada nas pesquisas sociais aplicadas em algumas capitais brasileiras. Da mesma forma, definiu-se um conceito alargado da noção de “rua”, que englobou calçadas, parques, praças, viadutos, entre outros – inclusive, pessoas que estavam institucionalizadas em abrigos e albergues. Definiu-se, portanto, o conceito de população em situação de rua:

A população em situação de rua é um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados e inexistência de moradia convencional regular, sendo compelidos a utilizarem a rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente. (BRASIL, 2006, p. 7)

Os resultados do 1º Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua apontou a existência de 31.922 pessoas em situação de rua maiores de 18 anos nos 71 municípios pesquisados. Conforme destaquei acima, esse número excluiu as capitais Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e São Paulo, cujas prefeituras fizeram seus próprios levantamentos, que ficaram de fora desse montante.

Aferiu-se um perfil predominantemente masculino (82%) em relação ao feminino (18%), com faixa etária jovem (entre 20 e 30 anos) e com uma distribuição no quesito raça/cor predominante nas categorias pretos e pardos (67%) - uma proporção substancialmente maior em relação aos níveis encontrados na população em geral no período analisado (BRASIL, 2009b). A baixa escolaridade foi confirmada como característica desta população: 95% das pessoas não estavam estudando quando consultadas, a maior parte não havia concluído o ensino básico (63,5%) e boa parte não sabia ler ou escrever (17,1%).

As informações do 1º Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua também serviram para desfazer algumas certezas que estavam enraizadas no imaginário social, como a de que as pessoas em situação de rua eram substancialmente formadas por migrantes. Parte considerável dos entrevistados (45,8%) confirmou que sempre viveu no município que morava no período da pesquisa, enquanto outra parte (30,3%) vivia em um município do mesmo estado de origem – embora tenha sido apontada uma margem considerável de pessoas que viveram em seis ou mais cidades (11,9%), ou ainda aqueles vivem de cidade em cidade, prática que remete à denominação de “trecheiros”. Em relação ao período de permanência na situação de rua, a maior distribuição apontou para o período de mais de cinco anos (29,6%), seguido por mais de dois anos até cinco anos (18,8%) e entre um e seis meses (14,6%). Esse último dado, sobre a maioria dos entrevistados consultados estarem na rua há mais de cinco anos, sugere a

cristalização nesta situação como um modo de vida a partir de um determinado período de permanência nesta condição.

A explicação acerca da ida para as ruas foi justificada pelo alcoolismo e/ou drogadição (35,5%), o desemprego (29,8%) e as desavenças familiares (29,1%). Um total de 71,3% dos entrevistados apresentou um desses três motivos, às vezes de maneira relacionada, o que indicava uma relação causa e efeito. Outra informação confirmada por essa pesquisa social aplicada foi que boa parte das pessoas em situação de rua possui algum parente na cidade onde mora (51,9%) e, inclusive, 34,3% destes disseram manter contatos regulares – diários, semanais ou mensais. Por outro lado, 38,9% dos pesquisados disseram não manter nenhum contato com familiar.

Outra visão consolidada no senso comum em relação à questão do trabalho e da renda foi desarmada com os dados da pesquisa, que apontou que 70,9% das pessoas em situação de rua consultadas exerciam alguma atividade remunerada e outros 58,6% afirmaram possuir alguma profissão. A atividade dos “pedintes” como principal forma de sobrevivência representou apenas 15,7% da amostra. Entretanto, do total global, 47,7% afirmaram nunca ter trabalhado de carteira assinada. Em relação ao acesso aos programas do Governo Federal, à época, 88,5% dos pesquisados afirmou não receber nenhum benefício dos órgãos governamentais (BRASIL, 2006). Definitivamente, tal informação sobre o completo afastamento do Estado na vida de 88,5% das pessoas consultadas foi o mais alarmante, o que justificava aquela demanda por uma contagem nacional dessa população em específico por parte do governo brasileiro. Da mesma forma, esse dado justificava a urgência da atenção pública, da oferta de políticas públicas e de serviços especializados para este segmento da população.

Paralelamente à difusão do conteúdo e dos dados do 1º Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (2009b), ficou instituída a Política Nacional para População em Situação de Rua através do Decreto Presidencial nº 7053, baixado no dia 23 de dezembro de 2009. Portanto, estes dois esforços, o da produção de um saber e a criação de um dispositivo jurídico, representam dois importantes marcos da circulação da temática ao nível governamental, bem como um esforço de produção de legibilidade estatal.

O que está em jogo é pensar que, a partir da citada pesquisa social aplicada, unificou-se conceitualmente a noção de população em situação de rua, inscrevendo-a no âmbito governamental enquanto uma categoria a ser gerida e administrada. A produção de um saber especializado, portanto, permitiu que um aparato jurídico instituísse tal política nacional a partir do mecanismo do decreto presidencial. Nesse sentido, cito o relatório sobre o referido censo e

pesquisa nacional, intitulado *Rua: aprendendo a contar*, em cujo prefácio consta uma citação do então Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, abordando a necessidade de o Estado brasileiro “aprender a ler e aprender a contar” essa parte significativa da população para, de fato, enfrentar essa problemática social.

O caráter permanentemente revogável do instrumento do decreto presidencial, contudo, tornou tal ganho acima de tudo simbólico, uma vez que tal medida não possui o estatuto de lei federal, por exemplo, o que obrigaria os entes a cumprir o que determina o texto e não somente aderir de acordo com sua vontade. Nesse sentido, interessa frisar este entrecruzamento de um saber especializado à luz da descrição de um processo de produção de legibilidade estatal que revelou a inscrição da população em situação de rua enquanto assunto-objeto do Estado brasileiro, a partir de um contexto específico: a primeira década dos anos 2000.

Em outubro de 2016, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou uma estimativa sobre o número total da população em situação de rua no Brasil. Através de um modelo linear generalizado, foi possível reunir as informações oferecidas por 1.924 municípios brasileiros para o Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas) para então estimar a população em situação de rua dos demais municípios brasileiros. O modelo teórico considerou as variáveis de crescimento demográfico, centralidade e dinamismo urbano, vulnerabilidade social, a existência de serviços voltados à população em situação de rua e o número de pessoas em situação de rua inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único). Foi possível estimar que, no ano de 2015, haviam 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil (NATALINO, 2016).

Em março de 2020, o IPEA apresentou nova estimativa para a população em situação de rua, apontando para a existência de 221.289 pessoas nessa condição singular de existência (NATALINO, 2020). Tal estimativa em parte reproduz o modelo utilizado para a estimativa publicada no ano de 2016 por este mesmo instituto, contudo, embora mantenha as mesmas variáveis do estudo anterior, incluiu uma dinâmica temporal que permitirá a atualização periódica dessa estimativa. O autor sugeriu que a melhoria na qualidade das informações constantes no Cadastro Único foi o que permitiu que se quantificasse com maior precisão essa realidade. Além do crescimento ao longo dos anos, o autor chamou a atenção para a aceleração desse crescimento: entre o período de 2012 e 2020, houve um aumento expressivo de 140% (NATALINO, 2020). Esse crescimento foi atribuído à crise econômica e, em particular, ao aumento do desemprego e da pobreza.

Esse autor fez ainda referência positiva ao estudo do 1º Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Destacou a abrangência do estudo, que envolveu 71 municípios

brasileiros, sendo 23 capitais federais e outros 48 municípios com população superior a 300 mil, em um trabalho direto de 1483 profissionais (VEIGA et al., 2009; SILVEIRA, 2009). Por fim, Natalino (2016; 2020) referendou pela inclusão da população em situação de rua no Censo Demográfico de 2020 do IBGE, quando demonstrou que, se se desconsidera essa parcela da população nas coletas de dados empíricos, esse fator implica na reprodutibilidade da invisibilidade social, visto que o desconhecimento do poder público ao nível governamental interfere no ciclo das políticas públicas e no acesso aos direitos. Enfim, cabe comentar sobre a disparidade dos dados de 2009, 2016 e 2020. Este fator demonstra a incerteza sobre a quantidade de pessoas em situação de rua no país, o que permite afirmar, neste sentido, que os “invisíveis” somente o são porque antes são incontáveis, uma vez que nos referimos a um montante que envolve centenas de milhares de pessoas em todo Brasil.

4.4 Sobre a produção de legibilidade estatal

Quando percebemos que a demanda por pesquisas sociais aplicadas foi direcionada ao Estado brasileiro através de um encaminhamento do Encontro Nacional da População de Rua, que apontou para o desafio da produção de dados e informações relacionados ao tema como estratégia e reivindicou a inclusão desse público nas políticas públicas (BRASIL, 2006), entendemos a importância de tais mecanismos de produção de legibilidade estatal. À medida que o 1º Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (BRASIL, 2009b) levantou informações fidedignas sobre os modos de vida e características socioeconômicas, esse documento ofereceu um perfil e um panorama referente à problemática social, oriundos de uma metodologia que mesclou técnicas qualitativas e quantitativas.

O processo de produção do saber sobre o recorte específico do mundo da rua no país foi como que cunhar, dispor em braile, traduzir esse assunto-objeto para uma linguagem legível e inteligível ao saber governamental. A produção de um saber, um conjunto técnico de informações relevantes, permitiu que o mundo da rua fosse tateado, tocado, sentido a partir da sensibilidade do poder público no âmbito federal em relação à situação de rua enquanto fenômeno social. Depois de traduzido para a linguagem estatística e processado na burocracia estatal, o mundo da rua agora podia ser alvo da intervenção pública de forma contundente, através da instituição da Política Nacional para a População em Situação de Rua, em 2009, pela via de um decreto do Presidente da República.

Analisei parte desse processo de inclusão da população em situação de rua nas políticas públicas em minha dissertação de mestrado em Políticas Públicas, quando refleti sobre o

processo de inclusão desse público específico no serviço do Disque Direitos Humanos – Disque 100 (FURTADO, 2017). Das reflexões, vale retomar alguns argumentos que envolvem os processos de produção de legibilidade estatal e os seus efeitos, bem como as possibilidades de produção de uma antropologia que se orienta em direção às margens do Estado.

James Scott (1998) descreve que os esforços de produção de legibilidade envolvem práticas de racionalização, padronização e simplificação que permitem a produção de “mapas abreviados” ao Estado. Tais mapas abreviados representam visões sinópticas do real e servem como subsídio de controle, padronização e simplificação do Estado para o governo da sua população. À luz desse comentário, podemos entender o 1º Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, que esboçou um perfil socioeconômico e uma contagem aproximada, como um marco por se tratar de um dispositivo capaz de tornar legível essa população à referida linguagem do Estado brasileiro. Quando adotamos a premissa de que “every act of measurement was an act marked by the play of power relations” (SCOTT, 1998, p. 27), imaginamos que tais processos trazem consigo suas próprias controvérsias, entendendo tais pesquisas censitárias como artefatos indissociáveis aos jogos sociais (PACHECO DE OLIVEIRA, 2012).

É importante situar brevemente essa discussão ao alcance do debate sobre uma antropologia às margens do Estado, sugerido por Veena Das e Deborah Poole (2008), especialmente seu entendimento a respeito do Estado. As autoras entendem ser possível repensar criticamente o Estado a partir das suas margens tendo como ferramenta a etnografia, reconhecida como forma de conhecimento que privilegia a experiência e facilita a introdução em domínios do social que não são de fácil acesso. As ditas “margens” não são entendidas somente como espaços territoriais, senão espaços de práticas onde a lei (e outras práticas estatais) são colonizadas por outras formas de regulação que emanam das necessidades das populações (DAS; POOLE, 2008).

As autoras argumentam que as “margens” são um espaço de experimentação do Estado, no qual é possível redefinir constantemente os modos de governar e legislar e, da mesma forma, representam espaços de criatividade dos sujeitos em relação à política. Quando situamos o mundo da rua e recortamos no tempo o contexto da eclosão dessa demanda por contagem populacional da população em situação de rua, pisamos em terreno fértil para pensar as práticas estatais com e a partir das margens. Das e Poole (2008) nos sugerem que a antropologia reconhece o Estado como sendo constituído por práticas escritas. Nesse sentido, as autoras demarcam que, para além da legibilidade, existem espaços, formas e práticas através das quais

o Estado também é constantemente experimentado e desconstruído mediante a ilegibilidade de suas próprias práticas, documentos e palavras.

Se entendermos que os processos de “fazer-Estado” envolvem engenharias sociais e a criação de dispositivos que servem para incorporar novas práticas e atores sociais ao tecido social (SOUZA LIMA, 2002), pode-se estudar o Estado a partir dos seus efeitos práticos, nesse caso, refletindo simultaneamente sobre o efeito de legibilidade e o seu negativo, a ilegibilidade (TROUILLOT, 2001). Assim, não é possível pensar os processos de produção de legibilidade sem que se pesem os efeitos da ilegibilidade. Analogamente, foi possível observar esse impasse envolvendo a negativa sobre a inclusão da população em situação de rua no Censo Demográfico do IBGE. No caso da população em situação de rua, a ilegibilidade estatal pode ser inteligível como invisibilidade social – um fator dominante e distintivo. Não incluir esse grupo na principal pesquisa de contagem populacional do país e não produzir dados e informações sobre esta realidade implica justamente a reprodutibilidade da invisibilidade social desse fenômeno ao nível governamental, de modo a prejudicar o acesso às políticas públicas, aos direitos sociais e ao pleno gozo da cidadania.

A disputa por um “número”, afinal, é uma das causas políticas mais representativas e simbólicas da organização política da população em situação de rua no Brasil, constituindo uma bandeira de luta do seu movimento social, o MNPR. Ser contabilizado, ao fim e ao cabo, implica ser enquadrado, apreendido e reconhecido. Não foi à toa a inclusão de um tópico específico sobre esse ponto no Decreto Presidencial nº 7053, que dispõe os objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Há a menção para instituir a referida inclusão da contagem populacional ao nível nacional (art. 7, III), bem como promover a produção, sistematização e disseminação dos dados e indicadores sociais, econômicos e culturais (art. 7, IV). Nesse sentido, o texto garante a prestação de apoio, no âmbito das suas respectivas competências, do IBGE e do IPEA ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (art. XIII).

Os “invisíveis” da sociedade somente o são porque antes e acima de tudo são incontáveis; isto é, é o fato de serem incontáveis que os torna invisíveis. Por serem inúmeros, dezenas, centenas de milhares de pessoas espalhadas pelas cidades de todas as regiões brasileiras, este fator parece oferecer um contorno ainda mais rebuscado ao traço da invisibilidade social para aqueles que já se sentem invisibilizados, fazendo-se transferir do cotidiano para a esfera governamental, reproduzindo-se, acima de tudo, na linguagem estatal dos números e das estatísticas - que, por sua vez, se reproduzem e se transferem para as políticas públicas e demais ações governamentais.

A antropóloga Patrice Schuch (2015) pensou a relação entre os processos de legibilidade estatal como uma forma simultânea de gestão e inscrição política de populações quando refletiu sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. A partir da reflexão de Das e Poole (2008), Schuch (2015) situa que “as margens não são apenas territoriais, mas são também espaços de práticas nos quais a lei e outras práticas estatais são colonizadas por outras formas de regulação” (SCHUCH, 2015, p. 123). Ela considera a produção de legibilidade tanto um processo do Estado de produzir mapas abreviados quanto uma possibilidade de assimilação política de populações, em que novas inscrições políticas são efetivadas.

No contexto do debate sobre a inclusão da população em situação de rua nas políticas públicas brasileiras, a autora enquadrou o instrumento das contagens populacionais como uma técnica de governo que foi capaz de inscrever uma temática nos cenários da atenção pública e, ao mesmo tempo, promover o reconhecimento político à medida que isto inscreve politicamente as categorias sociais à nível da atenção das políticas governamentais. Tais tecnologias, argumenta a autora, “não apenas nomeiam, descrevem e classificam, mas orientam e conduzem políticas” (SCHUCH, 2015, p. 139). Desse modo, não apenas possibilitam o governo, mas também produzem sujeitos e representam uma abertura na qual novas lutas e inscrições políticas são possíveis. Em outras palavras, tal processo auxiliou a consolidar uma alteridade que, embora não fosse nova, teve o seu processo de subjetivação atravessado por esta experiência singular (a situação de rua) e coproduziu com o Estado brasileiro alguns instrumentos inéditos nesse período da primeira década dos anos 2000.

Na sua experiência etnográfica com o grupo do MNPR no Rio Grande do Sul, Schuch (2015) apontou para uma atuação política que se funda e legitima justamente a partir das técnicas de produção de legibilidade estatal. Entretanto, advertiu que isso não deve ser compreendido como uma adesão direta aos próprios termos propostos, mas também como parte de estratégias e táticas políticas nas quais variados modos de habitar instrumentos e categorias são possíveis.

A autora classificou a atuação política desse movimento social como sendo simultaneamente “*a partir e contra o Estado*” (SCHUCH, 2015, p. 139). Assim,

numa dinâmica bastante peculiar de atuar *a partir* do repertório das políticas oficialmente vigentes dos direitos das populações brasileiras, mas ao mesmo tempo *contra* a forma de sua efetivação, o MNPR passa a atuar utilizando-se da linguagem dos direitos humanos como forma de luta política” (SCHUCH, 2015, p. 131).

A atuação através da linguagem dos direitos humanos ocorre no contexto de uma luta por direitos sociais – o que envolvia um “tornar-se” visível para a sociedade – e, sobretudo, pela vida, em referência ao massacre da Praça da Sé, episódio ocorrido no ano de 2004, em São Paulo, quando houve uma série de assassinatos de “moradores de rua” – conforme nomenclatura da época. Conforme destaquei anteriormente, me detenho especificamente a este acontecimento, que foi a pedra fundamental do MNPR e destravou todo o debate sobre população em situação de rua no Brasil, no Capítulo 5.

Ainda na concepção de Schuch, em diálogo com Das e Poole (2008), as margens também podem colonizar o Estado em um esforço que o refunda e o coproduz.

Entretanto, tais práticas de produção de legibilidade não podem ser consideradas como esforços constituídos apenas pelo Estado; tais técnicas de governo são coproduzidas a partir de composições heterogêneas e tensas entre Estado, movimento social, organizações jurídicas e não governamentais e narrativas transnacionais mais amplas dos direitos humanos, num entrelaçamento dinâmico de lutas e leis, processos de subjetivação e moralidades, modos concomitantes de gestão e inscrição política. (SCHUCH, 2015, p. 124)

À luz do comentário de Schuch (2015), que estabeleceu os processos de produção de legibilidade como um ambiente favorável tanto para a gestão quanto para a inscrição política de populações, é possível destacar a promulgação do Decreto Presidencial nº 7053, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009a) a partir da experiência de reunir esforços dentro de um grupo de trabalho interministerial que contou com a participação de lideranças da população em situação de rua. Portanto, a promoção e construção do Encontro Nacional da População de Rua, a realização do 1º Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua e, enfim, a promulgação desse decreto representam um acúmulo de saber fundamental na disputa pela visibilidade da causa da população em situação de rua no Brasil. Cabe ressaltar, ainda assim, que devido ao instrumento técnico do decreto presidencial, trata-se de um ganho simbólico, que define conceitualmente a população em situação de rua, mas que não possui caráter de legislação e que esse conteúdo está passível de revogação a qualquer tempo.

Não por acaso, na década seguinte a este decreto, um dos efeitos da produção do 1º Censo e Pesquisa Nacional e da promulgação da Política Nacional para a População em Situação de Rua seria justamente a busca pela garantia da regularidade nas contagens populacionais para esse público específico, o que passava por viabilizar a inclusão dessa população não-domiciliada no Censo Demográfico do IBGE, tendo em vista a contagem decenal prevista para o ano de 2020.

4.5 “Inescusável omissão estatal”

A partir da promulgação da Política Nacional para a População de Rua, através do Decreto Presidencial nº 7053, em 2009, no ano seguinte, em 2010, o IBGE promoveu um seminário internacional, no Rio de Janeiro, sobre metodologia para pensar uma pesquisa social aplicada com a população em situação de rua como público-alvo. Contudo, somente em 2012 essa instituição formulou um projeto de trabalho e encaminhou a primeira proposta dos conteúdos do questionário dessa pesquisa, já antevendo a demanda política pela sua implementação.

A partir de 2013, realizaram-se encontros no âmbito de um grupo de trabalho sobre população em situação de rua da então Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) - pasta hoje vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Problemas orçamentários, contudo, foram usados como justificativa para o impedimento da realização de uma pesquisa a nível nacional. Decidiu-se, por fim, empreender um teste-piloto na cidade do Rio de Janeiro, a ser realizado pela equipe do IBGE, como forma de verificar como funcionaria a inclusão da população em situação de rua no Censo Demográfico do ano de 2020.

Em novembro de 2013, o IBGE realizou esse teste-piloto enquanto uma etapa de planejamento a respeito da possibilidade de realizar a pesquisa nacional sobre população em situação de rua. Realizado em caráter experimental, o estudo contou com estrutura e metodologia diferente da que utiliza para a pesquisa do Censo Demográfico, que tem como referência principal as unidades domiciliares. A experiência contou, inclusive, com o apoio de facilitadores, que eram pessoas com experiência no trabalho com pessoas em situação de rua, público-alvo da pesquisa. O teste empírico serviu para apontar os aspectos específicos da coleta dos dados, cuja experiência rendeu avaliações, impressões, recomendações e conclusões no âmbito interno da instituição no que se refere às necessárias adequações metodológicas e operacionais dos processos de pesquisa realizados pelo IBGE. Ainda que o relatório dessa experiência não tenha sido publicado, o assunto era debatido internamente e foi tema durante o 3º Seminário de Metodologia do IBGE, realizado em novembro de 2014. Para o teste-piloto, foram consultados um total de cem pessoas em situação de rua ao longo de quatro dias, com o objetivo de refletir sobre o conteúdo do questionário – a lógica, o ordenamento e a clareza das perguntas – e o tempo da entrevista.

Devido a permanência do impasse sobre a contagem da população em situação de rua a nível nacional, em fevereiro de 2018, a Defensoria Pública da União do Rio de Janeiro (DPU-RJ) moveu uma ação cível pública contra o IBGE na Justiça Federal. O documento, assinado pelos defensores públicos Thales Arcoverde Treiger e Renan Vinicius Sotto Mayor, está embasado na Lei Complementar nº 132/2009, que estabeleceu a prerrogativa dessa instituição em ajuizar ação cível pública para a tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, quando o resultado da demanda puder beneficiar “grupo de pessoas hipossuficientes”. Por se orientar na direção dos direitos difusos, a ação civil pública beneficiaria um número indeterminado e indeterminável de pessoas em situação de rua no Brasil. Em relação à competência, ao considerar que o dano da não-inclusão seria de abrangência nacional, portanto, tal ação poderia ter sido ajuizada em qualquer capital de Estado ou no Distrito Federal.

Para fins de pesquisa, conversei com o defensor público da União Renan Vinicius Sotto Mayor. Em meados de 2014, Mayor ficou conhecido por coordenar um grupo de trabalho da DPU que atuava junto à população em situação de rua, que saía a campo na cidade do Rio de Janeiro em um projeto denominado “ronda dos direitos humanos”. O projeto pioneiro inspirou outras iniciativas em capitais brasileiras, especialmente nas cidades-sede durante o período da Copa do Mundo no Brasil²¹. Tal postura atuante e engajada do profissional o fez integrar uma cadeira no conselho paritário do CIAMP-Rua, que funcionava a partir da estrutura da então SEDH. À época do contato telefônico, o defensor público estava deixando a presidência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos durante o biênio 2018-2020. Para ele, a questão da invisibilidade social é uma controvérsia relevante para pensar a situação de rua enquanto um fenômeno social contemporâneo.

A invisibilidade da população em situação de rua é parcial. Ela é invisível apenas para usufruir direitos fundamentais, porque quando ela é acusada de crime ela é visibilizada, quando ela incomoda, ela é visibilizada. Ela não é ‘invisível’, ela é invisível apenas para exercício de direitos fundamentais, agora, para o viés repressivo... As pessoas em situação de rua estão integradas no ordenamento jurídico apenas pelo viés repressivo. O Estado é o grande violador, porque ele não faz políticas públicas, o que acaba gerando as mortes e a vida indigna. (ENTREVISTA COM RENAN VINÍCIUS SOTTO MAYOR, 20/01/2021)

Na argumentação da ação cível pública, os defensores públicos entenderam que as pessoas em situação de rua enfrentam uma série de obstáculos estruturais e institucionais que

²¹ Na sua tese de doutorado, Silva (2017) relata experiência semelhante em Porto Alegre, que reuniu representantes de diversas instituições públicas e da sociedade civil.

redundam na sua invisibilidade social perante o instrumento do Censo Demográfico do IBGE, situando esse grupo enquanto “hipossuficientes estruturais”. Ao tomar como base o texto do Decreto Presidencial nº 7053, nove anos após a sua edição, o fato remetido ao juízo referia que a “absoluta ausência de estatísticas oficiais sobre este panorama se torna um verdadeiro obstáculo à implementação de políticas públicas direcionadas a este seguimento populacional”. Portanto, os defensores públicos faziam referência direta à tese da reprodutibilidade da invisibilidade social, levantada por Natalino (2016; 2020) e amplificada por mim neste esforço de pesquisa.

No corpo da ação cível pública, foi informado um histórico das comunicações entre a DPU-RJ e o IBGE. A DPU-RJ oficiou a presidência do IBGE por duas vezes, nos meses de julho e agosto de 2017, solicitando uma previsão sobre a inclusão da população em situação de rua no Censo Demográfico de 2020. Enquanto réplica, o IBGE se limitou a dizer que a estrutura técnico-administrativa da instituição era própria à população domiciliada, não dispondo a instituição de metodologia definida para um recenseamento complexo como aquele, por se tratar de “um grupo populacional heterogêneo e de extrema pobreza”. Para os defensores públicos da União, tal argumento sobre as características desse grupo populacional apenas reforçava a necessidade de incluí-los na contagem populacional do instrumento decenal, enquanto uma estratégia de rompimento com a “histórica relação de invisibilidade e negligência destes indivíduos perante o poder público”.

Se o pressuposto para a efetivação de direitos fundamentais é o reconhecimento dos indivíduos como sujeitos de direito, e o Censo do IBGE se apresenta como fator essencial à formulação de políticas públicas direcionadas à população em situação de rua, conclui-se que, ao excluir de forma desarrazoada estas populações de sua contagem, o IBGE deixa de reconhecer, na prática, mais de 100 mil brasileiros como cidadãos. A presente demanda trata, portanto, de algo que se coloca *a priori* de qualquer direito fundamental: o reconhecimento das pessoas em situação de rua como cidadãos e sujeitos de direito, dignos de serem contabilizados no Censo. (AÇÃO CIVIL PÚBLICA PAJ 2017/016-010873, 2018, p. 12-13)

Cobrava-se, enfim, pela via judicial, que o IBGE apresentasse uma metodologia, adotasse um conceito que distinguísse a população em situação de rua do restante da população, bem como elaborasse um plano para inclusão do segmento populacional no Censo Demográfico de 2020. É relevante destacar que os defensores públicos que moveram a ação cível pública utilizaram como embasamento a tese da “inescusável omissão estatal” enquanto garantia do pressuposto para a efetivação do “mínimo existencial” – isto é, a condição de ser reconhecido como sujeito, ante a definição de mínimo existencial como “o conjunto de situações materiais indispensáveis à existência humana digna” (BARCELLOS, 2002).

O Supremo Tribunal Federal entendeu, em 25 de março de 2014, que compete ao poder judiciário tomar medidas destinadas a tornar efetiva a implementação de políticas públicas quando verificada inércia que caracteriza a inconstitucionalidade por omissão – quando o Estado “deixa de adotar as medidas necessárias à realização concreta dos preceitos da Constituição, em ordem a torná-los efetivos, operantes e exequíveis”, de acordo com o texto do acórdão assinado pelo Ministro Celso de Mello. Ainda sobre esse entendimento, resta que, sem o comprometimento do poder público na efetivação dos direitos, estes se convertem em “proclamações inúteis” e “expectativas vãs” aos cidadãos.

Por fim, nesse caso, formou-se o entendimento de que ser contabilizado pelo Censo Demográfico do IBGE precederia a fruição dos direitos constitucionalmente previstos, uma vez que a ilegitimidade estatal decorrida da não-contagem implicava a perpetuação de um panorama singular de invisibilidade social desse contingente populacional específico por, pelo menos, mais dez anos, visto que o recenseamento é um instrumento decenal. Em sua defesa, o IBGE argumentou que o conceito de pessoa em situação de rua constante na legislação, isto é, no Decreto Presidencial nº 7053, não se prestaria à realização de uma pesquisa censitária. Dessa maneira, alegou não dispor de metodologia adequada, nem de condições operacionais e de infraestrutura para a inclusão da população em situação de rua no Censo Demográfico de 2020.

No dia 17 de janeiro de 2019, a juíza federal Maria Alice Paim Lyard entendeu procedente o mérito do pedido da DPU-RJ e deferiu tutela de urgência para que União e IBGE tomassem as medidas necessárias para a inclusão da população de rua no Censo Demográfico de 2020, uma vez tendo reconhecido a inércia e omissão tanto da instituição quanto da União. No entendimento da juíza federal, o argumento sobre a indeterminação do conceito de população em situação de rua não poderia justificar a inércia na efetivação da Política Nacional da População em Situação de Rua. Em relação à metodologia, aduziu que o lapso de nove anos entre a promulgação da Política Nacional para a População em Situação de Rua e o ajuizamento da ação cível pública revelava que o poder público pretendia justificar a perpetuação da omissão a partir da sua própria ineficiência em desenvolver os meios necessários para a realização da contagem. Nesse sentido, fez menção às diversas pesquisas realizadas com esse público específico no Brasil e no mundo e, inclusive, citou o teste-piloto realizado pela instituição ré na ação civil pública - ambos os estudos constantes nos autos.

O IBGE recorreu desta decisão, que foi suspensa, e o recurso aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no Rio de Janeiro. Devido a pandemia do coronavírus, o recenseamento previsto para 2020 foi postergado para o ano de 2021. Em março de 2021, em meio ao caos sanitário e hospitalar decorrente da epidemia de coronavírus no Brasil, houve o

anúncio de corte de recurso na ordem de 90% do total do valor dispendido em orçamento para a realização do recenseamento, estimado em cerca de R\$ 2 bilhões. Com gestão desastrosa do Governo Federal eleito em 2018, a presidente do IBGE renunciou ao cargo e ficou suspenso, inclusive, o concurso público para seleção dos cerca de 200 mil recenseadores e agentes censitários. Até a data do fechamento desta escrita, o Censo Democrático de 2020 não fora realizado, o que causou uma quebra inédita na série histórica.

A questão a respeito do ingresso da população em situação de rua no Censo Demográfico do IBGE revela controvérsias intrigantes. Quando situamos esse embate no contexto da produção de legibilidade estatal, a pesquisa censitária representa um mecanismo de aferição da realidade capaz de tornar legível ao Estado determinados modos de vida. Tal produção de saber sobre a população em situação de rua no Brasil corresponde a um fim e a um meio na trama das relações de poder. Quando se inscreveu o problema da situação de rua como alvo de atenção pública, verificou-se que a sensação de invisibilidade social descrita pelos indivíduos que experimentam essa condição singular de existência manifestava-se também ao nível daquele saber específico e imprescindível ao governo, uma vez que a ausência dos números, estimativas e informações fidedignas sobre os modos de vida criavam uma relação viciada no processo das políticas públicas, cujo efeito principal era a reprodução da invisibilidade social ao nível governamental (NATALINO, 2016; 2020).

Se a população em situação de rua no Brasil é invisível porque é incontável, logo, a sua inclusão nas contagens oficiais representa uma estratégia e um objetivo para a ruptura com a invisibilidade social. Contudo, os efeitos da ilegibilidade representada por esta não-inclusão revelam que a “inescusável omissão estatal” é um projeto politicamente induzido do Estado brasileiro em relação à temática. No Capítulo 6, destaco uma experiência junto ao MNPR, durante o mês de agosto de 2019, quando participei da Marcha da População de Rua em Brasília e do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da População em Situação de Rua na Câmara Federal. Na ocasião, mais uma vez se pautou a relevância inclusão da população em situação de rua no Censo Demográfico do IBGE.

4.6 Colonialidade do poder

Quando pensamos que as pesquisas sociais aplicadas endereçadas à população em situação de rua apontam para algumas regularidades que compõem esse perfil, devemos nos atentar para algumas características particulares. Ainda que seja um contingente populacional marcado pela heterogeneidade e complexidade, chamo atenção, especialmente, para um dado

específico a respeito da predominância dos corpos negros no mundo da rua, presença constatada empiricamente nos elevados índices no critério “raça/cor”. Um dado que o 1º Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua trouxe, em 2009, dava conta de que as categorias “pretos” e “pardos” compreendiam 67% do total das pessoas em situação de rua alcançadas naquele estudo. Ainda que a unificação em uma única categoria para os considerados “pretos” e os considerados “pardos” seja problemática - e embora o critério da autodefinição não tenha sido empregado - vou me deter nesse ponto que revela o predomínio das pessoas negras nesta condição singular de existência. Nesse sentido, esse ponto nos convida a retornar brevemente ao processo de formação do Brasil para sublinhar esta sensível peculiaridade entre o que hoje nomeamos como sendo a população em situação de rua e o cruzamento da questão racial.

Na abertura do capítulo, procurei esboçar uma perspectiva genealógica de maneira a situar o fenômeno social da situação de rua a partir das nomeações e categorizações que ela foi alvo. A partir de agora, inspirado nos debates que instigam uma antropologia que se aproprie de uma perspectiva descolonizadora, baseando-se em leituras dos autores da chamada *teoria do giro decolonial*²², procuro explorar brevemente uma perspectiva que remeta àquilo que pode ser entendido como as raízes históricas que atravessam e constituem a população em situação de rua no país. Em qualquer região do Brasil, é impossível se relacionar com a temática da população em situação de rua sem que se perceba a presença massiva dos corpos negros utilizando-se do espaço da rua para subsistência e moradia. Eis uma constatação paradoxal: de tão naturalizada a predominância racial, a marca insistente da cor aparece como um fator que parece ser ignorado, mas que não passa despercebido.

Um dos elementos interessantes que nos serve para a presente reflexão está na contribuição deste grupo de intelectuais latino-americanos, filiados à proposta *decolonial*, que privilegiou uma abordagem sobre a modernidade a partir do conceito de *colonialidade*. Foi o sociólogo Aníbal Quijano (2000) quem articulou o conceito de *colonialidade do poder* quando situou a eclosão e a subsequente conquista da América Latina como o marco de um novo padrão de poder mundial de um capitalismo colonial-moderno e eurocentrado, cuja característica principal foi, pela primeira vez na história conhecida, o controle do trabalho, dos seus recursos e dos seus produtos, em escala global.

A base fundamental desse padrão de poder, argumentou o autor, foi a classificação social da população mundial através da ideia de “raça”, que funcionou enquanto um codificador da diferença entre os povos conquistadores e os povos conquistados, situando os segundos em

²² Sobre a teoria do giro decolonial, ver Lander (2005), Castro-Gómez e Grosfoguel (2007), Maldonado-Torres (2007), Mignolo (2005; 2008; 2010) e Navarrete (2016).

posição natural de inferioridade em relação aos primeiros. O desenvolvimento teórico da ideia de “raça” enquanto uma categoria mental da modernidade, portanto, possibilitou que uma perspectiva eurocêntrica do conhecimento naturalizasse a dominação dos povos através de uma classificação universal que garantiu uma sistemática divisão racial do trabalho (QUIJANO, 2000, p. 108). Desse modo, o trabalho não pago ou não-assalariado sempre foi associado com as raças dominadas porque estas eram inteligíveis enquanto inferiores.

Tal perspectiva vai ao encontro da discussão proposta por Achille Mbembe (2017), a respeito da crítica sobre a *razão negra* – em que o autor situou a invenção de “*Negro*” e do seu referente, “*África*” – uma vez que enquadra a questão da “raça” como um correlato da relação colonial. Nesse sentido, por sua vez, o autor admitiu a possibilidade da codificação da diferença a partir de um constructo eurocêntrico, que sustentou a sua dominação nas noções dualistas e evolucionistas. Assim como a “raça” funcionou como uma tecnologia de dominação, o eurocentrismo, nesse sentido, possuiu papel fundamental na colonização das nossas perspectivas cognitivas.

Quijano (2000) argumentou que o constructo da “raça” está para a modernidade assim como a racionalidade está para o eurocentrismo, de maneira a forjar a hegemonia da *colonialidade do poder* enquanto alicerce de sustentação do capitalismo mundial como modo de produção dominante. Dessa forma, o pensamento binário povoou as perspectivas intersubjetivas e da relação cultural de modo a segregar em categorias particulares – Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno, não europeu-europeu, etc. – que deveriam “evoluir” de um “estado de natureza” até a mais bem acabada “civilização”, através de um caminho unilinear, unidirecional e contínuo da Colônia em direção à Metrópole (QUIJANO, 2000; 2007).

Essa dinâmica da *colonialidade do poder*, alertam os autores dessa vertente teórica, ainda exerce o seu domínio nos dias de hoje. Não poderia ser diferente, visto que a divisão racial da população do mundo produziu, ao longo do curso civilizatório, o difícil reconhecimento das cidadanias dos não-brancos, podendo ser a modernidade entendida enquanto uma verdadeira máquina geradora de alteridades (CASTRO-GÓMEZ, 2000).

O próprio nascimento das ciências sociais enquanto um saber-poder, nesse sentido, foi um elemento constitutivo no contexto de organização política dos Estados-nação diante da necessidade de ajustar a vida ao sistema de produção. O vínculo, por exemplo, entre a antropologia social, especialmente a de matriz europeia ou “metropolitana” – que se realizava nos territórios além-mar como parte de uma engrenagem administrativa, econômica e militar – com o colonialismo foi inegável. Da mesma maneira, a antropologia social desenvolvida na

América Latina, ainda que tenha se orientado àqueles “outros” que viviam no interior dos respectivos territórios nacionais, por muito tempo prestou continência à uma matriz interpretativa eurocentrada e etnocêntrica. Contudo, atualmente, os inúmeros esforços em deslocar a Europa do centro da imaginação histórica, epistêmica e política adquirem cada vez mais legitimidade e notoriedade nos debates da disciplina que objetiva enquadrar as *modernidades alternativas*, isto é, os processos que levem em consideração as articulações locais do projeto modernizador (RESTREPO, 2007; CHAKRABARTY, 2000).

Portanto, se o colonialismo remete a um passado remoto, a noção de *colonialidade* visa refletir através das suas raízes históricas inteligíveis no espaço-tempo presente, sendo o embate sobre a inclusão da população em situação de rua no Censo Demográfico do IBGE um caso interessante para reflexão a partir desses termos.

4.7 *Devir-negro do mundo*

O debate proposto por Achille Mbembe (2017) nos convida a pensar o contexto da modernidade como o período no qual a noção de “raça” esteve na origem de inumeráveis catástrofes, morticínios e carnificinas, especialmente a partir do colonialismo e, conseqüentemente, nas regiões do mundo que experimentaram essa relação colonial na condição de colônias de Europa. A partir dos substantivos “*Negro*” e “*África*”, o autor refletiu sobre a primazia da categoria da “raça” enquanto um fenômeno indissociável do capitalismo. A invenção do “*Negro*”, explicou o autor, foi o que suportou o capitalismo porque o capital sempre recorreu aos subsídios raciais para a acumulação primitiva (MBEMBE, 2017, p. 50). Desde o Brasil, portanto, seria impensável abordar o tema da população em situação de rua sem abordar o colonialismo e, por conseguinte, a *colonialidade do poder* a nos alcançar nos dias de hoje.

O ponto que nos interessa, contudo, é o entendimento da construção da “raça” e o seu correlato, o “*Negro*”, como uma tecnologia de governo que regulou Estado e mercado em um mundo pensado enquanto uma bioeconomia colonial. Como vimos anteriormente em Foucault e Mbembe, o racismo de Estado foi o motor que produziu a condição elementar para a manutenção do *status quo*, sendo este o elemento que destrava o mecanismo de poder que permite desempenhar as suas funções assassinas de Estado.

Os processos de racialização tem como objetivo marcar estes grupos de populações, fixar o mais possível os limites os quais podem circular, determinar exatamente os espaços que podem ocupar, em suma, conduzir a circulação num sentido que afaste

quaisquer ameaças e garanta a segurança geral. Trata-se de fazer a triagem destes grupos de populações, marcá-los individualmente como ‘espécies’, ‘séries’ e ‘tipos’, dentro de um cálculo geral do risco, do acaso e das probabilidades, de maneira a poder prevenir perigos inerentes à sua circulação e, se possível, a neutralizá-los antecipadamente, muitas vezes por paralisação, prisão ou deportação. A raça, deste ponto de vista, funciona como um dispositivo de segurança fundado naquilo que poderíamos chamar o princípio do enraizamento biológico pela espécie. A raça é, simultaneamente, ideologia e tecnologia do governo. (MBEMBE, 2017, p. 71)

A partir do pensamento de Achille Mbembe, foi possível pensar os efeitos do colonialismo como fator indissociável da abordagem do biopoder – bem como da contribuição correlata a esse conceito oferecida pelo autor, a necropolítica – justamente quando entendemos que a sua engrenagem é o racismo de Estado. Segundo o filósofo, pode-se dizer que o Estado colonial funcionava através da estatização do biológico, uma vez que a ordem colonial se estabeleceu segundo a ideia de que humanidade está dividida em espécies e subespécies que podemos diferenciar, separar e classificar hierarquicamente (MBEMBE, 2017, p. 119).

Quando se isola a experiência colonial como elemento constituidor da modernidade no Ocidente, vê-se que esse caminho foi assentado sobre as bases de um capitalismo racial assemelhado a uma vasta necrópole (MBEMBE, 2017, p. 234). A emergência da raça como ideologia e tecnologia de governo, e o nascimento do seu correlato, o “*Negro*”, sempre estiveram ligados à história do capitalismo como uma figura exemplar de uma violência e precariedade sem limites: o escravo (MBEMBE, 2017, p. 299). Essa inédita relação entre biologia e economia, que possuiu o Atlântico como o seu epicentro, continua presente naquilo que conhecemos como sendo o neoliberalismo no mundo contemporâneo, em que absolutamente tudo pode possuir um valor de mercado. Mbembe refletiu que o nome “*Negro*” sempre foi um processo de coisificação e degradação e, não por acaso, esteve sempre associado intimamente com a morte, o assassinio e o desaparecimento (MBEMBE, 2017, p. 256-257).

Foi justamente no contexto do neoliberalismo que o nome “*Negro*”, fundado na experiência do colonialismo, assumiu “um novo caráter descartável e solúvel” e demarcou esta condição “enquanto padrão de vida e à sua generalização ao mundo inteiro, chamamos o *devir-negro do mundo*” (MBEMBE, 2017, p. 18). O período em que vivemos demarcou, por consequência, defendeu o autor, uma transnacionalização da própria condição que o termo “*Negro*” remete, independentemente da questão fenotípica.

De facto, o substantivo “Negro” tem vindo a preencher três funções essenciais na modernidade – funções de atribuição, interiorização e de subversão. Em primeiro lugar, serviu para designar não seres humanos *como todos os outros*, mas uma humanidade (e ainda) *à parte*, de um gênero particular; pessoas que, pela sua aparência física, os seus usos e costumes e maneiras de ser no mundo, pareciam ser o testemunho da *diferença na sua cara manifestação* – somática, afectiva, estética e

imaginária. Aqueles a quem chamamos “negros” aparecer-nos-ão como pessoas que, precisamente devido à sua diferença ôntica, representam caricaturalmente o *princípio de exterioridade* (por oposição ao princípio de inclusão). Por conseguinte, seria muito difícil imaginar que eles fossem como nós; que fossem dos nossos. E precisamente porque eles não eram nem como nós nem dos nossos, o único elo que podia unir-nos a eles seria – paradoxalmente – o *elo da separação*. Constituindo um mundo *à parte, a parte à parte*, não podiam tornar-se sujeitos por inteiro na nossa vida em comunidade. Posto de *parte*, afastado, parte à parte, o Negro significaria, assim, essencialmente, e antes de qualquer palavra, a ordem expressa da segregação. (MBEMBE, 2017, p. 88-89, grifos do autor)

Às vidas espalhadas ao redor do mundo e situadas na condição de um *devir-negro*, não restaria nada senão a luta para escapar à morte; vidas estas que são o produto do conflito, o resultado da própria luta para escapar à morte. Em referência à Frantz Fanon (1968), Achille Mbembe nomeia as vidas que experimentam esse caráter tornado solúvel no neoliberalismo como sendo *os novos condenados da Terra*:

São aqueles a quem é recusado o direito a ter direitos, aqueles que, segundo se pensa, não se devem manifestar, os condenados a viver em toda espécie de estruturas de reclusão – os campos de concentração, as prisões de passagem, os milhares de lugares de detenção espalhados pelos nossos espaços jurídicos e policiais. São os rechaçados, os deportados, os expulsos, os clandestinos e outros “sem papéis” – esses intrusos e essas escória da nossa humanidade que nos apressamos a despachar, porque achamos que, entre eles e nós, nada há que valha a pena ser salvo, uma vez que eles prejudicam imenso a nossa vida, a nossa saúde, o nosso bem-estar. Os novos “condenados da Terra” são o resultado de um brutal trabalho de controle e de seleção cujos pressupostos raciais são bem conhecidos. (MBEMBE, 2017, p. 296)

Há que se ter em mente, seguindo o autor, que, para grande parte da humanidade, o processo histórico foi um processo de habituação à morte do outro. O capitalismo racial, portanto, configura-se como um processo histórico que deixou profundas lesões e incontornáveis cicatrizes. Diante do exposto, traço, a partir de agora, uma perspectiva histórica que procura relacionar diretamente o escravismo no Brasil com a população em situação de rua, tomando como base a evolução do ordenamento jurídico, que há muito soube visualizar, segmentar e enquadrar determinados corpos ao exame punitivista e ao rigor da lei.

4.8 A insistência da cor

A partir do histórico da criminalização das condutas da *mendicância* e da *vadiagem*, ainda no período imperial brasileiro, é possível colocar em evidência as raízes históricas da experiência colonial na constituição do fenômeno da população em situação de rua. As máculas e mazelas dos alicerces da Colônia resultam, extemporaneamente, em fraturas – cominutivas e expostas – que ao longo do tempo foram sendo imobilizadas à tala da ordem e ao gesso do

progresso. Representam, pois, feridas ulceradas, supuradas, chagas não curadas de um tecido social não cicatrizado.

Em um estudo sobre o sistema penal brasileiro, Ana Luiza Pinheiro Flauzina (2006) apontou o racismo como um elemento estruturante desse sistema que, ao fim e ao cabo, promoveu e promove um processo de extermínio da população negra brasileira. A partir da periodização dos sistemas penais realizada por Batista (2004), a autora sugeriu quatro tipos de sistemas penais brasileiros em uma sequência histórica, que percorreu o período da Colônia até a República, para apontar as permanências de um passado colonial herdeiro de um estatuto escravocrata nos dias de hoje. Por ora, nos interessa, pelo menos, o recorte do período colonial-mercantilista e do imperial-escravista, que se estendeu do início da colonização portuguesa na *terra brasilis* até a proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil (1889).

De acordo com Flauzina (2006), o sistema penal colonial-mercantilista vigorou do início da colonização portuguesa, no período das grandes navegações, até a declaração de independência do Brasil em relação à Portugal, em 1822. Entre 1549, com o início do tráfico de africanos escravizados, até 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz, instrumento que extinguiu oficialmente esse comércio macabro, estimou-se que aproximadamente 3,3 milhões de pessoas foram transferidas compulsoriamente do continente africano para o Brasil (FLAUZINA, 2006). O sistema penal desse período histórico, explicou a autora, tratou de coordenar os corpos negros, no sentido de conformá-los ao trabalho compulsório à medida que um discurso racista de inferioridade do negro era difundido pela via da religião. Era justamente nos quintais, entre a casa-grande e a senzala, com a santa unção paroquial, que foram concebidas as matrizes de um sistema penal punitivo doméstico, no qual o espaço do privado passa a ser o lugar em que se regulavam as práticas punitivas, voltadas, especialmente, para a defesa da propriedade e dos direitos do senhorio (FLAUZINA, 2006).

Quando investigou os processos de produção da intervenção e da gestão pública sobre população em situação de rua, Melo (2017) retornou ao documento sobre as Leis Criminais do Império (1830), verificando que a prática da *mendicância* e da *vadiagem* foram criminalizadas em dois artigos. As sanções para os indivíduos que incorressem nessas condutas era a prisão e o trabalho obrigatório para fins correcionais. De acordo com Flauzina (2006), o Código Criminal de 1830 – ancorado na Constituição de 1824, que mantinha os negros cativos e com o estatuto de mercadoria – aprimorou um projeto policial, vigilante e criminalizante que impôs normas mais rígidas para o controle dos corpos negros no espaço urbano, tais como a pena de morte para a insurreição e manutenção dos castigos físicos, das mutilações e dos estigmas corporais.

O sistema penal imperial-escravista, descreveu Flauzina (2006), representou uma transferência dos grilhões impostos pelo senhorio às algemas da autoridade policial que, ao fim e ao cabo, encarnava também o papel da vigilância. Em um contexto de urbanização, como pontuou a autora, com a mudança do local do açoite dos quintais para as prisões, foi necessário oferecer estofos jurídicos para a criminalização da presença dos corpos negros nos espaços públicos, exatamente como ocorreu com as práticas da *mendicância* e da *vadiagem*, assim como as práticas das religiões de matriz africana e a capoeira. Ora, o negro era, pois, ou escravo ou criminoso. Nesse processo, a partir das reflexões realizadas na sua pesquisa etnográfica, Silva (2017) sublinhou uma relação entre a *mendicância* e a escravidão, através do gesto de libertação de escravos idosos ou aleijados, que passariam a povoar o espaço da urbe (FRAGA FILHO, 1995 apud SILVA, 2017). Outrossim, a relação entre a *vadiagem* e a escravidão, seguindo o autor, era verificável na medida em que os corpos negros passaram a ser alvo de ações higienistas de limpeza do espaço urbano em um contexto que cada vez mais associava pobreza com criminalidade (CHALHOUB, 2001 apud SILVA, 2017).

Na condição de país independente, sob as pressões externas e internas para o fim da escravidão, a política do embranquecimento da população rendia sensíveis discussões na sociedade brasileira. De 1871 até 1922, o país facilitou a entrada de aproximadamente 3,4 milhões de imigrantes brancos vindos da Europa – para quem foram cedidas ou vendidas as propriedades, sendo providenciada a infraestrutura em um esforço de postergar a abolição da escravatura. Flauzina (2006) apontou que a transição da mão-de-obra do negro para a do branco era entendida como uma qualificação nas relações de trabalho, o que passava pela difusão de um discurso sobre a decadência biológica que contrastava a brancura produtiva com a negritude ociosa e indolente (FLAUZINA, 2006, p. 68). Por fim, o empreendimento colonial e imperial se estabeleceu através de uma metodologia da violência que renovava um projeto genocida de inviabilização do negro na sociedade brasileira (FLAUZINA, 2006).

Melo (2017) trouxe que, em 1890, com o Código Penal da República, ficara expresso o caráter delituoso das práticas da *mendicância* e da *vadiagem* com o aumento da penalização, que estendia a supressão dos direitos políticos da pessoa condenada. Cada uma das condutas ganhou um capítulo próprio nesse documento. Flauzina (2006) entendeu a questão do processamento da *vadiagem* no sistema penal como um símbolo da administração espacial da vida da população negra, uma vez que criminalizou a liberdade e circunscrevia o seu deslocamento. Se o espaço urbano congregava os pretos livres, os escravos libertos e os escravizados, houve a transferência da tutela do senhorio para a administração do Estado a partir da suspeição generalizada e da instituição das medidas punitivas.

Seguindo a genealogia apresentada por Melo (2017), encontrada também em Flauzina (2006), um decreto de 1893 previa a criação das colônias correccionais para reabilitar os “*mendigos válidos, vagabundos, vadios, capoeiras e desordeiros*”. Em 1899, um novo decreto negava os pedidos de fiança aos “*vagabundos e sem domicílio*” (FLAUZINA, 2006, p. 67). Contudo, o que estava em jogo era fundamentalmente o controle da população negra no período pós-abolição da escravatura. Foi somente em 1888 que o Brasil aboliu o trabalho escravo, sendo o último Estado-nação no mundo a erradicar esta instituição colonial.

Nesse sentido, a legislação que investe sobre os vadios, mendigos e vagabundos, por exemplo, serve a uma vigilância que se posiciona frente à massa negra urbana de forma a cercear sua movimentação espacial, evitar as associações, extirpar as possibilidades de qualquer ensaio de reação coletiva. Para além do patrulhamento ideológico, o que se busca é trazer para o labor esses seres indóceis, otimizar seu tempo entre a casa e o trabalho, diminuir os intervalos inúteis da vagabundagem. Tudo isso a cargo da truculência do controle penal. (FLAUZINA, 2006, p. 71)

A partir da independência do Brasil até a Proclamação da República, em 1889, um sistema penal republicano-positivista tratou de sofisticar o que estava posto desde o período colonial²³. Se o sistema imperial-escravista estava pautado na manutenção de um projeto de segregação estabelecido no período colonial, argumentou Flauzina (2006), isto se transmutou num projeto flagrante de extermínio. A instituição agonizante da escravidão foi sendo gradual e lentamente reduzida, primeiro com o fim do tráfico de escravos no Atlântico (1850 – Lei Eusébio de Queiroz), depois com a libertação dos nascidos (1871 – Lei do Ventre Livre) e a libertação dos idosos (1885 – Lei dos Sexagenários), até a abolição completa (1888 – Lei Áurea). Se a propriedade das terras foi direcionada preferencialmente aos imigrantes brancos, uma das soluções para as pessoas escravizadas foi o envio massivo dos negros para atuar nas frentes de batalha da Guerra do Paraguai (1864 – 1870) na condição de soldados do Império. Desse combate sangrento, foram poucos os que regressaram vivos para desfrutar a liberdade que lhes fora prometida. Ainda no período pré-republicano, em 1891, houve o episódio da queima de boa parte dos arquivos e documentos históricos relacionados ao comércio de escravizados e da escravidão desde o início da colonização.

Por fim, vale destacar que o período compreendido após a Proclamação da República até o Estado Novo, em que se estabeleceu o sistema penal republicano-positivista, foi um

²³ Flauzina (2006) descreveu o período como controverso, com a convivência de ideais liberais, de inspiração na Revolução Francesa, com o escravismo escancarado, que separava o negro enquanto um inimigo inconciliável do branco. A partir da eclosão do processo revolucionário no Haiti e de um período marcado por insurreições no território brasileiro, a sensação de um “medo branco” pairava sobre o ambiente político. Sobre esse assunto, conferir o trabalho de Queiroz (2017).

contexto marcado pelo assentamento do mito da democracia racial, que sugeria uma convivência harmoniosa e relações cordiais entre as raças do Brasil, especialmente na figura da obra de Gilberto Freyre, publicada em 1933. Contudo, certa herança positivista mantinha as assimetrias intactas, ressaltando-se a presença de teorias e elaborações racistas, como Flauzina (2006) apontou a respeito da criminologia positiva de Nina Rodrigues e Afrânio Peixoto, que enquadravam o negro a partir de categorias como periculosidade e inferioridade. Portanto, daquilo que ficou conhecido como sendo o “medo branco” de uma insurreição negra, às sombras do processo revolucionário que aconteceu no Haiti, em 1791, passando pelas políticas de branqueamento da população baseadas em racismo científico, até as grandes reformas urbanas que articularam o discurso médico ao aparato policial, todos esses fatores eram demonstrativos das tecnologias biopolíticas de controle discriminatório da população negra no país (FLAUZINA, 2006).

Uma mudança significativa no sistema penal viria somente a partir dos anos 1930, especialmente com o instrumento técnico do Código Criminal de 1940. Para concluir a questão sobre a criminalização da *mendicância* e da *vadiagem*, de acordo com Melo (2017), uma mudança de interpretação sobre a temática ocorreu apenas com a Constituição Federal de 1934, que passou a diferenciar a ociosidade voluntária da falta de emprego – sobre esta segunda circunstância, a partir de um novo princípio ordenador, o Estado ficava suscetível à responsividade através do direito do cidadão ao provimento à família (MELO, 2017, p. 70). Curiosamente, a prática da *mendicância* continuaria passível de sanção penal de privação da liberdade de um período entre 15 dias e três meses até o ano de 2009, quando a Lei Federal número 11.982 revogou o Art. 60 do Decreto Lei nº 3668/1941. Até os dias de hoje, contudo, a conduta da *vadiagem* continua sendo tipificada como criminosa, de acordo com o código penal vigente no Brasil.

Por fim, do mito da democracia racial, cuja análise e crítica de Abdias Nascimento (1978) foi emblemática, quando apontou para um processo de racismo mascarado, até a popularização da perspectiva do racismo estrutural nos correntes dias, a partir do trabalho de Sílvio de Almeida (2018), a questão racial permanece como um fator definidor e normalizador das relações sociais na sociedade brasileira. À luz desta contextualização específica sobre o contexto brasileiro, orientada sobre a perspectiva da relação colonial, espero ter demonstrado que o fenômeno contemporâneo da população em situação de rua possui relação direta com o processo sócio-histórico de formação do país, quando oferecemos ênfase à questão da experiência colonial e do colonialismo. Sinto que nem de longe a temática do racismo, da racialização e do colonialismo no contexto brasileiro foram contempladas nesse trabalho. Fica

aqui um apontamento sobre a necessidade desse aprofundamento em outros estudos, que se dediquem a tecer relações mais detalhadas a respeito do assunto – para tamanho empreendimento, há um arsenal de autores e autoras que podem instrumentalizar um enquadramento futuro.

5 ECOS DE UM MASSACRE

Neste capítulo, retomo o fato que foi tornado pedra fundamental na constituição do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), conhecido como o massacre da Praça da Sé, ocorrido em São Paulo, no ano de 2004, de modo a conduzir a reflexão exclusivamente a partir desse terrível acontecimento. Tal qual fiz anteriormente, apoiando-me em Marshall Sahlins (1990), situo essa passagem de um terrível “acontecimento” para um “evento”, com uma significação particular, que justificou uma mobilização nacional a partir do discurso sobre os direitos humanos, bem como a fundação deste movimento social.

Proponho uma análise documental que parte de uma reunião de notícias de jornal, que integram um dossiê pertencente à Associação Rede Rua, bem como consulto um livro-reportagem dedicado ao assunto, com o intuito de reconstituir uma narrativa que se atém a descrição dessa série de assassinatos e tentativas de homicídio. Apresento as linhas de investigações que circularam à época e entrevisto personagens marcantes daquele período, como um dos promotores de justiça que apresentaram a denúncia sobre o caso, o padre que encampou uma luta por justiça para o esclarecimento do morticínio, além de um militante do MNPR tido como um “sobrevivente” do episódio. Em seguida, reflito sobre a articulação fundamental entre a morte, os processos do morrer próprios a quem experimenta a situação de rua, o luto e o ativismo político em nome dessa causa a partir de relevantes etnografias que trabalharam com a temática e com esse ativismo no país. Neste sentido, friso que o vínculo entre o terror e a política se faz presente desde a gênese deste movimento social.

Em relação ao processo de morrer socialmente diferenciado que a população em situação de rua experimenta, situo a *existência-relâmpago* de uma das vítimas do massacre da Praça da Sé – o “Desconhecido”, uma vítima sepultada sem a confirmação da sua identidade – para aprofundar a reflexão que articula a situação de rua e a morte. Apresento outras etnografias que se debruçaram sobre os processos da morte e do morrer na sociedade brasileira para pensar a especificidade desses engajamentos e a substancial diferença que apresentam em relação ao ativismo político encampado a partir da situação de rua.

Através da consulta às pesquisas antropológicas que se dedicaram a outros grupos e a outros contextos sociais, proponho uma revisão da literatura em relação a etnografias realizadas em contextos como o Instituto Médico-Legal, os seus arquivos e as suas rotinas, bem como trabalhos realizados juntamente a outras instituições policiais, de modo a visualizar o processamento burocrático do morrer e os seus efeitos: notadamente, o que está em jogo, é a incapacidade ou limitação dos mortos da rua acionarem os vínculos sociais no mundo dos vivos.

Invisto sobre as pesquisas que se dedicaram aos familiares de vítimas da violência letal, aos familiares de vítimas de desaparecimento forçado e aos familiares de vítimas de mortos e desaparecidos políticos no período da ditadura militar, tomando como ponto de partida um contraste com a questão do morrer no mundo da rua: a impossibilidade do alargamento da condição de vítima para uma comunidade de sofrimento social. A partir disso, enfim, destaco a complexidade desse singular agenciamento político da morte, do morrer e do luto em relação à população em situação de rua.

5.1 Terror nas ruas de São Paulo

Um acontecimento na madrugada fria de 19 de agosto de 2004, uma quinta-feira, em São Paulo, se inscreveu na história da luta política e por reconhecimento social que se construiu ao redor da temática população em situação de rua no Brasil. Daquele momento até à madrugada do domingo, dia 22 de agosto de 2004, uma série de ataques contra “moradores de rua” foram registrados nas imediações da Praça da Sé, no centro da capital paulistana, vitimando sete pessoas que dormiam nas ruas e deixando mais nove feridas, algumas com sequelas graves ou irreversíveis. A partir de uma análise documental, foi possível construir uma narrativa e descrever os detalhes e as nuances que tornaram essa série de acontecimentos um “evento” através da fundação de um movimento social, bem como a instituição de uma agenda política que, anualmente, recorda e retoma a data desse episódio para dinamizar um ativismo político que recorre aos símbolos do luto.

O conteúdo das reportagens e notícias sobre o massacre da Praça da Sé citadas nesse capítulo foram obtidas por meio do contato com Alderon Costa, da Associação Rede Rua, responsável por uma publicação impressa e especializada sobre população em situação de rua no país, um jornal conhecido “O Trecheiro”. Ele me passou um verdadeiro dossiê de reportagens da época, que integravam uma apresentação da instituição em formato de *slides*. Por se tratar de recortes de jornais antigos, alguns não possuem o cabeçalho, sendo difícil a identificação da data e mesmo do nome de alguns dos periódicos que noticiaram a série de agressões e assassinatos. O conteúdo jornalístico citado nesta reflexão está disponível em anexo.

Logo no começo da manhã, quando iniciava uma circulação maior de pessoas nas imediações da Catedral Metropolitana, nas proximidades da Praça da Sé, o Marco Zero do município de São Paulo, foram encontrados os primeiros corpos das vítimas das agressões ocorridas naquela madrugada. Um corpo negro, de 50 anos de idade, de uma travesti foi

encontrado em frente a uma loja de artigos religiosos com um ferimento na cabeça. No quarteirão abaixo, um homem foi encontrado no chão, sangrando, e foi encaminhado ao hospital com lesão semelhante. Na rua Tabatingueira nº 406, em frente a uma oficina de pintura, um terceiro corpo foi encontrado sangrando sob um cobertor acinzentado, na posição de quem dormia, por entre um vão que separava dois prédios. Não muito longe dali, a cerca de cinco quarteirões, na rua XV de Novembro, em frente a uma agência do Unibanco, um homem estava inconsciente e sangrando com um corte na cabeça; ele não atendia aos chamados das pessoas e foi encaminhado ao pronto-socorro pelos transeuntes. Outra pessoa foi socorrida com corte na cabeça na rua São Bento. Próximo dali, um homem foi encontrado inconsciente com sangramento no nariz, também na posição de quem dormia. Outro homem foi encontrado caído de bruços e foi socorrido com afundamento no crânio na rua Piedade. Na rua da Glória, mais uma prestação de socorro para uma vítima que foi encontrada caída, vomitando e sangrando pelos ouvidos. Em um único boletim de ocorrência, o de número 9313/2004, um triplo homicídio e cinco tentativas de assassinato eram registrados no primeiro distrito policial da polícia militar do Estado de São Paulo.

Outras duas ocorrências com vítimas golpeadas na cabeça seriam registradas e juntadas ao inquérito policial aberto pela terceira delegacia da divisão de homicídios, especializada em chacinas. Também naquela manhã do dia 19 de agosto de 2004, uma mulher prestou socorro para um homem branco de 40 anos, encontrado em uma praça em frente a uma agência do INSS, inconsciente, sem documentação e com sangramento no nariz e na boca. Outra vítima, a décima, foi encontrada na rua Conde do Pinhal, caída de bruços, enrolada e com a cabeça encoberta por um lençol no meio da calçada.

Ao final daquela manhã de quinta-feira, tudo que envolveu o brutal ataque e a condição de saúde das dez vítimas passaria por rigoroso tratamento policial e médico, bem como seria alvo de intensa cobertura jornalística. Passaria a ser atenção dos noticiários do Brasil e do mundo o que se noticiou como sendo a “Candelária paulista”, o “massacre do centro” ou o “massacre de mendigos”, como nomeou a Folha de São Paulo, que estampou a notícia, em diagramação com as cores preto e vermelho: “Massacre no centrão mata 3 mendigos e fere 7”. No texto que acompanhou essa chamada, o jornal descreveu: “o centro de São Paulo virou um campo de extermínio”.

O que as vítimas tinham em comum era o fato de estarem em situação de rua e, naquela noite, pernovernarem na região da Praça da Sé, no centro de São Paulo. Foram agredidas, sem que fosse possibilitada qualquer tentativa de reação ou defesa. Foram golpeadas na cabeça com um instrumento contundente, provavelmente um cacetete emborrachado, taco de madeira ou barra

de ferro. Aqueles que não vieram a óbito imediatamente permaneciam em coma, haviam sido submetidos a cirurgias neurológicas e estavam internados em estado grave, sob cuidado médico intensivo e com risco de morte. Àquela altura, o quadro de coma dos “moradores de rua” alimentava comentários, promovia narrativas e mexia com o humor nacional a partir da comoção causada pelas circunstâncias singulares do acontecimento. A covardia, a brutalidade e a crueldade alimentavam o medo e a sensação de terror nas madrugadas geladas de São Paulo. Essas pessoas, já fragilizadas pela própria condição de precariedade que as envolvia, após serem agredidas covardemente, lutavam pela vida e eram alvo da atenção pública.

Tal estado de “coma dos mendigos”, nesse sentido, penetrava o imaginário social a partir do signo do terror, a ser diariamente evocado pelos veículos de comunicação social a partir da atualização do estado clínico dos sobreviventes. A cobertura jornalística do “massacre de mendigos” era mantida a partir de um mapeamento a respeito do estado de saúde dos sete sobreviventes, que traziam os problemas referentes a sua não-identificação, por não portarem documentação. Entre as dez pessoas atacadas, quatro não foram identificadas, sendo dois mortos e dois sobreviventes, que ficaram hospitalizados em estado grave. Enquanto se apuravam os suspeitos e as possíveis motivações para os crimes, novos óbitos eram confirmados, totalizando quatro o número de mortos até o fim da sexta-feira – dia 20 de agosto de 2004.

A tarde do sábado foi marcada pelo velório coletivo de cinco das vítimas fatais do “massacre”, no cemitério de Perus, em cerimônia realizada pelo Padre Júlio Lancellotti, uma das figuras públicas proeminentes, que se envolveria com o caso a partir dali de maneira notável. Ferrenho defensor dos direitos humanos, o Padre Júlio Lancellotti era o responsável pelo Vicariato Episcopal para a Pastoral do Povo da Rua desde 1993, que reunia entidades da igreja católica que trabalham com a temática. Diferentemente da forma usual com que são encaminhados os enterros gratuitos pelas prefeituras municipais, estes corpos chacinados receberam outro tratamento: foram vestidos com sapatos, terno e gravata e foram inumados em caixões comprados pela municipalidade. Ainda na madrugada daquele sábado, antes do enterro, portanto, outro ataque resultava em uma nova vítima: dessa vez uma mulher de 47 anos, agredida na Praça São Vito.

Contudo, foi na madrugada de domingo, dia 22 de agosto de 2004, que uma nova onda de ataques ocorreu, com as mesmas características dos ataques ocorridos há três dias. Desta vez, vitimou mais uma pessoa, deixando outras cinco feridas, internadas em estado grave. Uma mulher de 40 anos foi atacada na rua Barão do Iguape e morreu no local. Um homem desconhecido, de cerca de 50 anos, foi encontrado agonizando na calçada da rua Quintino

Bocaiúva. Outra mulher, de 25 anos, atacada e socorrida nas imediações da Praça da Sé. Outros dois homens foram acudidos e encaminhados ao Posto de Saúde Vergueiro após serem golpeados nas ruas Rui Barbosa e Japurá. A nova onda de ataques, noticiada já no início da manhã daquele domingo, deu fôlego a um ato religioso que já estava programado e que foi realizado naquela tarde, em frente à Catedral Metropolitana de São Paulo, na Praça da Sé, epicentro dos ataques.

Nas páginas dos jornais, parte da imprensa, como o jornal O Estado de São Paulo, destacava o tratamento oferecido aos “moradores de rua” no sepultamento realizado no dia anterior. Em sua edição impressa, circulavam os detalhes sobre a cobertura presencial daquela cerimônia, com o título “moradores de rua tem enterro de luxo”. A edição trazia também uma reportagem especial, intitulada: “Nos mocós, a vida de homens das cavernas”, ilustrada com uma fotografia dos pés de uma pessoa em situação de rua. Em tom acusatório, o conteúdo os depreciava ao mobilizar moralidades: “eles não pagam água, luz e aluguel”. Outra morte fruto dos ataques de quinta-feira seria confirmada na madrugada de domingo, dia 22 de agosto de 2004, elevando para seis o número de vítimas fatais.

O ato político e religioso, de cunho ecumênico, reuniu mais de cinco mil pessoas no largo da Catedral da Sé na tarde de domingo. Os recentes ataques daquela madrugada influenciaram para o enorme comparecimento da população em geral. Foi a partir deste acontecimento que uma politização da tragédia passou a ser alimentada na cobertura jornalística. O governo federal, do Partido dos Trabalhadores, enviou o Ministro da Justiça Márcio Tomaz Bastos para prestar solidariedade no evento, que contou com a participação da então prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, também do Partido dos Trabalhadores. Naquela tarde, o Padre Júlio Lancellotti funcionava como um mestre de cerimônias, coordenando a passagem do microfone entre as autoridades políticas e religiosas, intercalando também o espaço da fala com algumas pessoas em situação de rua, ao passo que também entoava cânticos e estimulava a plateia.

Uma pessoa em situação de rua pegou o microfone, era um homem branco, baixo, de cerca de 40 anos, cabelos emaranhados e com a face marcada por rugas de expressão. Ele falou a todos: “do Presidente da República ao cidadão mais humilde, todos temos sangue vermelho”. Em seguida, houve uma procissão, que peregrinou, sob cânticos, e acendeu velas em três pontos onde pessoas foram atacadas e mortas. Alguns dos outros manifestantes tinham faixas pretas amarradas aos braços ou à cabeça. Um homem negro, de barba grisalha, trouxe uma cruz de papelão com a inscrição dos nomes das vítimas: Cosme, Ivanildo (Pantera), Maria Baixinha, Antônio Odilon, Antônio Carlos, bem como a inscrição “Desconhecido”. Pediu ajuda a prefeita

Marta Suplicy, para que ela carregasse também aquela cruz, e por alguns momentos a maior autoridade do município carregou a cruz de papelão que era um acima de tudo símbolo. Marta havia acabado de decretar luto oficial de três dias em memória daqueles seis mortos: cinco corpos identificados e um corpo não-identificado, sendo o primeiro luto de três dias da centenária história de São Paulo.

Este ato político e religioso obteve bastante cobertura nos veículos impressos. Um dos jornais de grande circulação na capital paulistana destacava o trabalho do padre Júlio Lancellotti. A partir do destaque na edição impressa - “padre ataca Estado” – o texto anunciava uma vigília no largo do São Bento para a noite seguinte, uma segunda-feira, como estratégia de reunir e proteger aqueles que permaneciam em situação de rua naquela região do centro de São Paulo. O “morador de rua” que falou ao microfone também fora mencionado. Com o título “petista discursa como mendigo”, destacava-se o vocabulário e as metáforas de Renato Sena, a época com 39 anos, descrito como um militante do PT que sequer vivia nas ruas. A politização e partidarização do acontecimento do massacre da Praça da Sé, portanto, era diariamente estimulada e construída a partir da cobertura jornalística, enquanto uma estratégia de manter o assunto em evidência mesmo quando não haviam novidades acerca da investigação policial em andamento.

A partir daquela segunda-feira, a cobertura jornalística se dedicaria às linhas de investigação adotadas pela polícia para os crimes da quinta-feira e para os novos ataques registrados na madrugada do domingo. Além disso, havia as avaliações sobre diferentes impressões do ato político e religioso realizado no dia anterior. As autoridades públicas passariam a se pronunciar sobre o assunto e uma troca de farpas entre a prefeitura municipal e o governo do Estado - que era do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o partido derrotado nas eleições majoritárias de 2002 na disputa da Presidência da República – a respeito da responsividade em relação ao “massacre de mendigos” seria alimentada. Os tucanos acusavam a gestão municipal de ser omissa em relação ao assunto população em situação de rua, enquanto os petistas acusavam o governo do Estado de falhar na segurança pública. O Ministro da Justiça chegou a oferecer os serviços da Polícia Federal ao governo de São Paulo, o que foi prontamente recusado.

Naquele momento, o fator que mais causaria tensão seria a dúvida sobre os autores do fato hediondo e a possibilidade de integrarem tanto a Guarda Municipal quanto a Polícia Militar. No dia 25 de agosto de 2004, o jornal O São Paulo era taxativo: “Trata-se da maior agressão em série contra a população de rua já registrada na capital paulista”. De outro lado, o jornal Brasil de Fato desta data faria a leitura de que os “assassinatos na capital paulista revelam

guerra genocida contra pobres, com anuência das elites e omissão do Estado”. As dúvidas sobre autoria e motivação começariam a serem sanadas seis semanas após os ataques, a partir do dia 19 de setembro de 2004, quando foi solicitada a prisão temporária de dois policiais militares e de um homem que prestava serviços de segurança privada para algumas empresas na região onde os crimes ocorreram. Ao todo, o massacre da Praça da Sé deixou sete mortos e nove pessoas feridas, alguns com sequelas irreversíveis e traumas psicológicos, além daqueles que precisaram ingressar em programas de proteção a testemunhas.

5.2 Linhas de investigação e processamento judicial

Os inquéritos policiais que resultaram desses acontecimentos produziram cerca de duas mil páginas e envolveram mais de cem testemunhas (MATA, 2006, p. 14). As linhas de investigação para a onda de violência iniciada em 19 de agosto possuíam um fator: a presunção de um ódio comum da sociedade para com esta parcela da população que dormia nas ruas do centro de São Paulo. De acordo com os investigadores, era consenso que muitas pessoas teriam motivos para matar os “moradores de rua”.

A delegacia que investigou a “chacina da Sé” inicialmente partiu de quatro narrativas que buscavam entender as motivações para os atos. Isso envolvia a ação dos grupos de *skinheads* no centro de São Paulo, a presunção de uma briga entre dois grupos de “moradores de rua” que rivalizariam pelo território, o possível mando de algum comerciante da região do centro, ou até mesmo se tratar da ação isolada de um psicopata.

Aos poucos as suposições eram deixadas de lado enquanto uma narrativa parecia chegar a uma motivação aparente. No período, de fato, havia a presença e a ação de grupos de *skinheads* naquela região, chegando a haver registros de agressões contra pessoa em situação de rua, mas a hipótese foi descartada, assim como a possibilidade da ação isolada de um único indivíduo. A presunção de que algumas das vítimas eram usuárias de drogas levou a se estabelecer uma linha de investigação que também as vinculava ao comércio de drogas.

Somente depois da perícia das vítimas apontar que o instrumento responsável pelas lesões se assemelhava a um cacetete, que os golpes eram precisos, certos e únicos, demonstrando que o autor dominava o manejo do objeto, a hipótese de os suspeitos serem policiais militares, guardas civis ou seguranças privados era considerada porque isso reforçava o conteúdo dos depoimentos das primeiras testemunhas. As investigações, por fim, focalizaram a ação de três policiais militares, que já eram investigados na corporação por operarem um esquema de tráfico de drogas e extorsão de vendedores ambulantes que atuavam no comércio

informal da rua 25 de Março. À época, um dos policiais militares que foi acusado dos ataques tinha a irmã e a mãe presas depois de uma busca da polícia civil apreender drogas na casa onde residiam, sendo ele próprio também o responsável por uma rede de tráfico de drogas no centro que envolvia alguns “moradores de rua”. A investigação apontou que ele primeiro distribuía uma cota de droga e após retornava para reclamar a sua parte. O não pagamento desses acordos seria entendido como a principal motivação para alguns dos assassinatos. Contudo, era difícil estabelecer umnexo causal, uma correlação entre todas as agressões a partir desses suspeitos.

Foi em setembro, um mês após os fatos, que foi solicitada a prisão temporária de três suspeitos. A imprensa repercutiu as atualizações sobre o caso. A Folha de São Paulo trouxe o título da reportagem no dia 17 de setembro de 2004: “Massacre no Centro: polícia aponta dois PMs e um segurança clandestino como suspeitos; para secretário, tráfico motivou o crime”. E detalhava a linha de investigação que a polícia civil havia construído: “Os suspeitos seriam intermediários da venda de crack, e algumas vítimas, passadores das pedras e usuários de droga. Os sem-teto teriam sido atacados devido a dívidas com os fornecedores”.

Essa investigação policial, contudo, apurada ao longo de noventa dias, não estabeleceria vínculo direto entre os suspeitos e as cenas dos crimes, que ocorreram em diferentes locais. Isto fez com que o Ministério Público, à época, em um primeiro momento, se recusasse a ingressar com a denúncia sobre o caso a partir daquele inquérito policial. Mesmo após acompanhar todo o inquérito policial sobre as agressões aos “moradores de rua” do centro, através de um pedido formalizado por representantes da sociedade civil, o promotor de justiça recusou-se a ingressar com denúncia. Isso só aconteceu no dia 23 de março de 2005, quando uma mulher, que seria uma possível testemunha dos ataques de agosto de 2004, foi assassinada por policiais militares nas ruas de São Paulo.

Um novo inquérito policial apurou a autoria desse crime. Isso fez que uma nova testemunha depusesse sobre a “chacina da Sé”, reforçando os argumentos da linha de investigação então perseguida pela polícia civil. Somente no dia 31 de outubro de 2005 o Ministério Público nomeou outros dois promotores que, juntamente com o primeiro já nomeado para o caso, finalmente formalizaram a denúncia ao juizado. Dessa vez, porém, foi o juiz federal quem não acolheu a denúncia, argumentando falta de elementos conclusivos para o caso. A decisão do juiz foi motivo de recurso do Ministério Público em 08 de novembro de 2005, e o caso ficou anos aguardando uma posição da 13ª Câmara Judicial de São Paulo.

Através de um contato telefônico, Alderon Costa²⁴, um militante dos direitos humanos e integrante da Associação Rede Rua, recordou das vigílias realizadas na rua naquele período junto a pessoas solidárias e sensibilizadas com os fatos ocorridos na região central de São Paulo. A ação de aglomerar as pessoas em situação de rua no espaço público em alguns pontos da região central durante as noites, em vigílias, era uma iniciativa para protegê-las de novos atos de violência. Entre essas pessoas, destacou o padre Júlio Lancellotti e a advogada Michael Nolan como incansáveis no levantamento de possíveis testemunhas.

O medo e o terror faziam com que ninguém quisesse comentar nada sobre assunto. Portanto, era uma tarefa inglória encontrar quem testemunhasse, tanto para a polícia quanto para os militantes dos direitos humanos sensíveis àquela causa. Em relação a possibilidade de acessar imagens das câmeras de vigilância da região central, ou não haviam câmeras ou o recurso foi obstruído, por algum motivo que ninguém soube explicar, ainda que isso gerasse desconfiança. Fato era que ninguém havia visto ou ouvido coisa alguma. Alguns grupos de pessoas em situação de rua começaram a migrar e os antigos locais de concentração se dissiparam para novos pontos. Outros grupos se escondiam, enquanto algumas pessoas nesta condição começavam a ter a preocupação de se armar.

À época, a advogada e ativista dos direitos humanos, Michael Nolan²⁵, a “Doutora Michael”, se envolveu nesse processo e recordou que possivelmente o destino da ação envolvendo os casos do massacre da Praça da Sé deva ter sido o arquivo do Poder Judiciário, visto que apenas uma das denúncias sobre um dos sete homicídios foi acolhida. Tudo isso apesar da materialidade dos corpos e das sequelas irreversíveis dos sobreviventes. Portanto, o fato de as vítimas que escaparam à morte estarem impossibilitadas de testemunhar, somado ao fato de não haver mais a quem recorrer, impediu a abertura de um novo inquérito. Ela contou que as suas tentativas de incidir nesse processo que envolviam as vítimas do massacre da Praça da Sé foram minadas uma vez que ela própria não era familiar de nenhuma vítima em questão, bem como por não possuir o contato de nenhuma pessoa com vínculo consanguíneo. Ainda que fosse advogada, estes fatores era impeditivos para o ingresso com representação de acordo com o código de processo penal brasileiro.

Conversei por telefone com um dos promotores que, à época, fez parte da equipe destacada pelo Ministério Público e que ingressou com a denúncia em relação ao caso do massacre da Praça da Sé. O objetivo do contato com Rodney Elias da Silva²⁶ foi entender, na

²⁴ Entrevista, conduzida por mim, realizada por telefone no dia 02 de junho de 2020.

²⁵ Entrevista, conduzida por mim, realizada por telefone no dia 01 de junho de 2020.

²⁶ Entrevista, conduzida por mim, realizada por telefone no dia 11 de maio de 2021.

sua concepção, quais foram os principais desafios e dificuldades enfrentados no processamento judicial. Na sua interpretação, como os crimes envolviam policiais militares e pessoas em situação de rua, essa correlação fez com que as eventuais testemunhas, tanto de um lado como de outro, se negassem a prestar depoimento.

O que eu lembro desta investigação era essa dificuldade de você conseguir provas, por que o morador de rua ele tem receio de sofrer represália. E, por outro lado, geralmente os policiais militares nada viam. E os que a gente achava que tinham visto alguma coisa ou estavam envolvidos, eles não iriam falar nada, não seriam bobos; ou entrava o espírito de corpo (*no sentido de corporação*), e não iriam delatar. O que me lembro era essa a dificuldade da investigação: estabelecer provas de autoria, porque quem poderia fornecer essas provas a gente tinha essas dificuldades. Inclusive o Padre Júlio Lancellotti ajudou a gente indicando moradores de rua que teriam visto, a gente ia atrás, mas tinha essa dificuldade, na hora que chegava para ouvir a pessoa, não sei se era porque a gente era promotor ou porque era o delegado, aí a pessoa via: 'vish, tá ficando sério'. Tanto que a gente fez a denúncia, se não me engano, envolvendo alguns dos sete crimes homicídio, sendo uma parte deles consumada e uma parte tentada. E a denúncia, em primeiro grau, perante o juiz da vara do júri, ela foi integralmente rejeitada. Aí nós recorremos pro Tribunal de Justiça, ele recebeu um dos crimes só, agora não recorro se consumado ou tentado, e depois disso, se não me falha a memória, houve um recurso lá para Brasília. A partir daí eu mudei de área, saí da parte do júri e fui para outra área e perdi o contato com o processo. (...) A grande dificuldade era estabelecer o vínculo entre os casos também. Deduz que era um problema relacionado a drogas, mas assim, uma prova contundente disso a gente nunca conseguiu ter. O que a gente tinha era uma série de indícios que levavam aquela conclusão. É como se você pegasse um mosaico e fosse colocando as peças e visse, ó, aparentemente, mas não fica um mosaico super nítido. Fica aquele mosaico que você fala: 'é, dá para ler isso, mas não com nitidez'. O delegado da época, qualquer prova que davam para ele, ele ia atrás. A polícia fez campana, policiais andaram dormindo como se fossem indigentes na Praça da Sé, para ver se conseguiam localizar alguém, mas não localizaram ninguém. Enfim, a gente teve essa dificuldade enorme na investigação e isso refletiu na qualidade da denúncia. (ENTREVISTA COM PROMOTOR DE JUSTIÇA RODNEY ELIAS DA SILVA, 2021)

Chama a atenção, de acordo com a interpretação do sistema judiciário oferecida pelo promotor de justiça, que mesmo sendo uma série de ataques materialmente consumados e registrados em boletins de ocorrência e de atendimento médico, não fora entendida uma correlação com a autoria devido à ausência de informações no inquérito policial que levassem a esta conclusão. Por parte das pessoas envolvidas na cobrança por respostas do sistema judicial, sempre houve o questionamento sobre o porquê não se utilizaram as imagens de câmeras de segurança que, à época, já eram bastante difundidas no centro de São Paulo. Solicitações de imagens de câmeras de segurança, contudo, não constaram no inquérito policial (MATA, 2006).

Foi possível perceber na articulação feita pelo promotor de justiça uma ênfase na correlação entre a situação de rua e a drogadição como um elemento explicativo para justificar o não andamento do processo judicial. Embora, conforme destacado acima, não houvesse prova contundente que levasse a tal conclusão.

Quando você tem uma situação de vulnerabilidade que se associa com o vício em drogas, praticamente o ser humano fica relegado ao esquecimento. Este próprio ser humano começa a perder a ideia da sua individualidade, o Estado acaba voltando as costas para ele também, em relação às prioridades, já que ele está nesta situação, deixa ele assim. E acaba que, quando estas pessoas são vítimas de crimes cruéis, acabam tendo esta dificuldade intransponível de você achar prova. Por quê? Porque quem está no meio, pelo envolvimento com drogas, tem aquela dificuldade de não querer sair daquele meio, se eu vou colocar em um programa de testemunhas, tem regras rígidas que ele não vai seguir, então, tem essa primeira dificuldade. A segunda dificuldade, a população em si também não quer se envolver, ainda que tenha visto alguma coisa, ela pensa, 'por que eu vou por minha cabeça a prêmio por aquela pessoa?'. Então, você tem essa enorme dificuldade. E terceiro: os crimes ocorreram no centro de São Paulo, alguns de madrugada, tem locais de madrugada no centro de São Paulo que ficam às moscas, quase não tem ninguém, não tem filmagem, não tem o que fazer. (...) Eu acho que até hoje nós teríamos essa dificuldade de investigar. Não só aqui em São Paulo, mas em qualquer lugar do Brasil que tiver essas características que eu mencionei: uma população de rua aliada a um vício, então, isto faz com que a população como um todo não queira se envolver. E o próprio Estado, por questões orçamentárias, dá prioridade a outros setores. À medida que você tem essa invisibilidade social, você tem essa dificuldade para achar provas. O que é invisível é difícil mostrar para os olhos, e prova para juiz tem que ser algo visível. (...) O problema era a especificidade das vítimas. Porque os moradores de rua infelizmente eles acabam sendo vistos como anônimos. Não são pessoas que a sociedade leva em consideração, queira resolver o problema. É uma população que fica à margem da sociedade, à margem do sistema. E a gente tem essa dificuldade porque, como eles também se sentem à margem da sociedade, à margem do sistema, como que eles vão cooperar com um sistema que não vai depois dar um respaldo para eles? Pensa comigo, eu dou um depoimento, dando a cabeça do A, do B e do C, mas e depois, como eu me protejo? 'Ah, mas eu te dou a proteção do Estado'. 'Ah, você me dá a proteção do Estado? Beleza'. Só que aí entra o componente do vício. A pessoa é viciada, ela não vai querer ficar, porque quando você está sobre a tutela do Estado, você é uma testemunha protegida, você tem regras muito rígidas para serem seguidas. (ENTREVISTA COM PROMOTOR DE JUSTIÇA RODNEY ELIAS DA SILVA, 2021)

Ainda que os laudos necroscópicos não apontassem a presença de drogas no organismo das vítimas do massacre da Praça da Sé, o estigma social em relação à população em situação de rua como grupo social interfere substancialmente nas moralidades envolvidas. Uma vez “às margens da sociedade”, “à margem do sistema”, a correlação entre situação de rua, anonimato e drogadição é o que torna essas vidas, além de indignas, extermináveis. É importante frisar a correlação encontrada na fala do promotor de justiça, este atravessamento da invisibilidade social para uma noção de invisibilidade jurídica, uma vez que os próprios operadores do direito reconhecem a dificuldade de processar casos em contextos semelhantes aos das vítimas do massacre da Praça da Sé, quando se mistura a presunção da drogadição dos sujeitos com a vulnerabilidade social que os enlaça.

Friso, por fim, o termo esquecimento utilizado pelo operador do direito, posto que a linha de investigação que sempre correlaciona a situação de rua com a drogadição funciona como uma forma de desidrar o interesse público sobre os crimes e violências que ocorrem

nestas circunstâncias – conforme foi sugerido por Melo (2017) e frisado por mim nos capítulos anteriores.

5.3 No meio do caminho, tinha um padre

Uma das pessoas que acompanhou de perto o inquérito policial e o processamento judicial sobre o massacre da Praça da Sé foi o padre Júlio Lancellotti. Quando o primeiro promotor de justiça se negou a representar pela denúncia, após acompanhar os noventa dias das investigações, em um pedido formalizado junto ao Ministério Público, o padre o procurou. Causou-lhe estranheza o fato de a proteção de tela do computador do promotor de justiça ser a imagem de um revólver que disparava uma bala a cada minuto²⁷. Desde os acontecimentos, todos os meses o padre promovia pelo menos um ato público e religioso, sempre aos dias 19 de cada mês, como forma de acompanhar o andamento das investigações e do processo judicial. “Fazer justiça séria, pra acabar com a miséria do povo que é sofredor”, cantarolava o padre Júlio para as pessoas que lhe seguiam durante o itinerário do calvário dos “moradores de rua” no centro de São Paulo. Diante da não acolhida da denúncia por parte do Ministério Público, o padre conclamou um ato semelhante ao realizado na Catedral Metropolitana para acontecer às portas dessa instituição. Na ocasião, levou uma coroa de flores com o nome de cada uma das vítimas do massacre – incluindo o nome do “Desconhecido”, que fora acolhido enquanto um símbolo.

Quando o procurei presencialmente, em relação aos ataques que ocorreram entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004, o padre recordou os fatos enfatizando a narrativa a partir da complexidade de quem precisou socorrer as vítimas nos hospitais, que chegavam com graves lesões neurológicas. Era uma manhã de sol e eu o encontrei no bairro da Mooca, em São Paulo, onde ele conduz os seus trabalhos na capela São Miguel Arcanjo. Conversou comigo após servir café com alguns biscoitos, distribuir algumas roupas e conversar brevemente com um grupo de aproximadamente trinta pessoas em situação de rua que lá estavam. Ao deslocar-me da estação de metrô até a capela, visualizei centenas de pessoas em situação de rua naquelas redondezas.

O massacre foram dois dias de ação, no 19 de agosto e depois continuou também no dia 21. Foram sete pessoas que foram mortas, o outro grupo ficou ferido, mas ficou lesionado porque todos foram golpeados da mesma maneira. Era um golpe certo na cabeça. O que eu consigo perceber no que aconteceu é que uns foram mortos porque estavam marcados para morrer, como o que morreu na João Mendes, o Pantera, ele

²⁷ Entrevista presencial, realizada em São Paulo, nas dependências da capela São Miguel e Arcanjo, no bairro da Mooca, no dia 27 de agosto de 2019.

estava marcado. E outros foram golpeados porque acordaram e viram. Depois a própria investigação fez o mapa dos horários, porque o que foi que aconteceu, começou a chegar pessoas com grave lesão neurológica, todos com a mesma tipologia, chegando seguidos, cinco, quatro, três, tudo foi chegando e isto pôs em pânico o hospital municipal. Porque chegar uma pessoa com lesão neurológica gravíssima, por golpe ou por objeto que atinja a cabeça, necessita uma equipe neurológica, uma equipe de cirurgia muito complexa. Aí chegou um no hospital, assim, mobilizou a equipe, aí chegou o segundo, assim também, a equipe já levou um susto. E em pouco tempo de diferença, aí chegou o terceiro, também com uma grande lesão neurológica. Alguma coisa está acontecendo. Aí chegou o quarto. Chegou o quinto... Dos que sobreviveram, todos ficaram com lesões irreversíveis, ao ponto de não terem condições de falar... E sete morreram. Até tem uma curiosidade sobre esta questão dos mortos, porque dos sete que morreram, um a irmã apareceu e ele foi sepultado no cemitério que a irmã indicou, e o Pantera, que a família dele apareceu e ele foi sepultado em São Miguel. Os outros cinco, que não apareceu ninguém para reclamar, dois tem nome e três são desconhecidos. Foram reclamados, mas são desconhecidos os nomes. Estes cinco estão sepultados no cemitério de Perus. E o que é interessante é que o próprio cemitério tem a localização e identificação de quatro sepulturas, de uma eles não sabem quem é, onde que está. E eu vim sepultar os cinco. E o próprio cemitério não sabe dizer quem é o quinto, onde está. A quinta sepultura não consta na administração do cemitério. A gente falou no Ministério Público, com a Defensoria Pública, na Câmara, porque eu pedi que estes corpos não fossem exumados, porque a própria prefeitura aprovou um marco que tem lá na Praça da Sé, sobre o massacre, e ia fazer também um memorial no cemitério, nestas cinco sepulturas, iria ter um marco. Mas a quinta sepultura, que nós viemos sepultar, eles não sabem mais quem é nem onde está. (ENTREVISTA COM PADRE JÚLIO LANCELOTTI, 2019)

O homem que carregava uma enorme cruz de papelão, que continha a inscrição dos nomes das vítimas, um homem negro e alto, de barba grande, e outros que comparecem ao ato que reuniu cinco mil pessoas na Praça da Sé, no domingo do dia 22 de agosto de 2004, acompanharam os outros velórios e sepultamentos promovidos pelo padre Júlio Lancellotti. Conheci a este homem, considerado um sobrevivendo do massacre, e descrevo, no Capítulo 6, sua interpretação sobre os acontecimentos e os efeitos disto na sua trajetória pessoal. No dia primeiro de setembro de 2004, o jornal Metro News estampava a notícia: “Moradores de rua são enterrados como indigentes: eles agora ocupam covas que eram dos presos massacrados no Carandiru”. A matéria fazia uma intrigante relação entre as vítimas do massacre da Praça da Sé com as de outros massacres, visto que os corpos possuíam um mesmo destino: o cemitério de Perus, zona leste de São Paulo.

O texto da notícia dizia que “depois de permanecer uma semana no Instituto Médico-Legal (IML) sem serem reconhecidos por parentes, os corpos de quatro moradores de rua mortos no ataque no Centro foram enterrados ontem no Cemitério Dom Bosco, em Perus, Zona Oeste, em clima de revolta. Para isso, quatro covas foram esvaziadas: nelas estavam até segunda-feira os restos de vítimas de outro massacre, o dos 111 presos da extinta Casa de Detenção, no Carandiru”. E adiante destacava: “parte dos presentes também lembrou o fato de no cemitério terem ocorrido enterros clandestinos de vítimas do regime militar, cujas ossadas

foram descobertas em 1990”. Os corpos desaparecidos da ditadura militar, as vítimas de um dos maiores massacres do sistema carcerário e os mortos do massacre da Praça da Sé, todos convergiram às valas comuns e às covas rasas do cemitério de Perus. Ao invés de ser redundante, tal convergência dos mortos é sobretudo simbólica, uma vez que tanto os desaparecidos políticos da ditadura militar quanto os presos chacinados na casa de detenção e os “moradores de rua”, todos eles foram assassinados por agentes vinculados ao Estado brasileiro.

Os frequentes sepultamentos feitos em cemitérios como o de Perus ou o da Vila Formosa, especialmente o das cinco vítimas do massacre da Praça da Sé, e a tentativa de se criar um memorial em frente às covas, fizeram do padre Júlio Lancellotti uma presença conhecida nessas necrópoles. Enquanto recordava comigo suas experiências nesses ambientes, o padre seria interrompido por um trabalhador do Ação Rua, entidade que presta serviços de assistência e abordagem social e que trabalha diretamente com a população em situação de rua no município de São Paulo. Ele chegava para informar ao padre sobre os trâmites de um sepultamento de uma pessoa em situação de rua, que era conhecida por ele, para que realizasse a cerimônia de sepultamento. Quando pensou sobre os processos da morte e do morrer para esta população, o padre, indiretamente, fez menção às dinâmicas dos campos de concentração durante o holocausto judeu em relação ao trabalho realizado naqueles cemitérios.

Quando os chamados não-reclamados são sepultados, até pouco tempo atrás eles eram sepultados em covas coletivas. Todos juntos, jogados de uma vez, em adiantado estado de putrefação alguns. Eu lembro que naquela ocasião da morte dos irmãos de rua em 2004, o pessoal do cemitério ficou um pouco implicado com a minha presença, porque toda hora eles me viam lá. Aí o pessoal do cemitério falou para mim: ‘o senhor gosta tanto de rezar pelos defuntos, chegou aquele caminhão lá, tá cheio de mortos, o senhor não quer ir lá benzer?’. Eu falei ‘vou, não tem problema’. Aí cheguei perto do caminhão e eles ficaram com dó de mim. Eles disseram: ‘mas fica distante porque na hora que abrir as portas você vai receber um baque tão forte que você vai cair’. Aí eles me puseram, na distância que eles ficam, quando abre aquilo, realmente, é um terror. Porque estão despídos, estão putrefatos, estão em meia canoa (*se referindo ao corte da necropsia na área do dorso*), os corpos estão todos abertos. E tem no cemitério um lugar lá que eles chamam de ‘barrigada’, aonde enterram as vísceras. Então, tudo isso é desumano, não é? Mas quem faz isso já nem se importa mais... (...) O povo que está na rua morre muito cedo. Por exemplo, morre no frio. Este ano até rolou uma polêmica, porque o frio todos sentimos. O frio é democrático. Todo mundo sente frio, mas quem morre de frio é o pobre. Todo mundo sente o frio, mas só o pobre morre de frio. Esta foi uma discussão enorme, por exemplo, na questão do inverno, de que sempre o Estado diz que a pessoa não morreu de frio, seja o federal o estadual ou o municipal. Porque a hipotermia não é uma doença, a hipotermia é uma síndrome. Quanto vai pro IML, o IML faz o exame da patologia de base, então a pessoa teve uma brônquio-pneumonia ou a pessoa teve um enfarte. (...) E o que a gente percebeu também era que quem morre na rua nas noites mais frias está sozinho, não está em grupo. O grupo se aquece, o grupo se protege, o grupo chama socorro ou acende uma fogueira para se proteger. Então a morte faz parte do cotidiano. Agora, o que eu percebo assim, na rua tem muito a questão esotérica aí, meio que espiritualizada da morte. Eles têm muito medo da morte, muito respeito com a morte. E o morto ficou

muito sacralizado, vai para um mundo misterioso e eles tem assim essa visão bastante, digamos assim, de uma religiosidade popular sobre a morte. Faz parte do cotidiano, está todo mundo sujeito. Alguns são atropelados, outros morrem na intempérie, na rua, outros tem doenças... Há uma banalização da morte do morador de rua. A única coisa que morador de rua morto faz é atrapalhar o trânsito. Aí é quando a polícia fica lá parada, põe aquela fita zebra e põe uma manta de alumínio e a pessoa fica lá oito, nove, dez horas, aquele corpo esperando. A população de rua convive com isso. Convive. Como este que eu estava falando agora – *se refere ao corpo que iria sepultar, sobre o qual falava com o trabalhador do Ação Rua* -, o Carioca, eu lembro dele de muitos anos. A primeira carroça dele era uma geladeira. E ele carregava a família inteira dele dentro da geladeira. Os filhos, que hoje são adultos, e ele e a mulher iam caminhando puxando aquela carroça. Ele continuou, ele ficou algum tempo preso e agora estava na rua. Ele deve ter tido um enfarte, é o que vai sair na causa mortis. Porque a causa mortis ela é objetiva. É o que aparece no exame necroscópico. Eles prescindem da questão social e tal. E se for lá pra Vila Formosa, se for mesmo para lá, a chuva mesmo que exuma todo mundo lá. Ali não tem... Quando você vai para sepultar alguém o que tem de osso jogado para lá e para cá, ninguém mais sabe de quem é aquilo... (ENTREVISTA COM PADRE JÚLIO LANCELOTTI, 2019)

Os velórios das vítimas do massacre da Praça da Sé representam, para quem os vivenciou de perto, um momento de reafirmar um compromisso de defender a vida. Para o padre Júlio Lancellotti, representou um momento para que as próprias pessoas em situação de rua defendessem uns aos outros contra uma violência que, nas suas palavras, é permanente, crônica, que está sempre presente. O massacre – ou a memória do massacre, ou, ainda, a presença e atualidade do evento “massacre” – se faz continuado; ao passo que pode ser reivindicado através da categoria de extermínio. Ele progride de forma contínua e permanente, sem cessar, e, a cada velório, o padre Júlio vivencia experiências que são a constatação da consumação de uma tragédia social: “quem não foi preso, fica sem identificação. Por causa dos registros, como nome e impressão digital. A situação de rua é como uma prisão perpétua, você dificilmente vai sair dela”, sentenciou, encarando-me com seriedade.

Contudo, o padre Júlio estava por demais atarefado naquela manhã em que o conheci pessoalmente e precisamos encerrar a conversa. Ele estava irrequieto sobre como seria contar para o filho do “Carioca”, o corpo que sepultaria em algumas horas, que o pai havia morrido. Além de confortá-lo, o padre tinha a preocupação de saber indicar com exatidão a localização daquela sepultura, que não traria nenhuma referência mnêmica àquela vida, a não ser um número a ser processado burocraticamente através da administração do cemitério.

Com 70 anos de idade e envolvido há 40 anos nessas lutas, o padre Júlio Lancellotti não poupou palavras para apontar o sistema capitalista como o principal responsável pela situação de rua, ao dizer que “o Estado promove o extermínio”. Figura pública, com atuação de bastante penetração na sociedade civil, está presente no noticiário e no imaginário social como um símbolo da luta por direitos humanos no Brasil. Tanto é que disse serem incontáveis às ameaças

de morte que já recebeu, especialmente no período após o massacre da Praça da Sé. Ainda assim, segue o seu ministério regularmente pelas ruas de São Paulo, circulando livremente em regiões conflagradas como a da conhecida como “cracolândia”, hoje no bairro da Luz, empurrando sempre um carrinho de supermercado com roupas e alimentos para doação.

Questionei-o, por fim, sobre uma legenda que utiliza com frequência para descrever as fotografias que ilustram suas publicações nas suas redes sociais: a frase “encontrei Jesus hoje”. O Padre Júlio Lancellotti respondeu: “É o que está no evangelho, ‘eu estava com fome, você me deu de comer, eu estava com sede, você me deu de beber, toda vez que você encontrar meu irmão, eu estou no menor deles’, então, a gente tem que perceber a presença de Jesus no irmão”.

5.4 Um sobrevivente

Por um destes acasos que a vida e, neste caso, a pesquisa etnográfica, podem reservar, conheci e estabeleci uma relação aproximada com Renato Sena, que foi alvo de uma descrição bastante peculiar e pejorativa, que mencionei acima, em uma reportagem em um jornal de grande circulação em São Paulo quando da realização do ato que reuniu mais de cinco mil pessoas no dia 22 de agosto de 2004. Carregada de preconceito e de viés político partidário, a reportagem ilustrava a questão da partidarização do massacre da Praça da Sé a partir da chamada: “petista discursa como mendigo”. No texto, o termo “mendigo” era colocado entre aspas como forma de duvidar da trajetória de rua de Renato, que era destaque também devido à capacidade de se comunicar, o bom vocabulário e as metáforas empregadas na fala que fez na ocasião.

Hoje com 56 anos, Renatinho²⁸, como prefere ser chamado, é considerado um dos fundadores do MNPR. Ele é tido como um dos “sobreviventes” do massacre da Praça da Sé, ainda que não tenha sido alvo direto dos ataques. Por estar em situação de rua desde um período anterior aos ataques, a sua vivência pessoal acompanhou todo esse processo de organização do movimento social de perto. Natural de Santos, no litoral paulistano, possuiu trajetória de rua desde os 14 anos e, naquela época, já frequentava os albergues de São Paulo há alguns anos. Alcoólatra, no ano de 2004, disse estar “no fundo do poço e com a pá na mão, cavando cada vez mais”, devido a uma separação abrupta com a esposa, mãe da sua filha, que o abandonara devido as dificuldades de renda e de moradia que enfrentavam. Em um contato por telefone, procurei instigar a lembrança de “sobrevivente” a partir do entendimento mútuo de que, por

²⁸ Entrevista realizada por telefone, através de uma série de contatos entre o período de 08 e 15 de abril de 2021.

estar em situação de rua naquele tempo e naquela região da cidade, ele poderia ter sido alvo dos ataques.

Eu não morri porque eu acho que Deus tem uma missão na nossa vida. Eu tenho muito orgulho, sabe, não é querendo ser mais que ninguém não, mas eu sou protagonista, a gente que viveu essa situação aí, a gente é protagonista da história. E isso não tem borracha que apague. Por mais que eu estivesse naquela situação degradante mesmo, como eu te falei, no fundo do poço e cavando com a pá, eu também poderia ter sido uma das vítimas, porque eu estava na época por lá. Dia sim, dia não, às vezes ficava três dias sem dormir no albergue. Não podia passar de três dias. Então, na época eu também estava dormindo ali, perto do pátio do colégio, na Sé às vezes, nômade nunca tem lugar, nunca tem endereço. Por isso que eu digo, dignidade de verdade, é endereço e chave. Mas assim, viu irmão, de fato, a gente é protagonista, tamo junto, hoje, depois de muitos anos, depois de muita trajetória, depois de muita guerra, hoje eu não vou mais para um albergue. De maneira alguma. (ENTREVISTA COM RENATO SENA, 2021)

Em relação à mobilização imediata acerca das agressões do massacre da Praça da Sé, Renatinho recordou que os ganhos simbólicos foram imediatos. À época, um dos principais pontos de reivindicação foi um processo de ruptura com as nomenclaturas estigmatizantes, especialmente o termo “mendigo”, que foi vastamente utilizado na cobertura jornalística. A incipiente organização do MNPR também começou a receber a solidariedade de outros movimentos sociais já consolidados, o que foi pontuado por ele como uma conquista importante do período. Nas suas palavras, ele explicou: “eu senti que, de fato, alguma coisa iria mudar. Eu senti que ali era o momento de fato de a gente fazer uma reviravolta. E foi feito: os invisíveis passaram a ser visíveis”, explicou.

Insisti com ele para saber a sua interpretação sobre as agressões e homicídios que consumaram o massacre da Praça da Sé, uma vez que, por parte da justiça, até hoje não há nenhuma informação sobre a responsabilização dos autores.

Isso aí foi paramilitar que fez. O que existia na época, falando assim, na ‘rádio peão’, que a gente nunca tem prova disso. Mas o que deu para perceber foi que havia de fato um mando dos comerciantes, que foi eles que mandaram. Que contrataram esses paramilitares que foram lá. Eu acredito nessa tese, que foi comerciante que não gosta, nunca vai gostar, vai morrer não gostando da população de rua e que se sentiram incomodados, porque às vezes o maloqueiro vai lá manguear (*pedir*), o cara fala uma merda, o maloqueiro fala sete merda, então, talvez alguma discussão, alguma briga, tal, aí o cara pagou para matar o povo. Tinha pessoas lá que faleceram que eram lideranças, o Pantera mesmo, era uma liderança. Ele era LGBT e tal, parece que era uma bronca que já tinha com alguns comerciantes. Mas aí, o quê que aconteceu, os paramilitares, seguranças, tal, esses caras que mataram, foi ex-policial, policial, os que foram enquadrados eram policiais e a mando de alguém, que não apareceu, esse caso foi abafado, mas a gente sabe que foi a mando do comércio. Não só a coisa foi tão suspeita, no meu entendimento, que o primeiro que procurou o Padre Júlio para dar apoio, foi sabe quem? O sindicato dos comércio... Para mim, eu não tenho dúvida, foi comerciante, que desgostoso com a população de rua, mandou matar, pagou para matar obviamente, né, e ficou o caso abafado. Essa é a minha visão, por tudo que eu

vi, por tudo que acompanhei, infelizmente, esta é a realidade... Eu falo ‘rádio peão’ porque você vai ouvindo uma coisa aqui, outra ali, e aí você vai ligando os pontos, vai vendo as coisas... E não deu em nada, ninguém foi preso, estão todos soltos, não sei se foram expulsos, ninguém sabe nada, ficou em segredo de justiça... (ENTREVISTA COM RENATO SENA, 2021)

Renatinho utiliza o termo “maloqueiro” como uma afirmação positiva da sua trajetória com a situação de rua. O termo faz menção às “malocas”, como são popularmente denominadas as moradias improvisadas pelas pessoas em situação de rua no espaço urbano. Na conversa que tive com ele, a evocação da ideia de uma “missão” individualizada para com a causa da população de rua foi pontuada por ele em vários momentos. Chamou-me a atenção essa identidade cristã reivindicada por ele e presente também na narrativa de outras lideranças desse movimento social. De acordo com Renatinho, ele aprofundou o conhecimento do evangelho em uma comunidade terapêutica que frequentou por anos, mas disse que o primeiro contato foi dentro de um espaço de acolhimento e organização dessa população no município de São Paulo, conhecido como Casa de Oração.

A minha missão é a rua. Eu sou cristão. Eu sigo a Cristo. Sou nômade como Cristo. Cristo não teve igreja. Não que a igreja não seja importante, é muito importante, admiro muito o trabalho da igreja, o Alderon, o Padre Júlio Lancellotti, são companheiros que eu admiro muito. (...) Muitas das vezes a gente na vida, a gente luta por uma causa na qual não vamos ser nós muitas das vezes que vamos ser beneficiados, muitas das vezes a gente luta para o próximo ser beneficiado. Até porque Deus nos contempla. Deus sempre está nos amparando. Eu sou meio a linha do Salmo 23, ‘eis que vivo no vale da sombra da morte e nada me faltará’. Deus nunca deixou me faltar nada, então, por mais que eu tenha passado dificuldade, frio, fome, mas não me faltou o coração. Não me faltou o consolo, não me faltou naquele momento o discernimento que Jesus, que Deus nos dá, que de fato naquele momento de dificuldade você tem que ter o discernimento de pegar aquilo como uma lição. Uma lição que você pode futuramente usar esse conhecimento para poder estar ajudando na causa, se fortalecendo, porque a bíblia diz que ‘quando estamos fortes, aí estamos fracos; e quando estamos fracos, aí, sim, estamos fortes’. Esse é um versículo lindo da bíblia, e tem um outro também que eu gosto muito também que é ‘eis que vos envio como ovelha no meio de lobos, portanto, sede simples como o pombo e prudente como a serpente’. A prudência, a humildade, que Jesus nos ensinou, né, Jesus sempre humilde, sempre prudente. E assim, a partir do momento que a gente é colocado como ovelha no meio de lobos, quando a gente passa fome, quando a gente passa frio, quando a gente passa uma necessidade, Deus nos coloca numa missão, Jesus nos coloca numa missão para que a gente de fato retorne. E retorne com algo na mão, porque o verdadeiro, que serve a ele, nunca volta de mão vazia e nunca está de mão vazia, sempre coração confortado. (ENTREVISTA COM RENATO SENA, 2021)

Contextualmente, resta destacar que o trabalho religioso endereçado à população em situação de rua, especialmente a de orientação no catolicismo, amparada na teologia da libertação, possui um vínculo duradouro cujo início da atuação remete ao final dos anos 1970 na cidade de São Paulo. Tal processo já foi suficientemente historicizado e abordado nos trabalhos de Frangella (2007), De Lucca (2007) e Melo (2017). Nesse sentido, vale apenas

destacar que a Organização do Auxílio Fraternal e a Pastoral do Povo da Rua representam um esforço potente de trabalhar a questão do direito à vida, ou, ainda, de um apelo em nome da vida, que organicamente se transferiu ao MNPR a partir das suas lideranças. Não por acaso, o slogan “somos um povo que quer viver” foi por muito tempo difundido pela Pastoral do Povo da Rua (2003). Desde fins da década de 1970, portanto, essas duas organizações de cunho religioso, especialmente a primeira, passaram a se dedicar ao amparo de uma crescente comunidade dos “sofredores das ruas” (ORGANIZAÇÃO DO AUXÍLIO FRATERNO, 1982), sendo estes atores sociais fundamentais no processo de estruturação do MNPR a partir do episódio do massacre da Praça da Sé.

5.5 Consolidação do movimento social: o luto e a luta

Em um sentido potente, inteligível como a pedra fundamental da fundação de um movimento social, o contexto de inscrição política da população em situação de rua no Brasil passa diretamente pelos acontecimentos registrados no massacre da Praça da Sé. Foi a partir da engrenagem do luto, do clamor por justiça, que uma luta política por reconhecimento social e acesso aos direitos se estabeleceu. No Capítulo 4, vimos que o 1º Encontro Nacional da População de Rua (BRASIL, 2006), o 1º Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (BRASIL, 2009b), o processo que culminou no Decreto Presidencial nº 7053, que estabeleceu a Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009a), foram momentos relevantes no contexto de consolidação do MNPR e atestaram – naquele período - uma relação aproximada com as instituições do Estado brasileiro.

A gênese desse movimento social opera através da articulação do discurso dos direitos humanos, da reparação histórica e da justiça, que levaram a cabo uma luta política que acionava a engrenagem de um luto coletivo em nome da memória daquelas vítimas do massacre da Praça da Sé. Interessa, nesse momento, pontuar brevemente o processo de subjetivação inerente à eclosão de uma militância que oferece corpo e, sobretudo, voz para a articulação entre política e direitos humanos que seria tornada bandeira de luta, elevada enquanto uma causa pública – a causa da população em situação de rua – com repercussão equivalente à comoção e ao apelo que o massacre da Praça da Sé teve em relação à sociedade civil, fator que gerou a visibilidade em relação aos poderes públicos estabelecidos. Entendo que tal ativismo político orientado pelos símbolos do luto, contudo, se orienta para os vivos justamente pela especificidade da população em situação de rua. Nesse sentido, aponto para a incapacidade de alargamento do conceito de vítima e constituição de uma comunidade de sofrimento social, bem como a

limitação desses órbitos em acionar os vínculos sociais no mundo dos vivos. Este restringiu as conquistas do ativismo político ao campo simbólico, visto que no âmbito jurídico os casos nunca foram solucionados.

Algumas teses e dissertações em antropologia social nos oferecem possibilidades interessantes para situarmos esse momento que poderíamos entender como um processo de subjetivação, de corporificação e reivindicação do espaço de fala para os sujeitos que se inscreveram para falar sobre a população em situação de rua. Ao fim e ao cabo, a construção dessa alteridade que se autorrepresenta foi o grande êxito neste início de século XXI. É a partir do advento do massacre da Praça da Sé, em 2004, da consequente fundação do MNPR, em 2005, que podemos mapear a eclosão de uma voz específica que veio das ruas, que passaria a reivindicar o espaço de fala a partir da autoridade e legitimidade de quem havia vivenciado a situação de rua na trajetória pessoal. Inquirida e habilitada a falar nas arenas públicas, nos atos públicos, nas peregrinações religiosas e também nos espaços onde se faz a política, essa voz soube utilizar-se dessa visibilidade para mover as engrenagens do luto na direção da inscrição política da população em situação de rua no Brasil.

Em seu trabalho de campo, o pesquisador Daniel De Lucca (2007; 2016) acompanhou o processo de mobilização e constituição do MNPR a partir das manifestações públicas que sucederam ao evento do massacre da Praça da Sé, em São Paulo. Ainda que não se tratasse da primeira vez que a população em situação de rua se organizava e manifestava na capital paulistana, com o advento do massacre, o município se consolidava como epicentro de uma sensível questão social de proporções nacionais. Apesar dos corpos inumados e das vítimas com sequelas irreversíveis, a ausência de materialidade no inquérito policial, que não apresentou testemunhos suficientes de forma a esclarecer os casos, fazia com a não-responsabilização dos suspeitos produzisse uma sensação de impunidade e de negligência que alimentavam uma urgente insatisfação coletiva.

As mortes de rua tornaram-se um marco e acabaram por fazer do dia 19 de agosto o “Dia Nacional de Luta da População de Rua”. A marca da dor produziu, então, uma memória que se impôs coletivamente. Tratar-se-ia da memória viva daqueles que violentamente foram mortos sem nenhuma explicação ou justificativa. Daí este delicado lugar de enunciação política que nasce da morte e que não só fala em nome das vidas de rua, mas passa a incorporá-las, constituindo-se como representante supostamente legítimo destas. E nesta passagem um processo de subjetivação toma forma, de modo que os sujeitos passam a se relacionar politicamente com aquela verdade que os constituiu. Vê-se, então, como um segmento populacional que era colocado unicamente como objeto do discurso, ganha a possibilidade de tornar-se sujeito de um discurso sobre si mesmo, ainda que para tal mobilize categorias estatísticas e estatais, valores e significados religiosos. Ou seja, toda uma tecnologia e linguagem anterior que possibilitou objetivá-lo como sujeito de direitos. (...) Mas como sujeito que nasceu a partir da, e tematizando a, violência que sofre, o próprio

movimento fica atado a este lugar primordial de vítima. Daí a delicada ambiguidade do lugar que ocupam na arena pública. Simultaneamente objeto de violência e sujeito político, são “sofredores” e clamam por respostas e transformações. Ao mesmo tempo em que lutam pelo reconhecimento da indignidade a que estão efetivamente submetidos, afirmam possuírem respeito e dignidade. Uma ambivalência que atinge, talvez, seu ponto máximo ao defenderem as vidas de rua e terem como meta última seu fim. Em outras palavras, lutando simultaneamente pela valorização das vidas de rua e por sua abolição, sendo assim, paradoxalmente, “a favor” e “contra” a existência das vidas de rua. (DE LUCCA, 2016, p. 36-37)

A descrição de De Lucca (2016) sinaliza um limiar entre ser um objeto do discurso e a possibilidade de tornar-se sujeito do discurso, cuja inscrição está diretamente ligada ao processo de enlutamento coletivo das vítimas do massacre da Praça da Sé. Essa inscrição através da morte se deu quando o acontecimento do morticínio foi tornado evento fundacional na narrativa de um movimento social que, entre outras coisas, tornou a data deste trágico episódio o Dia de Luta da População em Situação de Rua. Vale lembrar que desde o início da construção de um processo de produção de legibilidade estatal, que culminou na Política Nacional para a População em Situação de Rua, envolveu diretamente alguns representantes de fóruns ou entidades formadas por pessoas em situação ou com trajetória de rua durante o Encontro Nacional (BRASIL, 2006). Algumas pessoas que participaram dessas atividades vieram a ser fundadoras do MNPR. Uma vez articulando novos espaços de fala com o conhecimento empírico da questão, defenderam a participação e o reconhecimento junto aos governantes e formuladores de políticas públicas. Uma luta simbólica deste período, lembrada por Renato Sena, foi o esforço em colocar fim às categorias estigmatizantes e depreciativas – especialmente o termo “mendigo” - por outras que requalificavam e humanizavam estes sujeitos.

Em sua dissertação, De Lucca (2007) investigou como a rua havia se constituído uma questão social urgente, alvo de múltiplos agenciamentos urbanos, quando descreveu etnograficamente alguns mecanismos que construíram a temática historicamente, além de a contestarem politicamente e a regularem institucionalmente na primeira década dos anos 2000. Após o massacre da Praça da Sé, o autor verificou um processo que chamou de politização das experiências de rua. Ao descrever o novo grupo, disse que: “estes atores foram e são portadores de discursos que, em momentos diferentes, falam sobre a população de rua, para ela, por ela e em nome dela” (DE LUCCA, 2007, p. 115). Quando caracterizou a população em situação de rua como uma questão social, De Lucca sugeriu que tal politização somente foi possível a partir da criação e mobilização de uma *rede de inteligibilidade*:

A constituição da população de rua como questão social é resultado de feixes plurais de motivações, atores, instituições e eventos que historicamente foram se encadeando irregularmente, de maneira imprevisível, não linear ou determinada. Contudo, foi o

jogo destes atores (e muitos outros), que permitiu a constituição de uma língua própria capaz de nomear e lidar com este universo de relações. As trajetórias e os deslocamentos que narraram e viveram, teceram a rede de inteligibilidade que tornou visível e dizível esta população de rua. Antes, a experiência nas ruas, elemento miúdo, menor e localizado (ainda que vibrante e agitado em sua incrível singularidade), não era um problema matizado e articulado no interior de um campo de discursos e práticas capaz de dotá-lo de uma forma consistente e acessível à esfera pública. Foram estabelecidos critérios de nomeação, codificação e categorização, ao mesmo tempo religiosos, institucionais, estatísticos e jurídicos, montando uma grade de conexões em torno de um foco de problematização e a partir da qual a população de rua ganhou objetividade como tal. Numa concepção puramente pragmática, é razoável afirmar que antes desta gramática de relações ser tecida, não havia população de rua. Não que não existisse pessoas nas ruas, mas sim que era impossível nomeá-las, observá-las e entendê-las como tais. (DE LUCCA, 2016, p. 115-116)

O que de fato alçou à esfera pública e destravou tal *rede de inteligibilidade* foi o acontecimento do massacre da Praça da Sé, tornado evento quando fundido ao histórico da emergência do MNPR enquanto um novo movimento social, reivindicando, sobretudo, um falar sobre si que se apropria da experiência com a trajetória de rua. Neste sentido, massacre e movimento social são mimetizados em uma luta política e simbólica.

Ao tornar-se alvo de múltiplas interferências religiosas, demográficas, políticas e urbanas, esta realidade ganha forma, número, direito e um nome próprio que baliza a luta por reconhecimento e redistribuição. Assim, de objeto, a população de rua passou a se colocar como um sujeito que busca tomar o poder da palavra sobre si – um sujeito que é falado e que agora passa a falar –, e neste processo apropria-se dos esquemas classificatórios e das convenções que se encontravam no meio em que fora historicamente produzido. (DE LUCCA, 2016, p. 124)

Um enunciado dissonante, que destoava em relação a tudo aquilo que havia sido dito sobre a população em situação de rua, que eclodia desde a perspectiva de uma experiência vivificada, agora corporizada e que utilizava o espaço de fala em reuniões, eventos, audiências públicas, enfim, que agia e incidia na esfera pública. Eis que um saber próprio eclodia no ambiente de gestão e inscrição política dessa categoria social, em um processo de *fazer-Estado*, através de um verdadeiro esforço de governança orientado para a expansão em malhas, redes e relações (SOUZA LIMA, 2002). De uma posição privilegiada, como parte desse processo, o movimento social obteve dessa experiência a sustentação necessária para legitimar a luta política por reconhecimento através da luta por direitos sociais e inscrição nas políticas públicas. Nesse sentido, a luta política do MNPR se estabeleceu e foi traduzida nos processos de visibilidade que levou a cabo, uma vez que o falar trazia implicitamente o ato de ser ouvido e, conseqüentemente, assimilado pelos processos estatais pelas vias da apreensão e representação.

A assunção de um lugar onde se possa fazer uso da palavra, contudo, traz as possibilidades de um estranhamento no discurso produzido. De Lucca (2016) apontou ambivalências que nada mais são que questões *sui generis* da temática, dada a complexidade e heterogeneidade do público em questão. Uma das controvérsias discutidas por De Lucca (2016) está refletida na discussão encontrada em Melo (2017). Na sua pesquisa para a tese de doutorado em antropologia social, o autor defendeu que “reconhecer a população de rua não trata de cristalizar uma identidade que precisa ser defendida enquanto modo de vida” (MELO, 2017, p. 257). De acordo com este pesquisador, ainda que se reconheça o habitar a rua como um modo de vida possível, há consenso no movimento social sobre a importância de se combater práticas e ações que incidem sobre condições de vida de maneira a agudizar o sofrimento social, bem como garantir os direitos constitucionais apesar da e para além da situação de rua. Nesse sentido, destaca que, para o MNPR, o “direito a ter direitos” se estabelece nas bases do “direito de ir, vir e permanecer nas ruas” (MELO, 2017, p. 258). Resta frisar que a conquista do protagonismo nos espaços de participação social sugere a autonomia e autoridade a essa fala particular e estridente, que referendou a experiência no mundo da rua enquanto um saber privilegiado que é próprio de uma alteridade.

Outro estudo que acompanhou este movimento social foi o de Tiago Lemões da Silva (2017), com seu trabalho de campo no Rio Grande do Sul, que pensou o assunto população em situação de rua a partir da noção de máquina de guerra nômade (DELEUZE; GUATTARI, 1997). Desse ponto em diante, situou um gradual afastamento com a reivindicação que aglutinou o MNPR a nível nacional – o da justiça para as vítimas do massacre da Praça da Sé – para preocupações mais orgânicas e organizacionais próprias de um movimento social que visa se estabelecer no debate público.

Neste sentido, Silva (2017) enquadrou o Estado como um aparelho de captura que visa domesticar aquilo que lhe é exógeno, em uma relação centrípeta, de trazer aquilo que lhe é exterior para o seu interior. Relacionou tal vocação do Estado por capturar, domesticar e governar com a potência nômade da situação de rua. Pontuou que, através da inventividade, da indisciplina e da fuga, a rua não se deixa facilmente capturar, ainda que leve em consideração que mesmo a máquina de guerra, neste caso, o próprio movimento social, possa ser apreendido ou cooptado para dentro do Estado.

Nesse contexto, muitas discussões foram travadas em torno dos desafios que se colocavam no ingresso de novos militantes, para os quais o domínio de determinadas linguagens, posturas e saberes era um dos pontos mais sensíveis para aquele movimento em vias de reestruturação na cidade. Embora parecesse uma experiência localizada, a difusão de formas ideais de militância – especificamente voltadas às

relações internas entre os militantes e às relações destes com os demais agentes e instituições estatais – não eram criações restritas à experiência de mobilização conduzida em Porto Alegre. (SILVA, 2017, p. 124)

Durante o trabalho etnográfico, o autor registrou uma categoria que classificou como um *aprendizado militante* a partir do contexto do processo de retomada das atividades do MNPR em Porto Alegre, no segundo semestre de 2013. Para o autor, essa reflexão poderia “indicar a complexidade das relações ambíguas travadas com os agentes e as instituições estatais, mas sobretudo dos fluxos engendrados para, a um só tempo, acessar e conjurar a potência estatal” (SILVA, 2017, p. 251). Consequentemente, na ocasião, o processo de consolidação das atividades do movimento social envolveu a capacitação das pessoas envolvidas, a formação de uma rede de apoio, bem como um processo pedagógico e político de formação da militância, que seria especialmente dirigida às pessoas em situação ou com trajetória de rua a serem iniciadas na organização política e instigadas a se afirmar a partir da subjetivação dessa alteridade específica.

5.6 Efeito de reconhecimento

Em um dos trabalhos mais significativos sobre a militância desse movimento social e sobre o tema no país, Melo (2017) discorreu sobre aquilo que classificou como a política dos improváveis, através dos percursos de engajamento militante e das trajetórias das pessoas que se constituíram como porta-vozes do MNPR. A referida noção de improbabilidade fazia menção à desconfiança generalizada sobre a capacidade para a organização, participação social e intervenção política desse público específico, agora em luta por reconhecimento e por acesso aos direitos sociais

Melo (2017) apontou para um ponto interessante na compreensão acerca do massacre da Praça da Sé e da consolidação da luta política do MNPR. As mortes das vítimas dos ataques de agosto de 2004 destravaram um mecanismo que permitiu que a esfera do sofrimento individual fosse potencializada em um sofrimento coletivizado. Ainda que tais mortes representem também o sepultamento do “Desconhecido”, se recorreu a constituição de uma memória coletiva e partilhada sobre o trauma, o que permitiu que fosse possível a mobilização de uma solidariedade em comum para o compartilhamento de um sofrimento comum (MELO, 2017, p. 114). Enfim, a memória do “massacre” rememoraría as violações cotidianas a que são submetidas as pessoas em situação de rua, de modo que a divulgação desses crimes por parte do movimento social não foi à toa: “estes eventos associam memória e identidade no cômputo

de processos de luta por representação e reconhecimento, pelos quais se vivifica o passado concedendo sentido ao presente” (MELO, 2017, p. 117). Meu esforço, entretanto, a partir de agora é apontar o caráter residual dessa evocação da memória coletiva, restrita ao nível do simbólico e do ativismo político, quando pensado a partir de outras experiências de comunidades fundadas no sofrimento social.

Em sua etnografia, ele situou a atuação do MNPR em uma posição próxima com o Estado, orientada para a “cooperação” e para o “diálogo” (MELO, 2017, p. 290) no sentido de produzir e manter relações com os representantes *que tem a caneta* (MELO, 2017, p. 297). Partindo de um processo de produção de legibilidade estatal que culminou na promulgação do Decreto Presidencial nº 7053, a luta por visibilidade social adquiriu um sentido palpável, que recorreu e conquistou outros ganhos reais a partir de canais institucionais que possibilitaram o acesso das reivindicações, criando aquilo que o autor chamou de *efeito de reconhecimento* (MELO, 2017, p. 303)²⁹. Portanto, uma luta política organizada a partir dos símbolos do luto foi amplificada para a constituição de uma causa pública e, enfim, uma categoria estatal.

Esse *efeito de reconhecimento*, amplificado a partir da luta política que sucedeu um “massacre”, portanto, foi o processo de demarcação e estruturação de uma atuação orientada para a garantia dos direitos sociais e ao acesso às políticas públicas para a população em situação de rua; isto é, uma luta voltada para a vida, para a produção das condições de possibilidade para se fazer viver. Assim como fiz anteriormente, sugiro a distinção entre acontecimento e evento, considerando a perspectiva de Sahlins (1990). Somente o “massacre” não é um mero acontecimento isolado no contexto e no tempo devido ao fato de que a sua narrativa se mistura ao processo de fundação desse movimento social, que captura a narrativa sobre o ocorrido enquanto pedra fundamental de uma luta política orientada para a população

²⁹ Para exemplificar, Melo (2017) citou algumas conquistas simbólicas que derivam do Decreto Presidencial nº 7053, como a facilitação obtida com a Instrução Operacional Conjunta Nº 7, de 22 de novembro de 2010, que permitiu uma inclusão facilitada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) - através da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, Secretaria Nacional de Assistência Social e Ministério do Desenvolvimento Social. A flexibilização com a Portaria nº 940, que versou sobre a necessidade de se apresentar um comprovante de residência para o cadastramento no Sistema do Cartão Nacional de Saúde, item obrigatório para acessar o Sistema Único de Saúde, no ano de 2011. No período, houve a articulação do movimento social que permitiu a criação do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis em Belo Horizonte. Também se fez inclusão da categoria população em situação de rua como um dos módulos para denúncias referentes a violações de direitos humanos no Disque Direitos Humanos (Disque 100) – assunto da minha dissertação de mestrado em políticas públicas (FURTADO, 2017). No nível das políticas públicas, houve a criação dos Consultórios de Rua, a partir da Portaria 122 do Ministério da Saúde, e do oferecimento dos Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO-POP) através do Sistema Único de Assistência Social.

em situação de rua, alvos dos ataques. Essa interpretação sobre o acontecimento oferecida pelo movimento social, tornando-o evento, é o fator que aglutina e dinamiza um processo de luta social cujos efeitos de visibilidade extrapolaram, inclusive, a atenção pública que foi instigada, no seu tempo, pelo próprio acontecimento que lhe dá origem.

A vocalização de uma voz subalterna na esfera pública fez falar a um conjunto discursivo que tinha corpo, fazia volume, que era percebido de diferentes maneiras, mas que não emitia palavra senão pela ventriloquia ou dos especialistas ou dos religiosos, os personagens que notoriamente falavam em nome da rua. Era essa voz que seria, enfim, equalizada ao campo discursivo através da linguagem dos direitos humanos. A luta política, a luta para ser ouvido pelo Estado, pelos governos e pela sociedade, que reivindicava a inscrição política e a visibilidade social, portanto, demandou um entendimento sobre si e para si em relação à situação ou trajetória de rua para a constituição tanto dos sujeitos quanto de uma formação discursiva. Somente quando o movimento social compreendeu que o falar sobre si envolvia mobilizar outras formações discursivas para além do “massacre”, foi que passou a ser habilitado e legitimado para compor o debate público; ao passo que se afastou pontualmente da demanda por justiça das vítimas do massacre da Praça da Sé não por vontade própria, mas pela força do contexto e das relações de poder engendradas na questão.

5.7 Gramática da violência

Neste tópico, faço breves apontamentos sobre a noção de uma gramática da violência que compõe as narrativas sobre o mundo da rua. Vislumbro que a questão da morte, dos mortos e do morrer tem na situação de rua uma centralidade que a caracteriza enquanto grupo social: o potencial de se estar permanentemente exposto à morte. Para reverberar o massacre da Praça da Sé, focalizo o contexto da cidade de São Paulo para argumentar sobre esse fator.

Em sua tese de doutorado em antropologia social, Simone Frangella (2004) articulou a questão da violência, da vulnerabilidade social e da situação de rua quando pensou as implicações sobre o corpo vulnerável. No contexto da cidade de São Paulo, mapeou a disputa pelo espaço da cidade através das arquiteturas e dos dispositivos físicos que materializam representações dos sem-teto como sendo uma ameaça, assim como a conhecida prática higienista de retirada de pertences por parte do setor de limpeza urbana. Artigo esse ponto levantado pela autora e cruzo-o com uma evidência interessante, presente na analítica do conceito de necropolítica de Achille Mbembe (2017), quando destaca a noção de guerra infraestrutural.

Em relação a violência, a autora a entendeu como um dos elementos intrínsecos ao mundo da rua, o que contribui com um ciclo estigmatizante em relação à imagem pública das pessoas que vivem nessa condição. Acerca das agressões sofridas nas ruas, ainda que existam as queixas, os boatos e os corpos com as cicatrizes e outras marcas, a violência em si não está materializada em denúncias nem processada no sistema judicial devido ao anonimato, inclusive, dos próprios agressores. Era este manto do anonimato, portanto, de acordo com a autora, o fator que pressupunha a impunidade dos agressores. Isso quer dizer que o grupo social é alvo de uma violência generalizada e espalhada, o que faz com que qualquer pessoa seja um agressor em potencial.

Christian Kasper (2006) também pesquisou no contexto de São Paulo no período pós-massacre da Praça da Sé. O autor observou aquilo que nomeou como as estratégias de extermínio: “uma multiplicidade de práticas, mais ou menos organizadas e agindo em escalas diversas, cada uma segundo sua lógica própria, porém apontando para uma direção comum, que é o extermínio da população de rua” (KASPER, 2006, p. 193). O pesquisador analisou os processos de controle social endereçados a esse contingente da população, quer pela criminalização das suas práticas fisiológicas e da vida diária no espaço público por meio das legislações, quer pelas infraestruturas de arquitetura pensadas exclusivamente para afugentá-los. Tanto um quanto o outro visam atingir, argumentou Kasper (2006), o corpo da pessoa em situação de rua.

Nesse sentido, o autor prosseguiu o argumento ao sugerir que o atributo que caracteriza o “morador de rua” como matável seria a sujeira que o qualifica como um corpo abjeto³⁰, inteligível enquanto ameaça à saúde pública (KASPER, 2006, p. 201). Dentro dessa perspectiva, o autor vai ao encontro da conclusão de Frangella (2004) sobre a relação entre o anonimato e a impunidade, quando entendeu a rua como um abismo no qual aqueles que não deram certo - o *homo saccar brasiliensis*, na sua definição - são jogados para morrer, uma vez que “o extermínio contemporâneo funciona, antes, por exposição à morte” (KASPER, 2006, p. 212). Pontua novamente o argumento sobre o extermínio enquanto categoria analítica, sendo uma das suas características o fato de se fazer continuado.

Também no debate antropológico, vale frisar um caso específico que as autoras Fonseca e Cardarello (1999) pinçaram da realidade, que por acaso também é bastante lembrado pelos militantes do MNPR – que conferem ao caso uma distinção equivalente ao episódio do massacre para a estruturação do movimento social. As autoras discorreram sobre a articulação entre os

³⁰ Em relação a essa abjeção sobre os corpos, vale destacar a tese de doutorado em antropologia social de Taniele Rui (2012), que pesquisou pessoas em cenários de uso de crack.

direitos humanos e as formações discursivas a partir de um caso de grande repercussão à época: o assassinato do indígena da etnia pataxó-hã-hã-hãe, Galdino Jesus dos Santos, em Brasília, no ano de 1997.

Nesse caso, a narrativa fala por si: os autores do crime justificaram que não queriam ferir um indígena com a sua ação de atear fogo a um corpo desconhecido que dormia em um banco de praça, mas objetivavam atingir a um “mendigo”. A partir disso, Fonseca e Cardarelo (1999) apontaram para a agência de critérios particulares, os quais eram capazes de definir quem seria mais e quem seria menos humano. Até hoje, Galdino é tido como um mártir e possuiu forte impacto no contexto de organização política da militância do MNPR, sendo lembrado recorrentemente, assim como são recordados os nomes das vítimas do massacre da Praça da Sé e, da mesma forma, no contínuo do tempo, são lembrados os nomes de outros militantes que, cada um ao seu tempo e por causas distintas, pereceram. Cerimônia comum em reuniões dos militantes desse movimento social é a reverência aos seus mortos, quando alguém fala o nome de algum falecido, ao passo que os outros respondem: “presente”.

5.8 Os processos do morrer e a especificidade do morrer em situação de rua

Dando sequência à reflexão, agora focalizando os processos do morrer na contemporaneidade de maneira a cotejar a singularidade do morrer da população em situação de rua – especialmente através dos casos do “Desconhecido” e das demais vítimas do massacre da Praça da Sé - destaco a tese de doutorado em antropologia social de José Carlos Rodrigues (1983). O autor caracterizou a morte no nosso tempo enquanto uma transição de um morrer público, coletivo e social para uma sociedade onde a regra é a neutralização dos ritos funerários e a ocultação de tudo que diga respeito à morte. Ao encontro deste argumento, Norbert Elias (2001) escreveu que, no nosso tempo, a morte é recalcada individual e socialmente, de modo a ser empurrada para os bastidores da vida social. Encontra-se argumento semelhante, que vai ao encontro destes, nos trabalhos de Philippe Ariès (2001): afastada do cotidiano, a morte permanece reclusa ao saber médico e científico, na assepsia do hospital e circunscrita dentro dos muros do cemitério. Nesse sentido, Rodrigues (1983) vislumbrou o cemitério moderno como um aparelho de fazer desaparecer e fazer conservar, que segrega e, ao mesmo tempo, congrega em um mesmo espaço o mundo dos mortos e o mundo dos vivos (RODRIGUES, 1983, p. 155).

Foram as ideologias higienistas, explicou Rodrigues (1983), que à época possuíam apreço da comunidade científica, que reforçaram a necessidade de um movimento de laicização

dos cemitérios, o que encerrou os sepultamentos no terreno das igrejas e os transferiu para locais distantes nas cidades. Permanecia sob a tutela eclesiástica somente os desígnios da alma – entendida como o depósito da individualidade dos seres – enquanto o corpo, este sim, era o objeto de interesse da ciência e foi alvo de um esforço de medicalização que passou a perseguir o ideal da “morte natural”. Um episódio interessante no contexto brasileiro, explorado por João José Reis (2004), se deu em Salvador, no estado da Bahia, e ficou conhecido popularmente como “cemiterada” no ano de 1816. O levante popular irrompeu em protesto a tais medidas, que alteravam a geografia social da morte, transferindo o local do culto do terreno das igrejas para outras regiões da cidade. A morte, acima de tudo, sempre fora assunto dos vivos.

Rodrigues (1983) sugeriu que o morrer representa um desaparecimento porque evidencia que a morte do indivíduo implica a morte da sociedade, isto é, a finitude da relação social. Na sua pesquisa, ele investiu sobre os processos históricos de formação de nossa visão sobre a morte e entendeu que ela traça uma fronteira entre a subjetividade do “eu” e a do “outro”. Neste sentido, observou que os processos do morrer – as crenças, as práticas, os ritos funerários – operam a partir de um campo semântico específico. Dessa maneira, a morte do indivíduo representa também a morte da sociedade, a morte do “nós”, bem como, à medida que a morte do outro evocará sempre a condição de precariedade do sujeito, isto é, a morte de si próprio.

À sua maneira, cada sociedade deve prestar contas sobre o desaparecimento dos seus membros porque, como bem demonstrou Rodrigues (1983), vida e morte implicam relações de poder, face que o cemitério, como que um espelho da realidade social, faz refletir a sociedade e as suas contradições. É na necrópole, pois, que quem não tem propriedade não possuirá uma individualidade respeitável, uma vez que a diferença social irá se manifestar até mesmo na morte, a partir dos processos de manutenção da memória. Em um contexto no qual cada vez mais as desigualdades diante da vida serão fatores determinantes para as desigualdades diante da morte, explicou o autor, os pobres, os despossuídos, os dominados estão cada vez mais condenados a uma morte “não-natural”.

Em relação ao “Desconhecido” do massacre da Praça da Sé, tornado símbolo desta discussão sobre morte e população em situação de rua, subjaz à discussão sobre o processamento deste morrer alguns fatores fundamentais, que – no meu entendimento – o tornam singular. O ponto central está justamente nas implicações desta transferência da invisibilidade social registrada na vida para os processos do morrer. Nesse sentido, independentemente da questão de um possível anonimato – da identificação ou da não-identificação, bem como do reclame ou não-reclame desses corpos para sepultamento –, pontuo

como característica essencial para o morrer socialmente diferenciado o fato de não haver como se estabelecer um vínculo duradouro desses mortos com o mundo dos vivos. A fragilidade do vínculo social, somada às práticas de obliteração da morte ocorridas no cemitério, culmina na produção social do esquecimento – noção a qual me esmero em sublinhar. A irreversibilidade, enquanto característica que define o dispositivo da cova de decomposição rápida, faz desintegrar e desaparecer também o interesse público para além do corpo morto.

Ora, situando o caso do “Desconhecido” vítima do massacre da Praça da Sé, após o processamento desse morrer, não seria impertinente questionar se em algum momento houve vida – apreendida ou reconhecida enquanto tal, no sentido de Butler (2017) – visto que mediante o não-reconhecimento da sua identidade, não há possibilidade de essa morte causar continuidade no mundo dos vivos através dos processos de manutenção da memória, especialmente do luto. Para estes, se faz desaparecer a partir das práticas de obliteração da morte. Arrisco um questionamento, em um sentido retórico, que não pretendo responder diretamente: afinal, o que é o “Desconhecido” senão o drama e o terror que o envolve?

Ao levar em consideração a especificidade do morrer do “Desconhecido” vítima do massacre da Praça da Sé, processo tornado símbolo para esta reflexão, percebemos que a luta política levada pelo MNPR encontra certas resistências que somente o processamento do morrer evidencia. Ainda que o movimento social tenha dinamizado a sua mobilização política a partir do advento do massacre da Praça da Sé, pude constatar a dificuldade da construção e do alargamento da categoria de vítima. O fato de esses mortos possuírem um potencial de agenciamento no mundo dos vivos limitado ou obstruído por uma série de características que configuram a população em situação de rua enquanto grupo social faz com que os simbolismos da morte e do luto sejam politicamente orientados para um outro ponto, que é a própria causa coletiva: a problemática da situação de rua, os direitos da população em situação de rua. Isto é, os mortos servem aos vivos no reclame e proclamação dos direitos sociais no mundo dos vivos, mas não há forma de fazer o caminho reverso.

Pode-se pensar que esse trabalho político a partir dos símbolos do luto reforçou uma situação na qual as mortes ocorridas no contexto da situação de rua podem estarrecer, produzir engajamento e comoção social, mas são incapazes de produzir uma identidade baseada no sofrimento social a ponto de alargar o conceito de vítima, como demonstrarei nos trabalhos a seguir.

Em se partindo deste *morrer outro*, inscrito socialmente de maneira diferenciada, resta inviável a tarefa de retroceder a uma identidade porque não há vestígio de memória, continuísmos e agenciamentos entre esse tipo de morte e o mundo dos vivos; não resta nada

que se fez “conservar”. São necessariamente os vínculos consanguíneos e de fraternidade os que podem ser agenciados no sentido de demarcar o envolvimento dos vivos, quer na luta por justiça, por reparação ou por reconhecimento social. Entendo que alguns apontamentos a respeito dos processos de luto e de engajamento militante, bem como das dinâmicas de processamento burocrático do morrer na nossa sociedade encontrados nas pesquisas que destaco a partir de agora, nos servem para pensar a especificidade do processo encampado pelo MNPR através do contraste que evocam.

Partindo dessa perspectiva, de se promover uma relação através do contraste, temos, de um lado, o corpo desaparecido, mas procurado, isto é, capaz de produzir engajamento no mundo dos vivos; de outro lado, um corpo encontrado, mas incapaz de acionar tal vínculo ora por ser anônimo ou sem documentação, ora pela própria fragilidade do vínculo social que caracteriza seu grupo social. Ainda que o movimento social se utilize de símbolos do luto, esse fator faz com que seja inviável o alargamento da categoria de vítima para o reconhecimento de uma comunidade de sofrimento social em diferentes âmbitos, especialmente no âmbito jurídico.

Há quem argumente sobre uma noção de inclusão social a partir do processamento do morrer, mas não sou partidário desse entendimento. Cito o trabalho do antropólogo Daniel Terrolle (2002), que pensou a morte das pessoas em situação de rua em Paris como uma forma de reinserção social a partir dos ritos sacrificais e da própria inscrição administrativa no Estado através do processamento e da gestão do morrer. Na ocasião da morte, não raro, as pessoas que perecem em situação de rua podem vir a ter algum contato familiar reestabelecido para que ocorra a inumação, em primeiro lugar, caso haja identificação do corpo, em segundo, a depender da qualidade das relações sociais do morto.

Faço a opção de enquadrar a questão a partir do ponto da transferência da cova de decomposição rápida para o ossuário – o limiar da irreversibilidade - de modo que daqui para adiante restará impossível retornar a qualquer identidade. Quando processados os óbitos da população em situação de rua, esses corpos passam a habitar um limbo entre a burocracia e, dramaticamente, o real. Quando alguém os procura em um período de alguns meses após a inumação, verá que nada mais haverá – nem registros, nem restos e nem rastros. Destaco o motivo especialíssimo do padre Júlio Lancellotti que, passados alguns anos da inumação das vítimas do massacre da Praça da Sé, foi procurar os túmulos com a intenção de lhes oferecer um memorial permanente. Verificou que nada mais havia, nenhum vestígio sequer.

Figura 7 – Marco em homenagem às vítimas do massacre da Praça da Sé



Fotografia da ilustração que compõe o marco feito em homenagem às vítimas do massacre da Praça da Sé, instalado em frente à Catedral Metropolitana da Sé. Fonte: Calvin Da Cas Furtado (2017).

Diante dessa noção que pontuo como sendo a da produção social do esquecimento, me situo diante de um impasse semelhante ao enfrentado pelo padre frente ao abismo da impossibilidade da localização dos restos mortais do corpo “Desconhecido” vítima do massacre da Praça da Sé. Destaco, enfim, que o padre levou a questão da impossibilidade da localização ao conhecimento do Ministério Público, mas acabou dissuadido da ideia de oferecer um marco

no cemitério diante de tal impossibilidade. O marco em homenagem às vítimas do massacre – vide ilustração acima – foi instalado apenas no largo da Catedral da Sé, no ano de 2016.

5.9 Complexidades do agenciamento: sobre os vínculos sociais

Para dar ênfase ao processamento burocrático em relação a morte do “Desconhecido” e das outras vítimas do massacre da Praça da Sé, trago contribuições encontradas em outros trabalhos etnográficos que se dedicaram aos cenários e aos contextos onde a morte e o morrer são processados institucionalmente. Destaco as pesquisas de Flávia Medeiros (2016) e de Maria Letícia Ferreira (2009) junto aos funcionários e aos arquivos do Instituto Médico-Legal (IML) da cidade do Rio de Janeiro.

A antropóloga Flávia Medeiros (2016) evidenciou como a violência que produz os mortos era tratada pelos mecanismos de classificação da burocracia. Esses mecanismos servem para, de acordo com a classificação da autora, “matar o morto” – isto é, “construir a morte a partir de categorias próprias; transformar o corpo sem vida em um morto com *causa mortis* definida em termos médicos” (MEDEIROS, 2016, p.106). Medeiros refletiu sobre o controle estatal da vida social dos mortos porque, para cada cadáver, há que se construir uma narrativa em um sistema atravessado por práticas, burocracias e moralidades.

Em um ambiente no qual a relação dos profissionais acompanhava o fluxo dos corpos e dos papéis, a autora atestou que a interpretação e interesse sobre uma morte em específico variava de acordo com os sujeitos sociais envolvidos, de modo que o cruzamento entre quem era o sujeito morto e como se deu a morte era decisivo, uma vez que essas circunstâncias produziam experiências desiguais no processo do morrer. A causa da morte e a identificação do morto em questão, portanto, eram as informações decisivas a serem processadas tecnicamente e ambos os processos se davam a partir do corpo morto. Nesse esforço de encontrar respostas, um elemento fundamental a ser observado era a capacidade do corpo acionar ou não o universo das relações sociais, causar o engajamento ou não de terceiros nos processos de reclame do corpo para o sepultamento ou cremação.

Na maior parte dos casos, Medeiros (2016) observou que os corpos classificados como “não identificados” também eram classificados como “não reclamados”, de modo que as informações sobre esses corpos não eram capazes de institucionalmente acionar as redes sociais de parentesco e fraternidade. Tais processos do morrer nos fazem pensar que a morte de um sujeito na sociedade era continuada nos documentos os quais produzia, o que faz das certidões de óbito, por exemplo, um universo empírico fascinante para pensarmos as narrativas concisas

em linguagem médico-legal, encerradas em poucas linhas, tais quais a noção de *existências-relâmpago* já abordadas neste trabalho (FOUCAULT, 2010a).

Diante do Estado, o corpo sem vida não tem significado em si. Os cadáveres só apresentam significado quando, na sua relação com corpos com vida, capazes de ouvi-lo e traduzi-lo, ganham forma nos papéis. É pela elaboração do *Laudo Médico-Legal* e da *Declaração de Óbito*, documentos públicos que definem a *causa mortis*, sob categorias médico-legais, e pela identificação civil do cadáver, que um cadáver passa a ser *declarado* como *morto*. O lugar social que ocupa esse morto é interpretado a partir de quem foram os indivíduos que se preocuparam e ocuparam com esse corpo com vida. Assim, perante a instituição, são as relações sociais que vinculam e constroem significados para os mortos, dando a estes sua continuidade social. E, através, dos seus registros públicos, o Estado dá aos papéis força de verdade a essas relações e, por consequência, imprime o significado daquele cadáver. (...) Mas, nem todos os mortos são capazes de acionar vínculos sociais. Alguns, já não podiam acioná-las mesmo quando tinham vida; outros, após a sua morte, ou devido à maneira como foi a sua vida, são expulsos das relações sociais. Quando um corpo sem vida não se relaciona institucionalmente com corpos com vida, é o próprio Estado, através do IML, quem declara esse morto, dando-lhe sua continuidade. (MEDEIROS, 2016, p. 192-193, grifos da autora)

Esse processamento burocrático nos interessa diretamente quando situamos o morrer experimentado pelo “Desconhecido” vítima do massacre da Praça da Sé. A vida social dos mortos, para a qual a autora chamou atenção, isto é, a capacidade de um corpo promover o engajamento das relações sociais no mundo dos vivos, é o fator decisivo e que diferencia os encaminhamentos burocráticos entre os mortos.

Outra etnografia que se deteve nos arquivos de um IML no Rio de Janeiro foi a dissertação de mestrado em antropologia social de Maria Letícia Ferreira (2009), que refletiu sobre como a eclosão de corpos a serem retirados das vias públicas e o posterior processo de identificação da sua não-identidade revelavam os universos sociais aos quais estes corpos pertenceram em vida. Na sua abordagem, a autora ponderou sobre o quanto a burocracia estatal produz “categorizações que geram e perpetuam desigualdades duradouras” (FERREIRA, 2009, p. 159).

Nessa perspectiva, que situa o corpo enquanto um objeto discursivo, Ferreira (2009) entendeu que a classificação “não identificado” também operava em um sentido criativo, constituindo-se em um processo de identificação, ainda que de uma identidade cuja característica seja justamente a impossibilidade da identificação, o que já serve para os discriminar em relação a todo o conjunto dos corpos processados. Durante a pesquisa, a autora investigou, no período que compreendeu os anos de 1942 e 1960, o fluxo dos documentos que atestavam a classificação de “não identificado” para alguns corpos que, notadamente, a partir

dos papéis, foi possível imaginar o universo das relações sociais aos quais esses corpos pertenceram em vida.

Em relação ao “homem desconhecido”, figura recorrente e que habitava os documentos arquivados, Ferreira (2009) afirmou que sua morte é registrada e marcada como situação de desamparo e abandono, cuja própria desigualdade no mundo dos vivos o caracteriza de tal maneira a se perpetuar a partir de uma categoria de identificação que o classifica, o segrega e o especifica como “não identificado”.

Se sai do primeiro plano da vida social, tendo sua morte invisibilizada para alguns, ao mesmo tempo o corpo do *homem desconhecido* protagoniza um processo de *identificação* dirigido somente a ele e à sua morte, que faz por visibilizá-lo de forma particular. (...) Neste sentido, esta *identificação* de corpos busca torná-los propriamente legíveis aos aparelhos administrativos que com ele lidam diretamente e, em última ou primeira instância, à figura do Estado. Ao mesmo tempo, embora formalizada e padronizada, esta *identificação* faz surgir ou perpetua diferenças e assimetrias presentes na vida social, marcando e registrando a alocação do corpo *não-identificado* neste lugar social específico. Se é só o *homem desconhecido*, este que morre abandonado e desamparado, que resta a cargo de repartições e funcionários específicos e que deve ser classificado como cadáver *não-identificado*, seu anonimato singular não se estende para qualquer corpo morto, em qualquer lugar do tempo ou espaço. Em vez disso, tal anonimato acompanha e marca outras características atribuídas à sua vida e morte que o tornam passível de ser discriminado como *homem desconhecido*. A igualdade formal e a padronização de sua identificação como *não-identificado*, neste sentido, obedece, faz surgir ou perpetua um conjunto de desigualdades que o torna classificável como *homem desconhecido*. (FERREIRA, 2009, p. 53, grifos da autora)

Em um primeiro momento, ao partir de pilhas de papéis dispostas em um arquivo, a autora não imaginava que seria possível se surpreender com a desigualdade social manifestada naqueles registros produzidos. Nas suas palavras, tratavam-se, sobretudo, de: “corpos situados num lugar social de pessoas quaisquer porque envoltas numa existência registrada como imprecisa, anônima, solitária e constituída de escassez e ausência: ausência de nome próprio e ausência de laços” (FERREIRA, 2009, p. 161).

Mais do que nunca, o mundo da rua apresenta-se tal como uma misteriosa *via crucis*, em que uma dimensão da relação de soberania torna evidente os atravessamentos das relações de poder entre a vida e a morte de maneira a transferir consigo a invisibilidade social dos processos do viver para os processos do morrer. Fixar essa demarcação orientando-se por uma perspectiva antropológica envolve entender as possibilidades da etnografia que se dedica a questão da morte, dos mortos e dos processos do morrer.

Por enquanto, basta que situemos a experiência particular do morrer do “Desconhecido” vítima do massacre da Praça da Sé através do percurso que o envolveu, do pretório do julgamento sumário nas calçadas da cidade até o calvário do esquecimento no cemitério de

Perus. O ponto que interessa frisar inicia na inumação e vai até a posterior transferência da cova de decomposição rápida para um outro local de onde jamais seria possível retornar – no sentido de reaver, *a posteriori*, sua identidade e os seus vínculos sociais no mundo dos vivos. A cova de decomposição rápida acelera o tempo não apenas para a decomposição do corpo, mas também para o interesse público sobre esses mortos, de modo que quando a transferência se efetiva não há forma de retornar deste lugar que é o esquecimento discriminado e produzido socialmente; daí o seu caráter irreversível.

5.10 Complexidades do agenciamento: sobre a categoria de vítima

Neste tópico, faço uma breve revisão da literatura sobre pesquisas que privilegiaram familiares de vítimas de violência letal, familiares de pessoas vítimas de desaparecimento forçado, bem como familiares de mortos e desaparecidos políticos no período da ditadura militar. Interessa-me frisar um deslocamento e alargamento da categoria de vítima para esses familiares consanguíneos, característica que não é possível visualizar no caso do agenciamento das mortes das pessoas em situação de rua; fator que, por sua vez, produz efeitos na realidade. Sobre os agenciamentos do luto entre familiares de vítima de violência letal, destaco Arosi (2013) e Lacerda (2012). A respeito dos familiares de vítimas de desaparecimento forçado, sublinho Araújo (2012) e pontuo brevemente Ferreira (2011). Sobre os familiares de ex-presos políticos e desaparecidos do período da ditadura militar, destaco Azevedo (2016), Goés (2012) e Catela (2001).

Quando estudou a atuação política de familiares de vítimas de violência letal no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, Ana Paula Arosi (2013) descreveu uma diversidade de movimentos que se manifestavam publicamente a partir da exposição pública da dor enquanto familiares de vítimas de violência. Destaca-se aqui o elemento consanguíneo como fator de legitimidade do sofrimento social à própria atuação política desses familiares, à medida que, na luta por justiça, eles se associam em termos de protagonismo ao lugar das vítimas, alargando-o, expandindo-o, no sentido de englobar aqueles que sofrem na temporalidade do presente o trauma da ausência de um ente querido.

De acordo com Arosi (2013), o que a intrigava e a motivava era justamente a reivindicação pública do caráter de “vítimas” àqueles familiares sobreviventes. No caso desse campo empírico, há uma transferência da perspectiva do lugar do sofrimento social, passando da centralidade do lugar da vítima, a quem foi empregada a violência letal, para o familiar, mediante a construção de um entendimento sobre um continuísmo do sofrimento social

entrelaçado à permanência do sentimento de perda e da manutenção de um trauma pessoal. Resta destacar que os familiares envolvidos e organizados na ação política, notadamente, em sua maioria eram pais e mães de pessoas vítimas de violência cuja atuação, quer na esfera pública, quer no âmbito judicial, foi o que permitiu esse alargamento da construção social do lugar de vítima de violência letal.

Esse ponto, que evidencia o reconhecimento social sobre o lugar dos familiares das vítimas de violência letal a partir do alargamento da categoria de vítima, demarca uma diferença significativa sobre o caso-síntese do “Desconhecido” vítima do massacre da Praça da Sé. Ainda que o MNPR tenha promovido o apelo a uma comunidade emocional sensível à questão do massacre, a luta política empreendida precisou ser reenquadrada em direção a proteção à vida, visto que mesmo com toda a comoção provocada à época, era inviável o alargamento da condição vítima de violência pela fragilidade dos vínculos sociais e ausência do elemento consanguíneo.

Passado um tempo, a comoção e indignação foram reduzindo a ponto de a reivindicação por justiça se tornar símbolo de uma reivindicação em nome dos direitos sociais. Ficava evidente as limitações e dificuldades do agenciamento dessas mortes no mundo dos vivos em relação aos militantes do movimento social. Dessa forma, como não houve maneira de fazer alargar a categoria de vítima conforme ocorreu com os familiares de vítimas de violência letal, este fator atravessou o próprio processamento judicial: sem que seja comprovado o vínculo consanguíneo, não há meio de recorrer no âmbito jurídico. Restou, contudo, um engajamento em nome dos vivos no âmbito político e simbólico, de modo que os acontecimentos como o do massacre não fossem naturalizados como são os óbitos dos “desconhecidos” de todos os dias.

Outra etnografia que se debruçou sobre o ativismo de familiares de vítimas de violência letal foi a conduzida por Paula Lacerda (2012), que investigou o processo de mães que se constituíram enquanto vítimas a partir da perda de um filho. Conforme demonstrou, embora o engajamento a partir do luto do filho fosse capaz de engendrar outras dores em Altamira, no interior do Estado do Pará, a militância era parte central na gestão do luto dessas mulheres. A morte, nesse sentido, opera como um marcador temporal das trajetórias dos familiares das vítimas como um todo e, conforme descreveu Lacerda (2012), o prolongamento do luto para as ações que envolviam o falar e o responder sobre os assassinatos, o tratamento oferecido aos casos e a própria militância dos familiares operavam contra a ideia do esquecimento e da desimportância que a justiça poderia oferecer àqueles meninos de famílias humildes (LACERDA, 2012, p. 135). Nesse sentido, a manutenção e o prolongamento do luto dos

familiares, sobretudo as mães e os pais, operou no sentido de transferir parte da experiência do luto da esfera privada para a esfera pública.

Analogamente, referencio também a pesquisa de Fábio Araújo (2012), que pensou a transformação do sofrimento social em uma luta política a partir dos signos do luto e dos efeitos desse sofrimento nos familiares das vítimas de desaparecimento forçado. O autor optou por trabalhar com a perspectiva dos familiares ao reconhecer neles os principais interessados em falar sobre o assunto, em dar visibilidade aos casos, em denunciar, reivindicar e lutar por justiça. Chamou-lhe a atenção, de acordo com a terminologia empregada pelo autor, a transformação das *práticas referentes ao luto* em *práticas reivindicativas de justiça*, situando o desaparecimento como um evento crítico – baseando-se na perspectiva de Veena Das (1995), Das et al. (2000) e Kleinman, Das e Lock (1997) – que serviria para pensar a articulação entre violência, sofrimento e política. Araújo (2012) sublinhou a questão da temporalidade na transformação dessas pessoas em sofrimento social, em sua grande maioria mães, em *familiares de vítimas de desaparecimento forçado*, cuja atuação política oscilava entre “tempos de silêncio” e “tempos de voz”, isto é, entre o recolhimento na esfera privada e a denúncia na esfera pública.

Nesse sentido, dedicou-se a uma abordagem que privilegiou as comunidades morais, emocionais e políticas formadas por esses familiares cujos testemunhos evidenciaram uma morte caracterizada como violenta, clandestina, silenciosa e que não tem visibilidade nem importância pública (ARAÚJO, 2012, p. 281). O alargamento da conceituação de vítima de violência, abrangendo também os familiares, apontou Araújo (2012), marca um processo de politização do sofrimento social, que pode envolver a construção de redes de solidariedade para lutar em torno de uma causa.

Ao encontro da reflexão proporcionada por Araújo (2012), a tese de doutorado em antropologia social de Maria Letícia Ferreira (2011), por sua vez, refletiu sobre como esse fenômeno social do desaparecimento de pessoas é gestado e gerido no Brasil. Nesse sentido, abordou o dilema a partir da perspectiva policial, que tratava os desaparecimentos de pessoas como “questão familiar”, bem como da perspectiva dos familiares de pessoas desaparecidas – amparados por uma rede de especialistas, servidores públicos, profissionais de ONGS – que se esforçam em oferecer visibilidade e profundidade às discussões enquanto uma problemática social merecedora da atenção pública do Estado brasileiro.

No caso do “Desconhecido” vítima do massacre da Praça da Sé, a questão da reivindicação por justiça se esvaziou em si mesma, quando restou impossibilitado o tratamento como um problema familiar, pela ausência de pessoas com vínculo consanguíneo que

reivindicasse, além da incapacidade em acionar redes sociais. Por outro lado, formou-se um movimento social, que embora não estivesse na condição de “vítima”, ou ainda que não fosse legitimado enquanto uma comunidade de sofrimento social, se orientou para um ativismo político que focalizou e evidenciou a população em situação de rua enquanto um problema social a partir do acionamento dos símbolos do luto. Peculiar a este enlutamento era o fato de ele comunicar mais aos vivos do que propriamente àqueles que foram martirizados e aprisionados em um limiar da irreversibilidade.

Em relação aos familiares de ex-presos e desaparecidos políticos, tanto no Brasil quanto na Argentina, tal alargamento da categoria de vítima e a consolidação de uma comunidade de sofrimento social se verificou. Ainda que por muitos anos, décadas, não houvessem corpos, mesmo a ausência da materialidade do corpo não arrefecia as buscas por informações, à medida que se mantinha intacto o vínculo social entre os vivos e os desaparecidos. Em sua pesquisa, a antropóloga Desirée Azevedo (2016) historicizou o processo de organização e luta política desses familiares e destacou o processo como o de constituição de uma comunidade forjada no sofrimento, visto que “os familiares viveriam em comum um cotidiano em que a ausência dos desaparecidos é presença constante” (AZEVEDO, 2016, p. 264).

A transformação de um luto familiar em uma luta política, explicou Azevedo, também passou por um esforço de transpor as fronteiras do privado e do público, ainda que, contudo, o “problema social” dos mortos e desaparecidos políticos somente persistiu porque, acima de tudo, permaneceu sendo uma questão familiar para muitas famílias. Considero esse ponto emblemático, visto que o processamento no âmbito judicial - a depender da confirmação ou não do vínculo consanguíneo - produz efeitos distintos tanto em relação ao ativismo político quanto à promoção da justiça.

Entre ausências e sofrimentos, o motor principal desse ativismo era o fato de não poder honrar os familiares mortos com uma sepultura digna. Assim, a luta por reconhecimento dos mortos e desaparecidos políticos enquanto uma comunidade política demonstrou o quanto essas ausências foram capazes de produzir e incidir na realidade através de narrativas que evidenciaram, nas palavras da autora, “laços que a morte não desfaz e sobre vidas que ela entrelaça” (AZEVEDO, 2012, p. 267). Isso persistia mesmo diante de uma situação inteiramente nova quando confrontada em termos burocráticos: por não haver corpos ou o reconhecimento formal da autoria dos crimes por parte do Estado brasileiro, as vítimas permaneceram em uma situação em que não possuíam corpo, documento e sequer uma condição legal constituída.

Em relação a estes laços que a morte é incapaz de desfazer, Roderlei Goés (2012) destacou que a ausência dos corpos de entes desaparecidos constituiu a demanda central desses familiares. Desse modo, a noção de “dignidade” estava diretamente atrelada à capacidade de lhes oferecer uma sepultura digna, o que implicava a localização, a desocultação e a entrega dos restos mortais como efetiva medida de reparação. Na sua tese de doutorado, o autor articulou a categoria de “insulto moral” à categoria nativa de “dignidade” no contexto de uma luta pelo direito de enterrar os entes desaparecidos. Demonstrou que, enfim, na perspectiva dos familiares que consultou, importava “cada falange, cada fio de cabelo, cada pequeno fragmento” (GÓES, 2012, p. 79) como imprescindíveis no resgate da dignidade destas pessoas desaparecidas.

Por fim, com intenção de sublinhar o contraste em relação ao caso do “Desconhecido” vítima do massacre da Praça da Sé, cito a pesquisa de Ludmila Catela (2001), que pesquisou junto a familiares de presos políticos e desaparecidos da ditadura militar na Argentina. Por parte desses familiares de pessoas desaparecidas, a autora apontou uma experiência de privação da morte, visto que a categoria do desaparecido representava uma tripla relação que constituía uma morte inconclusa: “a falta de um corpo, a falta de um momento de luto e a falta de uma sepultura” (CATELA, 2001, p. 220). Diferentemente do caso das mães de vítimas de violência letal apresentado aqui, Catela (2001) percebeu que não emergem representações sobre um corte temporal, um antes e um depois, devido à incerteza sobre o que de fato ocorreu com o familiar desaparecido. Nesse sentido, entre a cruz do desaparecimento e a espada da manutenção da memória, os familiares dos *detenidos desaparecidos* experienciam diferentes estratégias contrárias ao esquecimento através da afirmação e atualização das denúncias no âmbito social e judicial.

Ao investigar o processo de morrer do “Desconhecido” vítima do massacre da Praça da Sé, vimos que, de fato, ainda que haja corpo, haja túmulo e circunstancialmente haja crime a ser apurado, o exercício de fazer reverberar essa experiência de uma morte obliterada no mundo dos vivos se esvazia devido à baixa capacidade de acionar os vínculos sociais, a impossibilidade de alargar a condição de vítima em relação ao grupo representado pelo MNPR. Antes mesmo que fosse encerrado o processamento judicial sobre os crimes que vitimaram as pessoas no massacre da Praça da Sé – e o caso do “Desconhecido”, em especial –, esses corpos, esses mortos e essas vidas foram encerradas em algum lugar do esquecimento, um lugar de não-retorno e de desidratação do interesse público localizado entre as valas comuns e as cruzes numeradas do cemitério de Perus.

6 DIAS DE LUTA

Neste capítulo, me detenho na descrição de um longo deslocamento rodoviário entre as cidades de Porto Alegre e Brasília, realizado junto aos militantes do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) do Rio Grande do Sul. Esse esforço fez parte de uma mobilização nacional desse movimento social, que organizou a reunião dos núcleos presentes em 16 estados brasileiros para a promoção de atividades referentes à passagem do Dia de Luta da População em Situação de Rua – o 19 de agosto, alusivo ao massacre da Praça da Sé e à fundação dessa organização política.

Procuro detalhar essa experiência de observação participante, que tem início nessa viagem de 36 horas de duração. Além disso, detenho-me sobre as experiências vivenciadas e compartilhadas durante o período em que permanecemos acampados em um parque da capital federal. Durante esses dias, houve a realização de uma marcha pela esplanada dos ministérios que mobilizou mais de 300 pessoas, além da realização de reunião de trabalho e uma audiência pública na Câmara Federal. Descrevo essas três atividades, notadamente, a marcha e a primeira visita à Câmara Federal para o lançamento de uma Frente Parlamentar Mista em defesa dos direitos da população em situação de rua; além da segunda atividade naquele espaço, a realização de uma audiência pública intitulada “Dia de Luta da População em Situação de Rua”. Apresento as duas principais demandas do MNPR apresentadas nessa reunião: fazer pressão favorável à inclusão da população em situação de rua no Censo Demográfico do IBGE e a viabilizar a instituição da data do 19 de agosto no calendário nacional brasileiro em memória das vítimas do massacre da Praça da Sé através de um projeto de lei federal.

Durante o período de estadia e convivência com os militantes e apoiadores que lá estavam, entrevisto e apresento mais um “sobrevivente” do massacre da Praça da Sé, que também fora um dos fundadores do MNPR. O que está em jogo, enfim, é sublinhar as formas de atuação do referido movimento social junto a uma ampla variedade de atores sociais, de maneira a promover e instrumentalizar uma luta em nome da vida – que reivindica condições mínimas de existência para a população em situação de rua no país – assentada sob os símbolos do luto e que evoca a lembrança deste episódio – o massacre – de forma fazê-lo alcançar a noção de um extermínio continuado. Nesse sentido, o presente esforço tem o objetivo de reforçar uma relação que procurei estabelecer ao longo do desenvolvimento da tese: o vínculo entre a morte, os mortos, o processo do morrer e o ativismo político desse movimento social que reinaugura e repactua constantemente sua militância a partir dos símbolos do luto.

6.1 Na estrada com o MNPR

Foi pelo grupo de WhatsApp do MNPR do Rio Grande do Sul que reiterei minha vontade em acompanhar a comitiva desse Estado nas atividades programadas pelo movimento social em Brasília no mês de agosto de 2019. Em princípio, cada unidade federativa deveria organizar o custeio de seu deslocamento para o Distrito Federal, onde as delegações se encontrariam para marchar e participar de uma audiência pública na Câmara dos Deputados. Para tanto, os apoiadores e militantes do Rio Grande do Sul organizaram uma campanha para custear esse deslocamento, que foi divulgado nas redes sociais a fim de arrecadar um montante próximo a dez mil reais. Entretanto, faltando menos de um mês para a tal viagem, menos de cinquenta reais haviam sido recolhidos em um sistema de doações voluntárias pela internet. Ao ficar ciente dessa questão, me foi passado que a viagem da delegação havia sido cancelada devido à falta de recursos. Pouco tempo depois, no mesmo dia, um militante que integra a coordenação nacional do movimento social informou no grupo de WhatsApp que seriam custeadas nove passagens terrestres de Porto Alegre com destino à Brasília. A questão agora era selecionar quais militantes e apoiadores queriam e poderiam participar de uma viagem de ônibus com duração de mais de 36 horas e que percorreria cerca de dois mil quilômetros do território brasileiro. Independentemente da quilometragem, comemorou-se mais uma participação da representação gaúcha nas atividades programadas na capital federal.

Envolvido com questões da qualificação da tese de doutorado, estava fora de Porto Alegre e não acompanhei diretamente a seleção das pessoas dispostas a viajar. Quando firmara minha intenção de participar da viagem, em outras reuniões das quais participei presencialmente, os apoiadores mais antigos e experientes do grupo já informavam sua decisão em não participar. A última vez que haviam se mobilizado para participar de atividade semelhante, um conflito, com intervenção da polícia militar, os forçou a retornar antes do planejado – esta situação foi descrita por Silva (2017). Fora o deslocamento, os compromissos pessoais e o acúmulo de demandas do movimento social, pairava justamente a incerteza e a apreensão do que encontrariam na capital federal com a nova gestão do Governo Federal. Os critérios de seleção dos apoiadores e militantes para a participação em eventos, viagens e projetos são os mesmos: compromisso com as demandas do coletivo e assiduidade nas reuniões do movimento social. Para essa viagem a Brasília, a delegação do Rio Grande do Sul optou por privilegiar militantes de fora da capital, com o intuito de fortalecer a militância de pessoas que estavam ingressando no movimento social, bem como ampliar a representação e organização no Estado. Dos nove assentos disponibilizados no ônibus para a delegação, uma vaga foi

oferecida ao município de Torres (Dimas)³¹, uma para Canoas (César), uma para Novo Hamburgo (Ernesto), duas aos representantes do jornal Boca de Rua (Jonas e Rubens), três para apoiadores do movimento social (Priscila, Manuel e eu) e a última ocupada pelo representante do estado na coordenação nacional do movimento social (Danilo).

Como esta confirmação veio faltando menos de dez dias para a viagem, não houve um planejamento em relação a logística desse longo deslocamento terrestre. Refiro-me principalmente à organização do movimento social para levantar fundos que pudessem bancar o custeio da alimentação durante este traslado de um dia e meio, dentro de um ônibus com paradas que variariam entre quinze e trinta minutos, em locais que ficavam a critério da empresa que rotineiramente faz esse itinerário interestadual. Talvez residisse nessa falta de planejamento a resistência de alguns apoiadores mais antigos em participar da viagem.

Duas semanas antes da viagem, Danilo viajou a Brasília de avião, com passagens custeadas pelo movimento social, para ajudar na organização. De lá, voltou com a incumbência de ser o responsável pela coordenação do local onde ficariam concentradas todas as delegações dos dezesseis estados esperados: o pavilhão de exposições, localizado no Parque da Cidade Sara Kubitschek, um vasto local de chão de concreto queimado, coberto por um longo telhado de zinco e murado com uma estrutura metálica que lembrava um quilométrico contêiner. O que unia os esforços das delegações, que em caravanas atravessavam o país, era a participação na Marcha da População de Rua na Esplanada dos Ministérios, no dia 21 de agosto, e a audiência pública na Câmara Federal, no dia 22 de agosto, que seria alusiva à passagem de mais um Dia de Luta da População em Situação de Rua – que, por sua vez, recordava o massacre da Praça da Sé e a formação desse movimento social.

Confirmei a participação na delegação do Rio Grande do Sul em uma sexta-feira à tarde, enquanto estudante e apoiador do movimento social. Assim como os outros oito integrantes, também tive as passagens oferecidas pela coordenação nacional do MNPR. Em uma sexta-feira à noite, enquanto participava das comemorações das aprovações nos exames de qualificação do curso de doutorado em antropologia social da minha turma, encontrei Danilo, à meia noite, nas ruas do bairro Cidade Baixa, na região central de Porto Alegre. Ele caminhava trôpego, carregava uma caixa de som e estava bastante embriagado. Paramos para conversar um pouco, Danilo caminhava com dificuldade e alguma questão o aborrecia. Desabafou comigo. Disse que

³¹ Excepcionalmente neste capítulo, utilizarei nomes fictícios para esses militantes e apoiadores do Rio Grande do Sul e para as pessoas presentes no deslocamento por ônibus. Utilizo os nomes verdadeiros das lideranças que integram a coordenação nacional do MNPR e das autoridades públicas que se pronunciaram na audiência pública.

outras pessoas em situação de rua, as quais conhecia há bastante tempo, estavam repreendendo-o quando viram que não estavam na lista das pessoas que viajariam à Brasília.

Ele argumentou que todos conheciam as regras – principalmente, aquela sobre a assiduidade nas reuniões do movimento social, semelhantes às do funcionamento do jornal Boca de Rua – e sempre que havia uma viagem acontecia esse tipo de situação, o que o magoava por serem eles os seus amigos. Aborrecido, falava e chorava em busca de uma explicação para o fato de sua militância drasticamente interferir em suas relações pessoais. Para além dos amigos da rua, a relação com sua companheira também estava abalada: acabara de retornar de uma viagem e já estaria partindo, novamente à Brasília. Se ausentaria por mais uma semana. Isso fazia com que discutissem, com que ela quisesse se separar e vender os eletrodomésticos que adquiriram e que ficava no quarto da pensão onde viviam. Este fator fazia com que Danilo saísse para beber noites adentro. Recentemente, Danilo a havia presenteado com uma televisão nova, que ela ameaçava quebrar ou dar para um terceiro caso ele viajasse. Sua parceira possui um quadro clínico de sofrimento psíquico e precisava de acompanhamento especializado de forma permanente. Tal fator interferia na relação dos dois, no sentido dificultar a resolução dos conflitos. Viajaríamos no domingo, dali a dois dias. Despedi-me de Danilo, com um pedágio de três latões de cerveja.

No sábado pela manhã, a gritaria no grupo de WhatsApp sugeria problemas em relação à viagem. Uma apoiadora, que recebera a lista dos nomes para quem foram feitas as reservas e efetuados os pagamentos, apontou que nas passagens não havia o registro do nome de César, representante do município de Canoas. Ela não conseguia contato com Danilo, que integrava a coordenação nacional, e sugeria acionar o Leonildo – o coordenador nacional do movimento social – para resolver a questão. Por se tratar de uma viagem interestadual em veículo comercial, só poderia viajar quem possuía o nome vinculado ao assento no ato da compra devido à questão da identificação.

Como partiríamos no domingo às 20 horas, me informei com a empresa por telefone, fui até a sede do movimento social pegar um documento de César e me deslocuei até a rodoviária para efetuar a troca do nome da passagem. Estaria assim ajudando a resolver um problema que poderia comprometer a delegação do Rio Grande do Sul em relação aos outros Estados, caso houvesse a perda de uma das passagens. A mencionada apoiadora, em conversa privada, sugeria que Danilo havia subtraído propositalmente o nome de César da lista por ele ser alcoolista e ter protagonizado uma série de proezas na última viagem do coletivo. Na ocasião, a maior delas foi a querela que protagonizou por tentar fazer a viagem de volta à Porto

Alegre com a estrutura de um armário recheado de cachaça dentro do ônibus. Ela o defendia com o argumento que ele havia parado de beber, que esta situação não se repetiria.

Entretanto, Danilo também era alcoolista – e compadre de César. Quando fui até a sede recolher o documento de César para garantir que ele viajasse, alertei no grupo de WhatsApp que era preciso abrir a sede para que as pessoas das outras cidades pernoitassem ali, como fora combinado ao longo da semana, para a viagem na noite seguinte. Dimas, César e Ernesto estavam há mais de duas horas sentados em frente ao espaço. Danilo permanecia sem contato no celular. Como precisava retornar e devolver o documento de César, peguei uma cópia da chave com outra apoiadora e entreguei aos militantes que aguardavam em frente à porta da sede. Combinei de retornar na tarde do domingo para, enfim, viajarmos ao planalto central.

Por volta das 16h, caminhei até a sede do movimento social com uma mochila de roupas e outra com o equipamento fotográfico e de gravação de som. Junto a César, Dimas e Ernesto, havia chegado também Rubens e os quatro estavam famintos. Nas últimas 24 horas, improvisaram uma sopa que César fora buscar na distribuição gratuita de alimentos, feita embaixo de um viaduto no centro de Porto Alegre, próximo dali. Danilo enviou mensagem no grupo de WhatsApp; era a primeira desde a sexta-feira à noite. Uma apoiadora passou por ali e entregou cem reais para comprarmos alimento. Era tudo que possuíamos para as nove pessoas viajarem durante trinta e seis horas. Fui até o mercado e compramos pão fatiado, um quilo de presunto, meio quilo de queijo, biscoitos doces e salgados. Com a chegada de Danilo e Manuel, partimos em caminhada. Da minha própria conta, comprei outros setenta reais em frutas em uma fruteira de esquina enquanto nós, um grupo de sete homens, caminhávamos em direção à rodoviária onde encontraríamos as outras duas pessoas da delegação: Jonas e Priscila.

Caminhamos pelo bairro Cidade Baixa e pelo Centro Histórico até acessar a estação rodoviária. Juntos, carregávamos mochilas, bolsas, sacos, cobertores e alimentos - cada um à sua maneira improvisada. Chegando no espaço de embarque da rodoviária, nos posicionamos próximo ao box do ônibus, onde havia um bebedouro. Permanecíamos sob o olhar vigilante das pessoas que aguardavam a sua condução e dos funcionários da empresa privada que fazia a segurança do local – na terceira vez em que passaram, Danilo os cumprimentou, dando-lhes “boa noite”. O “boa noite”, explicou-me assim que os guardas se afastaram, era traduzido como uma indignação – “e aí, já passaram três vezes, será que vão passar a quarta?!”, comentou conosco, em voz alta. Estar diante de situações como essas, em que a vigilância exacerbada e a desconfiança revelavam um preconceito escancarado, seria usual durante todo o percurso da viagem e na estadia em Brasília. Ainda na rodoviária, finalmente, Jonas e Priscila nos

encontraram e a delegação finalmente ficou completa, faltando pouco mais de meia hora para a partida.

A responsabilidade sobre as informações a serem repassadas ao grupo era de Danilo, que era o coordenador estadual e integrava a coordenação nacional do movimento social. Ao entrar no ônibus, sentei-me e ponderei sobre adotar e manter uma postura de não interferência nas situações que provavelmente passariam a ocorrer naquela longa viagem. O motorista reiterou com um tom contundente que era expressamente proibido consumir bebida alcoólica dentro do ônibus e que não esperava “ter problemas” com nenhum dos passageiros. Pelo tom da frase, uma vez passada a regra da proibição do consumo de bebidas alcoólicas, a ênfase em esperar não “ter problemas” sugeriu um recado ao grupo que formávamos. Estávamos sentados, ocupando sete poltronas em sequência (janela e corredor) do lado esquerdo do veículo próximo à cabine do motorista. Atento, pude escutar o motorista resmungar ao cobrador que haviam lhe atormentado com todo o tipo de perguntas momentos antes do início da viagem, questionando coisas como se seria possível parar em uma barraca que vendesse frutas na beira da estrada para que o grupo pudesse comprar alimentos ao longo da viagem. Essa questão foi feita por Manuel, que possuía a trajetória de rua e longa experiência com o uso de drogas, o que me fez ficar atento sobre qual seria sua próxima articulação. “Que pessoal é esse?”, questionava o motorista ao cobrador, frisando uma ideia de diferença em relação aos demais passageiros.

Com o ônibus em movimento, começo a pensar no meu lugar de pesquisador à medida que a viagem avança no meio da noite. Por acompanhar o movimento social nas suas reuniões ordinárias, por ter resolvido a demanda da troca de passagem e da chave da sede no dia anterior, devido à ausência de Danilo, em alguma medida, me era atrelada alguma responsabilidade por parte do grupo. Nesse ínterim, o motorista anunciou a primeira parada. A essa altura, passadas quatro horas de viagem, todos tínhamos fome. Descemos os alimentos e fomos comendo perto da entrada do banheiro externo do local de parada. Priscila sugeriu que entrássemos dentro do local, que comercializava alimentos, para que consumíssemos os mantimentos que trouxemos melhores acomodados. Àquela altura, todos apenas queriam comer sem criar nenhum tipo de situação e a sua sugestão foi simplesmente ignorada.

A parada de quinze minutos serviu para dar um desfalque de mais da metade de tudo aquilo que tínhamos para todo o trajeto. Essa situação ligou um sentimento de alerta. Ao longo da viagem, isso poderia se tornar um seríssimo problema. Haveria, afinal, ideologia ou cordialidade quando a barriga estivesse vazia? Com esta questão em mente, decidi interceder no grupo de WhatsApp e descrevi tal situação. Algumas apoiadoras sugerem “manguear”

bottons, dando a entender que nos virássemos com o que tínhamos – o que novamente me faz pensar sobre o porquê de os apoiadores mais antigos resistirem em participar da viagem.

Contrariando minhas expectativas, um apoiador do movimento social, ao perceber que não havia sido organizado com antecedência essa logística, se sensibilizou e depositou R\$ 300,00 para nossa alimentação. Fez isso não sem criticar tamanha falta de senso ao se selecionar seis pessoas com trajetória de rua – algumas ainda em situação de rua - e enviar até Brasília durante 36 horas sem um centavo para uma refeição. Há meio dia na estrada, guardei a informação comigo para repassar ao Danilo na parada do almoço, dali a seis horas. A intenção era guardar parte do montante para a viagem de retorno de Brasília para Porto Alegre. Ficar tranquilo era a melhor receita para seguir viagem, principalmente após a situação dos questionamentos ingênuos que foram feitos ao motorista no embarque. Uma vez seguindo a viagem, pensava o que seria desse deslocamento não fosse aquele depósito.

Ainda que fosse uma linha operada usualmente a cada dois dias por uma empresa do setor da viação terrestre, em Florianópolis, o ônibus recebeu mais uma dezena de militantes e apoiadores do movimento social de Santa Catarina. Era madrugada quando ingressaram no ônibus, todos dormíamos e só percebi sua entrada na metade da manhã. Enquanto repartíamos as últimas migalhas do que havíamos comprado em Porto Alegre, dois integrantes da delegação catarinense compraram cachaça e voltaram ao veículo. Comíamos enquanto Rubens fazia uns exercícios que misturavam alongamento e calistenia – para o nosso espanto e completo estranhamento de alguns passageiros, que observavam a cena. Um pouco adiante do ônibus, formou-se uma roda para fumar maconha com as pessoas das duas delegações. Subimos ao ônibus e antes da partida o segundo motorista, um rapaz negro, gordo, de uns trinta e poucos anos, explicou que faria o trecho Florianópolis até Marília, onde entregaria a condução ao terceiro motorista. Reforçou a questão da bebida e do cinto de segurança. A conversa da roda rapidamente se espalhou pelas fileiras dos ônibus, visto que os assentos eram próximos.

Um homem interpelou Danilo, que estava sentado na poltrona que ficava atrás de mim, enquanto dividia o assento com Dimas. “E aí, Dadá, tá ainda em Porto Alegre ainda? Eu morava lá perto do Praia de Belas, mas aí mataram os caras lá e eu saí fora”, disse. Esse homem corpulento da delegação de Santa Catarina tinha feições árabes e aparentava ter uns sessenta anos. De barbas e cabelos brancos, caminhava mancando uma das pernas e se dizia antropólogo em uma etnografia de mais de vinte anos. Ele falava com eloquência, aparentando sabedoria, enquanto monopoliza a conversa, fazendo-se audível aos demais militantes e ao ônibus inteiro. Falava como quem quisesse escutar a si mesmo. Chamava-se Mahir. Ele passou ao Dimas um livro que continha a cartilha de princípios do movimento social e depois colocou em seu celular

um vídeo de 24 minutos, o qual assistimos pacientemente. Dirigiu-se a mim e questionou quem eu era e qual era minha pesquisa, o que expliquei a ele, enquanto bebericava tragos da cachaça até que subitamente levantou-se para buscar mais no fundo do ônibus.

Restavam umas vinte horas de estrada e pouco antes da parada para o almoço uma espécie de discussão envolvendo esse senhor e um outro homem da delegação de Santa Catarina, que pareciam discordar em alguma questão, se iniciou. Rapidamente o segundo homem exaltou-se, fazendo Mahir voltar até os primeiros assentos do ônibus. Mahir se sentou e começou a falar sobre sua experiência e aptidão para resolução de conflitos, sobre como se portar em situações como aquela, enquanto um mediador, especialmente quando uma das partes se exaltava. Uma reclamação de uma passageira mulher, novamente com o senhor que havia se exaltado anteriormente, deixou a todos alertas. Perto de onde conversávamos começou um debate à boca miúda sobre o que fazer com o sujeito, que não estava disposto a ouvir ninguém. Quando descemos para o almoço, percebi que o homem estava visivelmente embriagado e que cambaleava. A passageira reclamava ao motorista sobre o comportamento do homem. Vale lembrar que as duas delegações representavam cerca de quinze assentos e que o restante era de passageiros usuais, que nada tinham a ver conosco.

Usamos parte do dinheiro para comprar um pouco de pão e de manteiga. O local era caro demais para almoçarmos e decidimos esperar pela parada da janta, contando que fosse mais em conta e que pudéssemos usar parte do dinheiro para garantir ao menos uma refeição a cada um dos nove da nossa delegação. O que aconteceria com o passageiro embriagado dali há poucos instantes era o destino da atenção de todos. O homem continuava a beber despreocupadamente nesta parada de trinta minutos. A tensão aumentava entre lideranças de Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que já se reportavam com a coordenação nacional do movimento social em Brasília, informando a situação e adiantando a resolução: o bêbado seria abandonado no meio do caminho.

Enquanto essa situação se desenrolava no lado de fora do restaurante, o homem agora arrumava uma arenga dentro do espaço do restaurante, com uma pessoa que almoçava, enquanto nós o observávamos pelas vidraças que circundavam aquele comércio. Quando retornamos ao ônibus, o embarço era geral. O motorista decidiu dar um ultimato ao passageiro imprudente, pedindo que não bebesse mais no ônibus e que não importunasse mais as pessoas, caso contrário seria retirado do coletivo no próximo posto da Polícia Rodoviária Federal. Seguimos viagem.

O homem estava valente e demorou a se aquietar. Poucos minutos depois de o ônibus rodar, Mahir e o homem voltaram a discutir; o homem chamava-lhe “sábio” e “inteligente”

como forma de desprezá-lo por sua verbosidade e grandiloquência. Mahir mantinha a postura conciliadora, paciente, enquanto era ironizado. Mahir o aconselhava a dormir e o homem mandou-lhe às favas. Quando o motorista parou em uma das paradas exclusivas de embarque, Mahir fitou o homem seriamente e perguntou: “qual é que vai ser?”. O homem retrucou e ele, levantando-se, passou a arrastá-lo para fora do ônibus. O empurra-empurra só cessou quando o motorista se apercebeu do conflito instaurado e decidiu retirar o homem embriagado. Deu-se início a um pequeno tumulto.

Por fim, concordou-se que retirassem o homem do ônibus, mas sem agressão. Pediram para uma pessoa que conhecia o homem descer a sua bagagem de mão e o homem foi deixado na rodoviária de Ourinhos, interior de São Paulo, machucado, com um corte na cabeça devido a uma queda que sofreu enquanto era arrastado; estava inconformado, com dificuldade de articular as palavras. Com os passageiros atônitos, o ônibus seguiu viagem com um murmurinho sobre a situação testemunhada. Após agredir e arrastar o homem, Mahir subiu novamente no ônibus, com olhar tranquilo, me fitou e disse: “Jesus foi o primeiro antropólogo”, sentando-se calmamente e bebericando sua cachaça. Decidi dormir um pouco, farto das suas palavras e da sua mediação.

Quando chegamos à rodoviária de Marília, percebi que minha mochila – que continha a câmera fotográfica, o gravador de voz e outros itens para o trabalho de campo - não estava no ônibus. Ela estava em uma posição exatamente acima da poltrona que eu sentava. Informei ao Danilo e passei a procurar em todo o coletivo. Fiquei inconformado com a situação. Comecei a gesticular e a falar em voz alta para que todos dentro do coletivo soubessem da minha indignação. Depois de acompanhar de perto o desenrolar daquele conflito entre os integrantes da delegação de Santa Catarina, era evidente o caráter resolutivo e pedagógico do emprego da força; isto é, se não me impusesse naquela situação, dificilmente seria levado a sério. Desci para relatar a situação ao motorista, que relatava ao novo condutor que precisou retirar um passageiro, enquanto o terceiro motorista, um senhor negro, gordo de uns quarenta anos, arregalava os olhos atentos.

Havia gente demais querendo ajudar, tentando interceder por mim diante do motorista, o que me deixou irritado e me fez bruscamente tomar as rédeas da situação. Um funcionário da empresa disse ter ouvido falar de uma mochila em Ourinhos e resolveu conferir a informação. Afastei-me um pouco para esfriar a cabeça. Pensei na tese de doutorado. Ponderei que não seria prudente abandonar a viagem ali, ou mesmo descontar minha indignação no sujeito que descera as bagagens. Teria ele feito isso de maneira consciente? Era certo duvidar dele? Estas eram as perguntas que palpitavam em minha mente, enquanto visualizava o rosto do homem de

pálpebras negras e alongadas que me inspirava desconfiança. De toda a experiência ao longo de anos de convívio para a pesquisa, estes cinco minutos - onde me afasto um pouco para pensar sobre esta situação - foram decisivos; se me deixasse “envenenar” pela circunstância, provavelmente o trabalho tivesse se encerrado neste ponto da viagem.

Em relação a este homem de pálpebras negras e alongadas, eu recordava dele desde o Congresso de Organização e Fortalecimento do movimento social de 2018, que foi realizado em Cidreira, no Rio Grande do Sul. Desde este primeiro contato, a nossa troca de olhar não inspirava a amizade e eu já havia compreendido isto. Pensei que, uma vez me conhecendo, poderia supor o conteúdo da minha mochila e que teria ele tramado com o bêbado tal situação. Fazia parte de reconhecer o meu lugar enquanto pesquisador, branco, sem trajetória de rua, me reconhecer como possível alvo de uma trama como aquela. Em situações como estas, a desconfiança deve ser aliada da prudência; afinal, não era necessário ponderar muito para perceber que um apelo à força extrapolaria a ética. Procurei me acalmar. Quando retornei para perto do grupo, que conversava com o motorista e o fiscal da empresa, confirmaram ter encontrado a tal mochila, que fora desembarcada bruscamente junto ao passageiro bêbado, que relutava em carregá-la, dizendo que a mochila não lhe pertencia. Ao fim e ao cabo, a desconfiança era algo meu, que atravessava a minha personalidade. Fato era que a mochila possuía um rasgo enorme perto das alças e do fecho principal; eu a usava justamente para não chamar a atenção.

Enviariam a mochila no ônibus seguinte e ela chegaria em minhas mãos um dia depois do desembarque – horas antes da saída para a Marcha da População de Rua na Esplanada dos Ministérios. O novo motorista, Jair, conforme se apresentou, deu um longo discurso antes da partida. Estava trêmulo; nervoso, não queria se envolver em situação semelhante a que acabara de acontecer com o bêbado. Depois desse episódio, fiquei mais calado. Ainda que a mochila houvesse sido localizada, eu só me tranquilizaria com ela em mãos. Jantamos, enfim, comida de sal. Houve mais uma troca de motorista logo que chegamos no estado de Goiás. Dessa vez, o motorista era um rapaz branco, bem vestido, cabelo aparado, com um topete com gel e de aparelho dentário. Na única parada que fizemos com ele, tentou apressar o pessoal para voltar depressa ao coletivo e foi xingado de várias maneiras possíveis, especialmente àqueles que colocavam em dúvida a sua masculinidade e sexualidade. Restavam pouco mais de nove horas de viagem. Não haveria mais paradas devido ao atraso de duas horas que o ônibus acumulava em relação ao destino. Desembarcaríamos exaustos na rodoviária interestadual de Brasília, já de manhã, a pleno sol, de onde nos deslocaríamos até o Parque da Cidade Sarah Kubitschek.

Um detalhe, contudo, que nenhuma pessoa do grupo de Santa Catarina sabia no momento que expulsaram o bêbado, era que estava com ele todo o dinheiro daquela delegação para passar a semana em Brasília. Agora era tarde demais para remediar a decisão que fora tomada.

6.2 Dormindo no papelão: os bastidores do acampamento

Quando partimos de Porto Alegre, o último mês de inverno da região Sul oferecia uma temperatura fixa na faixa dos 10°C, enquanto ao meio-dia no planalto central o sol tórrido fazia ultrapassar os 30°C, com uma sensação térmica ainda mais elevada devido à baixa umidade do período de secas da região do cerrado. Todos estávamos exauridos da viagem e suávamos para carregar as bagagens da rodoviária interestadual de Brasília até o Parque da Cidade. Fomos recebidos pelo coordenador nacional do movimento social e um dos principais articuladores políticos da população em situação de rua no Brasil, Leonildo Monteiro, que também integrava o Conselho Nacional dos Direitos Humanos.

Era por volta das 13h de terça-feira, e estávamos sentados no chão enquanto comíamos uma marmita, a segunda refeição de sal desde o último domingo - no marmitex, comíamos galinha caipira e arroz com pequi. Leonildo comentava sobre a dificuldade que foi articular o encontro para que se promovesse a marcha e a audiência pública. Não fosse a rede de colaboradores que envolvia atores sociais de diferentes setores, como a Defensoria Pública da União, Ministério Público Federal e o Conselho Nacional dos Direitos Humanos, por exemplo, dificilmente seria possível mobilizar as caravanas que partiram de todas as regiões do país. Conectados em um grupo de WhatsApp, era possível acompanhar o surgimento e a resolução dos problemas em tempo real das lideranças de todas as regiões do Brasil que se deslocavam por ônibus e avião. Por ter sido necessário mobilizar uma vasta rede de apoiadores, mesmo após o encerramento das atividades em Brasília, manter-se-ia o grupo que reunia militantes e apoiadores de diferentes estados alterando o nome de “Marcha / Audiência Pública” para “A luta continua”. Enquanto comíamos, um rapaz chamado José, da delegação do Rio Grande do Norte, perguntou-me se eu ficara sabendo do assassinato de um morador de rua em Natal. Relatou-me o caso de um homem que teria tido o coração arrancado com as mãos por um grupo de outros moradores de rua, que depois de presos, tiveram as pernas quebradas dentro do presídio como forma de retaliação. Sugeriu-me pesquisar o caso em um programa policial da TV aberta de Natal para me inteirar do assunto.

Leonildo tratou de falar com a segurança do espaço, apresentar a autorização para que fosse aberto o grande portão metálico que dava acesso ao pavilhão de exposições do Parque da Cidade: um vasto local aberto, coberto por um telhado de zinco e cercado por chapas metálicas, com o piso de cimento queimado coberto por uma espessa camada de poeira avermelhada. Até o final daquela tarde, éramos apenas as delegações do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e algumas pessoas de Brasília. À noite, chegaria uma grande delegação do Maranhão e de Pernambuco. Na manhã seguinte, os ônibus que vinham de São Paulo, Rio de Janeiro e os voos que traziam os alguns representantes dos estados da região norte e nordeste.

A segurança do local informou que não faria a segurança das pessoas, no sentido de que permaneceriam no espaço, mas sem intervir no que houvesse lá dentro, tampouco fariam o controle sobre as entradas e as saídas, o que foi uma solicitação por parte do movimento social. Danilo assumiu as vezes de coordenador do espaço e passou a recolher o nome e número de algum documento de todos os presentes para controlar o número de pessoas que ali circulavam, bem como calcular o que seria necessário para as refeições. Enquanto o grupo de Santa Catarina descansava após o almoço, caminhei com mais uma pessoa do grupo até um supermercado comprar vassouras e materiais de limpeza para faxinar minimamente o espaço e tentar atenuar a espessa camada de poeira. Foi necessário um grande esforço para varrer quarenta metros quadrados e só depois disso nos acomodamos por ali mesmo, próximo ao portão metálico, montando uma barraca para alocar as malas e pertences maiores. Nos acomodáramos em papelões pedidos no supermercado, que nos serviria de colchão nas próximas duas noites.

Duas pessoas da delegação do Rio Grande do Sul foram deslocadas em um carro até a Câmara dos Deputados com a missão de colher assinatura dos edis favoráveis à criação de uma Frente Parlamentar Em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua. Após a varredura, ainda naquela tarde, Mahir chamou a todos para ajudar na confecção de uma faixa de boas-vindas e diversos cartazes em cartolina, contendo frases de efeito, que seriam utilizadas na marcha. Sentei-me para fazer algumas anotações e descansar um pouco. Enquanto escrevia em um pequeno bloco de notas algumas ponderações, eu era observado. Percebi que seria mais prudente mentalizar as anotações, realizando-as em outro momento, e passei a participar da atividade de confecção dos cartazes. Em questão de minutos, estava envolvido nisso, ajudando a segurar a faixa para dar estabilidade a escritura das letras com o dizer “bem-vindos”.

Ainda extenuados da viagem, assombrados pelo calor do cerrado que ressecava os lábios e era capaz de provocar pequenos sangramentos no nariz, a noite nos receberia com uma brusca mudança de temperatura que comprovava os alertas de clima desértico dessa região do semiárido brasileiro: fazia frio. Leonildo passou a tarde no espaço do acampamento e antes de

ir embora deixou R\$ 300 para a gente produzir o jantar das pessoas que ali estavam. Éramos vinte contando as delegações dos três estados que já haviam chego, entretanto, quando íamos sair para comprar as refeições, Danilo e eu percebemos uma movimentação de chegada de outras pessoas em situação de rua.

Sem avisar a ninguém, a articulação do movimento social em Brasília havia convidado pessoas em situação de rua do Centro Pop daquela cidade para jantar e pernoitar no espaço, como forma de concentrar para a marcha da tarde seguinte. Em questão de minutos, éramos quarenta, talvez cinquenta. Não haveria recurso suficiente para comprarmos marmitas para um grupo tão grande e então decidimos improvisar um churrasco de linguiça assada no fogo acompanhada com pão francês. Como já sabia o caminho até o supermercado, acompanhei o Danilo – que por sua vez convidou o Baixinho, um rapaz negro, o primeiro peregrino das ruas de Brasília a chegar para nos acompanhar na atividade; disse que viera a convite do Mão, um dos articuladores do movimento social no Distrito Federal.

Caminhamos pela Asa Sul, uma das regiões que concentra riqueza na cidade. Danilo estava com uma camiseta do Grêmio e um abrigo esportivo, como sempre está na maioria das vezes que o encontro. Ele mexia com rigorosamente todas as pessoas que encontrávamos pelo caminho, dizendo que iria comer carne de porco, em alusão à partida entre Grêmio e Palmeiras pelas quartas-de-final da Copa Libertadores da América, que aconteceria naquela noite. “Hoje eu vou comer porco. Aham! Vou comer porco hoje”, dizia, sem ser compreendido nem pelas madames nem pelos rapazes que transitavam por ali.

Passamos por galerias que concentram lojas de roupas de grandes marcas, caminhando entre homens e mulheres bem vestidos, de sapatos lustrosos e tênis caros, até acessarmos o supermercado. Em Brasília, algumas coisas funcionam de forma diferente dos supermercados do Rio Grande do Sul, como na padaria em que não há um atendente: é o próprio cliente quem serve o pão francês. Ficamos parados ali enquanto enchíamos sacos e mais sacos com pães, um por um, até totalizar oitenta pães e irmos comprar as linguiças no açougue, sob o vigilante olhar dos funcionários e da clientela que traduzia em expressões faciais e desvios bruscos de olhar o nosso não pertencimento àquele espaço. No açougue, Danilo perguntou ao açougueiro o preço de todas embalagens de linguiça disponíveis no mostruário e foi selecionando as bandejas de acordo com o menor preço, levando praticamente todo o estoque sob o franzir de sobrancelhas do funcionário, que o alcançava as linguiças de carne e de frango. Compramos carvão e três garrafas de três litros de refrigerante. O Baixinho tratou de organizar a pesagem dos pães, que era feito diretamente no caixa, para o espanto de Danilo que repetia periodicamente que comeria carne de porco naquela noite.

Retornamos ao pavilhão de exposições onde um tonel de lixo era improvisado como churrasqueira para que se fizesse o fogo para o churrasco. Umhas trinta pessoas estavam reunidas à frente do grande portão metálico, que permaneceria aberto durante toda a madrugada. Por hora, um impasse nos tomava a atenção: havia o tonel de lixo improvisado como churrasqueira, mas não havia nenhum utensílio para espetar a carne para de fato fazermos o jantar. Enquanto todos se olhavam, procurando uma solução, César se aproximou de nós e disse ter uma ideia. Com 38 anos de experiência vivendo nas ruas, quando visualizou o carrinho de supermercado que uma travesti do Distrito Federal usava para guardar os seus pertences, rapidamente pediu a ela para retirar duas chapas da parte traseira da estrutura metálica, batendo fortemente com uma pedra nas extremidades. Em minutos, César improvisava uma grelha ao unir as duas chapas com um arame, que foi retirado do portão metálico do pavilhão, e dispor sobre a churrasqueira, oferecendo a todos um exemplo prático daquilo que é chamado *ruaologia* entre as pessoas em situação de rua em Porto Alegre. Danilo estava encarregado da carne e era supervisionado por Baixinho, César e duas dezenas de olhares famintos. Próximo à entrada do portão metálico, ao redor de uma grande estrutura de concreto que dava sustentação ao telhado do pavilhão, formou-se um pequeno grupo que bebia cachaça com discrição, escondendo os copos e garrafinhas atrás da pilastra. Mahir estava entre eles e envolvia a todos com suas histórias homéricas: dizia ter feito parte de uma quadrilha que assaltava bancos e vendia drogas no Rio de Janeiro.

Antes de Danilo retirar a primeira leva de linguiças, que já estavam quase prontas, tratei de cortar ao meio os pães para que rendessem mais. Assim que as retirou do fogo, pediu que fizesse o mesmo com as linguiças, ao passo que todos passaram a se servir com as mãos e a devorar em minutos todo o conteúdo disposto em cima da mesma mesa que fora usada para confeccionar as faixas da marcha. Isto se repetiu umas três ou quatro vezes até que acabasse a carne e os pães. Deu-se início a uma recepção com atividades culturais, alguém leu um poema, uma apoiadora de alguma entidade que trabalhava com a população em situação de rua de Brasília falou ao público e formou-se uma roda de capoeira antes de colocarem para tocar alguns clássicos da música popular brasileira.

Danilo, Dimas, eu e mais dois integrantes da delegação de Santa Catarina saímos discretamente assistir ao jogo do Grêmio contra o Palmeiras, ocasião em que pude conversar brevemente com Danilo, que estava cansado, mas empenhado na tarefa da recepção. Quando retornamos após duas horas, a atividade cultural se transformara em verdadeira festa, com música bastante alta e as pessoas dançando, circulando e bebendo cachaça já sem o receio das horas anteriores. Descobrimos que o Mão, atendendo aos pedidos dos peregrinos de Brasília,

mandara desembarcar doze garrafas de cachaça que chegaram de tele-entrega no porta-malas de um carro. Com todos bebericando, inclusive o Danilo, a reunião avançou noite adentro e durou até a chegada das delegações do Maranhão e de Pernambuco.

Recostei-me ao papelão ao lado da mochila e das pessoas das delegações do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, espaço que era praticamente um camarote para observar a reunião que ocorria a minha frente. Danças, gingados, rebolados, uma efusiva alegria contagiava o ambiente enquanto a cachaça passava de mão em mão nos círculos que só eram furados quando alguém passava em alta velocidade montando as duas bicicletas da empresa Yellow, que estavam com as travas de segurança quebradas, e à disposição de todos. Observei aquela comemoração até me sentir constrangido na minha posição de vigilante voraz, prostrado em frente ao grupo ao lado dos pertences como um cão de guarda. Deitei-me, permanecendo sem dormir dada a zoadada ensurdecedora que emanava das caixas de som e da gritaria formada.

Danilo estava sozinho naquela jornada, fazendo as vezes de anfitrião e mediador de conflitos junto as duas dezenas de peregrinos das ruas de Brasília. Costurou um acordo com todos quando deu a ideia de criar uma lista de músicas em que cada um escolhesse a do seu gosto, o que pacificou uma confusão que já começava a se formar. Estipulou um horário para que o som encerrasse quando foi procurado por pessoas descontentes com o volume da festa. Falava sempre ao microfone, em tom conciliador. A festa terminou às 03h30min da madrugada, quando Danilo sugeriu que todos que quisessem continuar bebendo deveriam fazer isso do portão metálico para fora, após uma enorme confusão que envolveu agressões, ameaças e uma chuva de garrafas que aconteceu devido a um desentendimento entre dois homens pelo interesse de uma mulher. Quando vi a aglomeração, a gritaria e o ambiente belicoso, percebi a difícil situação em que estava Danilo, sem poder ajudá-lo, afinal, uma agência de alguém com comportamento diplomático de fora do mundo das ruas poderia complicar mais do que ajudar. Ficamos eu, Dimas, Jonas e Manuel como que de prontidão para intervir, uns sentados, outros sobre os joelhos, no sentido de proteger a Danilo, o que felizmente não foi necessário.

6.3 Marcha da População em Situação de Rua: “quem ama, sofre; quem sofre, sente; quem sente, luta; quem luta, vence”

Com a fala enrolada, Danilo acordou a todos com o microfone em altíssimo volume às 06h30min daquela madrugada que virou manhã, depois de uma longa bebedeira e mediação junto as pessoas em situação de rua de Brasília no Parque da Cidade. Ainda que tivesse bebido e estivesse sem dormir, permanecia consciente e me enviou uma mensagem pelo WhatsApp.

Queria saber se eu tinha ido até a rodoviária interestadual pegar a minha mochila com equipamento fotográfico que fora extraviada na viagem. Respondi que sim e me pediu para acompanhar a delegação do Paraná até o Parque da Cidade, visto que tanto a mochila quanto as pessoas chegariam no mesmo ônibus. Aguardamos eu e Rubens, que fez questão de me acompanhar até a rodoviária. Estava com a voz rouca da missão de coleta de assinaturas na Câmara Federal. Contou-me que sofrera uma grave lesão de quadril. Perguntei a ele como havia sucedido isso, ao passo que falou sem se deixar interromper ao longo dos cinquenta minutos de espera pela chegada do ônibus. Percebi que estava rouco porque falava gritando e gesticulando. Sua militância com a população em situação de rua advém de seu histórico pessoal de uso de entorpecentes, os quais o levaram “às trevas”, como me explicou.

Ao retornar ao pavilhão de exposições, por volta das 10h, o clima era de descontração com a chegada da totalidade das delegações, que vieram em caravanas de todas as regiões do Brasil para compor a Marcha da População de Rua. Diferentes sotaques, traços, cores e estilos se saudavam, misturavam, conheciam-se e reconheciam-se enquanto um grupo de percussionistas da cidade do Recife ensaiava um maracatu. Depois da experiência da noite anterior, decidimos mudar nossos pertences para um local mais distante do portão metálico da entrada, decisão que foi acompanhada pelas outras delegações que se reuniram há uns cinquenta metros daquele ponto.

Nos banheiros, uma movimentação intensa de pessoas criava filas para usar a pia, os sanitários e os chuveiros, o que desencorajava muitas pessoas. Após os eventos da noite anterior, a segurança do pavilhão entrou em contato com a organização e soubemos da existência de um vídeo gravado no ápice do tumulto, registrando a gritaria e a quebra de garrafas. Aos olhos da segurança do local, a pergunta realizada pelo primeiro motorista que nos conduziu, ainda na rodoviária de Porto Alegre, reverberava: que pessoal é esse? Era quase meio-dia e algumas pessoas continuavam a beber desde a festa da recepção, na noite anterior, circulando ensandecidas nas bicicletas amarelas com garrafas de cachaça presas à cintura, pelos fundilhos das bermudas, destoando em parte do restante do quórum composto por pessoas das delegações que chegaram ao longo daquela manhã de sol forte. Ainda que caricata, a situação não era embaraçosa, afinal, parecia ser uma pequena amostra do mundo de rua.

Meus lábios estavam excessivamente ressecados debaixo de um sol tórrido, o que chamou a atenção de uma mulher negra integrante da delegação do estado da Bahia, que me sugeriu passar alguma coisa antes que piorasse. Com protetor solar, um boné e as águas que eram distribuídas as dezenas, graças ao apoio de uma entidade, fui à frente e em meio ao grupo que se formava para a marcha, sendo guiado pela câmera e pelo olhar fotográfico. As pessoas

seguiram em procissão por uma das avenidas secundárias de Brasília, até alcançarem o Eixo Monumental e rumar em direção ao Congresso Nacional. Uma faixa puxava a marcha com os dizeres “Instituição do Dia da Luta da População em Situação de Rua”, enquanto a caminhada era animada pelo grupo de percussionistas de Pernambuco.

Figura 8 – Reivindicação do Dia da Luta da População em Situação de Rua



Marcha que representa a luta por direitos da população de rua chamada pelo movimento social. Traz a pauta da instituição do Dia da Luta da População em Situação de Rua em 19 de agosto, em alusão ao massacre da Praça da Sé. Fonte: Calvin Da Cas Furtado (2019).

Os mais diferentes rostos carregavam uma diversidade de cartazes feitos à mão com mensagens curtas e diretas: “queremos habitação digna”, “nenhum direito a menos”, “LGBTQI, inclusão e respeito”, “mulher de rua, mulher de luta”. A bicicleta amarela agora era utilizada para transportar e distribuir água ao longo do percurso fartamente povoado por camisetas e bandeiras vermelhas e azuis com a sigla do MNPR. A heterogeneidade do público sugeria sua complexidade, amplificada nas demandas de cada um, como nas faixas com os dizeres “ô de casa, meus pertences estão aí?” e “não pergunte o porquê do vício, mas a causa da dor”; bem como, nas demandas gerais do movimento social, como por exemplo os cartazes grafados com as frases “lute pelos direitos da população em situação de rua”, “não somos moradores de rua, estamos em situação de rua” e “políticas públicas já: temos o direito a ter direitos”.

A marcha avançava sobre a capital do Brasil, com o som dos tambores do maracatu da delegação de Pernambuco: “tu-dum-dum-dum, tu-dum, tu-dum-dum-dum, tu-dum”, era o som que reverberava e anunciava aquela procissão. Do Eixo Monumental era possível visualizar a multidão ir em direção ao Congresso Nacional. Bandeiras e camisetas do movimento social chamavam a atenção dos motoristas e transeuntes, curiosos em saber quem eram aquelas pessoas escoltadas em uma das pistas pela polícia militar. Alguns motoristas buzonavam freneticamente, enquanto outros motoristas – e mesmo alguns transeuntes – gritavam “vão trabalhar, bando de vagabundos”, o que revelava o forte ambiente de polarização no cenário político do país.

Já próximo à Catedral de Brasília, um carro de som aguardava o público, que procurava uma sombra para descansar as pernas após a longa caminhada. Ali falariam as lideranças estaduais, que subiam no caminhão. Perfilaram-se para usar o microfone os representantes dos estados da Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Goiás, Alagoas e Minas Gerais. Todos sob a batuta do coordenador do movimento social no estado do Maranhão, um homem transsexual que atuava enquanto mestre de cerimônias. Por um momento deixou-se de lado as questões mais pontuais de cada uma das regiões do país para dar ênfase ao ponto de pauta comum a todos, que unificava a luta a nível nacional: a passagem do dia 19 de agosto, alusivo ao massacre da Praça da Sé, a partir da instituição de um Dia de Luta Nacional da População de Rua pela via do poder legislativo. Em resumo, o movimento social operava no campo do simbólico a partir do apelo que a data sugeria, a recordação sobre os sete mortos e oito feridos no acontecimento ocorrido no centro de São Paulo no ano de 2004. Em um contexto de incerteza em relação à Política Nacional da População de Rua, que estava e permanece amparada em um decreto presidencial, com a troca da gestão do Governo Federal, a marcha era considerada a mais importante mobilização do MNPR nos últimos anos.

Em uma das primeiras manifestações em cima do carro de som, Eduardo, representante do estado de Goiás, fez alusão ao massacre da Praça da Sé e apresentou uma versão ocorrido.

Agora em agosto que a gente vem rememorar o 19 de agosto, uma série de assassinatos que aconteceu em São Paulo, onde a polícia é corrupta e fascista, que tava traficando na Praça da Sé, foi vista por pessoas em situação de rua e ela foi lá e executou sete desses quinze companheiros que estavam lá. E ainda hoje, 15 anos depois, essa violência ainda acontece em todos os estados do nosso país. É por isso que nós estamos aqui hoje, para que possamos levantar nossas cabeças. (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 21/08/2019)

A fala do representante de Goiás reverberou na delegação de São Paulo. Darcy, que integrava a coordenação nacional do movimento social, falou logo após Eduardo, referindo-se

às atividades promovidas durante as últimas semanas, onde se organizam atividades alusivas à passagem do massacre da Praça da Sé. Abreviou sua fala com uma espécie de mantra – moradia digna; moradia primeiro, moradia já – e passou a palavra a Sebastião, um dos fundadores do movimento social e considerado um sobrevivente do massacre da Praça da Sé.

Falando do dia 19 de agosto de 2004, nós tivemos sete pessoas mortas de uma primeira leva. Quando sepultávamos cinco pessoas de uma vez só em Perus, falecia a sexta pessoa na UTI. Nesse dia uma das pessoas tinha no seu caixão um pedaço de papel escrito “desconhecido”, então, ele foi tido aí como indigente. Essas questões todas da morte, dos ataques, do que foi, muitas pessoas feridas em São Paulo, era para que a gente desistisse e saíssemos da cidade. Mas impulsionou para o contrário, essa revolta, essa indignação, aquela promessa que a gente fez diante do túmulo, diante dos caixões, diante daquelas pessoas, nós vamos cobrar justiça. Disso surgiu o Movimento Nacional da População de Rua. Em 2005, com quinze estados, nós assinamos a carta de princípios. Hoje e amanhã são importantes para que pare o massacre da população de rua, que continua até hoje. Ainda no dia 19 deste mês, essa semana, mais pessoas foram mortas em São Paulo. (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 21/08/2019)

As três centenas de pessoas que compunham a marcha assistiam atentamente aos pronunciamentos, quando o representante do Rio Grande do Norte, Vanilson, falou no carro de som. Ele ofereceu um poema de sua autoria que traduzia em versos a narrativa sobre o massacre e a gênese de um movimento social.

No dia 19 de agosto de 2004,
um triste fato ocorreu
sete pessoas em situação de rua
na Praça da Sé morreu.

Brutal e covardemente,
sem dar nenhuma defesa,
mataram sete brasileiros
que viviam na incerteza.

Na incerteza de um dia
que ainda ia raiar,
mas vieram os meliantes
pra sua vida ceifar.

Após aquela macabra noite,
algo começou a mudar.
Surgiu um movimento de rua
pros seus direitos lutar.

Começou em dois estados,
São Paulo e Minas Gerais,
hoje estamos em dezoito
na luta por direitos sociais.
Mas não pense que é fácil,
o massacre continua
quando é negado direitos
à população de rua.

Alguns estados conquistaram direito a saúde,
trabalho e até habitação.
Porém em outros estados,
é negado até dormir no chão.

Por isso, sigamos na luta.
Porque em nosso país nada é de graça.
Se não temos moradia,
vamos ocupando as marquises, os viadutos, as praças.

19 de agosto é o Dia de Luta do povo da rua.
Nós não vamos nos calar jamais.
Nossa luta continua. (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 21/08/2019)

Ao retomar a palavra, Leonildo perguntava à multidão - “o que nós queremos?!” - ao passo que era respondido: “moradia”. “E políticas públicas”, retrucava ao microfone, de cima do carro de som. Anunciava para todos que após o desfecho da Marcha haveria o lançamento de uma Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos da População de Rua, em um dos auditórios da Câmara Federal. Algumas falas rápidas sucederam, como a de uma travesti que viera com a delegação de São Paulo, que militava pela questão LGBTQIA+: “Vim do meu município de Osasco levantar essa bandeira porque é muito difícil. Hoje é mais fácil para as autoridades ver as travestis e ir meter bala do que encaminhar para um emprego. Que absurdo. Eu me pergunto, que país é esse?”, disse Bia Lima.

O representante do estado de Alagoas usou um jogo de palavras – “quem ama, sofre; quem sofre, sente; quem sente, luta; quem luta, vence” – que animou o grupo que aguardava sob um sol escaldante. Tentou manter o tom ao exclamar: “é população de rua ou não é!?”. Enfim, as lideranças desceram do carro de som para dar lugar aos percussionistas, com seus tambores e atabaques. A multidão saiu em caminhada em direção ao Congresso Nacional, entoando o hino do movimento social – “ô leva eu, povo da rua, que eu também quero ir, povo da rua, que já chegou a missão, vamos todos nos unir”, diziam as primeiras estrofes.

Figura 9 – Militantes do MNPR caminham em direção ao Congresso Nacional



Movimento Nacional da População de Rua realiza a marcha pela Esplanada dos Ministérios em direção ao Congresso Nacional. Fonte: Calvin Da Cas Furtado (2019).

Encontro Danilo ao longo da marcha, tomando água e caminhando devagar, com o olhar baixo, as pálpebras cansadas, tentando superar a noite anterior. Falou-me que se desentendera com Mahir, que mesmo após ele ter chamado a responsabilidade sobre a autorização para a festa ir até tarde, dizendo ser ele o responsável junto à coordenação do movimento social, este teria reprovado sua decisão. Danilo não gostou de ele ter falado isso para terceiros ao invés de falar-lhe diretamente. Disse-lhe que, para a sorte dele, ele respeitava os sujeitos de cabelos brancos, caso contrário, a conversa seria diferente, dando a entender que usaria com ele o mesmo poder de mediação que Mahir havia empregado contra o bêbado.

Para além de pedagógico, o emprego da força é uma estratégia universal para a resolução de conflitos de toda ordem no mundo da rua. A tal festa também o colocara em rota de colisão com Mão, que segundo ele não deveria ter distribuído as cachaças, que Mão só havia feito aquilo porque algumas pessoas do movimento social de Brasília se vendiam por pouco. Como pude verificar, um grupo do Distrito Federal possui uma outra liderança na cidade, Maíra, que faz oposição ao Mão, a quem acusa ser populista, trabalhar com entidades religiosas e ser defensor da internação compulsória. Ainda que o grupo insinuasse diplomacia para a resolução dos conflitos, quaisquer arroubos violentos não seriam surpresa para ninguém. Após a

explicação de Danilo, pude entender sua fala em cima do caminhão de som: “a gente não precisa de clínica terapêutica, a gente precisa de moradia e trabalho digno”, criticando a violência que, na sua concepção, representava a internação compulsória. Enquanto conversávamos e marchávamos, uma pessoa com a camiseta do movimento social e um bíblia na mão anunciava em voz alta: “Jesus não tinha moradia, era andarilho igual nós”.

6.4 Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua

Findada a atividade da Marcha da População de Rua, as pessoas que a compuseram, apoiadores e militantes de dezesseis estados de todas as regiões do Brasil, se dirigiam até um dos acessos da Câmara Federal. Eram centenas as bandeiras e camisetas que faziam alusão ao movimento social, que através dos seus coordenadores estaduais, distribuía as senhas de acesso ao auditório Nereu Ramos ao longo daquele percurso percorrido a pé. O acesso a essa instituição requeria um cadastramento mediante apresentação de um documento pessoal com foto, bem como as fichas de acesso ao plenário. À medida que a maioria das pessoas estava visitando as dependências da maior câmara legislativa do Brasil pela primeira vez, formou-se uma longa fila, que representava um profundo contraste daqueles mais diversos rostos e seus trajes com o protocolo oficial e os funcionários uniformizados.

Era a minha primeira vez também. Após entregar o documento a uma das funcionárias da recepção, esta anotava os dados principais e fazia um registro visual com uma pequena câmera digital, e então as pessoas eram liberadas para acessar o espaço passando pelo detector de metais sob o atento olhar da segurança. Naquele fim de tarde, as pessoas em situação ou com trajetória de rua acessaram a Câmara Federal, que desde cedo já estava tomada por diversas etnias indígenas. Alguns dos indígenas estavam bastante ornamentados e lá estavam para acompanhar a votação das Propostas de Emendas à Constituição número 187 e 343 daquela legislatura. Escorados nas paredes dos corredores, os indígenas observavam e eram observados de volta pelas pessoas marcadas pela trajetória de rua. Um contraste potente e marcante, que revelava a diversidade de um país de proporções continentais.

Antes do início da atividade do movimento social no Plenário Nereu Ramos, ao final da tarde, já início da noite, a atração principal estava em uma das cantinas que servia café gratuitamente, onde um aglomerado de pessoas se reunia e conversava. Exauridas após quatro horas desde o início da caminhada, as pessoas descansavam e tomavam um cafezinho nas poltronas do plenário. A conclusão era de que os políticos e assessores estavam muito bem

acomodados, pois somente naquele lugar havia mais conforto que em qualquer espaço de acolhimento ou serviço endereçado à população em situação de rua de qualquer um dos estados. Nessa observação, comentada a boca miúda entre pessoas de diferentes regiões do país, estava o estranhamento do primeiro contato com uma das instituições mais representativas do poder legislativo do Brasil. A ocasião desse encontro marcava o lançamento oficial de uma Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua, trabalho que requereu a mobilização do movimento social para o levantamento de mais de 160 assinaturas de deputados federais para a criação de um instrumento multipartidário que iria discutir proposições a nível nacional sobre essa temática específica no âmbito das políticas públicas e direitos sociais.

Pouco antes do início dos trabalhos, no entanto, uma situação de disputa entre as delegações do Paraná e da Bahia congregou a atenção dos presentes: houve um desentendimento sobre a fixação das bandeiras do movimento social na parte de trás da mesa onde falariam as autoridades. Ocorre que as bandeiras e camisetas do movimento social levam a cor da preferência de cada um dos Estados. A Bahia veste a cor azul, Alagoas usa a cor rosa, Santa Catarina usa a cor preta, ainda que a mais disseminada e popular seja a bandeira de cor vermelha – preferida pelos militantes do Paraná e São Paulo – por fazer alusão ao sangue derramado no massacre da Praça da Sé. Como a deputada federal proponente da criação da frente era do Partido dos Trabalhadores, os integrantes da delegação do Paraná afixaram suas bandeiras vermelhas, ao passo que a Bahia fixou a sua bandeira azul, que foi retirada e substituída por outra da cor vermelha pelos militantes do Paraná. A retirada da bandeira não foi aceita pela delegação baiana, originando o desentendimento, visto que o gesto foi entendido como um desprestígio. Os baianos firmaram pé, verbalizando seu descontentamento, até que a bandeira de cor azul não fosse mais retirada. A arenga só se desfez quando a deputada federal deu início ao lançamento da Frente Parlamentar, mas ficava nítido o quanto a disputa pela fixação das bandeiras - e, especialmente, sobre a cor da bandeira - representava uma disputa e explicitava diferentes posturas internas ao movimento social.

Em sua fala inaugural, a deputada federal mencionou a data do massacre da Praça da Sé e citou o projeto de lei que pretendia incluir o 19 de agosto no calendário nacional enquanto o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua. Em cerimônia curta, as falas eram sintéticas e todos reservavam o melhor de si para a manhã seguinte, data da audiência pública promovida pela recém formada Frente Parlamentar, aos 22 de agosto de 2019. A pessoa escolhida para representar as entidades da sociedade civil parceiras do movimento social na luta por representatividade e direitos sociais foi o secretário dos direitos humanos da Defensoria

Pública da União, o defensor público Renan Vinícius Sotto Maior. Em sua fala, argumentou ser missão da instituição que representava não apenas o amparo jurídico, mas também a promoção dos direitos humanos. Resumiu a história da população em situação de rua no Brasil como a história da criminalização em um recorte temporal, que pinçava a tipificação do Código Criminal de 1831 – instrumento que criminalizava a situação de rua a partir das práticas da vadiagem e da mendicância – e aquilo que chamou como inclusão desse contingente populacional pelo Estado brasileiro na perspectiva dos direitos humanos, a partir de 2005, ao reboque dos acontecimentos que sucederam o episódio do massacre da Praça da Sé.

Em tom político, elogiou a articulação entre movimento social, instituições dos direitos humanos e Poder Legislativo, tendo em vista a fragilidade da Política Nacional para a População em Situação de Rua, que estava amparada no instrumento técnico de um decreto presidencial – o Decreto Presidencial nº 7053, editado em dezembro de 2009 (BRASIL, 2009a). Já era noite quando encerrou sua fala destacando a presença das pessoas sobre as quais ele falava e fazia referência ao falar, reforçando o longo deslocamento das mais distantes regiões do país. Pessoas que, segundo o defensor público da União, estavam “batalhando pelo direito de existir”. Dirigindo-se a elas, disse: “as pessoas em situação de rua estão morrendo. E elas não estão morrendo de frio. Estão morrendo de falta de política pública”, em discurso uníssono ao da coordenação nacional do movimento social. Por fim, arguiu que o imbróglio envolvendo a não inclusão da população em situação de rua no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) seria um dos maiores exemplos de invisibilidade social. Argumentou: “como você vai pensar uma política pública sem saber a quantidade de pessoas nesta condição?”. E foi além: “é um pressuposto básico: se a pessoa existe, ela tem que ser computada. A gente sabe quantas cabeças de gado existem no Brasil pelo IBGE, como que a gente não conta as pessoas em situação de rua?”, ironizou, encerrando sua participação na cerimônia de lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos da População de Rua.

Ao retomar a palavra, a deputada federal afirmou que a população de rua era trabalhadora e não era invisível apenas quando a intenção era criminalizá-la. Utilizou de uma artimanha retórica, citando uma frase de efeito que ouvira e que calhava para a ocasião, encerrando de maneira propositiva: “Não somos bicho nem lixo, somos seres humanos. E se na rua estamos é porque nos desencontramos, e é nesse desencontro que a gente se encontra para somar forças e para transformar essa realidade. Todo o direito à população de rua. Está lançada a Frente Parlamentar em defesa dos direitos da população em situação de rua”, anunciava a deputada federal, sob os apupos do movimento social, nomeando o verdadeiro autor das

palavras que acabara de parafrasear em seu discurso. Lentamente o plenário foi esvaziando-se. Havia uma longa caminhada de retorno. E, na manhã seguinte, outra longa caminhada de regresso à Câmara Federal para a audiência pública mais aguardada dos últimos anos para o MNPR – aquela que visava reunir o apoio político necessário para a instituição do Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua no calendário nacional brasileiro.

A noite que antecedeu a audiência pública na Câmara Federal foi bastante tranquila devido ao cansaço de todos os participantes depois de peregrinar debaixo do sol forte. A última vez que havia visto Danilo fora no começo do lançamento da Frente Parlamentar. Após, ele retirou-se e foi recuperar as horas de sono necessárias; isso aconteceu com praticamente todos os participantes que se estenderam nas comemorações da primeira noite de estadia no pavilhão de exposições do Parque da Cidade Sara Kubitschek.

A partir do rumor de que não havia água no banheiro principal, procurei uma mangueira em um canto afastado do enorme pavilhão para tomar um banho. Comemos em grupo as marmittas que nos aguardavam e, finalmente, fomos dormir nos papelões que organizamos. O sono só foi interrompido uma vez, no meio da madrugada, quando os integrantes da delegação vizinha a nossa no espaço, do Maranhão, iniciaram uma perseguição para a captura de um ladrão que tentava furtar os pertences dos exauridos peregrinos. Não se soube precisar a procedência desse indivíduo, uma vez que conseguiu fugir por uma fenda do cercamento metálico do pavilhão, mas tudo indica que fosse uma pessoa das ruas de Brasília.

6.5 Sebastião: mais um sobrevivente

A manhã do dia 22 de agosto de 2019 iniciou com os ritos protocolares semelhantes ao de um espaço institucional de acolhimento: após a espera para o banho e higiene pessoal, havia a fila para o café da manhã. As delegações organizavam seus pertences e o espaço que ocupavam no pavilhão, visto que a maioria retornaria diretamente da audiência pública para um rápido almoço antes da partida para a viagem de retorno aos seus destinos. Fui até a delegação do estado de São Paulo me apresentar. Procurava por Sebastião, um homem negro de cinquenta anos, alto, magro, barbas e cabelos grisalhos, que falara no carro de som durante a Marcha da População em Situação de Rua enquanto fundador do movimento social e sobrevivente do massacre da Praça da Sé. Solícito ao contato, Sebastião e eu nos afastamos um pouco e sentamos próximo a uma escadaria na lateral do espaço, observando o movimento das pessoas entre o ir e vir no espaço dos banheiros e da banca improvisada que oferecia o café da manhã.

Iniciamos uma conversa, a qual gravei com o seu consentimento, quando o perguntei onde estava e o que fazia no dia 19 de agosto de 2004. Ele disse que se encontrava em situação de rua na região central de São Paulo. Conforme seu relato, embora as pessoas que dormem nas ruas estejam permanentemente em estado de alerta, dormindo “com um olho aberto e outro fechado”, como disse, naquela noite algo “impensável”, “inimaginável” aconteceria: a calmaria da noite seria irrompida com uma gritaria e correria após os latidos dos cães que acompanhavam algumas pessoas que ali pernoitavam. Sebastião disse ter sido salvo pelo alarme desses cães. Em poucos minutos, foi possível entender o que ocorria: o alerta dos cães, a correria e a gritaria aconteciam porque as pessoas estavam sendo atacadas com golpes na cabeça por pelo menos quatro elementos avistados por Sebastião.

Eu tenho detalhes que infelizmente, não é covardia, mas eu guardo só pra mim. A testemunha que se dispôs à época a falar, ajudar a resolver o caso, ela também foi assassinada a tiros por policiais. Tem coisas que a gente acaba guardando e tem muita gente, assim como eu, que poderia contribuir muito para solucionar este caso se a gente soubesse que haveria o interesse em solucionar este caso, mas a gente sabe que não tem. A gente vai acabar depondo, testemunhando para pessoas que só querem saber o nosso endereço para nos matar depois. (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 22/08/2019)

À época do massacre da Praça da Sé, Sebastião integrava o Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo. A partir dessa experiência, disse ter tomado consciência a respeito de outros casos envolvendo mortes e violações de direitos. “O massacre chocou de uma certa forma mais porque foi muita gente de uma vez só”, disse, explicando que antes do fato haviam casos isolados dos quais ninguém sabia designar a procedência dos autores. Para exemplificar, contou sobre uma morte em específico neste contexto, que possuía as mesmas características das vítimas do massacre da Praça da Sé: uma pessoa encontrada morta, assassinada com pedradas e pauladas na cabeça no centro de São Paulo, em um espaço no qual vivia há anos.

Sebastião explicou que o clamor por justiça que se originou neste episódio conhecido como “massacre” se deu porque não havia como esconder o aparecimento de tantos corpos com as mesmas características de agressão em diferentes pontos da região central de São Paulo. Em seu raciocínio, uma possível motivação para o crime hediondo seria afastar as pessoas em situação de rua desses espaços da região central. Entretanto, com a formação do movimento social e a luta política que encampou, deu-se o oposto: “essa indignação, essa revolta, essa dor foi o que provocou e acabou impulsionando a gente para se organizar em movimento, isso foi

acontecendo, fomos se juntando pra lutar pela defesa dos direitos da população em situação de rua”, afirmou.

Antes de focarmos a conversa sobre a constituição do MNPR, pergunto-lhe o que sucedera no cemitério de Perus, durante o velório coletivo de cinco das vítimas fatais do massacre da Praça da Sé, episódio mencionado por Sebastião durante a Marcha da População de Rua.

É uma imagem que guardo com muito peso, assim, esse negócio do massacre da Praça da Sé me atrapalha até hoje por questão de trabalho, de tocar uma vida normal, eu não consigo, eu tô sempre perdendo oportunidades, deixando as coisas paradas pelo meio do caminho, isso afetou também relacionamentos financeiro, afetivo, espiritual. Tudo. E ali, entre aqueles caixões ali, eu olhando aquelas pessoas, algumas tinham umas manchas roxas das pancadas, já estavam há algum tempo na geladeira, mas havia um caixão que tinha somente uma plaquinha, um papelãozinho escrito lá ‘desconhecido’. E aquilo ali foi muito gritante para a gente. O Padre Júlio, que estava fazendo essa missa de corpo presente, até tentou identificar a pessoa, surgiram alguns nomes das pessoas que diziam ‘é fulano’, ‘é beltrano’. Como não houve a confirmação precisa por documentos ou familiares, então, esta pessoa teve que ficar como desconhecida, porque ele estava como indigente e foi sepultado dessa forma. Isso foi muito chato para a gente, muito triste. Tanto é que o que a gente imaginava aconteceu, há um ano atrás o Padre Júlio pode constatar que essa pessoa já não existia mais lá, nos registros (do cemitério de Perus) de que foi sepultada no massacre da Praça da Sé. Constava as quatro, essa pessoa além de ser sepultada como indigente ela deixou de existir ali enquanto registro do cemitério. Não existe esse túmulo lá, não existe a possibilidade. (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 22/08/2019)

Nesse contexto, Sebastião classificou o surgimento daquilo que viria a se constituir enquanto movimento social como um movimento de sobrevivência pelo direito de existir, dado que as pessoas que compartilhavam a situação de rua eram indigentes em vida e indigentes também em morte. Tal sentimento foi potencializado com o episódio do sepultamento do “Desconhecido” entre as vítimas do massacre da Praça da Sé no cemitério de Perus, em São Paulo. “É muito sofrimento em uma vida sem sentido, invisível, e a morte torna as pessoas mais invisíveis ainda. Mas também é difícil dizer se viver como algumas pessoas estão vivendo é vida, se isso é vida também. Às vezes nem é vida, nem é condição humana mais”, pensou Sebastião, com os olhos marejados. Insisti com ele a respeito dos cinco corpos do cemitério de Perus, lhe pedi detalhes: tratavam-se de cinco homens negros – assim como são a maioria das pessoas em situação de rua, acrescentou Sebastião, um homem também negro, como eram os corpos que estavam dispostos naqueles caixões.

Contou-me que, durante a sua trajetória de rua, gostava de percorrer a Ladeira da Memória na cidade de São Paulo, local onde os andarilhos recolhiam água em um chafariz. Lá havia também uma pia de ferro, que Sebastião contou ter descoberto servir para que os escravos fossem banhados antes de serem vendidos no período colonial. Disse que o chafariz foi

desativado pela Prefeitura Municipal justamente por ser um fator atrativo à aglomeração de pessoas em situação de rua em busca de água. Refletiu também sobre um embate pelo espaço da cidade, onde as pessoas em situação de rua, na tarefa diária de suas vidas – isto é, nas atividades de sobrevivência – constituem os alvos preferenciais das intervenções estatais – seja por parte da polícia ou das arquiteturas pensadas para afugentá-las – e que a todo momento são acossadas a saírem de onde estão. Sobre essa disputa acerca do espaço da cidade, essa sensação de não ser bem-vindo em canto algum, Sebastião usou uma metáfora para explicar o que pensava:

O pessoal compara muito morador de rua com pombos. Como eles querem se livrar dos pombos, eles querem se livrar do morador de rua da mesma forma. Tem muito pretexto para acabar com a vida do pombo. ‘Olha, as fezes do pombo trazem doenças que estão matando’. ‘Olha, por onde os pombos passam eles trazem praga, podem matar você, a sua família, você vai morrer por isso’. O pessoal na rua, tá sem banheiro, faz coco aqui, urina ali, a cidade querendo ou não fica com um cheiro forte de urina, especialmente nos centros, então para eles é isso mesmo, são pombos mesmo, tanto que tem gente que distribui comida envenenada. O Estado tem essa ideia. (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 22/08/2019)

A partir desse devir-pombo, Sebastião conseguiu situar a questão que abarca a vida e perpassa a morte das pessoas em cujas vidas a situação de rua inscreve o poder: a desumanização, ou o escamoteamento gradual da condição de humanidade, a sensação de morte-em-vida. A sobrevivência diária, encarada como uma luta pela vida, vai de encontro a um poder que não se satisfaz com a animalização do ser e da sua morte biológica, mas que avança também sobre o apagamento dos registros a partir das práticas de obliteração da morte até a impossível reversão do esquecimento, como no caso do “Desconhecido” vítima do massacre da Praça da Sé. Sebastião explicou que, para as pessoas em geral, o raciocínio é que as pessoas que vivem nas ruas deveriam estar presas ou internadas; mas que não poderiam estar no local e nas condições em que estão, por serem “vidas fora de lugar”, nas suas palavras.

Ele disse se sentir privilegiado em ter 52 anos de vida após tudo que passou nas ruas, mas retomou o questionamento sobre se viver, de fato, era um privilégio, “depois de ter visto tanta gente morrer”. Entretanto, elencou como o principal ensinamento da situação de rua aquilo que chamou de lei da sobrevivência, que se dava a partir de uma resistência pessoal em não morrer. A metáfora que aproximava os pombos dos seres humanos se condensava nessa resistência em não morrer, visto que as formações discursivas que autorizam o morticínio dos primeiros são facilmente deslocadas aos segundos, quando tanto os pombos quanto os seres humanos são vistos como problemas quando enquadrados como “fora de lugar”, associados ao risco em relação ao corpo-espécie. Lamentou mais uma vez não conseguir afastar-se totalmente

do passado com a trajetória de rua, frisou a profundidade com que a potência dessa experiência se inscrevia na sua narrativa pessoal, da mesma maneira que dissera que o massacre da Praça da Sé o “atrapalhava” até os dias atuais. Disse que evitava com veemência pensar que poderia um dia ter que voltar a frequentar um albergue ou mesmo a viver rua, que procurava seguir em frente. Explicou, enfim, que a situação da política brasileira – “a forma com que este país está sendo governado” – era o que o fazia retornar à militância com esse movimento social. A essa altura da conversa, falava-me um Sebastião de olhos emocionados e com a pele do rosto úmida a lhe espelhar o sol nas faces.

6.6 Audiência Pública: a população em situação de rua acessa a Câmara Federal

Após me despedir de Sebastião, retornei para encontrar a delegação do Rio Grande do Sul, que estava reunida e tranquila no espaço onde erguemos duas barracas; uma para alocar as mochilas e pertences de todos, e outra para a única mulher entre nós, Priscila, ficar segura. Momentos antes da partida, uma confusão centralizou a atenção de todos. Um homem em situação de rua de Brasília teria tentado agredir sua companheira, uma mulher transexual, e foi hostilizado e posto a correr por todas as outras mulheres que ali estavam presentes. Dispersada a confusão, iniciava mais uma longa peregrinação até a Câmara Federal, dessa vez pelo interior do Parque da Cidade, cujas árvores amenizavam o sol que, por volta das nove horas da manhã, já era forte. Devido ao episódio da noite anterior, a perseguição de um ladrão dentro do acampamento, Ernesto, que integrava a nossa delegação, resolveu ficar no parque de exposições a zelar os pertences de todos. A passos lentos, uma longa fila indiana se formava nas estreitas calçadas de Brasília – uma cidade projetada para os carros e não para as pessoas.

Uma equipe de reportagem de televisão acompanhava a delegação de São Paulo desde sua partida para participar da Marcha da População em Situação de Rua e comunicava a uma das pessoas que acabara de estourar uma grande operação policial no território da “Cracolândia”, no bairro da Luz, enquanto gravavam com uma mulher negra, liderança daquele território. Enquanto era filmada, a mulher fez uma ligação de vídeo do celular para uma pessoa que vivia no bairro da Luz e que lá estava para confirmar a informação. O assunto foi vastamente debatido até chegarmos para a atividade no mesmo espaço do lançamento da Frente Parlamentar, o plenário Nereu Ramos, que ficou totalmente lotado, com aproximadamente 200 pessoas nos assentos e corredores. A querela em relação ao uso das bandeiras fora resolvida de maneira exemplar, intercalando as de cores vermelhas e azuis defronte a um banner com os dizeres: Audiência Pública: Dia da Luta da População em Situação de Rua.

A deputada federal Erika Kokay iniciou os trabalhos naquela manhã ao lado do colega de bancada, o deputado federal Nilto Tatto, ambos do Partido dos Trabalhadores. Com previsão de encerramento para o meio-dia, a deputada federal convidou a todos para um momento simbólico de registro da Frente Parlamentar no protocolo da Câmara Federal, assim que a audiência pública encerrasse. Nesse sentido, pediu para que os espaços de tempo previsto para as falas fossem respeitados. Esse apelo sobre o uso do tempo era uma forma velada de tentar manter o controle sobre o comportamento e sobre as ações das pessoas naquela reunião. Antes de formar a mesa, informou que seriam destinados cinco minutos iniciais para cada integrante e outros três para dez representantes do movimento social, que utilizariam o púlpito.

Foram chamados, um a um, os integrantes da mesa, que foi formada pela Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Dra. Deborah Duprat, o coordenador-geral dos direitos das populações em situação de risco do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Carlos Alberto Ricardo Júnior, o presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, Leonardo Pinho, a assessora da Pastoral Nacional da População em Situação de Rua, Maria Cristina Bober Rolet, o coordenador-executivo do Instituto Inrua, Tomás Henrique de Azevedo Melo, o secretário geral de articulação institucional da Defensoria Pública da União, defensor público da União, Renan Vinícius Souto Maior, e os dois representantes do Movimento Nacional da População de Rua, Samuel Rodrigues, representando a coordenação nacional, e Maíra Feitosa, representando o movimento social no Distrito Federal.

O defensor público da União inaugurou as falas da Audiência Pública fazendo menção a sua manifestação no dia anterior, quando foi lançada a Frente Parlamentar, naquilo que pareceu um esclarecimento, uma retificação, ao lembrar que havia dito que a história da população em situação de rua seria a história da criminalização, argumentando que estaríamos em uma nova fase. Segundo ele, seria correto afirmar que, graças ao esforço do movimento social e dos seus militantes, essa nova fase seria marcada pela luta pela efetivação dos direitos desse contingente populacional. Vislumbrou a dificuldade na efetivação desses direitos de forma pragmática, ao defender que existia uma discrepância entre o que está previsto nas leis, especialmente na Constituição Federal – o direito à assistência social, à saúde e à moradia –, e o que é oferecido na prática, dentro da realidade de cada dia, vivenciada pelas pessoas em situação de rua. Foi em cima desse ponto que sustentou a representatividade daquilo que caracterizou como sendo “a luta do movimento social” na efetivação dos direitos sociais, uma vez que apenas a previsão desses mesmos direitos nas leis não oferecia a garantia de sua aplicabilidade na vida real, o que justificava a relevância daquela oitiva, que provocaria a falar essas vozes que representavam as ruas do Brasil.

Um dos temas tratados com maior importância foi o projeto de lei que objetivava a inclusão do Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua no calendário nacional do Brasil, na data do 19 de agosto, em alusão ao massacre da Praça da Sé. Esse ponto foi mencionado na fala do coordenador-geral dos direitos das populações em situação de risco do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Carlos Alberto Ricardo Júnior, que propôs uma genealogia da situação de rua no país centrada no massacre da Praça da Sé. Representante de um cargo técnico e estável dentro do Governo Federal, acessado via concurso público, o funcionário defendeu conquistas institucionais referentes a esta população, como os decretos presidenciais que constituíram o grupo de trabalho interministerial responsável pela criação da Política Nacional e seu comitê de avaliação permanente, a realização da primeira pesquisa nacional para essa população, ambos em 2009, bem como a manutenção das atividades do Comitê Intersetorial de Acompanhamento da Política Nacional (CIAMP-Rua) ao longo dos últimos dez anos.

Ricardo chamou a atenção para o fato de que a Política Nacional para a População em Situação de Rua não fazia menção direta à saída das pessoas nas ruas e que tal ponto estaria sendo construído no âmbito do referido comitê a partir de um modelo de política pública conhecido como *housing first*, ao passo que perguntou ao auditório: “quem aqui não quer moradia?”. A questão provocou debates e tensão dentro do MNPR, a partir do grupo de WhatsApp montado para as atividades da marcha e da audiência pública. Fato foi que sua fala não agradou e causou uma divisão entre aqueles que defendiam um pedido de afastamento de Carlos Ricardo da coordenação do CIAMP-Rua e aqueles que ponderavam mais sobre essa posição. Ainda que o próprio movimento social defendesse a tese da saída da rua a partir do oferecimento de moradia, a fala de Carlos Ricardo era avaliada como demasiadamente defensiva e pró-governo.

Outras pessoas que compunham a mesa saudaram a presença dos militantes do movimento social ali presentes, destacando as longas distâncias percorridas e as dificuldades enfrentadas ao longo do percurso. A deputada federal que coordenava a mesa destacou uma fala de Leonildo Monteiro, coordenador nacional do movimento social, em conversa com ela sobre a falta de confirmação de questões estruturais envolvendo essa organização, na semana anterior àquele dia: “a nossa vida já é uma luta, e nós estamos acostumados a enfrentar todos os desafios, e nós vamos vir para Brasília, vamos ocupar Brasília, e nós vamos mostrar que nós existimos que resistimos enquanto seres humanos”, disse, arrancando aplausos do público. Ainda que o amplo quórum, que lotava as dependências do auditório, confirmasse o sucesso da reunião, as

questões envolvendo a articulação em relação à logística dessa operação do movimento social em Brasília foram todas confirmadas faltando poucos dias para a data da audiência pública.

Havia o protocolo por parte dos integrantes da mesa em não se alongar para que sobrasse mais espaço de fala para as pessoas em situação ou trajetória de rua presentes, que já faziam a inscrição para utilizar a tribuna. A respeito da escolha das pessoas que fariam uso da palavra, o movimento social deliberou por dividir uma fala por delegação, em processo orgânico similar ao que ocorreu no carro de som durante a marcha. Esse momento gerou um princípio de confusão, com várias pessoas falando ao mesmo tempo, até que tudo foi organizado sob a vigilância atenta de Danilo, que mais uma vez desempenhava um papel de mediação, enquanto a atenção de parte da mesa e do público da audiência se dirigia ao que se sucedia. A deputada federal conduzia a mesa e as falas das autoridades enquanto acompanhava aquele murmurinho, com um olhar de soslaio. Felizmente, tudo foi organizado sem ninguém ficar descontente, como fora no episódio das bandeiras no dia anterior.

Uma intervenção teatral programada quebrou o protocolo com uma performance do grupo Gigantes da Rua, de Alagoas. Eles realizaram a apresentação, que era em parte musical, com o grupo de percussão de Recife, e em parte dramática, com a atuação de alguns militantes de Maceió. Desse momento em diante, a atenção do público foi capturada pelo ingresso dos atores com trajetória de rua em direção ao palco principal, espaço situado à frente da mesa de trabalhos, quando estes caminhavam pelas laterais do auditório até o centro, indo um a um, com uma trilha sonora que criava uma atmosfera profunda. Eles apresentavam uma pequena coreografia ao passo que iam saindo de cena, de maneira a encerrar a apresentação com o ingresso do personagem principal daquele número, Rafael, coordenador do movimento social em Alagoas. Ele quebrou o silêncio com uma pergunta que passaria a reverberar naquele plenário: “o que te sufoca?”.

‘O que me sufoca é ver a população de rua indefesa aí nas ruas desse Brasil. O que me sufoca é ver mulheres, homens, crianças sem ter uma oportunidade. O que me sufoca é não ter o direito a uma certidão. O que me sufoca é saber que existe políticas públicas, mas que não são efetivadas. Isso é o que me sufoca. O que te sufoca?! O que te sufoca?! O que te sufoca?!’ ‘A violência contra a pop rua’, respondeu um primeiro; ‘O que te sufoca?!’, ‘O desemprego’, respondeu um segundo. Rafael prosseguiu: ‘Vocês sabiam que no dia 23 de dezembro de 2009 o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva instituiu a Política Nacional para a População de Rua?’ ‘Sim’, respondiam todos. ‘Vocês sabiam que os estados e municípios devem fazer a adesão a esta política e criar os comitês estaduais e municipais?’ ‘Sim’, respondiam todos. ‘Vocês sabiam que além deste Decreto nós temos direitos na Constituição Federal?’ ‘Sim’, respondiam todos. ‘Mas o que é que o Estado faz?’ ‘Nada’, respondiam todos. ‘O que é que o município faz?’ ‘Nada’, respondiam todos. ‘E o que te sufoca?’ ‘Falta de direitos’, responde um primeiro. ‘E o que te sufoca?’ ‘Falta de comida’, responde uma segunda. ‘E o que te sufoca?’ ‘Falta de respeito’, disse um terceiro. ‘E o que te sufoca?! – repetia Rafael,

agora direcionando a pergunta às autoridades da mesa, antes de entoar o hino do movimento social com aqueles que estavam lhe respondendo a indagação. (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 22/08/2019)

A apresentação teatral provocou verdadeiro êxtase nos participantes que se levantaram das poltronas e puseram-se em pé, a dançar e cantar por todo o espaço do plenário Nereu Ramos, sendo todos aplaudidos pela mesa de autoridades, que também se levantou.

Passados alguns minutos, assim que o ambiente silenciou e com as pessoas acomodadas novamente, a deputada federal que coordenava os trabalhos passou a palavra ao colega de casa Nilson Tatto. Era ele o proponente dessa audiência pública e também quem assinava a autoria do projeto de lei que visava instituir o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua no calendário nacional. Tatto saudou os outros parlamentares presentes e resolveu ceder seu espaço de fala para que o coordenador-executivo do Instituto InRua fizesse a defesa pública desse projeto de lei.

Pra quem não sabe, falar em Dia de Luta para a gente também significa falar em um processo de luto, de dor, de uma política genocida que está estabelecida há muito tempo no nosso país. A gente rememora o Dia de Luta aos 19 de Agosto em virtude do massacre da Praça da Sé. No dia 19 de agosto de 2004 se iniciou um processo de extermínio onde sete pessoas foram mortas, oito pessoas foram feridas, uma delas inclusive foi caçada e morta literalmente. Eu lembro há alguns anos atrás em São Paulo, no marco dos dez anos do Massacre da Praça da Sé, em 2014. Estávamos, Anderson e eu, conversando sobre esta memória dos dez anos, e Anderson me falou uma coisa naquele momento que me marcou profundamente. Ele dizia que ‘o massacre não terminou’. Isso me chamou a atenção também para o fato de que o massacre não começou ali, esse massacre ele tá colocado desde o processo de colonização de nosso país. Em cada uma das leis desde as portuguesas, que criminalizam as pessoas que não tinham condições de dar conta da sua sobrevivência e que ficavam à mercê, na falta, à sua própria sorte. Então, o massacre não começa em 2004 e também não termina, ele começa nas leis, ele começa nesta criminalização, na produção desta narrativa de ódio que produz uma política genocida – e que vem sendo cada vez mais legitimada, esse massacre contra as pessoas em situação de rua. (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 22/08/2019)

O coordenador-executivo do Instituto InRua trouxe aquilo que poderia ser caracterizado enquanto um exercício de genealogia do extermínio contra a população em situação de rua a partir de alguns fatos. Um dia antes da audiência pública, circulou no grupo de WhatsApp que integrava todas as lideranças do movimento social para as atividades em Brasília um documento intitulado “Massacres, chacinas e outras mortes: situações continuadas na vida de quem está em situação de rua”. Esta reunião de fatos representava, na concepção dos militantes do movimento social, “um mosaico dos horrores”. Esse texto era a fonte primária, produzida pelo mencionado instituto, e que agora embasava a fala do coordenador-executivo. Pontualmente, assim que ele tocou no assunto que articulava a morte, os mortos e um processo de morrer

específico da população em situação de rua de maneira politicamente induzida pela a ação ou inação do Estado, dos governos e da sociedade, a representante do movimento social no Distrito Federal complementou: “hoje as pessoas morrem não é de frio não, é de falta de políticas públicas”, antes de concluir com o argumento de que o “o preconceito vai além da vida” quando descreveu os “enterros sociais”, aqueles realizados gratuitamente nos cemitérios de todo país.

O deputado federal Nilto Tatto assumiu a condução da audiência pública quando a deputada federal Erika Kokay se ausentou por uns instantes. Ele chamou o representante da coordenação nacional do movimento social e em seguida a audiência pública passou a ouvir a fala dos representantes dos estados, que se aglomeravam perto do púlpito. Entre os quadros estaduais estava Sebastião, que foi o terceiro a falar ao público, depois de duas falas acanhadas.

Este momento que está acontecendo aqui é sagrado. De poder ver os que tentaram nos matar na Sé e dizer, eu sobrevivi, vivi, vocês não conseguiram me baixar à sepultura. Carrego a dor de ter sepultado de uma vez só cinco pessoas, amigos, conhecidos, irmãos, mortos no centro de São Paulo e enterrados como indigentes. E ali diante do túmulo a gente jurava, não dava para jurar vingança (...), aquele momento que sei lá talvez foi Deus quem disse: ‘cobra justiça de uma outra forma’. E nós levantamos uma bandeira, uma bandeira do Brasil, e dissemos: isso não vai ficar assim, vocês não morreram em vão. Eles queriam nos expulsar na cidade, fizeram um massacre pra botar a gente a correr, mas a dor e a indignação faz a gente dizer: se quiserem nos matar, que venham. E no ano seguinte fizemos um movimento para não só em São Paulo, mas no Brasil inteiro. Para que os trecheiros, os forasteiros das cidades, sejam acolhidos, sejam atendidos, sejam respeitados e que não sejam expulsos e mortos. (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 22/08/2019)

Fortemente aplaudido, Sebastião emocionou-se no púlpito diante do público da audiência pública. Suas lágrimas escorriam à medida que sua voz bradava mais alto. Após um breve momento de respiração, ele dirigiu sua crítica aos atuais governantes, em especial o Presidente da República, bradando que não existe somente fazendeiro e empresário no Brasil: “tem pobre neste país, tem pessoas que não tem nem casa pra morar”, disse.

O momento tão aguardado, reservado à oitiva das pessoas em situação ou com trajetória de rua, que representavam as delegações dos estados, permitiu que uma série de rostos e corpos – masculinos, femininos, transexuais, negros, brancos, de traços indígenas – demarcassem com sua presença a legitimidade daquele espaço de fala, de articulação e construção da política. Sincretizados no rosto de Sebastião, uma presença desestabilizadora, que trajava uma camiseta vermelha do movimento social e que bradava, encarando o público com lágrimas em seu rosto – que, para além do fluído corporal, representavam uma verdade, a de quem sofreu na pele o drama e o terror de ser mais um sobrevivente do mundo da rua. Era, pois, Sebastião, acima de tudo um sobrevivente: alguém que, como muitos outros, se especializara na arte de não morrer.

Com a frase “o Brasil está reeditando genocídios”, a deputada federal Erika Kokay encerrou os trabalhos daquela manhã, depois de ter lido os principais encaminhamentos, dentre eles o encaminhamento de dois projetos de lei, um deles no sentido de transformar o Decreto Presidencial nº 7053 em lei federal, e outro que visa a instituição do 19 de agosto como o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua no calendário nacional. Ela falou ainda sobre a necessidade de que a Frente Parlamentar movesse uma moção a ser endereçada ao presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com a intenção de explicitar a relevância e a urgência da inclusão da população em situação de rua no Censo Demográfico de 2020 – assunto que se arrasta desde a última década, com o instituto defendendo que não possui a metodologia adequada para a referida inclusão.

Erika Kokay convidou a todos os presentes para que acompanhassem os deputados até o protocolo da Câmara Federal para o ato simbólico de registro da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua. Esse momento, com a audiência pública já encerrada, com todos circulando nos corredores da Câmara Federal em direção ao protocolo, foi bastante sensível. Com o caminhar tranquilo e a cabeça erguida, entoando mais uma vez o hino do movimento social, os militantes do “povo da rua”, vindos de todas as regiões do Brasil, coloriam os corredores da Câmara Federal e, por fim, puderam comemorar o sucesso dessa articulação política em Brasília. Representava o encontro entre os parlamentares e aqueles que lutam pelas vidas dos anônimos que povoam as calçadas e as marquises, as praças e os viadutos, aqueles que percorrem quilômetros diariamente executando a reciclagem. Sobretudo, aqueles que não morrem, que recusam a morte, que não se submetem a sua tenebrosa captura a ser politicamente induzida. Esses corpos marcados pela experiência da vida na rua agora coloriam com as cores de povo brasileiro os corredores esverdeados e de teto vastamente iluminado da casa grande legisladora.

Figura 10 – Militantes do MNPR celebram a mobilização realizada



Militantes do movimento social comemoram o protocolo do projeto de lei que visa instituir o 19 de agosto no calendário nacional como o Dia de Luta da População em Situação de Rua. Fonte: Calvin Da Cas Furtado. (2019).

Ao final, o clima era de festa e, com bastante euforia, todos se abraçavam e davam as mãos. Isso indicava que o objetivo da jornada havia sido cumprido. Restariam apenas os encargos de organizar o retorno de todos em segurança. Dos corredores em que se encontravam, os militantes do movimento social partiriam novamente a pé até o parque de exposições, onde reuniriam os pertences para mais uma longa viagem de retorno aos seus territórios de origem, rasgando mais uma vez o território nacional, em um deslocamento que variava entre um mil, dois mil, três mil e até quatro mil quilômetros de chão. Alguns haviam de chegar não em uma “casa”, no sentido estrito, dessas de madeira ou alvenaria, mas em algum lugar do mundo onde sentissem pertencimento, onde haveriam de ser lembrados e queridos, onde integravam, enfim, a ordem da vida – esta mesma que escorre diante dos nossos olhos todos os dias; o clarão de todas as existências, umas mais breves e menos estridentes que outras.

REMATE: SOBRE CAMINHAR ENTRE COVAS DE DECOMPOSIÇÃO RÁPIDA

Figura 11 – Detalhe do “número invisível”



Detalhe de uma das covas de decomposição rápida localizada no cemitério do Campo Santo da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Fonte: Calvin Da Cas Furtado (2021).

Caminhar. Locomover-se. Deslocar-se. Mas onde pisar? Sobretudo, onde não pisar? Eis um sensível e difícil cálculo. Não me refiro a uma metáfora sobre a vida ou o viver no mundo dos vivos, mas a uma situação extremamente prática, no contexto de um local deveras específico. Ao caminhar entre as cruzes numeradas, as covas de decomposição rápida do cemitério do Campo Santo da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, com o olhar fixo no chão, precisei escolher o limite de cada passo. Foi somente visitando esse local – em busca de uma fotografia, uma imagem-signo potente a ponto de estimular a reflexão proposta nesse esforço de pesquisa – que me pus a pensar sobre as características que tornavam específico o lugar que é parte e está à parte dentro de um complexo funerário interinstitucional que regula um morrer socialmente diferenciado: o morrer do pobre, da pessoa em situação de rua, do indigente, enfim, do “desconhecido” de todos os dias.

Tal imagem-signo, contudo, serve apenas para registrar em parte a estranheza que essa paisagem evoca. Sem referência às memórias, às identidades, às vidas ali inumadas, os números inscritos em cada cruz têm o potencial de homogeneizar todo esse vasto campo na necrópole. Não fosse a força de uma única rosa solitária, isolada, mas ainda vistosa – fotografia que ilustrou o Capítulo 3 –, depositada por alguém em um último gesto de ternura, a paisagem seria completamente esvaziada de quaisquer significados que não o do esquecimento. Isso para além do sentido tétrico que é intrínseco a qualquer parte de uma necrópole. Sobretudo, era a visão de um campo; um silencioso campo.

Em algumas partes, a grama estava alta a ponto de quase encobrir as cruzes numeradas. A geografia indicava um terreno acidentado, de aproximadamente quinhentos metros quadrados, sendo uma parte mais alta, que desce o sopé de um morro, faz uma breve baixada até subir novamente em direção a extremidade de um grande muro que separa o mundo dos mortos do mundo dos vivos. É nesse ponto limítrofe onde são inumados os bebês natimortos e nativos que morrem após o parto, bem como as crianças que recebem o tratamento do óbito não comercializável. Há pelo menos duas estruturas grandes de pedra, que cortam o terreno, com o sentido de drenar a água que desce da parte alta até a parte mais baixa, onde fica uma minúscula capela, que se assemelha a um pequeno galpão: sem forro no teto, com o piso de pedra-ferro, essas comuns nas calçadas das ruas; as paredes azulejadas, com duas estruturas metálicas para suportar os ataúdes, algumas poucas cadeiras e dois banheiros, segmentados por gênero. Na parede, há uma cruz formada por tijolos de vidro, de modo a vazar a luz de fora para dentro do espaço, onde há também um cartaz afixado para que todos leiam o seu anúncio

impresso em tinta preta: “Tempo do velório”; que é complementado abaixo em tinta vermelha: “30 (trinta) minutos”.

Foi um exercício difícil fotografar tal paisagem que, desde a superfície, pareceu nada revelar. Meus olhos, contudo, resistiam ao horizonte para focar no chão, no cálculo sobre onde pisar e, mormente, sobre onde não pisar. Essa paisagem de um terreno acidentado e com a grama alta escondia um solo arenoso, bastante úmido devido às chuvas dos dias que antecederam minha visita. A depender do movimento, do peso depositado sobre um ou outro pé, o solo movediço parecia chupar-me para o seu interior: as entranhas da terra. Procurei me orientar pelo sentido das cruces, dispostas como que cabeçalhos irregulares de camas retangulares recortadas no solo. Algumas dessas camas estavam desfeitas, o que revelava um constante manejo daqueles espaços. Preciso registrar que não foi preciso andar muito por entre a covas para experimentar as sensações as quais descrevo; em primeiro lugar por respeito, em segundo, porque era inviável.

Não há nenhuma orientação para circular nesse ambiente, o que denuncia que não foi projetado para acolher a nenhum visitante. Entre as cruces da paisagem, que não traziam nada além de números, contudo, vestígios de vida se expressavam através de uma flor isolada, um vaso, algum vestígio de homenagem, tal qual uma máscara cirúrgica amarrada em uma dessas cruces numeradas, a indicar os tempos da pandemia do coronavírus. Ao fundo da paisagem, uma exumação ocorria: um trabalhador revirava o solo e dispunha o conteúdo do interior de uma cova dentro de um carrinho-de-mão, sob o olhar atento do coordenador do Campo Santo e de três pessoas que, ao que tudo indicava, eram familiares que vieram encaminhar o traslado de um ente dali para outro espaço, possivelmente privado. Nos espaços particulares, mediante o pagamento de anuidade, é possível dispor da referência mnêmica: nome completo, fotografia, data de nascimento e data de morte e, inclusive, algum epitáfio.

O que caracterizava o lugar que era parte e que estava à parte do cemitério era o fato de que os corpos ali inumados eram processados, de acordo com a legislação, de forma gratuita pela administração do cemitério. Ali estavam os corpos das pessoas que morreram em situação de rua que foram encaminhados pela Central de Atendimento Funerário – como o homem alvejado – e daquelas que foram encaminhadas pelo Departamento Médico-Legal – como a mulher estrangulada. Qualquer pessoa poderia inumar um familiar ali, desde que comprove a renda inferior a dois salários mínimos. Os números das cruces, enfim, remetiam à burocracia dessa gestão singular do morrer.

Somente a administração seria capaz de devolver aos restos mortais ali inumados a identidade a que estes corpos pertenceram em vida. Contudo, desfazer esse apagamento só era

possível em um tempo determinado: três anos. Quando há registro sobre as parentelas, estas são notificados via correio para proceder a retirada do familiar daquele espaço nesse período determinado de tempo. Caso não haja resposta (caso os endereços não correspondam mais a pessoa procurada) ou a resposta seja negativa, as covas de decomposição rápida serão reabertas, os restos mortais serão exumados e depositados em um ossuário comum, de onde não será mais possível reverter tais restos em identidade, porque não haverá mais separação entre as ossadas. O poder organizativo do número, enfim, se esgota em esquecimento. Entretanto, no espaço reservado aos sepultamentos particulares, quando há dívida ou vence o tempo, o processamento é diferente: esta exumação é catalogada e os ossos são individualizados e discriminados em sacos, dispostos em um ossuário à parte.

Ao andar entre essas cruzes, com a sensação tátil de ser sugado para o interior do solo arenoso, foi que pude perceber a relação entre tal forma de gestão singular do morrer e o tempo. Essa modalidade de morrer, popularmente inscrita no léxico como sendo a “cova rasa”, nada mais é que um mecanismo de aceleração do tempo. Tecnicamente, chama-se de cova de decomposição rápida. Um dispositivo de fazer desaparecer corpos cujo resultado prático é o apagamento completo das identidades em um período sensivelmente curto: três anos.

Como bem podemos imaginar, três anos sob um solo arenoso impele efeitos sobre a matéria orgânica que são sensivelmente diferentes da ação de igual período sobre um papel que está dentro de um arquivo do poder judiciário, ou três anos de um inquérito que permanece “em aberto” em uma delegacia de polícia. São temporalidades diacrônicas, as da justiça e as da gestão da morte. Se no tempo de três anos, da matéria orgânica de um corpo se produz esquecimento a partir dessas práticas de obliteração da morte, a cova de decomposição rápida também desfaz o interesse público em permanente silenciamento. É um processo, pois, irremediável e irreversível: após a ação da cova rasa, se vai para os domínios do esquecimento, do qual não há mais forma de regressar. Decomposto também o interesse público, não haverá mais razão para a justiça; estará feito. Portanto, o contrário da justiça ou o sinônimo do esquecimento são como que os saprófitos dos corpos em estado de decomposição.

Enquanto buscava um enquadramento da paisagem, uma outra informação, oferecida por um coveiro, pipocava no meu imaginário. Disse-me que quanto mais profundo se cavasse, mais lento seria o processo de decomposição do corpo; daí o conceito – o nome e a razão – de “cova rasa”. Também é por isto que os caixões oferecidos pelo serviço gratuito são de madeira de baixíssima qualidade: o objetivo é acelerar o processo que reduz corpos em ossos. Contudo, há um elemento entre a cova rasa e o ossuário comum, o motivo pelo qual a administração me autorizou a fotografar a paisagem, mas frisou ser expressamente proibido fotografar

exumações: com um período tão reduzido, três anos, alguns corpos quando são dali retirados ainda não atingiram o estado completo de decomposição que possamos imaginar. Portanto, longe de ser o lugar dos esqueletos, o ossuário é um eufemismo, visto que, quando removidos, os substratos dali retirados ainda não são totalmente ossos, mas um limiar entre matéria orgânica, corpos, ossos e esquecimento.

Refleti uma vez mais, ao mirar aquela paisagem que sugeria a visão de um campo. Pensei que, a despeito da grama alta, vistosa e verdejante, a sensação não era de um descampado, de um sertão, de um ermo. A sensação era a de estar diante de um cais, que formava a miragem de um porto através da linha horizontal da grande muralha do cemitério que fazia referência ao Atlântico. Ao palmilhar o solo arenoso que tive receio que me engolisse, um pensamento me ocorreu: sob meus pés, abaixo do solo, sobretudo, se apresentava a Colônia. Estava, portanto, em um estado fugidio de devir que era difícil precisar seu complemento; que tinha a ver com uma percepção de que abaixo da terra que pisoteava situava-se um substrato que representava uma memória esquecida e silenciada semelhante àquela evocada quando da descoberta na região do cais do Valongo.

Atravessamentos da invisibilidade social

Foi caminhando nesse chão arenoso, concebido para a não circulação de pessoas, que encobria um sutil e eficaz mecanismo de aceleração do tempo, que pude perceber esse lugar onde um extermínio se completava a partir do processamento burocrático daqueles corpos que a situação de rua expurgava. Um extermínio que se fazia continuado quando aliado às negligências politicamente induzidas do Estado, dos governos e da sociedade. Sobre a tese do movimento social a respeito do extermínio da população em situação de rua pela “falta de políticas públicas”, em nenhum outro local que não esse campo da necrópole pude perceber a escala e a proporção desse morticínio silencioso. Continuado porque, embora tentemos apontar para um processo que remeta a um início, tal qual o período pós-abolição da escravatura no século XIX, sabemos que de morte em morte, de massacre em massacre, o assassínio não afrouxa e não cessa ao se fazer presente a cada passamento de pessoa em situação de rua.

Em Porto Alegre, no cemitério do Campo Santo, eram cruces a perder de vista: de três, de quatro e até de cinco dígitos. Esses cabeçalhos macabros, cravados ao rés do chão, muitos tombados à esquerda ou à direita, alguns sugados pelo solo até o limite horizontal da estrutura da cruz, escondiam um grande saldo necropolítico que dizia respeito àquelas vidas que foram liquidadas e mortas através da experiência de estarem envoltas em um *devir-negro do mundo*.

O mecanismo burocrático, expresso a partir das rotinas de trabalho e da gestão específica àquele terreno, através das práticas de obliteração da morte, reverberaram em mim certezas desestabilizadoras: eu não imaginava que eram tantos os mortos nessa condição singular de existência. Se não era mais surpresa que muitos sucumbiam “neste mundo louco nosso” que era o mundo da rua, situar-me diante da materialização dessa evidência era um baque cuja confirmação exigia apenas, enfim, que se mirasse o horizonte das cruzes numeradas a perder de vista.

Tais práticas que constituem uma obliteração da morte e aduzem a produção social do esquecimento, contudo, não representam a problemática em si, senão a completude de um processo mais amplo, que tem início nos processos do viver que, por sua vez, eram atravessados por relações de poder. Aqui, é importante fazer uma torção: o que estava em jogo era sublinhar tais relações de poder que permitiam que se chegasse no processo de morrer socialmente diferenciado. No caso desta pesquisa, focalizei a invisibilidade social enquanto relação de poder, interessando-me pelas formas com que tal invisibilidade era transferida do viver para o morrer, tanto a partir da sua produção social quanto a partir da manutenção das condições de possibilidades para que existisse e atravessasse a população em situação de rua. Tal transferência da invisibilidade social da vida para a morte inicia em uma erosão da cidadania - uma morte-em-vida - para ter a sua completude no “número invisível” – que antecede, enfim, o irremediável e irreversível esquecimento.

Ainda em relação à produção social do esquecimento, considerando as práticas de obliteração da morte, foi possível mapear uma prática deliberada de apagamento da situação de rua dos documentos oficiais – tanto na declaração de óbito (estabelecimento de saúde) quanto na certidão de óbito (cartório de registros civis) – que serviu para apontar um atravessamento bastante específico dessa perseguida noção de invisibilidade social. Demonstrei que, a partir de um contato com a Central de Atendimento Funerário (CAF) de Porto Alegre (Capítulo 3), há o conhecimento sobre a subnotificação por parte dos operadores desse sistema que regulariza e administra os sepultamentos dos óbitos não comercializáveis.

Em uma comunicação por e-mail com a gerente-geral da CAF, a quem recorri para ter uma dimensão quantitativa sobre o número de sepultamentos anuais de pessoas em situação de rua realizados em Porto Alegre, ela enviou os números com a seguinte observação:

Conforme conversamos, a informação de ‘Situação de Rua’ muitas vezes é retificada, pois o ‘responsável/familiar’ solicita a inclusão de seu endereço no estabelecimento de saúde ou no cartório de registros civis. Acreditamos que os números apresentados são muito superiores. Lembramos que também tem os corpos que foram identificados pelo DML, mas que não foram reclamados. (NOTAS ETNOGRÁFICAS, 30/04/2021)

Portanto, era e permanece sendo de conhecimento dos responsáveis pela gestão do morrer esta prática de encobrir o registro da “situação de rua” nas certidões de óbito³². Isto é, para além da certeza de que se morre muito nessa condição singular de existência, para além da percepção sobre a proximidade e a centralidade da morte nos processos que compõem o viver da população em situação de rua, à medida que o sujeito está permanentemente exposto à morte, morre-se muito mais do que se supõe ou do que de fato as ferramentas de controle social podem comprovar. A especificidade desta subnotificação mais uma vez aduz que estas vidas matáveis, tornadas corpos a serem processos nas covas de decomposição rápida, representam vidas que não importam.

Em geral, a situação de rua fica evidente no documento da certidão de óbito, cuja categoria “residência” fica preenchida como “residente na situação de rua”. É difícil precisar se tal prática de omitir o campo da residência na certidão de óbito como “residente na situação de rua” seja usual por ser difundida culturalmente ou se há algum incentivo para a alteração dessa informação. Uma vez realizado esse acobertamento, é impossível retornar às informações – tanto quanto é irreversível o retorno às identidades, uma vez que os corpos são exumados das covas de decomposição rápida e transferidos para o ossuário comum.

Retomo outros pontos onde os atravessamentos da invisibilidade social entre o viver e o morrer apareceram e foram pontuados ao longo da tese. Há a menção sobre uma sensação *sui generis*, própria daqueles que experimentam a trajetória de rua, que a descrevem como a impressão de “serem invisíveis aos olhos da sociedade”. Essa sensação remete ao fato de esses corpos estarem isolados em algum canto de uma calçada no contexto de um ambiente de grande circulação de pessoas, ou mesmo quando as outras pessoas lhes desviam o olhar, atravessam a rua para não lhes cruzar o caminho. Remete, enfim, ao entendimento de que a sua vida não faz diferença para todo um arranjo que reúne o Estado, os governos e a sociedade. Uma vida que, nos termos de Judith Butler (2017; 2019) é apreendida como algo vivo, mas que não é reconhecida como vida digna. Logo, uma vida que não é passível de luto.

Esta noção-sensação sobre a invisibilidade de si está contemplada naquela descrição oferecida por Sebastião (Capítulo 6), um dos sobreviventes do massacre da Praça da Sé e um dos fundadores do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), a respeito de um *devir-pombo*; isto é, um agenciamento singular cuja metáfora traduz precisamente a sensação de

³² Tal prática ocorre independentemente de haver ou não o reclame para o sepultamento. Contudo, vale frisar que esta situação específica de apagamento do registro da situação de rua não ocorre em relação aos óbitos de não-identificados; isto é, ocorre somente quando há a identificação do corpo.

invisibilidade através do apelo a uma noção de animalização do ser humano, que tem como pano de fundo um desejo de extermínio dessas vidas como forma de proteger a vida da “espécie” – das demais vidas consideradas dignas de serem vividas. Em outras palavras, se, tal qual os pombos, as pessoas em situação de rua carregam e transmitem doenças, se provocam a sujeira e representam o perigo, logo, devem ser alvo da higienização e mesmo do extermínio. Eis uma interpretação muito particular e potente, que faz relação as biopolíticas e as necropolítica que tem como alvo a população em situação de rua.

Foi interessante perceber o quanto esta noção-sensação de invisibilidade social desde uma perspectiva sobre si, portanto pessoalizada, que povoa recorrentemente os relatos de pessoas que experimentam a situação de rua, se transferia e se reproduzia também ao nível governamental, de modo a expressar-se através de uma ortopedia social em relação ao tratamento da questão. Isso sugeriu uma evidência sobre a reprodutibilidade de invisibilidade social para outra seara específica. Cito o período do início dos anos 2000, no início da mobilização e do ativismo político do MNPR, visto que não havia informações confiáveis sobre a população em situação de rua, de forma que isso era mobilizado como argumento para incapacitar a oferta da atenção pública e governamental. Produzir pesquisas sociais aplicadas, qualitativas e quantitativas, dirigidas a referido público específico foi um primeiro e decisivo passo.

Como promover o governo da vida sem estimativas que quantificassem, que demonstrassem as variáveis socioeconômicas, de gênero, etárias, raciais, de escolaridade, que estimassem o período médio de permanência das pessoas na situação de rua? Foi em busca desse cruzamento entre a invisibilidade social e o âmbito governamental que procurei traçar um breve histórico sobre as conquistas do MNPR a partir da sua articulação com o Estado, com os governos e com a sociedade no contexto das duas primeiras décadas do século XXI. Nesse sentido, destaquei o 1º Encontro Nacional da População de Rua (BRASIL, 2006), a realização do 1º Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (BRASIL, 2009b) e a promulgação do Decreto Presidencial nº 7053, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009a) enquanto exemplos de um processo de produção de legibilidade estatal a partir de uma aproximação inédita entre um novo movimento social, o MNPR, e os representantes do Estado, a partir da interface com a área dos direitos humanos.

Explorei também a controvérsia a respeito da judicialização da demanda sobre a inclusão da população em situação no Censo Demográfico do IBGE (Capítulo 4) que, outrossim, enfatiza a complexidade sobre os efeitos dessa não-inclusão e os efeitos de uma

“inescusável omissão estatal”. Conforme tentei demonstrar, a questão da população em situação de rua remetia às ruínas e ranhuras de um passado colonial e de uma problemática, sobretudo, racial no contexto brasileiro, quando pensamos a partir de uma abordagem histórica que recorta o período pós-abolição da escravidão, no final do século XIX, bem como leva em consideração os processos de criminalização de condutas tipificadas como as da mendicância e da vadiagem, que tinha como objetivo cercear e controlar a população negra no espaço urbano.

Ao recorrer às pesquisas sociais aplicadas como as do IPEA, demonstrei que, quando visualizada a partir de uma perspectiva das técnicas de governo como as de contagem populacional, a invisibilidade social se revela um eufemismo para a exclusão social de pelo menos 220 mil pessoas no ano de 2020. Portanto, a população em situação de rua somente é invisível porque, antes, é incalculável; porque, quem sabe, a sua inclusão na sociedade está balizada diretamente pelo princípio de não-inclusão e de inação governamental; isto é, uma inclusão que exclui, portanto, eficaz neste objetivo.

As investigações sobre o massacre da Praça da Sé (Capítulo 5), por sua vez, reforçaram uma clivagem da invisibilidade social no âmbito jurídico, especialmente a partir do cruzamento entre situação de rua e o elemento da adicção – ou mesmo a presunção sobre um imaginário que interliga drogadição, situação de rua e criminalidade. Nesse sentido, faço uma vez mais referência para a fala de um defensor público da União, aquele que justamente pleiteou na justiça a inclusão da referida população no Censo Demográfico do IBGE. O fato de ele entender que a invisibilidade social para esse público somente opera no âmbito do acesso aos direitos sociais do cidadão, uma vez que se demonstra eficaz quando o objetivo é o de criminalizar ou mesmo encarcerar as pessoas que vivem nessa condição singular de existência.

Ora, se nem mesmo o caso do crime mais emblemático contra a população em situação de rua no Brasil obteve um processamento judicial de maneira a responsabilizar os autores e os mandantes dos homicídios e tentativas de homicídios consumados naquele ano de 2004, o que se pode esperar? As palavras do promotor de justiça que apresentou denúncia sobre o massacre da Praça da Sé foram esclarecedoras para visualizar a relevância de um componente moral e moralizante – a partir das moralidades mobilizadas – que competiam sobre a resolução do caso em questão. Nem mesmo os depoimentos de pessoas tidas como testemunhas oculares mereceram, nesse sentido, a credibilidade do judiciário durante o processamento do caso no sistema judicial, devido ao cruzamento entre a situação de rua e a drogadição. Em relação ao Poder Judiciário, vale o curto comentário de que nem mesmo o promotor que apresentou denúncia sobre o caso – independentemente do argumento empregado – soube precisar a resolução do trâmite processual.

Esse ponto sobre a questão moral e moralizante que articula situação de rua, drogadição e criminalidade apareceu também nos casos de mortes em Porto Alegre, o que revelou a recorrência desse tipo de interpretação. A partir da presunção de elementos como a drogadição ou a prostituição, para o caso das mulheres, os crimes dos quais as pessoas em situação de rua são vítimas tendem a ser legitimados. Este arranjo, uma vez articulado aos marcadores raciais, agem no sentido de legitimar o extermínio que visualizamos. Assim, as vítimas tendem a ser inteligíveis como pertencentes ao mesmo grupo social dos agressores; como bem pontuou Melo (2017) e sua tese da “presunção da violência endógena”. Quando os crimes envolvendo a situação de rua eclodem no mundo dos vivos, todo um aparato – policial, judicial e midiático – se mobiliza no sentido de desidratar o interesse público sobre a resolução dos mesmos, de modo que, se essas mortes não importam, logo, era porque antes essas vidas já foram há muito desconsideradas. Como comentei anteriormente, tal processo de desidratação do interesse público é acelerado a partir do dispositivo da cova de decomposição rápida, bem como das práticas de obliteração da morte e de produção social do esquecimento.

Por fim, menciono o apelo a uma lógica de concorrência, quase que mercadológica, em relação ao potencial de resolução dos crimes na sociedade de uma maneira geral. Refiro-me à ponderação oferecida pelo deputado que presidia a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, quando argumentou sobre o baixo efetivo e sobre a estrutura das polícias, que não conseguiria dar conta de todos os crimes que acontecem, que somente alguns, nesse sentido, eram privilegiados com um rigoroso inquérito policial, especialmente os mais midiáticos que tendem a alavancar o interesse público. Destaco, enfim, que o pertencimento em relação a um determinado estrato social e, sobretudo, racial a que a pessoa pertença se impõe nessa perspectiva – primeiro acerca da resolutividade, segundo, em relação ao potencial de comoção pública.

Sobre o terror

Pontuo, uma vez mais, que, em um primeiro momento, a tese sobre um extermínio foi levada a cabo pelo próprio movimento social e por sua militância. Procurei, através deste esforço de pesquisa, testá-la por meio do seu enfoque tanto político quanto analítico. Entendo que esta tese sobre um extermínio continuado se justifica de várias maneiras. Quando relacionamos a racialização da sociedade brasileira, entrecruzado aos regimes de produção de morte de determinados segmentos da população, como é o caso deste estudo, há que se sublinhar a dimensão do terror que isso envolve.

A partir da eclosão dos acontecimentos dos assassinatos de Paulo Ricardo, Rodrigo e Ana Maria, esses “acontecimentos” foram tornados “evento” ao serem correlacionados com a questão estrutural da “falta de políticas públicas” – inteligível como a causalidade que aglutinava essas e outras mortes de pessoas em situação de rua. Tal explicação faz sentido quando pensamos o mundo da rua a partir da relação com um movimento social que o representava na esfera pública, de modo a incidir politicamente na realidade; isto é, oferecendo visibilidade à problemática da situação de rua enquanto uma causa pública de relevância social. Quando o MNPR lança luz sobre o morticínio de hoje, que incide na temporalidade do presente, ele faz reverberar os primórdios dessa articulação - raça, terror e morte - que remete diretamente ao processo colonial do Brasil.

O ponto que quero destacar diz respeito justamente àquilo que mencionei como as fendas das imprecisões, das indefinições, em uma zona marcada pela opacidade e pela baixa legibilidade, o lócus no qual um processo de morrer evidencia uma necropolítica que turva os limites entre o deixar morrer, o fazer morrer e expor à morte. A não ser que haja a vontade expressa de reivindicar um poder de morte, não é necessário que o Estado aperte o gatilho – no sentido de mobilizar diretamente as suas forças mortíferas e funções assassinas. Basta que efetue a manutenção das condições de possibilidades que autorizem que alguém o faça, que alguma força outra esteja legitimada para reclamar tal poder de morte. Em outras palavras, essa zona imprecisão é sintomática de um princípio da inação, de um agir no sentido negativo, com a finalidade de eximir-se de quaisquer responsabilidades. O entrecruzamento entre o marcador racial e um poder de morte garante as condições de possibilidades para que esse poder se reivindique e se exerça sobre a vida – mas não sobre toda a vida, apenas sobre algumas, situadas, por exemplo, no interstício entre a situação de rua, os cenários de comércio e uso de entorpecentes e a prostituição. Uma vez feito, as moralidades farão o esforço necessário em legitimá-las.

Defendo que, essas zonas que aglutinam a situação de rua, os cenários de comércio e uso de entorpecentes e a prostituição são locais privilegiados para o exercício da soberania nos dias de hoje; um lócus onde a relação de poder que a caracteriza – o fazer morrer – é capaz de irromper e agir livremente na realidade. E o terror, nesse sentido, reside nos detalhes. Um comprovante de matrícula em uma escola de artes plásticas, uma bandeira de um movimento social amarrada a uma árvore que compõe a cena de um crime, um taco de beisebol, um relato inconformado de testemunha ocular sobre a covardia de uma morte por espancamento, um cadarço de tênis, um contêiner de lixo, uma fotocópia de um RG dentro de um saco plástico. Retorno ao terror, a sensação do terror e à potência do impacto causado pelo terror.

Quando procuro situar a opacidade deste traço *necro* das relações de poder - de maneira que se borram as fronteiras e tanto se faz morrer, quanto se deixa morrer ou se expõe à morte - se faz importante retomar algumas conclusões de Achille Mbembe (2017). Quando o autor fez referência à necropolítica, ele articulou as noções de relação de inimizade, de guerra infraestrutural e de estado de emergência. Pretendo pincelar mais uma vez cada um desses pontos.

Entendo que noção de inimizade e de guerra infraestrutural estão contempladas nos relatos de agressões físicas e de violações de direitos humanos, fartamente documentados sobre a população em situação de rua e perseguidos por mim especialmente ao longo do Capítulo 2, quando descrevi aquela audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Em relação à noção de guerra infraestrutural as políticas de higienização social - “políticas de limpeza”, citadas por aquele deputado - que impõem um deslocamento forçado, a retirada de pertences e toda uma tecnologia de arquiteturas que visam atingir e espantar os corpos que habitam a rua, bem como as estratégias de fechamento de banheiros públicos e pontos de acesso à água com o mesmo fim também estão suficientemente documentados e são acessíveis ao senso comum que engloba a temática.

Digo isso para frisar um terceiro ponto: a noção de emergência como sendo justamente esta zona intersticial que reúne a situação de rua, os cenários de comércio e consumo de drogas e a prostituição. Entendo essa “emergência” como um componente do invólucro a que Mbembe nomeia de *devoir-negro do mundo*. Comprovado o pertencimento a tal zona, se está assentindo – a partir das moralidades envolvidas – a reivindicação do direito de morte baseado no matar para que a vida da espécie seja promovida e protegida. Por isso, entendo ser imprescindível articular a discussão da população em situação de rua com a descriminalização das drogas – bem como tudo que envolve e atravessa tal discussão.

Ainda em relação ao terror moderno, Achille Mbembe (2017) evocou a figura do escravizado negro como uma das primeiras manifestações da biopolítica. À luz de um estado de exceção configurado pela *plantation*, o autor caracteriza essa figura como uma sombra personificada, despojada do seu lar, despojada dos direitos sobre seu corpo e despojada do seu estatuto político. Para Mbembe, esta tripla perda equivale à morte-em-vida, à expulsão para fora dos limites da humanidade. À luz da temática da situação de rua, situando as pessoas que vivem nessa condição como sendo dotadas apenas do direito sobre o próprio corpo, é possível fazer uma alusão não à figura do escravizado, mas à sensação de morte-em-vida, tal qual apareceu na reflexão daquela integrante da equipe diretiva da Escola Porto Alegre (Capítulo 3). Por fim, neste entrecruzamento entre as moralidades e o marcador racial que recorrentemente

são mobilizados no sentido de legitimar o extermínio continuado, cito o traumatismo que vitimou Rodrigo, o homem espancado, como sendo o tônico – isto é, o estado normal - das relações raciais no Brasil desde a sua intersecção com a problemática da situação de rua.

De volta ao massacre

Outro ponto que gostaria de rematar é a relação de um extermínio continuado com o massacre da Praça da Sé, episódio fundacional no caso do MNPR, que serve para mobilizar continuamente um ativismo político assentado sobre os símbolos do luto de modo a reinaugurar e repactuar um vínculo entre vivos e mortos a partir da causa política da população em situação de rua. Nesse contexto, pontuo também a reflexão em relação aos casos de assassinato que tratei como as *existências-relâmpago* e o modo como a sua politização lançou luz sobre a problemática da situação de rua em Porto Alegre. Dessa forma, destaco uma fotografia que ilustra tal engajamento entre vivos e mortos no sentido de reafirmar um ativismo político e o pertencimento a uma causa pública.

Figura 12 – Engajamento entre vivos e mortos



Paulo Ricardo, o homem alvejado, presente em um cartaz durante mobilização para o Dia de Luta da População em Situação de Rua em Porto Alegre, um ano após ser assassinado. A data faz menção ao 19 de agosto, quando ocorreu o massacre da Praça da Sé. Fonte: Calvin Da Cas Furtado (2018).

A reivindicação favorável à inclusão da data do 19 de agosto no calendário nacional do Brasil como sendo o Dia de Luta da População em Situação de Rua entrelaça a luta por justiça aos que se foram e traz a urgência sobre uma luta que precisa ser encampada em nome da vida, de modo a estimular a inclusão desse contingente da população na ordem do dia do acesso aos direitos sociais, serviços públicos e políticas públicas. Conforme demonstrado (Capítulos 4 e 6), a demanda histórica favorável à inclusão da população em situação de rua no Censo Demográfico do IBGE, juntamente com a instituição de tal data no calendário nacional, representam duas das frentes de luta mais relevantes do MNPR, de modo que elas vêm sendo mobilizadas politicamente pelos seus militantes ao longo da segunda e início da terceira década dos anos 2000.

A partir da oitava de diferentes interlocutores e consulta a diversos outros estudos precedentes sobre população em situação de rua no país, pude perceber o quanto massacre da Praça da Sé reuniu sobre si uma relevância que possuía relação direta com a comoção pública que foi capaz de causar – devido à ampla cobertura jornalística que o acontecimento instigou, entre outros fatores. Nesse sentido, aponto para um processo permanente de denúncia e reivindicação por justiça que veio a reboque, o qual promoveu um retorno sistemático à referência sobre o mencionado massacre como o grande acontecimento do MNPR no século XXI.

Entendendo a questão da morte e do morrer a partir do seu singular cruzamento com a questão da situação de rua, percebo a excepcionalidade do massacre como um acontecimento que rompeu com uma dinâmica de invisibilidade e silenciamento. Colocações como “chocou porque não dava para esconder” são explicativas. O massacre da Praça da Sé, nessa abordagem, redefiniu as categorias de entendimento sobre essa forma singular de existir no mundo dos vivos, de maneira que esse acontecimento específico interferiu decididamente em toda uma estrutura a partir do seu enlace com a perspectiva dos direitos humanos. Isso habilitou a inscrição política dessa população: a começar pela transição da nomeação, cujo ativismo político se encarregou de erradicar o emprego de categorias estigmatizantes e depreciativas como “morador de rua” ou “mendigo”. Assim, inscreveu uma nova alteridade no debate público sobre os direitos humanos no país. Tal processo de subjetivação fez renascer esses sujeitos da sensação de morte-em-vida ao instiga-los a se colocar em luta para reestabelecer os seus direitos políticos.

A estreita relação entre o massacre da Praça da Sé e o ativismo político de um emergente movimento social, cujo engajamento militante remete a outros episódios marcados pelo signo da morte, revelou, entretanto, certa complexidade desse singular engajamento a partir do morrer

da população em situação de rua. Ao enquadrar a questão da reivindicação por justiça das vítimas do massacre da Praça da Sé, procurei pontuar o baixo potencial de engajamento dos mortos em relação aos vivos, devido à qualidade dos vínculos sociais. Da mesma forma, destaquei a dificuldade do alargamento da categoria de vítima devido à ausência do vínculo consanguíneo e a forma como esse fator incidiu diretamente no processamento da denúncia sobre o massacre no âmbito judicial.

Através do processo de enlutamento do “Desconhecido” vítima do Praça da Sé, trouxe questões sobre a manutenção de um luto prolongado a respeito desse corpo anônimo, sobre o qual nada mais se sabe além da tragédia que se lhe abateu e do terror que o envolveu. Como seria possível promover o luto sobre a não-identidade? Como promover a memória sobre o anônimo? Como legitimar uma voz apta para falar, queixar, lamentar sobre o morrer dos socialmente invisíveis se, justamente, uma das especificidades desse morrer é essa incapacidade de produção de engajamento no mundo dos vivos? O “Desconhecido”, enfim, é um corpo encontrado pelo qual não há procura; um oxímoro à medida que se tenta enlutar o inominável. Diante de tais elementos, se justifica a orientação do movimento social para uma atuação centrada na promoção da causa da população em situação de rua enquanto problemática social do que na efetiva luta por justiça.

De massacre em massacre, a cada “morte morrida” ou “morte matada”, em meio às incontáveis tragédias de todos os dias que se abatem sobre a rua, nas “outras mortes matadas”, as negligências, falhas e faltas do Estado, dos governos e da sociedade deixam a sua impressão digital. Portanto, observa-se um processo contínuo e silencioso de extermínio da população em situação de rua - cujos marcadores raciais e pressupostos morais são conhecidos - que retorna as feridas abertas da experiência colonial brasileira. Uma dimensão invisibilizada, mas sempre presente. Um extermínio que ocorre no continuum do tempo, enfim, que reverbera a cada Paulo Ricardo, Rodrigo ou Ana Maria assassinados em situação de rua no ano de 2017 em Porto Alegre; a cada Cosme, Ivanildo (Pantera), Maria Baixinha, Antônio Odilon e Antônio Carlos, massacrados nas calçadas de São Paulo em 2004.

Em relação aos casos do homem alvejado, do homem espancado e da mulher estrangulada (Capítulos 1, 2 e 3), os quais abordei a partir da noção de *existências-relâmpago* presente no pensamento de Michel Foucault (2010a), procurei oferecer a estas vidas um monumento que jamais lhes foi concedido. De alguma maneira, esforcei-me para tombá-las, de modo a monumentalizar não as histórias ou os relatos que poderiam romantizar as suas trajetórias particulares, por uma passagem ou outra, mas dispor em concreto, situar no centro da discussão nada menos que a sua tragédia particular que notoriamente as inscreveu sob o

mármore dos dias. Por isso, a aposta na crueza e aridez das palavras empregadas nessas descrições, para que a produção das terríveis sínteses do cotidiano, simultaneamente ruído e breve clarão, enfatizassem o choque com um poder que somente lhes quis aniquilar, soterrar, erradicar.

Entendo que a descrição etnográfica sobre como essas relações de poder atravessaram existências relatadas e agiram para que fossem para sempre esquecidas, gradualmente apagadas, obliteradas até o seu último vestígio têm o potencial de alavancar – paradoxalmente – uma luta em nome das vidas que experimentam e que hoje encontram-se nessa condição singular de existência que é a situação de rua. Afinal, é isso que MNPR tem feito desde o massacre da Praça da Sé, que fez em Porto Alegre com o militante Paulo Ricardo.

Ainda que o saldo das mortes seja notável, há que se apontar, ao fim e ao cabo, que mesmo quando o Estado, os governos e a sociedade se esmeram na tarefa de soterrar essas memórias ainda em vida – e para além da morte – nem sempre logram êxito, justamente porque escapar à morte é tarefa imediata das vidas que insistem em resistir ao poder. Achille Mbembe (2018) chamou as vidas que possuem como única alternativa escapar da morte de “os novos condenados da terra”. Contudo, no contexto brasileiro, evidencia-se que tais condenados não são necessariamente novos.

Diante da cruel dinâmica de se escapar ao “número invisível”, que recorreu ao emprego das “velas da visibilidade”, como demonstrei no contexto de Porto Alegre, esse movimento faz irromper à luz a recorrência, a centralidade e a urgência de três interrogações que apareceram aqui. A primeira é: “o crime começa onde?”. Interrogar-se, enfim, sobre a morte dos socialmente invisíveis é tanto pensar sobre quem está morrendo quanto enquadrar quais são as forças que lhes estão exterminando: tais mortes, começam onde? Quando situamos, especialmente, as “outras mortes matadas” devemos reforçar, portanto, o segundo questionamento: “que sociedade é essa?”.

Encerro apontando, em suma, mais um elemento sobre o terror. O fato de que o homem alvejado jamais teria tido o seu nome promovido não fosse a força do acaso de ser ele um militante do MNPR no Rio Grande do Sul. Tanto é verdade que o crime do qual fora vítima em nenhum momento se refere a ele como pessoa, pois estava envolto nessa região a qual comparei ao estado de emergência. A reposta pública da polícia civil também não foi endereçada ao movimento social, mas ao Poder Legislativo estadual. Não houvesse essa articulação como elemento de pressão, teria tido um tratamento diferenciado. O que estava em jogo era o local onde fora morto, não o crime, tampouco as circunstâncias e mesmo a sua existência. Tivesse ele sido assassinado em outro ponto da cidade, teria tido o mesmo tratamento que o homem

espancado – um indivíduo cujo nome nunca alcançou a esfera pública e cuja investigação até hoje permanece em aberto. O caso da mulher estrangulada, por sua vez, remete a um ponto de eterno retorno aos ares do massacre da Praça da Sé, cujas investigações, tal qual o caso dela, habitam os arquivos do Poder Judiciário.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Vol. I. Tradução de Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ALDEIA, João Miguel. Uma bio-tanato-política que faz os sem-abrigo sobreviver. **Problemata: Revista Internacional de Filosofia**, Recife, v. 9, n.2, p. 216-234, 2018.
- ALMEIDA, Sílvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ANDRADE NEVES, Marcos Freire de. **Por onde vivem os mortos: o processo de fabricação da morte e da pessoa morta no segmento funerário de Porto Alegre**. 2014. 147f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- ARAÚJO, Fábio Alves. **Das consequências da “arte” macabra de fazer desaparecer corpos: violência, sofrimento e política entre familiares de vítimas de desaparecimento forçado**. 2012. 268f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente: da idade média aos nossos dias**. São Paulo: Ediouro, 2001.
- AROSI, Ana Paula. **A vítima como categoria política: um estudo etnográfico sobre os Movimentos de Familiares de Vítimas de Violência no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro**. 2013. 136f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. **Pequenos bandidos**. São Paulo: Global Editora, 1983.
- AZEVEDO, Desirée de Lemos. **“A única luta que se perde é aquela que se abandona”:** etnografia entre familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- BANDEIRA DE ATAÍDE, Yara Dulce – **Decifra-me ou devoro-te**. História oral de vida dos meninos de rua de Salvador. São Paulo: Edições L, 1993.
- BARBOSA, Aline. **Vida nua: biopolítica na gestão da população de rua**. Universidade Estadual Paulista. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Marília, 2017.
- BARCELLOS, Ana Paula de. **A Eficácia Jurídica dos Princípios Constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- BATISTA, Nilo. **Novas tendências do direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- BENTO, Berenice. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 53, 2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua**: relatório. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua**: sumário executivo. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 7.053 de 23 dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, 2009a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar**. Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009b.

BRASIL. **Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Política Nacional de Resíduos Sólidos. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/14826/politica_residuos_solidos_3ed.r_eimp.pdf?sequence=20. Acesso em 2 abr. 2022.

BOREL, Gilberto; SILVA, Maria Lúcia do Eirado. **Garotos de rua à mercê da sorte**. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1987.

BROGNOLI, Felipe Faria. **Trecheiros e pardais**: estudo etnográfico de nômades urbanos. 1996. 209f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

BRUM, Rosemary Fritsch; CENTURIÃO, Luiz. De criança a menor abandonado: a construção de uma categoria excluída. **Cadernos de Antropologia**, UFRGS, Porto Alegre, v. 12, 1994.

BURSZTYN, Marcel. (org.). **No meio da rua**: Nômades excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Tradução de Andreas Lieber. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la invención del otro. In: LANDER, Edgardo (ed.). **La Colonialidad del saber**: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Caracas: Clasco, 2000. p. 201-245.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramon (coords.) **El giro decolonial:** reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CATELA, Ludmila da Silva. **Situação limite e memória:** a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 2001.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe:** Postcolonial thought and historical difference. Princeton: Princeton University Press, 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim.** Rio de Janeiro: Editora Unicamp, 2001.

COSTA, Idalina Farias. **De lixo também se vive.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 1986.

DAS, Veena. **Critical events.** An anthropological perspective on contemporary India. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

DAS, Veena; KLEINMAN, Arthur; RAMPHELE, Mamphela; REYNOLDS, Pamela. **Violence and subjectivity.** Califórnia: University of California, 2000.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El Estado y sus márgenes: etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 27, p. 19-52, 2008.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. **Ação Civil Pública PAJ 2017/016-010873.** Rio de Janeiro, 2017.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro. **Processo n. 0019792-38.2018.4.02.5101 (2018.51.01.019792-0).** Sentença Tipo A - Fundamentação Individualizada. Rio de Janeiro, 2019.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs.** Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DE LUCCA, Daniel. **A rua em movimento:** experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. 2007. 241f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DE LUCCA, Daniel. Morte e vida nas ruas de São Paulo: a biopolítica vista do centro. In: RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana, FELTRAN, Gabriel de Santis (org.). **Novas faces da vida na rua.** São Carlos: EdUFSCar, 2016.

DI FLORA, Marilene Cabello. **Mendigos:** por que surgem, por onde circulam, como são tratados? Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

DOMINGUES JÚNIOR., Paulo Lourenço. **Cooperativa e construção da cidadania da população de rua.** São Paulo: Edições Loyola; Editora Universitária Leopoldina, 2003.

DREYFUS, Hubert L; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica:** (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao Léu – Trajetórias de exclusão social.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FASSIN, Didier. Além do bem e do mal? Questionando o desconforto antropológico com a moral. In: RIFIOTIS, Theophilos; SEGATA, Jean (org.). **Políticas etnográficas no campo da moral.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018a.

FASSIN, Didier. As economias morais revisitadas. In: RIFIOTIS, Theophilos; SEGATA, Jean (org.). **Políticas etnográficas no campo da moral.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018b.

FERREIRA, Rosa Maria Fischer. **Meninos da rua.** Valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo. São Paulo: Comissão de Justiça e Paz; CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea; IBREX, 1979.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. **Dos autos da cova rasa:** a identificação de corpos não-identificados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960. Rio de Janeiro: E-papers; Laced; Museu Nacional, 2009.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. **Uma etnografia para muitas ausências:** o desaparecimento de pessoas como ocorrência policial e problema social. 2011. 308p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX.** São Paulo; Salvador: Hucitec; UFBA, 1995.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão:** o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro. 2006. 145f. Dissertação (Mestrado em Direito) — Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FONSECA, Claudia; CARDARELLO, Andrea. Direito dos mais e menos humanos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 83-121, maio 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução de Lúcia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1977.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I:** a vontade de saber. 6. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder.** 16. ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica:** curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008c.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber.** Organização e seleção de textos de Manoel de Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b.

FRANCO, Fábio. **Da biopolítica à necrogovernamentalidade:** um estudo sobre os dispositivos de desaparecimento no Brasil. 235f. 2018. Tese (Doutorado em Filosofia) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FRANGELLA, Simone. **Corpos urbanos errantes:** uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. 2004. 361p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

FURTADO, Calvin Da Cas. **Políticas Públicas e Direitos Humanos:** o histórico de inserção da população em situação de rua no disque direitos humanos. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) — Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FURTADO, Calvin Da Cas. Mapeando silenciamentos: notas etnográficas sobre morte, biopoder e a gestão estatal de corpos de pessoas em situação de rua no município de Porto Alegre. **Revista de Estudos e Investigações Antropológicas**, Recife, v. 5, n. 2, p. 15-36, 2018.

FURTADO, Calvin Da Cas. Existências-relâmpago: notas etnográficas sobre o morrer no mundo da rua. **Tessituras**, Pelotas, v. 9, n. 2, p. 187-209, 2021.

GÓES, Roderlei Nagib. **Dos filhos [desaparecidos] deste solo és mãe gentil?** 2012. 230f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

GREGORI, Maria Filomena. **Viração.** Experiências de meninos nas ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000a.

GREGORI, Maria Filomena; SILVA, Cátia S. **Meninos de rua e instituições.** Tramas, disputas e desmanche. São Paulo: Contexto, 2000b.

HOLANDA, Jorge. Se virando no sistema da rua: moradores de rua, conceitos e práticas. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 19, n. 1, p. 28-44, 2019.

HOLANDA, Jorge. **O sistema da rua em ação**: uma etnografia com moradores de rua em Fortaleza (CE). 2017. 115f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População em situação de rua**: relatório do teste-piloto. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil**. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

KASPER, Christian Pierre. **Habitar a rua**. 2006. 225p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

KLEINMAN, Arthur; DAS, Veena; LOCK, Margaret. **Social Suffering**. Califórnia: University of California, 1997.

LACERDA, Paula Mendes. **O “caso dos meninos emasculados de Altamira”**: polícia, justiça e movimento social. 2012. 328f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LEITE, Pedro Ferreira. **Na luta com os peregrinos**: uma etnografia experimental com a população em situação de rua de Porto Alegre. 2016. 93f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 70, p. 20-33, 2018.

MAGNI, Claudia Turra. **Nomadismo urbano**: uma etnografia sobre os moradores de rua em Porto Alegre. 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto, In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramon (coords.) **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MATA, Paulo Henrique Nogueira Romariz. **O massacre da Praça da Sé**. Campinas: PUC-Campinas, 2006.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de Marta Lança. 2. ed. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. 3. ed. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MEDEIROS, Flávia. **Matar o morto**: uma etnografia no Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro. Niterói: Eduff, 2016.

MELO, Tomás. **Política dos improváveis**: percursos de engajamento militante no Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). 2017. 341f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo. (coord.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF - Dossiê**: literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NAVARRETE, Júlio Mejía. **América Latina, Modernidad y Conocimiento**: el desarrollo de otro discurso epistémico. Lima: Centro de Producción Editorial e Imprensa de la UNMSM, 2016.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. **Elementos para uma estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Brasília: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro 2012 a março de 2020). **Nota Técnica**, Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, IPEA, Brasília, n.73, jun. 2020.

NEVES, Delma Peçanha. Dossiê – Categorizações deformantes: patrimônio de gestão dos pobres (mendigos, vagabundos, população em situação de rua). **Antropolítica**, Niterói, n. 29, p. 9-35, 2010a.

NEVES, Delma Peçanha. Habitantes da rua e vicissitudes do trabalho livre. **Antropolítica**, n. 29, p. 99-130. Niterói, 2010b.

NEVES, Delma Pessanha. Mendigo: o trabalhador que não deu certo. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 3, p.15-27, 1983.

NORBERT, Elias. **A solidão dos moribundos**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

OLIVEIRA, Cristiano. Os excluídos “existem”? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 33, ano 12, fev. 1997.

OLIVEIRA, Maria Vany. **Entre ruas, lembranças e palavras**: a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Instituto de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

OLIVEIRA, Maria Vany. **Entre ruas, lembranças e palavras**: a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005.

ORGANIZAÇÃO DO AUXÍLIO FRATERNAL. **Somos um povo que quer viver**. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Mensurando alteridades, estabelecendo direitos: práticas e saberes governamentais na criação de fronteiras étnicas. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, p. 105-108, 2012.

PASTORAL DO POVO DA RUA. **Vida e missão**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. **Constitucionalismo brasileiro e o atlântico negro**: a experiência constitucional de 1823 diante da Revolução Haitiana. 2017. 200f. Dissertação (Mestrado em Direito) — Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (ed.), **La Colonialidad del saber**: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Caracas: Clasco, 2000. p. 201-245.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramon (coords.) **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O conceito de biopoder hoje. **Política & Trabalho**, n. 24, p. 27-57, abr. 2006.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RESTREPO, Eduardo. Antropología y colonialidad. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramon (coords.) **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da morte**. Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1983.

RUI, Taniele. **Corpos abjetos**: etnografia em cenários de uso e comércio de crack. 2012. 355f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

SANTOS, João Bosco Feitosa dos (coord.). **As condições de trabalho e as repercussões na vida e na saúde dos catadores de lixo do Aterro Sanitário do Jangurussu**: Relatório de Pesquisa. Fortaleza: Sistema Nacional de Emprego do Ceará, 1991.

SARMENTO, Caroline Silveira. **O gênero na rua**: um estudo antropológico com as mulheres em situação de rua em Porto Alegre. 2017. 92f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SARMENTO, Caroline Silveira. **“Por que não podemos ser mães?”**: tecnologias de governo, maternidade e mulheres com trajetória de rua. 2020. 171f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

SCHUCH, Patrice. A legibilidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. In: FONSECA, Cláudia; MACHADO, Helena (org.). **Ciência, identificação e tecnologias de governo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015.

SCOTT, James. **Seeing Like a State**: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed. New Haven; London: Yale University Press, 1998.

SILVA, Wanderson; HÜNING, Simone. Biopolítica nas ruas: a produção de modos de vida seguros. **Polis e Psique**, Porto Alegre v. 3, n. 3, p. 39-57, 2013.

SILVA, Tiago Lemões da. **Das vidas infames à máquina de guerra**: etnografia de uma luta por direitos. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2017. 298f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

SILVA, Tiago Lemões da. Nos limites da humanidade: necropolítica, direitos humanos e ilegibilidade estatal no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 123, p. 27-46, 2020.

SILVEIRA, Flávio. Enxergando o invisível: desafios metodológicos de uma (re)construção do olhar. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar**. Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009b.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos. Introdução: Dossiê Fazendo Estado. **Revista de Antropologia**, USP, v. 55, n. 2, p. 559-564, jul./dez. 2012.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos (org). **Gestar e gerir**: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política, 2002.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

STOFELLS, Marie-Ghislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TERROLLE, Daniel. La mort des SDF à Paris: un révélateur social implacable. Études sur la mort. **Revue de la Société de Thanatologie**, L'Esprit du temps, n. 122, p.55-68, 2002.

TROUILLOT, Michel-Rolph. The anthropology of the state in the age of globalization. Close encounters of the deceptive kind. **Current Anthropology**, v. 42, n. 1, 2001.

VEIGA, Laura; QUEIROGA, Júnia; NOVO, Marina; PEREIRA, Cristiane. Trajetória de construção do 1º Censo e Pesquisa Nacional sobre população em situação de rua. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar**. Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009b.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970):** Geografia histórica da presença negra no espaço urbano. 2017. 190f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa, BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **População de rua**: quem é, como vive e como é vista. São Paulo: Hucitec, 1992.

ANEXO – CLIPAGEM DOS JORNAIS DE SÃO PAULO SOBRE O MASSACRE DA PRAÇA DA SÉ (ACERVO ASSOCIAÇÃO REDE RUA)

Massacre de mendigos no centro

TRÊS MORTOS E SETE FERIDOS GRAVES



Um grupo espancou até a morte com golpes na cabeça três moradores de rua e feriu gravemente pelo menos outros sete, na madrugada de ontem, em seis pontos do centro de São Paulo. Os mortos foram encontrados nas ruas São Bento e Tabatinguera e na praça João Mendes. Os mendigos sobreviventes correm risco de morte. Dois deles já passaram por cirurgia no cérebro. O delegado Luis Fernando Lopes, da 3ª Delegacia da Divisão de Homicídios, especializada em chacinas, disse ter posto os 23 investigadores do departamento para apurar o massacre. A-7

Doméstica que conhecia os mendigos atende vela num dos locais do ataque, no centro.

Massacre no centrão mata 3 mendigos e fere 7

MORADORES DE RUA FORAM VIOLENTAMENTE ESPANCADOS, NO MAIOR ATAQUE JÁ OCORRIDO NA CAPITAL. SOBREVIVENTES SOB RISCO DE MORTE

O centro de São Paulo virou um campo de extermínio na madrugada de ontem. Três moradores de rua foram espancados até a morte e sete ficaram gravemente feridos, em seis pontos diferentes do centro. Todos os sobreviventes correm risco de morte.

Em todos os casos, as vítimas foram atacadas com violentos golpes na cabeça. Segundo laudos do IML (Instituto Médico Legal), foram utiliza-

des", como paus e marretas. Elas estariam dormindo no momento do ataque.

Apenas três vítimas foram identificadas. A primeira a ser socorrida foi um homem que aparentava 55 anos, encontrado com o crânio afundado na rua São Bento. Socorrido por PMs, ele deu entrada no Hospital do Servidor Público Municipal às 4h30. Morreu meia hora depois.

Por volta das 7h, a PM descobriu os corpos de outros dois homens. Cosme Rodrigues Machado, 56, foi achado na rua Tabatinguera. Pouco mais à frente, na praça João Mendes, policiais acharam o

Entre as 7h12 e as 7h39, outros cinco homens, com ferimentos idênticos, deram entrada no mesmo hospital. Entre eles, um foi identificado como Manuel José da Cruz, o Gaguinho, também encontrado na Tabatinguera.

Dois homens, com idade aparente de 45 anos, estavam na praça da Sé. Um ferido mais jovem, com cerca de 30 anos, foi achado na rua da Glória, a um quarteirão do 19 DP (Sé). Outra vítima, de 40 anos, na rua 15 de Novembro,

há uma tendência higienista da população de São Paulo em relação aos mendigos.

"Algumas pessoas ligam os moradores de rua à ideia de vagabundo, parasita e bêbado", afirma. (FSP)

Locais dos ataques

● 5ª-feira ● 6ª-feira ○ Ontem

- Rua Tabatinguera (nº 406)**
Vítima: Cosme Rodrigues Machado, 56 anos
• Morreu no local
• Enterrado às 17h de ontem no Cemitério da Vila Formosa
- Rua Tabatinguera (esquina Praça João Mendes)**
Vítima: Ivanildo Amaro da Silva, 41 anos, o Pantera
• Morreu no local
• Enterrado às 14h de ontem no Cemitério da Saudade, São Miguel Paulista
- Rua São Bento**
Vítima: desconhecida
• Morreu no PS Vergueiro
• Corpo está no IML Central aguardando reconhecimento
- Rua Conde do Pinhal (nº 70)**
Vítima: desconhecida
• Internada em estado grave na Santa Casa de Misericórdia
- Baixada do Glicério**
Vítima: desconhecida
• Morreu no PS Vergueiro
• Corpo está no IML Central aguardando reconhecimento
- Praça da Sé**
Vítima: desconhecida
• Internada em estado grave, em coma induzido e com risco de morte, na UTI do PS Vergueiro
- Rua da Glória (nº 234)**
Vítima: Vanderlei Moreira Alves, 30 anos
• Internado no PS Vergueiro
- Rua 15 de Novembro**
Vítima: Messias Rodrigues Moreira
• Sofreu fratura ríla face. Está sedado em quadro estável no Hospital Ermelino Matarazzo
- Rua Tabatinguera (nº 260)**
Vítima: José Manuel Cruz, 56 anos
• Internado em coma induzido, em quadro estável, na UTI do Hospital Ermelino Matarazzo
- Rua Santo Amaro**
Vítima: Daniel Gomes Souza, 44 anos
• Internado em estado gravíssimo na Santa Casade Misericórdia
- Rua Rui Barbosa**
Vítima: desconhecida
• Internado com fratura no osso temporal e edema cerebral.
• Internado em estado regular, mas com risco de morte, na UTI do PS Vergueiro
- Praça São Vito esquina com a Av. Mercúrio**
Vítima: Maria de Lourdes de Souza, 47
• Internada em estado grave no PS Vergueiro
- Praça São Vito esquina com a Av. Mercúrio**
Vítima: Maria de Lourdes de Souza, 47
• Internada em estado grave no PS Vergueiro
- Rua Quintino Bocaiuva com rua Benjamin Constant**
Vítima: homem desconhecido
• Internado em estado grave no PS Vergueiro
- Rua Japurá, 109 - Bela Vista**
Vítima: Angelo Rogério
• Internado em estado grave no PS Vergueiro
- Rua Barão do Iguape, 209**
Vítima: mulher desconhecida com cerca de 40 anos
• Morreu

JORNAL FOLHA DE S. PAULO

Matérias Jornalísticas do dia 23 de Agosto de 2004

Mancha de sangue e pertences de morador de rua ferido na rua Japurá

Local na rua Barão de Iguape, onde uma mulher não identificada foi achada morta ontem

BALANÇO DAS AGRESSÕES

MORTOS: 6

- Ivanildo Amaro da Silva, 41, travesti conhecido como Pantera
- Cosme Rodrigues Machado, 56
- Uma mulher não identificada
- Outros três homens não identificados

FERIDOS: 9

- Messias Rodrigues Moreira, cerca de 40 anos
- José Manoel da Cruz, o Gaguinho
- Daniel Gomes de Sousa, 44
- Angelo Roberto
- Maria de Lourdes de Souza
- Outro quatro homens não identificados

ATAQUES DE ONTEM

Morto: 1
Feridos: 3

ATAQUES DE QUINTA

Mortos: 5
Feridos: 6

Obs.: entre os 11 feridos de quinta, três morreram no hospital

JORNAL DA TARDE

Matérias Jornalísticas do dia 23 de Agosto de 2004

Novo massacre de mendigos deixa 1 morto e 4 feridos

Os cinco moradores de rua foram agredidos num raio de 400 m da Praça da Sé. Uma outra vítima, que estava internada, morreu no hospital. Já são seis mortos e dez feridos nos ataques. Sem pistas, polícia admite várias possibilidades

RITA M.

A região central de São Paulo registrou mais uma noite violenta contra moradores de rua e de desafio à polícia. Num raio de 400 metros da Praça da Sé, ocorreram cinco novos ataques resultando em mais uma morte e quatro pessoas feridas. No PS Vergueiro, um dos mendigos feridos na madrugada do último dia 19 também morreu, elevando para seis o número de mortos e dez pessoas feridas. A prefeita e candidata Marta Suplicy (PT) decretou luto oficial de três dias.

O secretário de Segurança Pública, Saulo de Castro Abreu Filho, classificou como "inusitada" a ação ousada dos assassinos, que, suspeita-se, dois dias depois de matarem quatro mendigos, retornaram ao local do crime para continuar com a

No ataque mais violento, **mulher que dormia na Rua Barão de Iguape foi encontrada morta com traumatismo no crânio e na face.**

23h por falta de vagas. Vou levar essas pessoas para onde?"

Até agora a Polícia Civil continua sem pistas sobre autoria e motivação. Abreu Filho disse que várias hipóteses estão sendo investigadas: ação de traficantes, grupos de intolerância, briga entre facções existentes entre os mendigos, seguranças do comércio e até mesmo a ação de um psicopata. "Embora não tenha-

gada do dia 19 na Baixada do Glicério. Ele estava internado em estado grave no PS Vergueiro e faleceu às 5h20 de ontem. Os dois corpos estão no Instituto Médico Legal aguardando identificação.

Os outros quatro casos ocorreram entre as 23h de sábado e às 2h32 de ontem na Praça da Sé, Praça São Vito, cruzamento das ruas Quintino Bocaiuva com Benjamin Constant e na rua Japurá. A Polícia Civil só contabiliza três casos. A esperança da polícia era de que duas vítimas atendidas conscientes no PS Vergueiro pudessem dar pistas dos autores das agressões. Mas, as versões apresentadas pelos dois, segundo a polícia, são duvidosas.

Angelo Rogério, por exemplo, foi encontrado na rua Japurá, com traumatismo craniano e ferimentos generalizados pelo corpo. Ao ser so-

JORNAL DA TARDE

Matérias Jornalísticas do dia 23 de Agosto de 2004

Mais 2 mendigos mortos

Um novo ataque na região da Praça da Sé matou uma mulher e deixou quatro homens feridos. O outro morto estava internado desde o dia 19. À tarde, no ato ecumênico que reuniu cerca de mil pessoas, a prefeita Marta Suplicy decretou luto oficial. Págs. 3A e 4A

"A chacina dos mendigos é muito grave. O autor é o 'bicho homem' exteriorizado."

(Do delegado Reginaldo Ribeiro de Souza, plantonista do 1º DP, da Sé, sobre os assassinatos de sem-teto no Centro)



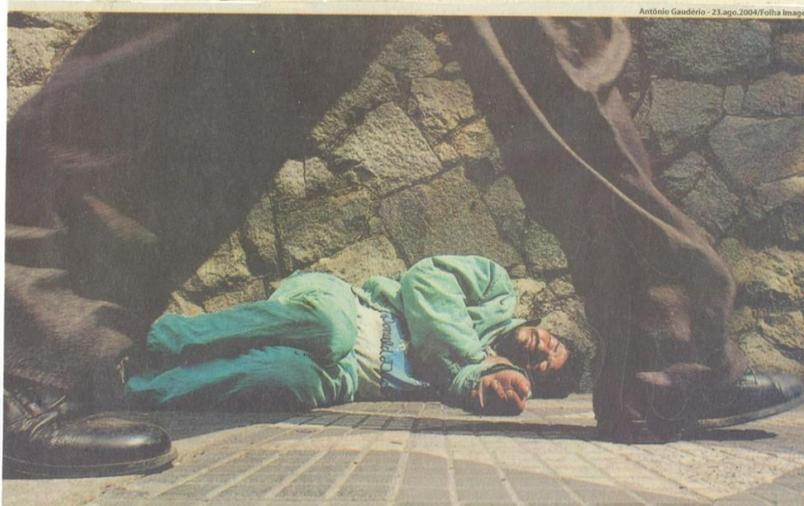
O local onde a moradora de rua Maria foi assassinada, na Rua Barão de Iguape, perto da Praça da Sé

JORNAL FOLHA DE S. PAULO

Matérias Jornalísticas do dia 23 de Agosto de 2004

Moradora de rua morre em novo ataque

Quatro pessoas foram feridas em outra agressão no centro de SP; desde quinta, são 15 vítimas, com 6 mortes



Morador de rua dorme na calçada do Hospital do Servidor Público Municipal, onde estão internadas vítimas dos massacres a mendigos

Uma nova série de ataques a moradores de rua ocorreu ontem de madrugada em São Paulo. Uma mulher morreu e três outras pessoas ficaram feridas. Desde quinta, os ataques contra os sem-teto na cidade já fizeram 15 vítimas — 6 delas morreram e a maioria está em estado grave. A polícia ainda não tem pistas dos criminosos.

O novo ataque aconteceu no centro da cidade, em locais próximos àqueles onde, desde a semana passada, 11 outros sem-teto foram agredidos.

Uma manifestação contra a violência reuniu cerca de 5.000 pessoas na catedral da Sé. Compareceram o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e a prefeita Marta Suplicy. Houve críticas ao governo do Estado, que não tinha representante no evento.

“Estamos muito chocados com o número de vítimas. Isso significa que não está havendo vigilância e segurança por parte da polícia”, afirmou o Cláudio Hummes, cardeal-arcebispo de São Paulo. O secretário da Segurança Pública, Saulo de Castro Abreu Filho, anunciou

CANDELÁRIA PAULISTA

Uma mulher foi morta e outras 3 pessoas agredidas, totalizando 6 mortos e 9 feridos; policiamento será reforçado

Moradores de rua sofrem novo ataque

OS ATAQUES AOS MORADORES DE RUA

19.ago
Durante a madrugada, dez homens que dormiam na rua são gravemente agredidos na cabeça, provavelmente a paulada ou com barra de ferro, em ruas do centro de São Paulo — três deles acabam morrendo e os outros sete são internados com risco de morte

20.ago
Um homem não identificado, que havia sido levado ao Hospital do Servidor Público, morre à 1h25. Às 12h28, outro homem também não identificado é levado ao mesmo hospital com ferimentos na face e no crânio. O hospital não soube afirmar se ele foi agredido na madrugada do dia 19

Anteontem
Ivanildo Amaro da Silva, 41, o travesti Pantera (morto na praça João Mendes), e Cosme Rodrigues Machado, 56 (morto na Tabatinguera), são enterrados

Ontem
Outros quatro moradores de rua são atacados — entre eles duas mulheres (uma delas morre) — também em ruas do centro da cidade. No início da manhã outra vítima (a sexta) morre, no Hospital do Servidor Público. Os outros feridos correm risco de morte

PRINCIPAIS LINHAS DE INVESTIGAÇÃO

- Ação de grupos de intolerância
- Ação de traficantes



Padre Julio Lancellotti (esq.), ao lado de Marta Suplicy e de dom Claudio Hummes, participa de ato na Sé

ALENCAR IZIDORO
AMARÍLIS LAGE
SÍLVIA CORRÊA

DA REPORTAGEM LOCAL

Moradores de rua foram alvo de novos ataques no centro de São Paulo, três dias após as agressões simultâneas que deixaram cinco mortos e seis feridos — e que provocaram a reação de grupos de direitos humanos e de organizações religiosas e a troca de acusações entre os governos Geraldo Alck-

homens e duas mulheres e aconteceram da mesma forma que na última quinta-feira: enquanto eles dormiam, com golpes na cabeça de “instrumentos contundentes” como paus, tacos ou marretas. “Foram pancadas certezas e fortes”, afirmou Abreu Filho.

Uma moradora de rua conhecida como Maria e que dormia na rua Barão de Iguape — próxima do 1º DP (Sé) — morreu. Uma outra mulher foi atacada na praça

um dos moradores de rua agredidos três dias antes, aumentando para seis a quantidade de mortos dos dois ataques — além de nove que também foram atingidos e que permanecem internados.

Trata-se da maior agressão em série contra a população de rua já registrada na capital paulista.

O secretário afirmou que a polícia trabalha como provável “crime serial” 14 desses casos — com seis mortos e oito feridos. O 15º

Abreu Filho convocou ontem a imprensa, acompanhado de líderes de entidades que trabalham com moradores de rua e de um representante da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), para anunciar um reforço no policiamento no centro de São Paulo.

Ele afirma que esses grupos vão auxiliar no “relacionamento” com a população que dorme nas calçadas para identificar a motivação do crime. Também foram infiltrados policiais do serviço reservado, que atuam sem farda.

A polícia trabalha oficialmente com duas hipóteses principais para os ataques seriais: a ação de traficantes de drogas — que estariam cobrando dívidas — ou de um grupo de intolerância, como os que atacaram dois homossexuais na praça da República em 2000.

Também é investigada a possibilidade de briga entre os próprios moradores de rua e a atuação de comerciantes, que poderiam ter contratado seguranças para afastá-los das calçadas.

O fato de os instrumentos usados nas agressões serem todos semelhantes, sem incluir objetos cortantes como facas ou cacos de vidro, é algo que minimiza a chance de briga entre eles.

Abreu Filho também diz ser “mais remota” a hipótese de envolvimento dos donos de lojas em razão de os ataques parecerem visar a morte, e não um “corretivo”. Questionado sobre a suposta

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO

Matérias Jornalísticas do dia 22 de Agosto de 2004

Moradores de rua têm enterro de luxo

Duas vítimas de chacina foram sepultadas com paletó e gravata; IML diz que Prefeitura pagou tudo

RITA MAGALHÃES e
GIOVANNA BALOGH

Vestindo paletó e gravata, os moradores de rua Cosme Rodrigues Machado, de 56 anos, e Givanildo Amaro da Silva, de 41 anos, o Pantera, foram enterrados ontem à tarde em caixões de luxo nos Cemitérios da Vila Formosa e da Saudade, na zona leste.

Cosme e Pantera estão entre os quatro mendigos mortos na madrugada de quinta-feira no centro da cidade. Eles foram reconhecidos por parentes ontem de manhã no Instituto Médico-Legal (IML) e levados às 11h30 para o velório. Pantera foi enterrado às 14h30, em São Miguel Paulista, e Machado às

17 horas, na Vila Formosa.

Os parentes das vítimas não pagaram pelo funeral. Severino Amaro da Silva, de 39 anos, irmão de Pantera, disse desconhecer quem pagou o enterro e as roupas. Mesmo assim agradeceu. "Fomos levar uma roupa para ele ser enterrado, mas quando chegamos ao IML disseram que já tinha terno e gravata para ele."

Severino acredita que não foi a Prefeitura quem pagou as despesas. "No IML falaram que um enterro como este custaria R\$ 2 mil. Deve ter sido algum candidato, porque quando a Prefeitura dá algum caixão é sempre o mais simples."

Funcionários do IML afirmaram que tanto o caixão



Flordenice dos Santos no velório do irmão, Cosme Machado, assassinado em crime que chocou a cidade

quanto as roupas foram providenciados pelo Serviço Funerário Municipal. A Assessoria de Imprensa informou que é praxe a Prefeitura pagar as despesas do enterro de pessoas carentes.

Os corpos das outras duas vítimas continuam à espera do reconhecimento de parentes. Um deles seria de Antônio Odilon dos Santos, mas o IML aguarda a confirmação da identificação. Na tarde de ontem, pelo menos cinco famí-

lias estiveram no instituto e não reconheceram as vítimas.

No centro, onde ocorreram as agressões, impera a lei do silêncio. Comerciantes, moradores e porteiros dizem que não viram ou ouviram nada de suspeito na noite dos crimes.

CORPOS
ESPERAM
IDENTIFICAÇÃO
NO IML

Terror contra moradores de rua em SP

Assassinatos na capital paulista revelam guerra genocida contra os pobres, com anuência das elites e omissão do Estado

O assassinato em série dos moradores de rua na cidade de São Paulo mostra como a sociedade brasileira se relaciona com os pobres. Se não for confirmado que o crime foi cometido por grupo nazifascista, pode-se dizer que é uma atitude de fascismo primitivo, o que não seria novidade, analisa Roberto Romano, professor da Universidade Estadual de Campinas. Fascismo este que também se manifestou no massacre da Candelária, no Rio de Janeiro, no assassinato do índio Pataxó, em Brasília, ou de trabalhadores sem-terra. Além de o Brasil ter os piores índices sociais do planeta, agora há o aumento da violência física, com anuência da elite. "Existe uma ética insuportável na sociedade brasileira que precisa mudar com muita urgência. Há uma prática de guerra geno-



JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO

Matérias Jornalísticas do dia 22 de Agosto de 2004

Nos 'mocós', a vida de homens das cavernas

Eles não pagam água, luz e aluguel, mas têm de dormir com um olho fechado e outro aberto

Há oito anos, quando o pai foi preso, Tatiana da Silva, então com 14 anos e já grávida, veio para São Paulo com a mãe e o irmão. Moravam num lugarejo perto de Curitiba. "Lá a gente não tinha como sobreviver", conta. Em São Paulo, vivem num mocó, na Baixada do Glicério, onde Tatiana cria os filhos Daniel Maylon, de 8 anos, e Luiz Gustavo, de 11 meses. O pai do bebê também está preso, e ela espera o terceiro filho de um novo companheiro, que conheceu embaixo do viaduto.

Para Tatiana, o bom de morar na rua é que não se paga aluguel, água ou luz. O ruim é dormir com um olho fechado e outro aberto. O resto, tira de letra. Por exemplo: dava banho em Luiz Gustavo no Albergue São Francisco, que fica a poucos metros, mas deixou de ir lá porque uma assistente social ameaçou lhe tirar o menino. Agora, usa a bica no fim da rua. Para lavar o filho, a louça, roupas. Que secam onde? "Ora, no muro."

Ela garante que a criança é bem-cuidada. "Só teve assadura uma vez porque os dentes estavam saindo e deu uma diarreia braba. Fora isso, não tem nada. Se pega resfriado dou xarope, faço inalação, já era. Ele é tão acostumado a ficar na rua que quando vai pro

quartinho endoida, quer sair de qualquer jeito."

O marido dela, Rivaldo Pereira, de 31 anos, diz que tem oito cursos do Senai, mas não consegue serviço porque não tem endereço. Por isso, olha carros e cata ferro-velho. De vez em quando, "um filho de Deus" dá uma cesta básica. Como homens da caverna, fazem um fogo à lenha e preparam a comida. Nem para isso Tatiana se abala. "Pra quê, se toda hora vem alguém trazer um rango? Esse menino come o dia todo."

Sonhos - No mesmo mocó - lugar protegido, como marquise ou vão, onde se agrupam para dormir - vive o pernambucano Marcio Soares Nascimento, de 32 anos, que chegou à cidade



Machucados e feridos: a história de suas vidas passa por seus pés

há dez. Veio procurar coisa melhor. Teve barraco e carteira assinada. Desde outubro mora com a mulher numa espécie de oca forrada de plástico e cobertor. "É meu castelo. Fica armado até que chega o rapa."

A notícia da morte dos "colegas" os abalou. "A gente precisa de segurança e respeito", diz Nascimento, enquanto amarra sacos de lixo. "Chega a polícia e embaça, revista, procura armas e drogas. Se eu tivesse uma arma não tava aqui, tava num hotel com minha nega véia." Ele diz que a Prefeitura poderia ajudá-lo com um terrenho



Ernesto Rodrigues/AE

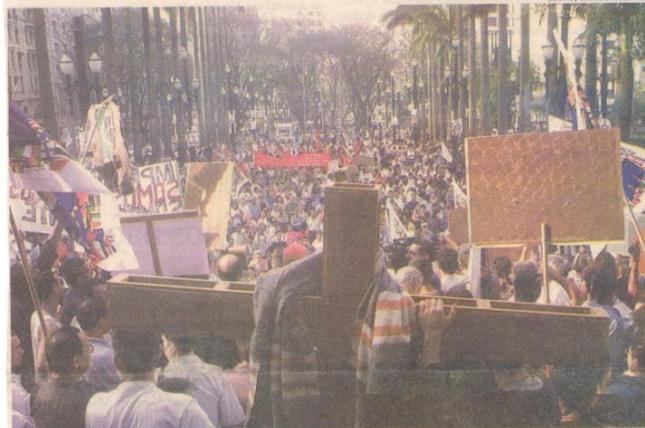
JORNAL O SÃO PAULO

Matérias Jornalísticas do dia 25 de Agosto de 2004

Ato repudia chacina contra moradores de rua

Representantes de várias denominações religiosas, políticos e cerca de 5 mil pessoas fizeram novamente da praça da Sé um marco da defesa da cidadania e dos direitos humanos. Desta vez, o ato, realizado no domingo, dia 22, foi em memória dos moradores de rua que foram brutalmente assassinados no centro da cidade. O arcebispo de São Paulo, dom Cláudio Hummes, enfatizou que se faz necessário dar "prioridade às pessoas".

PAGINA 12



Cerca de 5 mil pessoas se reúnem na praça da Sé em manifestação organizada pelo Vicariato do Povo da Rua

CANDELÁRIA PAULISTA

Moradores de rua e autoridades tomaram a Sé, palco de ataques, em repúdio às agressões; polícia é criticada

5.000 se unem em ato contra a violência

FERNANDA MENA
DA REPORTAGEM LOCAL

"Olhe nos meus olhos. Sou um ser humano." Erguendo cartazes com frases de repúdio à discriminação e à violência, moradores de rua dividiram ontem as escadarias da catedral da Sé, região onde ocorreram as agressões aos moradores de rua, e os microfones com autoridades, representantes de organizações sociais e religiosas durante ato contra os ataques.

Segundo a Guarda Civil, cerca de 5.000 pessoas compareceram ao evento organizado na sexta-feira, antes dos ataques de ontem. A ausência de um representante do governo do Estado deu tom político ao ato, já que as acusações recaíram sobre a ação da polícia.

"Se a Polícia Militar não garantir a segurança dessas pessoas, as comunidades estarão em vigília nesta cidade para que nenhum morador de rua seja atacado", disse o padre Julio Lancelotti, da Pastoral do Povo de Rua. A primeira vigília ocorrerá hoje, a partir das 18h, no largo São Bento.

De tão inesperados, os novos ataques fizeram com que o folheto preparado pela Secretaria Municipal de Assistência Social para ser distribuído durante a manifestação, com o total de vítimas, chegasse à Sé, na tarde de ontem, já desatualizado.

"É uma desumanidade, uma covardia e uma crueldade muito grande". Estamos todos chocados com o número de vítimas. Não está havendo vigilância da polícia", afirmou dom Cláudio Hummes, cardeal-arcebispo de São Paulo.

Antes mesmo do ato, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), que não compareceu ao evento, já rebatia as críticas à falta de policiamento. A questão policial está bem encaminhada. Agora, o que deve ser feito é um esforço para tirar as escadarias de pessoas das ruas. É uma tarefa que cabe ao município.

Lideranças petistas compareceram em peso à manifestação, entre elas a prefeita Marta Suplicy, o senador Eduardo Suplicy e o presidente nacional do PT, José Genoino. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, disse que foi ao ato a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"Essa sucessão de atentados violentos e atingem não só aqueles que morreram e foram feridos mas também todo o Estado, que foi agredido e vilipendiado por essas agressões", disse o ministro. "A mão pesada do Estado vai mostrar que não se pode atingir as pessoas assim."

Farpas

"Esse episódio não pode ser politizado, não pode se transformar numa bandeira política de quem quer que seja. Estamos diante de uma questão humanitária", afirmou o Luiz Flávio Borges D'Urso, presidente da OAB. Mas completou: "Inevavelmente, essa responsabilidade [de evitar esse tipo de ação violenta] é do Estado. As pessoas que estão nas ruas dependem da mínima proteção que o Estado deve dar a todos. E isso não está acontecendo".

Após uma hora de discursos e orações, os manifestantes fizeram uma caminhada por três dos locais onde moradores foram atacados na madrugada de ontem. Carregando uma cruz de papelão, com faixas pretas enroladas na cabeça ou no braço, o grupo rezou e fez um minuto de silêncio a cada parada. Numa delas, na esquina da rua Quintino Bocaiuva com a rua Benjamin Constant, ainda havia muito sangue no chão.

Em seu discurso, a prefeita declarou que "num espírito de união, a prefeitura, o Estado e o poder federal vão por um fim a uma situação que nos vexa a todos". Marta decretou três dias de luto oficial em São Paulo.



Padre Julio Lancelotti (ao microfone) discursa em ato na Sé

Padre ataca Estado

Religioso elogia enterro bancado pela Prefeitura: 'Não foram aqueles caixões que quebram'

As críticas mais contundentes ao governo do Estado no ato ecumênico partiram do padre Júlio Lancelotti, da Pastoral do Povo de Rua. "A atribuição da segurança pública é do Estado. Não podemos dizer: não quer ser assaltado, não fique na rua. É brincadeira dizer que o povo da rua é vítima porque não fica em albergue", disse, no seu discurso.

Lancelotti fez uma forma como a Prefeitura para as vítimas enterradas ontem. "Foi um enterro que não foram sepultados aqueles caixões que quebram."

O religioso convocou a população a participar de uma vigília nos pontos onde há concentração de mendigos. "Se a polícia não faz a segurança do povo, vamos fazer vigília para evitar novas mortes", disse Lancelotti, que estendeu o convite ao presidente da República. Hoje, a partir das 18 horas, ele vai se unir aos moradores de rua do Largo São Bento.

O arcebispo de São Paulo, d. Cláudio Hummes, endossou o discurso do padre. "Foram vítimas da violência covarde", disse. "É necessário que se dê prioridade às pessoas, porque São Paulo tem a maior arrecadação do País. Não falta dinheiro." (Renata Gama, Natália Zonta e Arthur Guimarães)

Petista discursa como mendigo

Espaço aberto na Sé para povo da rua virou palanque para militante

Durante o ato ecumênico, os organizadores abriram espaço para que moradores de rua falassem ao público. Por pouco, a idéia não ofuscou os objetivos do encontro.

Um dos "mendigos" inscritos para discursar, Renato Sena, 39 anos, leu um texto bastante crítico em relação ao governo estadual. Depois, não economizou adjetivos positivos para a administração municipal. "Temos de agradecer à Prefeitura que criou o orçamento participativo e am-

pliou as vagas nos albergues. Já o Estado está sendo omissivo na segurança", afirmou, ao microfone.

O vocabulário do "morador de rua" era perfeito. Até metáforas eram usadas, para espanto da platéia. "Do presidente ao cidadão mais humilde, todos temos sangue vermelho", disse Sena ao público.

A platéia aplaudiu a fala do "mendigo", que deixou o local eufórico. Ninguém sabia, no entanto, que ele é militante do PT - e não vive na rua.

O tom político não terminou aí. Até panfletos e adesivos do vereador petista Nabil Bonduki, candidato à reeleição, foram distribuídos na Sé. (Arthur Guimarães)

do Suplicy, além dos secretários de Marta Aldaiza Sposati (Assistência Social) e Benedito Domingos Mariano (Segu-

de movimentos populares. A prefeita participou de um trecho da caminhada feita pelos participantes do ato ecumênico.

de movimentos populares. A prefeita participou de um trecho da caminhada feita pelos participantes do ato ecumênico.



D. Cláudio e prefeita carregam cruz: 'São Paulo precisa dar prioridade às pessoas', disse cardeal

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO

Matérias Jornalísticas do dia 29 de Agosto de 2004

Em ato político, Marta anuncia três dias de luto

Prefeita pede ao Estado que defenda povo da rua em cerimônia dominada pelo PT

NATÁLIA ZONTA

Por pouco o ato ecumênico para os moradores de rua atacados na cidade não se transformou num mero evento político. Na tarde de ontem na Praça da Sé, a prefeita Marta Suplicy decretou, de forma inédita, luto oficial de três dias pela morte de sem-teto. E aproveitou para alfinetar os tucanos: "Conclamo a todos para que possamos atuar juntos em defesa do povo das ruas, inclusive com o governo do Estado, pois o governo federal já está aqui representado. Precisamos colocar um fim nessa situação vexatória."

Segundo a Polícia Militar, 750 pessoas participaram do ato - a Guarda Civil Metropolitana avaliou o público em 5.000. Estiveram presentes o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e figuras de destaque do PT, como o presidente nacional do partido, José Genoíno e o senador Eduar-



Em clima de eleição, ato com 750 pessoas à Praça da Sé

SUPLICY PROMETEU FAZER VIGÍLIA NA RUA

do grupo. O padre Lancelotti, da Pastoral do Povo de Rua, comandou o ato, que foi marcado por várias críticas à falta de segurança (Veja texto abaixo).

Na praça, havia moradores de rua emocionados, que cantavam e seguravam faixas de protesto. E muitos militantes de movimentos populares. A prefeita participou de um trecho da caminhada feita pelos participantes do ato ecumênico.

Bastos diz confiar na polícia

Ministro conversou com o governador Alckmin e ofereceu ajuda da PF

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, afirmou ontem na Praça da Sé que acredita na competência das Polícias Militar e Civil do Estado na investigação dos crimes, mas em nome do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o governo pode colocar à disposição a Polícia Federal. "Minha participação não é meramente simbólica. Se a PF for chamada, ela poderá ajudar."

Bastos afirmou ter conversado com o governador Geraldo Alckmin, a quem prestou a solidariedade do governo federal e

ofereceu a ajuda da PF. "Acho que deve ser feito um reforço para evitar reincidência."

Para o ministro, os autores das agressões contra os moradores de rua devem receber punições rigorosas. "Quem praticou essa violência inominável não pode ficar impune. Ainda mais quando olhamos para o fato de que as vítimas são vulneráveis. Isso torna mais grave o crime."

A secretária municipal de Assistência Social, Aldaiza Sposati, disse que os agentes que trabalham com o povo da rua estão ajudando nas investigações. "Estamos tentando conversar com os amigos das vítimas. Eles têm mais liberdade para conversar com nossa equipe do que com a polícia." (Natália Zonta e Arthur Guimarães)

JORNAL FOLHA DE S. PAULO

Matérias Jornalísticas do dia 16 de Setembro de 2004

MASSACRE NO CENTRO

Eles controlariam venda de drogas e teriam atacado moradores de rua para eliminar membros do tráfico

Detidos 2 PMs suspeitos de ataque na Sé

SÍLVIA CORRÊA
DA REPORTAGEM LOCAL

Dois policiais militares são mantidos desde a noite de anteontem em prisão administrativa, na Corregedoria da PM, sob a suspeita de terem participado de pelo menos um dos ataques a moradores de rua ocorridos em agosto no centro de São Paulo. Ontem, no entanto, nenhum pedido de prisão temporária chegou ao juiz Rui Porto Dias, da 1ª Vara do Júri.

“Se tiver policial, guarda municipal, seja quem for de autoridade, gari, é rua. É prisão. Isso é crime. Se tiver cargo público, vai para a rua, seja do Estado, do município ou da União”, disse ontem de manhã o secretário da Segurança Pública, Saulo de Castro Abreu Filho, durante uma solenidade da própria Polícia Militar.

Classificando como “razoáveis” as provas reunidas até agora no inquérito sobre o caso, o secretário reafirmou que espera ver as investigações concluídas até o fim de semana, conforme prazo que ele mesmo fixou.

O caso do guarda-civil

A polícia não sabe qual o tipo de ligação que os policiais suspeitos têm com alguns dos ataques nem quantos seriam seus cúmplices, mas diz ter indícios de que grupos diferentes agiram em cada uma das madrugadas de massacre.

“Não teve novo ataque, não. Num primeiro momento, aí sim, foi mais serial. Depois, um segundo momento de agressão menor. Isso é que está sendo comparado e que nós vamos solucionar”, disse o secretário da Segurança.

Além dos PMs, figura no topo da lista de suspeitos um segurança clandestino da região da rua Tabatinguera, onde um morador

de rua morreu no dia 19. Ele teria assumido o controle da área após expulsar um vigia noturno.

O suspeito, conhecido como Jaime, é tio de um guarda-civil, que seria seu par de vigilância. A casa dele foi revistada, e um uniforme com manchas foi encaminhado para a perícia. Ontem, Jaime foi ouvido mais uma vez.

“A polícia está na reta do gol, e a solução deve surgir nas próximas horas. Há depoimentos seguros sobre suspeitos, armas e locais. Há gente que viu e que ouviu as agressões”, disse Hélio Silva Jr., coordenador da Comissão de Direitos Humanos da OAB, de deixou o DHPP às 22h de ontem.

Outro morador de rua é agredido

AMARÍLIS LAGE
DA REPORTAGEM LOCAL

Mais um morador de rua foi atacado ontem no centro de São Paulo. Segundo a polícia, Antonio José da Costa, de cerca de 30 anos, estava na praça Clóvis Beviláqua quando, por volta da meia-noite, foi espancado na cabeça por um rapaz, que disse à polícia também ser morador de rua.

Como afirmou ser menor de idade, o jovem, sem documentos, foi encaminhado ao SOS Criança. Ainda segundo a polícia, ele usou uma barra de ferro de cerca de 1 m, que foi apreendida e será encaminhada à perícia.

Costa foi levado ao Hospital do Servidor Público Municipal, onde estão internados outras quatro ví-

timas de ataques no último mês.

Segundo o boletim médico do hospital, Costa sofreu fratura craniana, mas não teve lesão cerebral. Ele está internado em situação regular. Apesar de consciente, ele apresenta confusão mental.

Uma testemunha do ataque, Vilmo Lisboa dos Santos, 24, disse que Costa estava deitado quando foi agredido pelo adolescente e não esboçou nenhuma reação de defesa. Em seguida, dois policiais da 1ª companhia do 7º BPM/M (na própria praça) chegaram ao local e detiveram o adolescente. O caso será investigado pelo DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa).

A hipótese de outros moradores de rua, que não se identificaram, é que havia uma rixa entre eles.

ONDE FORAM OS ATAQUES



Ataques	
19. ago	22. ago
Mortos 5	Morto 1
Feridos 6	Feridos 3

Albergues municipais

JORNAL METRÔ NEWS

Matérias Jornalísticas do dia 01 de Setembro de 2004

Moradores de rua são enterrados como indigentes

Eles agora ocupam covas que eram dos presos massacrados no Carandiru

Depois de permanecer uma semana no Instituto Médico-Legal (IML) sem serem reconhecidos por parentes, os corpos de quatro moradores de rua mortos nos ataques no Centro foram enterrados ontem no Cemitério Dom Bosco, em Perus, Zona Oeste, em clima de revolta. Para isso, quatro covas foram esvaziadas: nelas estavam até segunda-feira os restos de vítimas de outro massacre, o dos 111 presos da extinta Casa de Detenção, no Carandiru.

Somente Antônio Odilon dos Santos foi identificado, pelas impressões digitais. Os demais, uma mulher e dois homens, permanecem desconhecidos. Os caixões e a roupa dos mortos — temo e gravata, para os homens — foram do-

dos por um empresário que não quis se identificar. Os restos dos presos mortos no Carandiru foram encaminhados ao osário geral, para onde também devem ir, em três anos, os dos mendigos.

Ex-morador de rua e integrante do Conselho Municipal de Assistência Social, Sebastião Nicomedes de Souza exibiu uma bandeira do Brasil suja de tinta representando sangue, com faixas de cobertores para simbolizar sua indignação. “Eles são mártires da cidade, que ficou manchada com a sua morte. Re-

presentam um desafio à nossa inteligência porque provam que a mais rica cidade do Brasil não consegue dar conta de 10 mil cidadãos que sobrevivem nas ruas”, disse o padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Povo de Rua.

Parte das pessoas presentes também lembrou o fato de no cemitério terem ocorrido enterros clandestinos de vítimas do regime militar, cujas ossadas foram descobertas em 1990. O episódio ficou registrado em um monumento no Dom Bosco, com os dizeres: “aqui ditadores

tentaram esconder seus mortos, entre eles a classe pobre da cidade. Fica o registro: todos os crimes cometidos contra a liberdade serão descobertos.”

Souza e outros representantes de indigentes disseram que a preocupação dos sem-teto que ficaram é com a segurança. “Os albergues não são seguros também”, afirmou. Segundo a assessoria de imprensa da Secretaria Municipal de Assistência Social, a Guarda Civil Metropolitana faz rondas pelos albergues da cidade.

Acusado de tentar matar morador de rua tem prisão decretada

O golpe que ele deu provocou um galo na cabeça da vítima. Mesmo assim, a Justiça decretou a prisão temporária do ajudante de produção Elias Carlos Barbosa da Silva, de 29 anos, sob a acusação de tentativa de homicídio. Elias confessou ter agredido o morador de rua Ivanildo Ferreira da Silva com uma barra de ferro. Ivanildo ficou internado dois dias e teve alta do hospital. Ao

mesmo tempo que verifica se o acusado tem relação com as outras agressões a sem-teto, os policiais do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) ouviram durante duas horas e meia o depoimento de um ex-*skinhead* sobre o massacre dos mendigos.

No caso de Elias, os policiais descobririam que a agressão ocorreu no dia 12, e não no dia 20, como desconfi-

vam — sete dias, portanto, antes do início dos ataques que deixaram seis mortos e nove mendigos feridos no Centro. O delito ocorreu na rua Santo Amaro, mesmo lugar onde uma vítima foi agredida no dia 20.

Por enquanto, a polícia é cautelosa e informa ser quase certo que o caso de Elias não tem relação com os demais ataques.

JORNAL BRASIL DE FATO

Matérias Jornalísticas dos dias 26 de Agosto a primeiro de Setembro de 2004

MORADORES DE RUA

Assassinatos expõem barbárie social

Crimes contra pobres, que podem ter sido praticados por grupo organizado, são sintomas da cultura da violência

Dafne Melo e Jorge Pereira Filho da Redação

Em toda a região da Praça da Sé, coração da capital paulista, cartazes exigindo respeito, fim da violência e com mensagens aos moradores de rua mortos e feridos compõem o cenário caótico de uma das áreas mais movimentadas da cidade de São Paulo. Em frente à Catedral, a poucas quadras de onde ocorreram os assassinatos, moradores de rua, a maioria homens, fazem fila para garantir uma vaga em um albergue. As inscrições são feitas pelos funcionários municipais do Programa Acolher. Mais do que garantir um abrigo para passar a noite, os moradores procuram por segurança.

"Você já sabe? Mataram um monte de gente aqui", conta Roberto Almeida, 37 anos, que desde os 21 não dormia em um albergue.



JORNAL FOLHA DE S. PAULO

Matérias Jornalísticas do dia 6 de Setembro de 2004

ENTREVISTA DA 2ª

CAMILA GIORGETTI

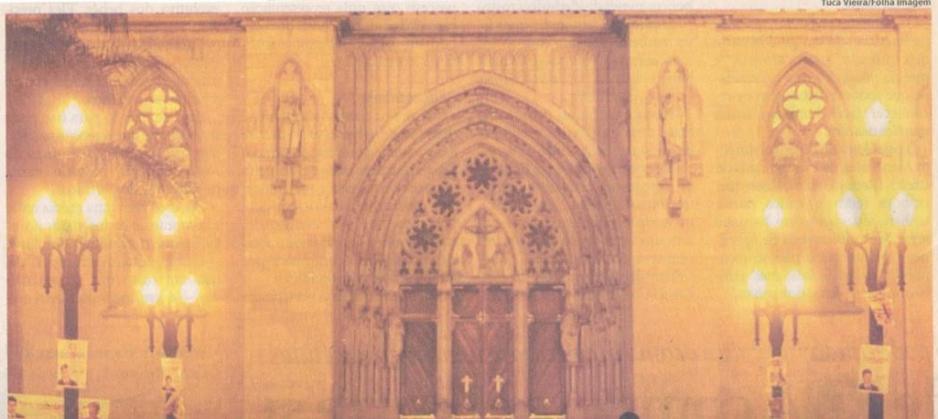
Pesquisadora comparou como são vistos moradores de rua de Paris e de SP

'Ataques expressam visão higienista do paulistano'

AMARÍLIS LAGE DA REPORTAGEM LOCAL

Como a sociedade paulistana vê e trata seus moradores de rua? Essa é a pergunta que a socióloga Camila Giorgetti, 32, fez em sua tese de doutorado, apresentada em abril na PUC-SP. O trabalho, em parceria com o Institut d'Etudes Politiques, na França, ainda leva a questão um pouco além. Compara os dados de São Paulo com os de Paris. O resultado não é motivo de orgulho: os brasileiros se mostraram mais preconceituosos, principalmente os policiais.

Giorgetti classifica essa atitude como "higienista". "Escolhi esse termo porque a idéia manifestada é a de higiene, como se as pessoas quisessem limpar a cidade da presença dos moradores de rua. São

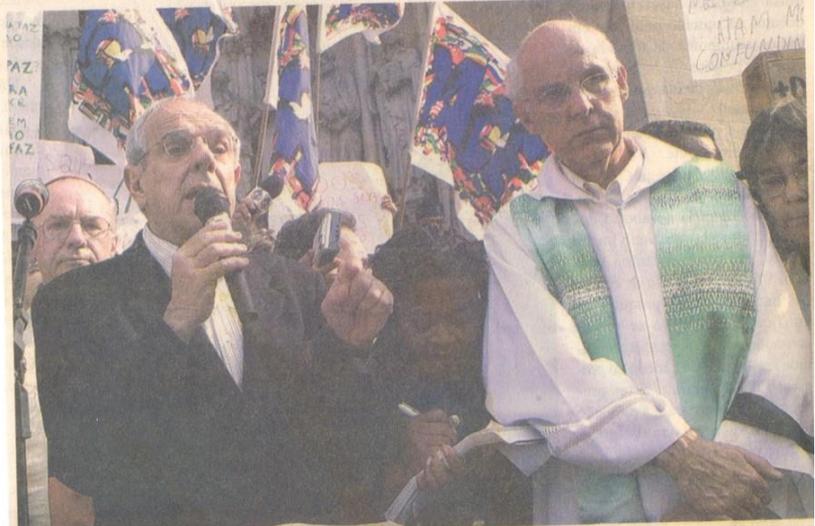


JORNAL O SÃO PAULO

Matérias Jornalísticas do dia 25 de Agosto de 2004

São Paulo veste-se de luto pela chacina de moradores de rua

Fotos: Luciney Martins/Rede Rua



Laudo indica que mesma pessoa matou 6



João Castilho/Folha Imagem

SÍLVIA CORRÊA
DA REPORTAGEM LOCAL

As análises feitas nos corpos dos seis moradores de rua assassinados no centro de São Paulo nas duas ondas de ataque ocorridas desde o último dia 19 sugerem que os golpes fatais foram desferidos por uma única pessoa.

A polícia afirma que a conclusão se baseia no tipo de lesão provocada pela pancada —o que leva em conta a inclinação do ferimento, por exemplo— e na profundidade do afundamento craniano causado nas vítimas —o que indica a força do agressor.

O resultado não descarta, no entanto, que o executor dos ataques seja membro de um grupo e que tenha comparsas —tese, inclusive, que os investigadores consideram bem mais provável.

Para cinco dos mortos os laudos do IML (Instituto Médico Legal) são conclusivos: eles levaram apenas uma pancada. Pelas lesões, só uma vítima —atacada no primeiro dia— pode, em tese, ter sido agredida duas vezes, mas isso é pouco provável. Os ferimentos causados nos nove sobreviventes não foram analisados pelo IML.

“Acabamos de receber os legistas e agora sabemos que cada uma das vítimas recebeu um único e certeiro golpe fatal”, disse no começo da noite de ontem o delegado Luiz Fernando Lopes Teixeira, que comanda as investigações. Os corpos não têm lesões de defesa.

De acordo com Teixeira, o instrumento usado pelo agressor é contundente —não tem ângulos retos. Enquadram-se nessa des-

crição canos de ferro e bastões, por exemplo. “Diria que a arma pode ter o formato de uma caneta”, exemplificou Teixeira. “O agressor sabia manusear o instrumento e bateu para matar.”

Policiais e outros suspeitos

Os suspeitos que a polícia havia anunciado ter antecedido já foram descartados pelos investigadores. Um era o dono de um Gol preto que teria sido visto no local dos ataques. Interrogado, ele comprovou que não esteve no centro nos dias das mortes.

O outro suspeito, conhecido como Alemão, teria dito que ele e um comparsa planejavam assaltar uma loja da rua Tabatinguera na madrugada do dia 19, mas que não puderam fazê-lo porque muitos moradores de rua dormiam sob a marquise. Irritado, o comparsa de Alemão teria espancado um deles. No relato, porém, Alemão disse que a vítima foi esfaqueada —o que não aconteceu com nenhum dos mortos.

A contradição fez a polícia liberar o rapaz, embora o possível comparsa continue sendo procurado para esclarecer o fato.

O relato feito pelo delegado Teixeira na entrevista coletiva evidencia que, uma semana depois das primeiras mortes, o caso segue envolto em muito mistério, inclusive para a Polícia Civil.

“As detenções já chegam a 60. Elas citam skinheads, policiais, guardas-civis etc. Ainda não podemos descartar nada e também não temos uma hipótese mais provável”, disse o policial.

Segundo ele, as imagens captu-

radas pelas câmeras de segurança dos prédios do centro estão sendo

...mas com uma mega vela.
Ele diz que a Prefeitura poderia ajudá-lo com um terreninho. "Faço uma correria. Se não puder comprar um milheiro de telha, pego 50 e construo a casa aos poucos. Não moro na rua porque quero." (R.B.)



Márcio Nascimento, que já teve casa e carteira assinada e hoje vive na rua: 'A gente também precisa de segurança e respeito'

Mendigos: MP oferece proteção

Promotor afirma que elas correm risco mesmo sem procurar a polícia

MARCELO GODOY

O Ministério Público vai incluir no programa de proteção a testemunhas quem delatar os autores da chacina dos mendigos do centro de São Paulo. O promotor Carlos Roberto Talarico afirmou que o assassino é uma pessoa que demonstra "uma certa sofisticação e inteligência" e grande periculosidade. "Se ele achar que alguém vai delatá-lo, certamente vai matar. Quem estava junto e não sabia o que ia ocorrer ou familiares e amigos do assassino estão correndo perigo."

Os investigadores do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) voltaram

contrar testemunhas e pistas da chacina. Por enquanto, uma única testemunha apontou aos policiais uma possível causa do crime: uma briga entre dois grupos de moradores de rua. O primeiro de gente pacífica e o outro ligado ao tráfico de drogas. As informações, por enquanto, são insuficientes para um pedido de prisão. Além dessa hipótese, a polícia verificou em seus arquivos informações sobre sknheads para saber se há algo que os ligue à chacina. Também é averiguada a possibilidade de crime cometido a mando de algum comerciante.

Policiais militares reforçaram a segurança no centro, acordando moradores de rua e mandando-os para albergues. A ação, para os investigadores, pode atrapalhar o esclarecimento do crime porque aumenta a desconfiança dos mendigos em relação à polícia. Para quebrar

essa barreira, promotores e policiais reuniram-se com atendentes de rua da Secretaria de Assistência Social do Município.

A chacina, na quinta-feira, deixou quatro mortos e seis feridos — todos golpeados no rosto. Três vítimas permaneciam ontem em estado gravíssimo e quatro em estado grave. Elas estão no Pronto-Socorro Vergueiro, no Hospital de Ermelino Matarazzo e na Santa Casa.

Um outro sem-teto ferido na sexta-feira, supostamente a 11.ª vítima do autor ou autores da chacina, continuava internada no PS Vergueiro, consciente. A polícia só descobriu seu primeiro nome: Severino. Pela manhã, parentes de duas das vítimas — Givanildo Amaro da Silva e Cosme Rodrigues Machado — foram ao Instituto Médico-Legal identificar os corpos.

a testemunhas

JORNAL FOLHA DE S. PAULO

Matérias Jornalísticas do dia 28 de Agosto de 2004

MASSACRE NO CENTRO

Medo de novos ataques em São Paulo leva a mudança de comportamento, detectada pela pastoral

Moradores de rua migram ou se armam

FLÁVIA MANTOVANI
FREE-LANCE PARA A FOLHA

Com medo da violência, moradores de rua que dormiam na região central estão se armando ou migrando para outros locais da cidade. De acordo com o padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Povo de Rua de São Paulo, as migrações vêm acontecendo por temor de agressões como as que ocorreram na semana passada, deixando seis mortos, mas também por medo da própria polícia, que se concentra na região.

Segundo Diocene de Oliveira, coordenadora do Albergue Pousada da Esperança, que fica no Alto da Boa Vista, na zona sul da cidade, nos últimos dias aumentou o número de pessoas que dormiam no centro e que foram para lá. "Eles estão inclusive andando armados com paus e facas para se defender", observou ela.

Fábio Romano, 23, dorme com mais sete jovens na praça da Sé. Mostrando um grande pedaço de madeira que usam para se prevenir, Romano conta que um deles sempre fica acordado à noite. "Temos que nos defender. Ficamos só esperando o ataque", diz. Edinaldo Fernandes da Silva,

Quero ficar longe", afirma Silva, que veio da Paraíba há 12 anos para trabalhar como pintor. Hoje, está desempregado.

Todas as noites, Eduardo Campos Almeida, 26, dorme perto de um chafariz na praça da Sé. Ele diz que não tem medo porque acha que os agressores "não vão voltar a atacar tão cedo no mesmo lugar", mas conta que várias pessoas que dormiam por perto saíram de lá após os ataques.

O padre alertou que a prefeitura deveria monitorar essas migrações, pois os moradores de rua estariam correndo riscos em locais menos policiados. Cita como exemplo um homem que teve o corpo coberto por gasolina na madrugada de ontem, na Vila Guilherme (na zona norte), em uma tentativa de queimá-lo.

A Secretaria Municipal de Assistência Social disse que não faz esse monitoramento e que o fato de a população de rua ser muito flutuante dificulta o controle.

Dados da secretaria mostram que, após os ataques em série, o número de pessoas atendidas pela Central de Atendimento Permanente da prefeitura cresceu. Entre as 7h de quinta-feira e as 7h de ontem, 591 moradores de rua foram

O massacre continua...



■ Ricardo Santos

"Nossos direitos vão! Se não vir nossos direitos o Brasil perde também!". Embalado por esta música cerca de 500 pessoas participaram do Ato pela Vida, no dia 19 de agosto, em memória aos cinco anos do massacre da meretrizes de rua na cidade de São Paulo, em agosto de 2004.

Integrantes de organizações e movimentos sociais e pessoas em situação de rua concentraram-se em diversos pontos em que as pessoas foram, brutalmente, assassinadas: Largo São Francisco, Largo São Bento, Rua Tebtinguera e a Praça João Mendes. Após pequena homenagem aos mortos, esses grupos dirigiram-se em marcha à

manifestação coletiva.

No abertura do ato, lembrou-se da importância desse momento de luto e de luta. Luto em lembrança as mortes ocorridas em 2004 e a tantas outras que, infelizmente ocorrem no dia a dia na cidade de São Paulo. Luta pelos direitos a moradia, trabalho, saúde e educação que possibilitem a saída da situação de rua.

Teendo em vista o aprisionamento das políticas públicas, esteve presente na manifestação o vereador Ildo Cardoso, que assinou um documento comprometendo-se a criar uma Frente Parlamentar de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua na Câmara Municipal. O deputado estadual José Cláudio, presidente da Comissão de

Direitos Humanos, prometeu levar a proposta da Frente Parlamentar, também, para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e acrescentou: "Ninguém está na rua porque quer, mas por falta de políticas públicas".

Segundo Anderson Lopes Miranda, do Movimento Nacional da População de Rua - Comitê São Paulo, em todo o Brasil há assassinatos de pessoas em situação de rua, a exemplo dos fatos recentes em Salvador (Bahia), onde, durante este mês de agosto, oito pessoas em situação de rua foram assassinadas. Anderson lembrou que o Ato Pela Vida ocorre hoje em sete capitais brasileiras.

Ao final da manifestação, Anderson e outros João Tava-

celoni falaram sobre o preconceito e desrespeito à população em situação de rua de Teresita Veja São Paulo, com a publicação da reportagem "Profissão Mendigo", na mesma semana de 19 de agosto.

Em ato de protesto, participantes do ato queimaram um exemplar de revista, lembrando que materiais com este teor contribuem para acuturar o preconceito contra a população em situação de rua, favorecendo ações que podem redundar em mais violência e mortes.

Com marcada união e solidariedade, os manifestantes encerraram o Ato pela Vida clamando por justiça e políticas públicas, não em toda cidade

em situação de rua tenha seus direitos respeitados e consigo superar as dificuldades em que se encontra.

* *Facilista social, articulador de ações e colaborador de Jornal O Trabalho.*

